



GUILHERME DE AZEVEDO FRANÇA

**LEVANTAMENTO DE FONTES E ACERVOS PARA UMA HISTÓRIA  
DAS DUAS PRIMEIRAS ESCOLAS DE  
SÃO SEBASTIÃO / DF (1959 - 1996)**

BRASÍLIA -DF

2020

GUILHERME DE AZEVEDO FRANÇA

**LEVANTAMENTO DE FONTES E ACERVOS PARA UMA HISTÓRIA  
DAS DUAS PRIMEIRAS ESCOLAS DE  
SÃO SEBASTIÃO / DF (1959 - 1996)**

Dissertação apresentada para a banca examinadora do Mestrado Profissional em Educação do Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Juarez José Tuchinski dos Anjos

**Banca examinadora:**

Prof. Dr. Juarez José Tuchinski dos Anjos  
Presidente (PPGE/UnB)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Lúcia Gaspar da Silva  
Membro Externo (PPGE/UDESC)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Etienne Baldez Louzada Barbosa  
Membro Interno (PPGE/UnB)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristiane de Assis Portela  
Suplente (MESPT/UnB)

Brasília – DF

2020

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F8141 França, Guilherme de Azevedo  
Levantamento de fontes e acervos para uma história das  
duas primeiras escolas de São Sebastião / DF (1959-1996) /  
Guilherme de Azevedo França; orientador Juarez José  
Tuchinski dos Anjos. -- Brasília, 2020.  
271 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em Educação)  
-- Universidade de Brasília, 2020.

1. Arquivo escolar. 2. Escola primária rural. 3. Escola  
Classe Cerâmica da Benção. 4. Centro de Ensino Fundamental  
Cerâmica São Paulo. 5. Patrimônio histórico educativo. I.  
Anjos, Juarez José Tuchinski dos , orient. II. Título.

**DECLARAÇÃO**

Processo nº 23106.052707/2020-71

Interessado: Guilherme Azevedo França

JUAREZ JOSÉ TUCHINSKI DOS ANJOS, Professor do Magistério Superior Federal da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, declaro para os devidos fins que Guilherme de Azevedo França realizou, no dia 26/06/2020, a defesa de sua dissertação de mestrado, tendo obtido aprovação e concluído a contento o curso de Mestrado Profissional em Educação desta Universidade.

Por ser verdade, firmo a presente.



Documento assinado eletronicamente por **Juarez Jose Tuchinski dos Anjos, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Educação**, em 01/07/2020, às 19:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unb.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5407155** e o código CRC **590F35D2**.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Juarez José Tuchinski dos Anjos, pelo empenho, busca pela excelência e dedicação que demonstrou durante todo o percurso.

Às professoras Vera Lúcia Gaspar da Silva e Etienne Baldez Louzada Barbosa, pela disponibilidade em participar das bancas de qualificação e de defesa da dissertação e pelas críticas e elogios manifestados.

Ao meu pai, José Maria; minha mãe, Maria da Glória; meu padrasto, Sérgio; meus irmãos Genaro, Giovane, Serginho, Gabriel e Luciana; meu filho e sua namorada, Henrique e Marina; minhas cunhadas, Adriana, Elô e Letiane; meus sobrinhos, Pedro, Andrei, Talita, Gabrielzinho e Miguelzinho, pela força, motivação e esperança que sempre me proporcionaram.

À minha namorada Rose, pela compreensão e estímulo em todos os momentos.

Ao meu primo Marcílio, parceiro de todas as horas.

Ao meu companheiro e amigo Luís Domingos dos Santos, pela oportunidade que me ofereceu em trabalhar na Administração Regional de São Sebastião (1995) e no Arquivo Público do Distrito Federal (2011-2014).

Ao Professor Francisco Heitor de Magalhães Souza, com quem tive o prazer de trabalhar na Diretoria Executiva da FEDF (1995) e, posteriormente, me apresentou à equipe do Museu da Educação do Distrito Federal.

Às professoras Eva Waisros, Maria Paula e Carmem, do Museu da Educação do Distrito Federal, sempre prestativas e atenciosas comigo.

À minha colega Professora Cristiane Portela, parceira no Arquivo Público do Distrito Federal, ela Coordenadora de Pesquisa e eu, de Educação e Cultura, pelo aprendizado e companheirismo, oportunidade em que produzimos diversas exposições, filmes (especialmente “O Palácio de Tábuas”), chás de memória etc.

Ao Elias Silva, historiador do Arquivo Público do Distrito Federal, pela presteza e boa vontade em me atender.

Ao meu colega Professor Luiz Eugênio Brito, que me acompanha desde 2003 em São Sebastião e hoje é o Coordenador Regional de Ensino da cidade, pelo entusiasmo que sempre demonstrou por minha pesquisa e pela oportunidade e apoio que me proporcionou para desenvolvê-la.

Ao Pereirinha, administrador de São Sebastião em 1995, sua esposa Joana, Edvair, Tião Areia, Maurício Seabra Jr., Seu Osvaldo e José Sebastião Vasconcelos, moradores de São Sebastião, por me tratarem tão bem e por tudo que me ensinaram.

À Alessandra, Gabriela, Alberto, Cida e Natália, da EC Cerâmica da Benção e Pedro Romildo (*in memoriam*), Adelmo, Juma, Arlete, Juliana e Alessandro, da EC Cerâmica São Paulo, pelas condições favoráveis propiciadas para a pesquisa nos arquivos dessas escolas.

Ao Luciano Mazochi, Clotilde, Madalena e Marcone, professores amigos de São Sebastião, pelas energias positivas emanadas para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos meus colegas e amigos que me prestigiaram na defesa da qualificação: Alex da Silveira, José Maurício Burle, Viviane, Professor Elias, Mariana, Indiara, Odilon e Ana Cristina.

À comunidade de São Sebastião, que me acolheu tão bem, a quem dedico esse trabalho.

## RESUMO

Considerando a existência de fontes históricas relacionadas à educação no Distrito Federal, dispersas em diversos acervos e arquivos, o objetivo da pesquisa é sistematizar um *corpus documental* relativo à história das duas primeiras escolas de São Sebastião/DF, Escola Classe Cerâmica da Benção (1959) e Centro de Ensino Fundamental Cerâmica São Paulo (1965), no período de 1959-1996, por meio de um guia de fontes e acervos. Realiza-se uma pesquisa historiográfica, utilizando-se de documentos coletados anteriormente e ao longo da pesquisa, sobre os antecedentes da construção de Brasília, a história da cidade de São Sebastião e das suas duas primeiras escolas. A partir da localização, identificação e seleção de fontes e acervos sobre essas escolas, realiza-se um mapeamento dos lugares de memória da escolarização em São Sebastião, privilegiando-se os arquivos escolares. Apresenta-se, como produto técnico da pesquisa, um guia de fontes e acervos para uma história das duas primeiras escolas de São Sebastião, um instrumento de pesquisa que visa contribuir para uma escrita de uma história da educação do Distrito Federal e a preservação do patrimônio histórico educativo dessas escolas. Nos acervos escolares, verifica-se uma diversidade documental que permite identificar personagens do cotidiano escolar e sinalizar práticas administrativas e pedagógicas. Constata-se, entretanto, uma lacuna na sua documentação histórica. Nos outros acervos pesquisados, nota-se uma escassez de documentos relativos à história das duas primeiras escolas de São Sebastião. As duas primeiras escolas de São Sebastião eram escolas primárias rurais e não funcionavam de acordo com o modelo previsto pelo Plano Educacional de Brasília, idealizado por Anísio Teixeira. A criação e permanência dessas escolas ocorreram à margem desse Plano Educacional, refletindo um sistema de ensino intrinsecamente diferenciado. O silêncio das fontes relativas à história dessas escolas revela o poder do arquivo em se fazer lembrar e esquecer, negando a certas pessoas e instituições o acesso a esses “templos da memória”.

**Palavras-chave:** Arquivo Escolar. Lugar de memória. Escola primária rural. Patrimônio histórico educativo. Escola Classe Cerâmica da Benção. Centro de Ensino Fundamental Cerâmica São Paulo. São Sebastião/DF. Guia de fontes e acervos.

## ABSTRACT

Considering the existence of historical sources related to education in the Federal District, spread in a number of collections and archives, the present research aims at systematizing a *documentary corpus* related to the history of the first two schools of São Sebastião/DF, Cerâmica da Benção Class-School (1959) and Cerâmica São Paulo Elementary School (1965), in the period between 1959 and 1996, by means of a guide of sources and collections. A historiographical research was conducted using documents collected, previously and throughout the research, about the period preceding the construction of Brasília, the history of the city of São Sebastião, and its first two schools. Based on the location, identification, and selection of sources and collections about these schools, a mapping of the places of memory was conducted, giving priority to school archives. As a technical product of the research, a guide of sources and collections approaching a history of the first two schools of São Sebastião is introduced, consisting in an instrument of research aimed at contributing to a writing of a history of education in the Federal District and the preservation of the educational historical heritage of these schools. The school archives reveal a diversity of documents that allows the identification of characters of the school routine as well as pointing out administrative and pedagogical practices. However, a gap is identified in their historical documents. A scarcity of documents related to the history of the first two schools of São Sebastião was observed in other researched collections. The first two schools of São Sebastião were rural elementary schools that did not operate according to the model provided in the Educational Plan of Brasília, idealized by Anísio Teixeira. The creation and permanence of these schools occurred outside this Educational Plan, reflecting an intrinsically differentiated educational system. The silence of the sources related to the history of these schools reveals the power of the archives to allow memories or forgetfulness, denying to certain people and institutions the access to these “temples of memory”.

**Keywords:** School archive. Place of memory. Rural elementary school. Educational historical heritage. Cerâmica da Benção Class-School. Cerâmica São Paulo Elementary School. São Sebastião/DF. Guide of sources and collections.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

(documento digital ou elaborado pelo autor)

FIGURA 1 – <i>Mappa dos Sertões que se comprehendem de Mar a Mar entre as capitánias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Matogrosso, e Pará</i> .....	29
FIGURA 2 – Esboço da zona de 14.400 quilômetros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brasil, mostrando os caminhamentos ligando Pyrenopolis, Santa Luzia e Formosa.....	32
FIGURA 3 - Novo Distrito Federal: Planta Índice Cadastral, setembro de 1958.....	34
FIGURA 4 - Codificação dos imóveis fundiários dos antigos municípios goianos.....	34
FIGURA 5 – Certidão de desapropriação da Fazenda Papuda pelo Estado de Goiás.....	36
FIGURA 6 – Cartograma da Área das cerâmicas da Papuda.....	37
FIGURA 7 – Contrato de arrendamento e cessão de direitos de aproveitamento de um depósito natural de argila, celebrado entre a NOVACAP e a Cerâmica Hideo Takehana (primeira folha).....	39
FIGURA 8 – Revista Brasília, n. 10, Ano 1, out. 1957, p. 10. Apresentação do Plano de Educação para a Nova Capital, por Ernesto Silva.....	115
FIGURA 9 – Quadro com o quantitativo de reuniões, ordinárias e extraordinárias do Conselho Diretor da Fundação Educacional do Distrito Federal, por ano (1960 a 1965).....	121
FIGURAS 10 e 11 - Planilha de escolas mantidas pela NOVACAP, em outubro de 1959, com a data que entrou em funcionamento, a quantidade de turmas e alunos e o nome de seus professores, com seus vínculos trabalhistas.....	160 - 161
FIGURA 12 - Relatório A Educação Primária em Brasília, da NOVACAP, de dezembro de 1959. (p. 1).....	163
FIGURA 13 - Relatório A Educação Primária em Brasília, da NOVACAP, de dezembro de 1959. (p. 5).....	164
FIGURA 14 - Ata da 12ª reunião da Diretoria da NOVACAP, em 06/02/58.....	166
FIGURA 15 - Ata da 66ª reunião Do Conselho de Administração da NOVACAP.....	167
FIGURA 16 - Boletim do Ministério da Educação e Cultura, nº 12, jul.-ago. 1958.....	168
FIGURA 17 - Ata da 196ª reunião da Diretoria da NOVACAP, em 09/08/1960.....	170
FIGURA 18 - Página da matéria sobre a inauguração da BR-251, que atravessa a RA de São Sebastião. Revista Destaque. Set. 1970.....	176
FIGURA 19 - Recorte de jornal lançando o Plano de Educação e Cultura do Governo Lamaison. 16/05/1980.....	177
FIGURA 20 - Tabela resumo da relação entre cada tipo de instrumentos de pesquisa e o nível da descrição.....	208



## LISTA DE FOTOGRAFIAS

(documento no suporte fotográfico ou fotografia do autor)

FOTOGRAFIA 1 – Acesso ao Bairro São José – São Sebastião. 13/09/95.....	41
FOTOGRAFIA 2 - Termo de exercício do Professor Antônio Pereira do Nascimento na Escola Rural da Cerâmica São Paulo.....	52
FOTOGRAFIA 3 - Controle de frequência da servente Maria Terezinha Caixeta e dos professores Antônio Pereira do Nascimento, Marlene de Pina Vieira Magalhães e Neusa Maria de Souza Feitosa, em fevereiro, março e abril de 1972, na Escola Rural da Cerâmica São Paulo.....	53
FOTOGRAFIA 4 - Abertura do controle de frequência do ano de 1973, na Escola Rural da Cerâmica São Paulo.....	54
FIGURA 5 – Escola Classe Cerâmica São Paulo. Assistente social com moradores e ao fundo horta escolar.....	55
FOTOGRAFIA 6 – Professores na frente da Escola Classe (ou Centro de Ensino de 1º Grau) Cerâmica São Paulo. Junho / 1985.....	56
FOTOGRAFIA 7 – Professora no Centro de Ensino de 1º Grau Cerâmica São Paulo. Junho / 1985.....	57
FOTOGRAFIA 8 – Professora no pátio do Centro de Ensino de 1º Grau Cerâmica São Paulo. Junho / 1985.....	57
FOTOGRAFIA 9 - Professores servindo lanche para os alunos no Centro de Ensino de 1º Grau Cerâmica São Paulo. Junho / 1985.....	58
FOTOGRAFIA 10 – Professores e alunos na frente do Centro de Ensino de 1º Grau Cerâmica São Paulo. Dezembro / 1987.....	59
FOTOGRAFIA 11 - Formandas no fundo do Centro de Ensino de 1º Grau Cerâmica São Paulo. Dezembro / 1987.....	60
FOTOGRAFIA 12 - Formando no fundo do Centro de Ensino de 1º Grau Cerâmica São Paulo. Dezembro / 1987.....	60
FOTOGRAFIA 13 - Frente do Centro de Ensino Fundamental Cerâmica São Paulo. Fevereiro / 2020.....	61
FOTOGRAFIA 14 – Espaço de guarda da documentação histórica da EC Cerâmica da Benção – Vista externa. Novembro / 2018.....	75
FOTOGRAFIA 15 - Espaço de guarda da documentação histórica da EC Cerâmica da Benção. Vista interna 1. Novembro / 2018.....	76
FOTOGRAFIA 16 - Espaço de guarda da documentação histórica da EC Cerâmica da Benção. Vista interna 2. Novembro / 2018.....	76
FOTOGRAFIA 17 - Espaço de guarda da documentação histórica da EC Cerâmica da Benção. Vista interna 1. Novembro / 2019.....	77
FOTOGRAFIA 18 - Espaço de guarda da documentação histórica da EC Cerâmica da Benção. Vista interna 2. Novembro / 2019.....	77
FOTOGRAFIA 19 – Caixa-arquivo contendo diários de classe dos professores (1980-1984).	

EC Cerâmica da Benção.....	77
FOTOGRAFIA 20 – Capa do diário de classe da Professora Maria Ferreira Chagas, de 1980, da 1ª série B, turno vespertino. EC Cerâmica da Benção.....	78
FOTOGRAFIA 21 – Diário de classe com o nome dos alunos da 1ª série B, turno vespertino, 1980. EC Cerâmica da Benção.....	79
FOTOGRAFIA 22 – Diário de Classe da 1ª série B, turno vespertino, 1980, com os campos objetivos a atingir ou conteúdos-sínteses; conteúdos e atividades desenvolvidas; observações e resumo das menções do bimestre. EC Cerâmica da Benção.....	81
FOTOGRAFIA 23 – Caixa-arquivo contendo fichas individuais de alunos (1980 – 1982), ofício circular (1980 - 1983), planos de ação (1982 - 1983) e mapas merenda (1980 - 1982). EC Cerâmica da Benção.....	83
FOTOGRAFIA 24 – Histórico escolar (Frente) do aluno Ademar Paulo Serafim, expedido em 17 de julho de 1988. Escola Classe Cerâmica da Benção.....	84
FOTOGRAFIA 25 – Histórico escolar (Verso) do aluno Ademar Paulo Serafim, expedido em 17 de julho de 1988. Escola Classe Cerâmica da Benção.....	85
FOTOGRAFIA 26 – Ficha Individual (Frente) – 1º Grau – 1ª à 4ª série – da aluna Sônia Maria da Silva, referente ao ano letivo de 1982, com rendimento escolar e frequência. Escola Classe Cerâmica da Benção.....	87
FOTOGRAFIA 27 – Ficha Individual (Verso) – 1º Grau – 1ª à 4ª série – da aluna Sônia Maria da Silva, referente ao ano letivo de 1982, com rendimento escolar e frequência. Escola Classe Cerâmica da Benção.....	88
FOTOGRAFIA 28 – Teste de avaliação de leitura e escrita (Capa) – Alfabetização – Nível intermediário. Escola Classe Cerâmica da Benção. 1984.....	89
FOTOGRAFIA 29 – Teste de avaliação de leitura e escrita (Página 1) – Alfabetização – Nível intermediário. Escola Classe Cerâmica da Benção. 1984.....	90
FOTOGRAFIA 30 – Teste de avaliação de leitura e escrita (Página 8) – Alfabetização – Nível intermediário. Escola Classe Cerâmica da Benção. 1984.....	91
FOTOGRAFIA 31 – Relação do pessoal existente na escola (em exercício e licença), página 1, de 30/8/74. Escola Classe Cerâmica da Benção.....	92
FOTOGRAFIA 32 – Relação do pessoal existente na escola (em exercício e licença), página 2, de 30/8/74. Escola Classe Cerâmica da Benção.....	93
FOTOGRAFIA 33 – Matrícula inicial, por sexo e idade, segundo a etapa. Alunos em 31/03/75. Escola Classe Cerâmica da Benção.....	95
FOTOGRAFIA 34 – Matrícula inicial, por série, etapa, turno e turmas. Alunos em 31/03/75. Escola Classe Cerâmica da Benção.....	96
FOTOGRAFIA 35 – Registro em ata de promoção do aluno Francisco Izaías dos Santos Júnior, da 3ª para a 4ª série, mediante prova de capacitação. Em 13/06/96. EC Cerâmica da Benção.....	97
FOTOGRAFIA 36 – Área em frente aos cômodos que guardam os documentos históricos do CEF Cerâmica São Paulo.....	99
FOTOGRAFIA 37 – Cômodo que guarda parte do acervo histórico do CEF São Paulo, local onde funciona o Serviço de Orientação Educacional (SOE). Vista externa.....	99
FOTOGRAFIA 38 – Cômodo que guarda parte do acervo histórico do CEF São Paulo, local utilizado também como depósito. Vista externa.....	99

FOTOGRAFIA 39 – Vista interna (1) do depósito, local de guarda de parte dos documentos históricos do CEF Cerâmica São Paulo.....	100
FOTOGRAFIA 40 – Vista interna (2) do depósito, local de guarda de parte dos documentos históricos do CEF Cerâmica São Paulo.....	100
FOTOGRAFIA 41 – Livros atas que compõem o acervo histórico do CEF Cerâmica São Paulo, guardados no “Depósito”.....	101
FOTOGRAFIA 42 – Vista interna da sala do SOE, local de guarda de parte dos documentos históricos do CEF Cerâmica São Paulo.....	101
FOTOGRAFIA 43 – Termo de abertura do livro ata de controle de frequência dos professores da Escola Rural Cerâmica São Paulo, em 08/03/1971.....	103
FOTOGRAFIA 44 – Controle de frequência da servidora (servente) e do professor da Escola Rural Cerâmica São Paulo, no mês de fevereiro de 1971.....	103
FOTOGRAFIA 45 – Termo de exercício da Professora Marlene de Pina Magalhães, na Escola Rural Cerâmica São Paulo, em 17 de junho de 1972.....	105
FOTOGRAFIA 46 – Ocorrência do vigia do Centro de Ensino de 1º Grau Cerâmica São Paulo, Osvaldo Marciano da Silva, no dia 29 de março de 1992.....	107
FOTOGRAFIA 47 – Guia de recolhimento de bens móveis de interesse da Escola Classe Cerâmica São Paulo, em 09 de maio de 1984.....	109
FOTOGRAFIA 48 – Guia de recolhimento de bens móveis, em 05 de agosto de 1996. ....	110
FOTOGRAFIA 49 - Caixa-arquivo 001 do Fundo FEDF, contendo um livro de posse dos conselheiros da FEDF e três livros atas de reuniões da FEDF.....	120
FOTOGRAFIA 50 - Livro ata das reuniões do Conselho Diretor da FEDF (1960-1965).....	120
FOTOGRAFIA 51 - Trecho da 1ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FEDF, realizada em 11/10/1960.....	123
FOTOGRAFIA 52 - Trecho da 2ª reunião Extraordinária do Conselho Diretor da FEDF, realizada em 21/11/1960.....	125
FOTOGRAFIA 53- Trecho da 16ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FEDF, realizada em 07/04/1961.....	126
FOTOGRAFIA 54 - Trecho da 58ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FEDF, realizada em 29/03/1962.....	128
FOTOGRAFIA 55 - Trecho da 72ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FEDF, realizada em 30/08/1962.....	130
FOTOGRAFIA 56 - Trecho da 102ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FEDF, realizada em 19/08/1964.....	133
FOTOGRAFIA 57 - Trecho da 127ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FEDF, realizada em 16/06/1965.....	135
FOTOGRAFIA 58 - Trecho da 145ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FEDF, realizada em 9/02/1966.....	136
FOTOGRAFIA 59 - Boletins do CEDF no acervo/biblioteca do CEDF.....	139

FOTOGRAFIA 60 - Acervo/biblioteca do CEDF.....	139
FOTOGRAFIA 61 - Indicação nº 5, aprovada em 31/05/63 pelo CEDF.....	141
FOTOGRAFIA 62 - Recorte da Indicação nº 2, aprovada em 06/12/63 pelo CEDF.....	143
FOTOGRAFIA 63 - Parecer nº 19/70, do CEDF, que autoriza o funcionamento da Escola Rural de Cachoeirinha.....	146
FOTOGRAFIA 64 - Parecer nº 49/70, do CEDF, que aprovou a criação da Escola Rural na Fazenda Jataí.....	147
FOTOGRAFIA 65 - Parecer nº 21/72, do CEDF, que aprovou a criação da Escola “Nova Betânia”.....	149
FOTOGRAFIA 66 - Parecer nº 93/75, do CEDF, que aprovou o Plano de Educação do Distrito Federal.....	152
FOTOGRAFIA 67 - Parecer nº 93/75, do CEDF, com as diretrizes e os objetivos gerais do Plano de Educação do Distrito Federal.....	153
FOTOGRAFIA 68 - Parecer nº 68/79, do CEDF, dispõe sobre exercício da Função de diretor das Escolas Rurais.....	156
FOTOGRAFIA 69 - Ata de instalação da Fundação Educacional do Distrito Federal, em 29 de setembro de 1960. Fonte: Fundo FEDF / ArPDF.....	180
FOTOGRAFIA 70 - Organograma do Departamento do Ensino Elementar da FEDF, aprovado pela Resolução nº 12, de 17 de março de 1961, pelo Conselho Diretor da FEDF.....	182
FOTOGRAFIA 71 - Instrução nº 05, de 23 de junho de 1972, que cria a Escola Rural “Nova Betânia”.....	189
FOTOGRAFIA 72 - Alteração de denominação de escolas (Anexo III da Resolução nº 95, de 21/10/76).....	191
FOTOGRAFIA 73 - Mapa das escolas rurais distribuídas nas Regiões Administrativas em 1980.....	192
FOTOGRAFIA 74 - Vinculação de unidades de ensino ao Complexo Escolar “A” do Núcleo Bandeirante. Instrução nº 58, de 29/01/80.....	194
FOTOGRAFIA 75 - Anexo da Portaria nº 17/80 da SEC, reconhecimento da Escola Classe Cachoeirinha.....	196
FOTOGRAFIA 76 - Anexo da Portaria nº 17/80 da SEC, reconhecimento da Escola Classe Cerâmica da Benção e da Escola Classe Cerâmica São Paulo.....	197
FOTOGRAFIA 77 - Anexo da Portaria nº 17/80 da SEC, reconhecimento da Escola Classe Jataí e da Escola Classe Nova Betânia.....	198

## LISTA DE SIGLAS

A. N.	- Atos Normativos (FEDF)
APM	- Arquivo Público Mineiro (MG)
ArPDF	- Arquivo Público do Distrito Federal (DF)
BCE	- Biblioteca Central da Universidade de Brasília (DF)
CASEB	- Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (MEC)
CBA	- Ciclo Básico de Alfabetização
CD	- Conselho Diretor (FEDF)
CDU	- Classificação Decimal Universal
CEDF	- Conselho de Educação do Distrito Federal (DF)
CEDUC	- Centro de Educação e Memória da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (DF)
CEF	- Centro de Ensino Fundamental
CEM	- Centro de Ensino Médio
CEMAS	- Centro de Educação e Memória do Atheneu Segipense (SE)
CME	- Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (SP)
CEMEB	- Centro de Ensino Médio Elefante Branco (DF)
COBAPA	- Comissão Básica de Pesquisa de Atos Administrativos da FEDF (DF)
CODEPLAN	- Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (DF)
CREDER	- Complexo de Educação Rural do DF
CSAD	- Comissão Setorial de Avaliação de Documentos
CV	- Consoante Vogal
CVC	- Consoante Vogal Consoante
DEE	- Departamento do Ensino Elementar (FEDF)
DEM	- Departamento do Ensino Médio (FEDF)
DEPHA	- Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (SEC/DF)
DIE	- Departamento de Inspeção de Ensino (FEDF)

DODF - Diário Oficial do Distrito Federal

E - Excelente

EC - Escola Classe

FAPITEC - Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (SE)

FEDF - Fundação Educacional do Distrito Federal (DF)

FEUSP - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (SP)

FG - Função Gratificada

FIA - Ficha Individual de Aluno

FZDF - Fundação Zoobotânica do Distrito Federal (DF)

GDF - Governo do Distrito Federal

GE - Grupo Escolar

GEDESP - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Escolar e não Escolar no Sertão Pernambucano (PE)

HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisa, História, Sociedade e Educação no Brasil (UNICAMP / SP)

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil)

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Brasil)

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (MEC)

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil)

ISAD (G) - *General International Standard Description*

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação e Cultura (Brasil)

MECOL - Marçal Engenharia e Construções Ltda (DF)

MI - Médio Inferior

MM - Médio

MS - Médio Superior

MUDE - Museu da Educação do Distrito Federal (DF)

NS - Não Satisfatório

NOBRADE - Norma Brasileira de Descrição Arquivística

NOVACAP - Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (DF)

PDF	- Prefeitura do Distrito Federal
PLIDER	- Plano Integrado de Desenvolvimento Rural
RA	- Região Administrativa
RBHE	- Revista Brasileira de História da Educação (Universidade de Maringá / PR)
RIDPHE	- Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo (Campinas, SP)
S	- Satisfatório
SAMUDE	- Sistema Arquivístico do Museu da Educação do Distrito Federal
SEA	- Secretaria de Administração (DF)
SEC	- Secretaria de Educação e Cultura (DF)
SEDF	- Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (DF)
SEI	- Sistema Eletrônico de Informação
SER	- Sem Rendimento Evidenciado
SINAR	- Sistema Nacional de Arquivos
SOE	- Sistema de Orientação Educacional
SS	- Superior
SUDECO	- Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (Brasil)
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## **ARQUIVOS E ACERVOS PESQUISADOS**

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL (DF)

BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (DF)

CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO PAULO (DF)

CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (DF)

ESCOLA CLASSE CERÂMICA DA BENÇÃO (DF)

MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (DF)



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO..</b> .....	16
<b>1 HISTÓRIA DE SÃO SEBASTIÃO E DE SUAS PRIMEIRAS ESCOLAS</b> .....	27
1.1 NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DO DISTRITO FEDERAL E DE SÃO SEBASTIÃO.....	27
1.1.1 O Planalto Central antes do Brasil.....	27
1.1.2 A ocupação do sertão.....	28
1.1.3 A Missão Cruls.....	31
1.1.4 A ocupação do território de São Sebastião para a construção de Brasília.....	33
1.2 A PRIMEIRA ESCOLA DE SÃO SEBASTIÃO: ESCOLA DA CERÂMICA BENÇÃO.....	41
1.3 A SEGUNDA ESCOLA DE SÃO SEBASTIÃO: ESCOLA RURAL DA CERÂMICA SÃO PAULO.....	50
<b>2 LUGARES DE MEMÓRIA DA ESCOLARIZAÇÃO EM SÃO SEBASTIÃO</b> .....	63
2.1 HISTÓRIA, MEMÓRIA E ARQUIVO: TEORIZANDO RELAÇÕES.....	65
2.1.1 História, historiografia da educação e fontes.....	65
2.1.2 Arquivo: memória e história.....	68
2.2 MAPEANDO OS ARQUIVOS E ACERVOS ESCOLARES.....	74
2.2.1 Acervo da Escola Classe Cerâmica da Benção.....	74
2.2.2 Acervo do Centro de Ensino Fundamental Cerâmica São Paulo.....	98
2.2.3 Outros lugares de memória.....	111
2.2.3.1 Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal.....	111
2.2.3.2 Acervo do Conselho de Educação do Distrito Federal.....	137
2.2.3.3 Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal.....	158
2.2.3.4 Coletânea Atos Normativos da FEDF.....	179
2.3 ESCOLAS À MARGEM DO PLANO EDUCACIONAL DE BRASÍLIA.....	199

<b>3 UM GUIA DE FONTES E ACERVOS</b> .....	205
3.1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE A ELABORAÇÃO DE UM GUIA DE FONTES E ACERVOS.....	205
3.1.1 A descrição de arquivos e os instrumentos de pesquisa.....	205
3.1.2 A escolha por um Guia de fontes e acervos.....	207
3.1.3 Modelos de guias.....	210
3.2 Guia de fontes e acervos para uma história das duas primeiras escolas de São Sebastião.....	215
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	244
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	249
<b>CADERNO ICONOGRÁFICO</b> .....	261

## INTRODUÇÃO

A partir da decisão da construção de Brasília, olarias e cerâmicas foram instaladas para a produção de tijolos e telhas, principalmente ao longo do Córrego Mato Grande (divisa da Fazenda Papuda e Taboquinha) e do Ribeirão Santo Antônio da Papuda, hoje Região Administrativa (RA) de São Sebastião. Para atender as crianças, filhos dos oleiros, foi criada pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) uma escola provisória, chamada de Escola da “Cerâmica Benção” ou Escola da Papuda, em agosto de 1959, conforme consta no Relatório da Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília – CASEB, em visita à cidade entre os dias 07 e 10 de janeiro de 1960. (DISTRITO FEDERAL, 1984, p. 45; -----, 2001, p. 48<sup>1</sup>). Essa escola, que atendia 102 alunos (SILVA apud DISTRITO FEDERAL, 2001), permanece funcionando até hoje, como Escola Classe Cerâmica da Benção, localizada no Setor Tradicional da cidade. Entretanto, de acordo com os registros oficiais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 1985), a Escola Rural Cerâmica da Benção teria iniciado suas atividades escolares em 1968, sendo o ato de sua criação o Decreto 481-GDF, de 14/01/1966.

As primeiras escolas de São Sebastião não estavam previstas no Plano Educacional de Brasília, elaborado por Anísio Teixeira.

A rapidez com que ali se formaram as primeiras aglomerações humanas, concentradas, na maior parte, em torno dos locais de trabalho, tornou imperiosa, para a NOVACAP, a necessidade de se criarem **escolas de caráter transitório**, nesses pontos de maior concentração e, por isso, **não ajustadas às normas de construção e de localização que se tinham previsto**. (DISTRITO FEDERAL, 2001, p. 48, destaque meu).

Além da Escola Rural Cerâmica da Benção, as primeiras escolas registradas oficialmente na região foram (DISTRITO FEDERAL, 1985): a Escola Rural Cerâmica São Paulo (construída em 1964, começou a funcionar em março de 1965, sendo criada oficialmente em 1966), a Escola Rural Cachoeirinha (construída em 1969, começou a funcionar em abril de 1970, sendo criada oficialmente em 1977), a Escola Rural do Jataí (inaugurada em 30 de março de 1970, iniciou suas atividades escolares somente em 23 de

---

<sup>1</sup> A escola da “Cerâmica Benção” aparece como a 12ª escola construída provisoriamente, pela NOVACAP, como realizações precárias, entre 1958 e 1959, conforme o inventário do referido Relatório da CASEB (2001, p. 48). Ainda, nesse mesmo inventário (2001, p. 49), consta como construção concluída para a execução do Plano “uma escola em Papuda, de duas salas, com capacidade para 140 alunos, em dois turnos”. Trata-se do Plano do Sistema Educacional de Brasília. Papuda é o nome da Fazenda desapropriada para a instalação de cerâmicas e olarias que produziram tijolos e telhas para a construção de Brasília. Ver capítulo 1.

novembro de 1970, sendo criada oficialmente em 25 de agosto de 1970) e a Escola Rural Nova Betânia (construída em 1971, começou a funcionar em março de 1972, sendo criada oficialmente em 1972).

A localização e sistematização de fontes relacionadas às duas primeiras escolas localizadas na atual Região Administrativa de São Sebastião, dispersas em diversos acervos e arquivos do Distrito Federal, relativas ao período de 1959-1996, é o objeto sobre o qual se debruça esta dissertação, com o intuito de contribuir com a escrita de uma história da educação em Brasília e, ao mesmo tempo, colaborar com a preservação do seu patrimônio histórico educativo.

Em balanços sobre a produção do campo da história da educação no Brasil, os arquivos escolares – sua organização, políticas de preservação e ou divulgação - são considerados como um novo tema relevante (GALVÃO *et al.*, 2008). Pesquisando a produção historiográfica concernente à temática em revistas especializadas no campo da história da educação,<sup>2</sup> é possível confirmar essa tendência na pesquisa histórico-educacional recente. A seleção dos artigos foi orientada em função da questão da preservação do patrimônio histórico educativo relativo aos acervos escolares, enfatizando-se a organização e descrição de fontes e acervos escolares e a sua publicação por meio de instrumentos de pesquisa. Consciente da impossibilidade de se abranger toda a produção historiográfica nesse campo de pesquisa e sem a pretensão de ser exaustivo, problematiza-se uma parte dos resultados de pesquisa já publicados em algumas revistas especializadas.

Destaco, inicialmente, a publicação de quatro dossiês<sup>3</sup> relativos a arquivos escolares nas revistas pesquisadas. Há neles estudos que promovem uma reflexão teórica sobre o lugar

<sup>2</sup> Realizei uma busca pela palavra-chave arquivo(s) escolar(es), sendo selecionados 33 artigos nas seguintes revistas especializadas no campo da história da educação: **Revista História da Educação** (Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (Asphe), desde 1997), **Revista HISTEDBR On-line** (Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” – HISTEDBR, Faculdade de Educação/UNICAMP, desde 2000), **Revista Brasileira de História da Educação** (RBHE – Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), Universidade Estadual de Maringá, desde 2001), **Cadernos de História da Educação** (Editora da Universidade Federal de Uberlândia, desde 2002), **Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo** (RIDPHE\_R, publicação on-line hospedada no Portal de Publicações Periódicas da Faculdade de Educação/UNICAMP, Rede Iberoamericana para a Investigação e a Difusão do Patrimônio Histórico Educativo, com sede na FE/UNICAMP/Brasil, desde 2015), **Revista de História e Historiografia da Educação** (Grupo de Trabalho em História da Educação da Associação Nacional de História – GTHE/ANPUH, Editora da UFPR, desde 2017), **Revista Pro-Posições** (Faculdade de Educação da UNICAMP, desde 1990).

<sup>3</sup> “Arquivos Escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação”, publicado na RBHE, em 2005; “Cultura escolar e cultura material escolar: entre arquivos e museus”, publicado na Revista Pro-Posições, em 2005; “Arquivos, objetos e memórias educativas: práticas de inventário e de museologia”, publicado na RBHE, em 2011 e “Patrimônio Histórico-Educativo Escolar: os arquivos históricos em suas instituições de origem”, publicado na RIDPHE, em 2016. No primeiro dossiê, analisei 5 artigos, de um total de 6; no segundo dossiê, analisei um artigo, de um total de 8; no terceiro dossiê, analisei 2 artigos, de um total de 5 e no quarto dossiê, analisei 2 artigos, de um total de 5.

dos arquivos nas instituições educativas (MOGARRO, 2005a), o papel dos arquivos escolares para a pesquisa e a memória educativa (MOGARRO, 2005b), a necessidade de preservação dos acervos, o que deve ser preservado, o conceito de arquivos escolares e a legislação pertinente à sua guarda (BONATO, 2005), os significados das atividades práticas de investigação para a historiografia da educação, para a divulgação do conhecimento e para os museus (FELGUEIRAS, 2011) e a situação dos arquivos escolares, buscando revelar fontes históricas inéditas pra a renovação da história da educação, a inovação do ensino de história e o trabalho participativo das comunidades escolares em torno da sua memória e identidade (DÍAZ e LYON, 2016). Outros artigos problematizam a relação entre arquivos, museus e centros de memória, como o tombamento do prédio da Escola Caetano de Campos em São Paulo (BARLETTA, 2005), o Centro de Memória da Escola de Aplicação de São Paulo (ZAIA, 2005) e o “Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense” (ALVES, 2016).

Barletta (2005), partindo de alguns pressupostos da arquivologia e da museologia, discute o lugar dos objetos (materiais didáticos ou pedagógicos) nos arquivos escolares, os quais trazem informações valiosas sobre a escola. Afirma que o museu é uma instituição que trabalha com coleções, feitas de maneira artificial, por aquisição, e tem como uma de suas funções expô-las. O documento arquivístico, por sua vez, já é produzido e acumulado naturalmente, como prova de atividades ou funções de pessoas físicas ou jurídicas. Ainda para a autora, o estudo das práticas escolares a partir de arquivos escolares só é possível se neles forem incluídos os documentos nos mais diferentes suportes, como os materiais didáticos e pedagógicos. Citando Cooke, Barletta (2005) critica os manuais tradicionais e os arquivistas de modo geral que preferem manter no esquecimento seus armários de objetos ou enviá-los para os museus. Conclui que determinados conjuntos de objetos, ligados diretamente a funções primordiais de uma instituição, deveriam integrar seus arquivos, trazendo para a arquivística propósitos de renovação (BARLETTA, 2005). Bonato (2005) discute os arquivos escolares como fonte e objeto de pesquisa e adverte que a atenção dada aos museus não é dedicada aos arquivos, que “apenas emprestam documentos para a exposição, permanecendo, no entanto, literalmente, como ‘arquivo morto’.” (RIBEIRO *apud* BONATO, 2005, p.207)

Zaia (2005), refletindo sobre o projeto “Preservando a memória do ensino público paulista: a organização do Centro de Memória da Escola de Aplicação (1959-1999)”, afirma que a escolha da organização de um centro de memória possibilita “a organização de coleções provenientes de pesquisa ou recolhidas por meio de doações, jamais possíveis apenas com a organização do arquivo permanente/histórico”. Problematiza, portanto, o alargamento do

conceito de documento arquivístico, tomando como base a diversidade de suporte no qual foi gerado.

Alves (2016) relata a experiência do projeto “Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense – CEMAS”, que brotou da semente de uma exposição comemorativa dos seus 135 anos, em 2005, financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC). O CEMAS tem como objetivo salvaguardar as fontes históricas do Atheneu Sergipense, após a organização de sua massa documental. Há um “Termo de Convênio de Cooperação Técnica assinado entre a Universidade Federal de Sergipe e a Secretaria de Estado da Educação” com o objetivo de executar atividades de pesquisa, ensino e extensão no âmbito do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. Com esse termo, o CEMAS é oficialmente institucionalizado. O acervo documental do CEMAS está organizado em um único fundo denominado Atheneu Sergipense, dentro do período de 1848 a 1970, que expressa elementos administrativos e pedagógicos da instituição secundária. Em 2016, foi realizado, em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Sergipe, o projeto “Organização de arquivos escolares: da teoria à prática”, curso de formação, incluindo cinco escolas pertencentes à Rede Estadual de Ensino.

Pode-se observar que tanto o Centro de Memória da Escola de Aplicação de São Paulo e o “Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense” contaram com o apoio decisivo, respectivamente, do Centro de Memória da Educação (CME) da Faculdade de Educação da USP (FEUSP) e da Universidade Federal de Sergipe. O CME da FEUSP realiza ainda diversas outras ações junto às escolas do Estado de SP. Além dessas duas universidades, outros artigos dos dossiês relatam os projetos desenvolvidos por grupos de pesquisa universitários, que realizam levantamentos documentais em acervos públicos e escolares, como o de “Educação e Memória”, da Universidade Federal do Mato Grosso (SIQUEIRA, 2005) e o de um grupo de pesquisadores da UNICAMP (MENEZES, 2011).

Além dos artigos publicados nos quatro dossiês citados acima, a pesquisa realizada nas revistas especializadas em história da educação aponta outras experiências em instituições escolares e a presença de diversos grupos e projetos de pesquisas em instituições universitárias, que dizem respeito aos arquivos escolares e à preservação do patrimônio histórico educativo.

O Colégio Pedro II (CARDOSO e OLIVEIRA, 2007) possui um Núcleo de Documentação e Memória, criado em 1995, parte do Centro de Documentação e Memória. O Colégio La Salle-Mahls (GRAEBIN e ALMEIDA, 2015), do Unilassale Canoas - RS, possui

um Museu e Arquivo Histórico. O Colégio Municipal Pelotense - RS possui um Museu (AMARAL, 2015). No Colégio Estadual do Paraná (RANZI e GONÇALVES, 2010), há um projeto de organização do seu acervo documental, visando, em especial, a constituição de um banco de dados, em parceria com Arquivo Público do Estado do Paraná e com a Fundação Araucária, da Secretaria da Educação. O Centro de Memória do Colégio Estadual do Paraná articula, em um espaço único, o Museu Guido Straube (reorganizado e ressignificado), a Seção de Documentação Histórica e a Seção de Proteção de Patrimônio Histórico.

Em relação a instituições universitárias que possuem grupos de pesquisa sobre a história de instituições escolares, privilegiando os arquivos escolares, além da Universidade Federal do Mato Grosso (SIQUEIRA, 2005), da FEUSP (ZAIA, 2005), da UNICAMP (MENEZES, 2011), há a Universidade do Estado da Bahia, com o Projeto Levantamento de Fontes sobre a história do Ensino de História nos municípios do entorno (SOUZA e MIGUEL, 2016). Destaco o subprojeto Colégio Estadual Governador Luiz Viana Filho: instituição, arquivo escolar e possibilidades de pesquisa (1956-1994), que tem como objetivo inventariar a documentação referente à história desta instituição escolar (objeto desta pesquisa) e produzir um Catálogo de Fontes Primárias, apresentando a documentação investigada e elencando suas possibilidades de investigação histórica perante o objeto em estudo. Além disso, o Catálogo produzido abarca também conhecimentos teóricos sobre os arquivos e as instituições escolares, assim como retrata a história do colégio, a situação que se encontra seu arquivo e seus documentos, apontando possíveis soluções em relação aos problemas de conservação e preservação destes espaços (SOUZA e MIGUEL, 2016).

Ainda na Universidade do Estado da Bahia, há o projeto “Missões de Pesquisa: levantamento e catalogação de fontes sobre a História da Educação no interior baiano” (SANTOS e MIGUEL, 2015). Outras universidades que desenvolvem projetos relacionados a arquivos escolares e história das instituições educacionais são: a Universidade Federal de Pelotas/RS (ARRIADA, TAMBARA e TEIXEIRA, 2015); a Universidade Estadual do Paraná, *campus* de União da Vitória (PR) (KLEIN e STENTZLER, 2018); a Universidade Federal de Viçosa (CABRAL *et al.*, 2013); a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (SILVA, 2017), com projetos de extensão coordenados por Eurize Caldas Pessanha; a Universidade Estadual de Londrina (ABBUD e IVASHITA, 2017) e a Universidade de Pernambuco (PEREIRA e PEREIRA, 2017), com o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Escolar e não Escolar no Sertão Pernambucano (GEPESPE), que realizou um projeto de preservação e recuperação de documentos, levantamento de material, digitalização e catalogação no Memorial do Colégio Dom Bosco de Petrolina - PE (1996-2015).

Existem equipes que integram o Grupo de Estudos e Pesquisa, História, Sociedade e Educação no Brasil - HISTEDBR/UNICAMP: HISTEDOPR, GT-Cascavel, com o projeto “Levantamento, a Organização e a Catalogação de Fontes Primárias e Secundárias para a História da Educação na região Oeste do Paraná” (SILVA, 2011); HISTEDNO PR, com a pesquisa fontes para História da Educação no Município de Curiúva, Estado do Paraná, com recorte nas escolas rurais no Norte Pioneiro do Paraná (OLIVEIRA, SILVA e BUENO, 2018); HISTEDBR – Secção – PA – UFPA – ICED - FAED, que pretende transformar o espaço da Sociedade Paraense da Educação em Museu da Educação Amazônico (ROSÁRIO e MELO, 2015) e conta ainda com um projeto de recuperação e disponibilização da história e memória do Grupo Padre Luiz Gonzaga (Bragança – PA).

Por fim, destaco a iniciativa da Universidade de Brasília (Decanato de Graduação, Coordenação de Integração das Licenciaturas) que escolheu o Centro de Ensino Médio Elefante Branco (CEMEB) como um Polo de Integração da universidade. O Departamento de História, representado pela Professora Cristiane de Assis Portela, está propondo, como um Projeto de Extensão, a constituição de um Centro de Memória do CEMEB. A partir do seu acervo escolar, serão empreendidas ações de ensino, pesquisa e extensão que “permitam reconhecer a relevância histórica da instituição para as memórias do Distrito Federal. [...] Trata-se de uma experiência piloto no Distrito Federal que visa ressignificar a importância histórica das comunidades escolares [...]”. (PORTELA, 2019)

O que há em comum em vários desses projetos de pesquisa, que duram de um a quatro anos, é o apoio de fundações de amparo à pesquisa e o uso de recursos da própria universidade. Nota-se também uma ênfase quanto à prática arquivística de preservação, organização e guarda dos documentos (conservação, higienização, acondicionamento, armazenamento, identificação, descrição, classificação, avaliação, quadro de arranjo, instrumentos de pesquisa, inventário, guia e catálogo de fontes). Além disso, há o envolvimento da comunidade escolar nas ações das práticas arquivísticas, tanto dos alunos das escolas como dos alunos das universidades, fortalecendo a dimensão pedagógica de uma política de preservação patrimonial.

Apresenta-se dessa forma um dilema para a realização desta pesquisa acadêmica de mestrado profissional, a qual não tem como, neste momento, solucionar a questão da organização dos arquivos das primeiras escolas de São Sebastião, segundo as técnicas arquivísticas mobilizadas nas pesquisas arroladas. Cabe considerar que essa função, no Distrito Federal, é regulamentada por legislação arquivística própria, cabendo à Comissão



Setorial de Avaliação de Documentos (CSAD)<sup>4</sup> da SEDF a avaliação documental, tomando por base o levantamento da produção documental do órgão.

Diante dessa problemática envolvida na preservação do patrimônio histórico educativo relativo aos arquivos escolares, que tipo de trabalho, então, pode ser realizado com os acervos das primeiras escolas de São Sebastião-DF com vistas a uma primeira contribuição para a preservação do seu patrimônio histórico-educacional arquivístico?

Considerando que há fontes históricas relacionadas à educação no Distrito Federal e às primeiras escolas de São Sebastião que estão dispersas em diversos acervos e arquivos públicos (tanto escolares como não escolares), bem como a possibilidade de um diagnóstico inicial dos acervos das referidas escolas, torna-se relevante e exequível investir na sistematização desse *corpus* documental, por meio de um guia de fontes e acervos que possa, assim, tornar-se ponto de partida para futuros investimentos de pesquisa e arranjo arquivístico que venham a ser desenvolvidos nessas instituições.

Desse modo, o objetivo geral desta pesquisa é o de sistematizar o *corpus* documental relativo à história de duas das primeiras escolas de São Sebastião: a Escola Classe Cerâmica da Benção e o Centro de Ensino Fundamental Cerâmica São Paulo, por meio de um guia de fontes e acervos, como contribuição inicial à preservação do patrimônio histórico educativo dessas instituições.

Para atingir tal objetivo geral, três são os objetivos específicos a serem perseguidos no decorrer do trabalho: 1) Reconstituir uma história das duas primeiras escolas de São Sebastião/DF, para uma melhor contextualização dos documentos por elas e sobre elas produzidos; 2) Mapear os lugares de memória, localizando, identificando e selecionando acervos e fontes relativos às duas primeiras escolas de São Sebastião/DF; 3) Apresentar, como produto técnico desta pesquisa, um guia de fontes e acervos para uma história das duas primeiras escolas de São Sebastião DF (1959/1996).

O recorte cronológico adotado para o mapeamento da documentação relativa às primeiras escolas de São Sebastião vai do ano de 1959, quando foi criada a primeira escola na região da atual cidade de São Sebastião, ao ano de 1996, quando, com a promulgação da segunda LDB - Lei 9394/96, se inicia uma série de reorganizações e se expande o número de escolas no DF.

---

<sup>4</sup> A CSAD da Secretaria de Estado de Educação foi constituída pela Portaria nº 544, de 11 de dezembro de 2017, da SEDF, publicada no DODF de 18/12/2017. A SEDF aplica o Código de Classificação de Documentos de Arquivo: Atividade Meio e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos relativo a atividades-meio, utilizados pelo Governo do Distrito Federal. Cabe à SEDF, por meio da CSAD, proceder ao desenvolvimento das classes às atividades específicas, bem como estabelecer os prazos de guarda e destinação dos documentos relativos às suas atividades-fim.

Alguns conceitos tornam-se fundamentais no desenvolvimento desta pesquisa: os conceitos de documento/ fonte, de arquivo, de memória e história.

De acordo com Le Goff (2003, p. 25), “o passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história”. O medievalista destaca que “uma parte importante dos documentos do passado esteja ainda por se descobrir”, bem como “novas leituras de documentos, frutos de um presente que nascerá no futuro, deve assegurar ao passado uma sobrevivência – ou melhor, uma vida - que deixa de ser ‘definitivamente passado’ (*Idem*)”.

Mogarro (2005b) afirma que, embora os documentos de arquivo possam se constituir em fontes consagradas, as fontes dos arquivos escolares são consideradas menores, por se tratar de processos educativos. Para a autora, os documentos dos arquivos escolares contêm informações internas produzidas pelos atores educativos e pela própria instituição, no âmbito das suas próprias atividades cotidianas. Esses documentos são “produtos da sistemática ‘escrituração’ da escola e revelam as relações sociais que, no seu interior, foram sendo desenvolvidas pelos actores sociais”. (MOGARRO, 2005b, p. 105) Para Bonato (2005), o acervo arquivístico de uma escola é formado em decorrência de atividades administrativas, que produzem documentos de secretaria, e de atividades pedagógicas formais e informais, que produzem materiais diretamente relacionados ao processo ensino-aprendizagem, no cotidiano da sala de aula, *locus* principal dessa atividades.

Lugli e Giglio (2019) afirmam que do ponto de vista institucional, o controle do trabalho dos professores é realizado através da delimitação e do controle do tempo do ensino, do conteúdo de ensino, do registro das aulas e da frequência, dos espaços em que se desenvolve esse ensino. Para essas autoras (2019, p. 219), são “diretrizes que pretendem regular a ação de modo mais cotidiano do que pela edição de leis e regulamentos”. Ainda para essas autoras (2019), o controle e disciplina da atividade dos professores nas escolas se dão também através da descrição dos resultados, forma do Estado compreender a dinâmica geral do sistema de ensino. Ao estudarem a criação da Inspeção de Ensino na São Paulo em meados do século XIX e a organização das estatísticas nacionais sobre a educação na década de 30, identificam as inspeções de ensino e as estatísticas educacionais como dois mecanismos de estratégias de controle que dizem respeito à organização das condições para a ação do professor, não diretamente à sua pessoa. Dessa forma, os arquivos escolares apresentam documentos que dizem respeito tanto a um controle interno quanto a um controle externo da escola sobre o trabalho do professor.

A documentação presente nos arquivos escolares das duas primeiras escolas de São Sebastião pode vir a corroborar com uma crítica a uma história épica da construção de Brasília, uma cidade planejada, com um plano educacional inovador. Porém, como diz Ragazzini (2001, p.23), “os dados de uma escola não explicam o conjunto geral de uma época, muito menos, o contexto histórico geral e a legislação vigente”. O autor propõe um uso graduado das fontes, sendo necessário, “retornar às fontes – em determinados casos, buscar pela primeira vez as fontes”. Assim, como esclarece Le Goff (2003, p. 109):

Falar dos silêncios da historiografia tradicional não basta; penso que é preciso ir mais longe: questionar a documentação histórica sobre as lacunas, interrogar-se sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços em branco da história. Devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio, e fazer a história a partir dos documentos e da ausência dos documentos.

Ragazzini (2001), por sua vez, ao diferenciar as fontes *para* a história da escola e da educação das fontes *da* história da escola e da educação, afirma que as fontes escolares não são suficientes para fazer uma história integral da escola, não sendo as únicas possíveis para tal, embora sejam importantes e significativas. Por outro lado, o autor chama a atenção para a inovação no uso das fontes, o que só será possível com uma nova sensibilidade documentária (além de uma nova prática de pesquisa e uma nova prática arquivística).

Uma nova historiografia e uma nova cultura arquivista-documentária não poderão se desenvolver sem instrumentos de difusão e circulação das informações, tais como catálogos e coletâneas para a divulgação dos dados e dos resultados das pesquisas. (RAGAZZINI, 2001, p. 26)

Para Le Goff (2003, p. 9):

Desde a Antiguidade, a ciência histórica reunindo documentos escritos e fazendo deles testemunhos, superou o limite de meio século ou do século abrangido pelos historiadores que dele foram testemunhas oculares e auriculares. Ela ultrapassou também as limitações impostas pela transmissão oral do passado. A constituição de bibliotecas e arquivos forneceu, assim, os materiais da história.

A objetividade do historiador é questionável (LE GOFF, 2003), considerando a incidência do meio social sobre as suas ideias e métodos, não se podendo evitar a influência deformante do presente na leitura do passado.

Quer se trate de documentos conscientes ou inconscientes, [...] as condições de produção do documento devem ser minuciosamente estudadas. [...] Nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado. O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é ‘falso’, avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo. (LE GOFF, 2003, p. 110)

Farge (2011, p. 09) afirma que “na atualidade, ora trágica, ora melancólica, há lugares para a história que permitem confrontar o passado e o presente, interrogando de outra forma os documentos e os acontecimentos, procurando articular o que desaparece com o que aparece.” Essa historiadora atribui uma importância ao acontecimento, proporcional à inquietude com o “silêncio das fontes”. Considerando o acontecimento fabricante e fabricado, um pedaço de tempo, afirma que “é através dos farrapos da sua existência que o historiador trabalha se quiser dar conta dele”. (FARGE, 2011, p. 71)

O(s) acontecimento(s) mantêm o fio do relato: asperezas tangíveis que fornecem provas, em torno das quais o historiador estabelece sentido, uma cronologia, adventos. Porque festeja o acontecimento desentocado do arquivo, o historiador constrói seu relato a seu redor, inclui no seu procedimento como aquilo que traz a justificação do que quer demonstrar. (FARGE, 2011, p. 73)

Farge (2011, p. 78) também considera a memória como um teatro pessoal, que “se fabrica através de reconstituições íntimas ou míticas”, o que se torna um embaraço para o trabalho do historiador, “que deve dar o relato coerente, ordenado e verídico do que passou”.

Nesse sentido, para Le Goff (2003), há pelo menos duas histórias, uma da memória coletiva e outra dos historiadores. A história da memória coletiva constitui o vivido de uma relação mítica, deformada, anacrônica, nunca acabada entre o passado e o presente. A história dos historiadores deve, por isso, “esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros”.

Já segundo Nora (1993, p. 8-9), havia um elo de identidade muito antigo entre história e memória, uma identificação carnal entre ato e sentido. “Habitávamos ainda nossa memória”, não havendo necessidade de consagrá-la lugares. Era uma memória integrada, social, inconsciente de si mesma, espontaneamente atualizadora. A partir dos tempos modernos, “os homens foram reconhecendo como seu um poder e mesmo dever de mudanças”, nossa memória torna-se história, vestígio e trilha, o que nossa sociedade, condenada ao esquecimento, faz do passado. Hoje a memória é transportada pela história, a partir do rastro, da distância, da mediação.

Este autor atribui o estudo dos lugares de memória por parte dos historiadores ao fim de uma tradição de memória. “Nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstruída. Aprofundamento decisivo do trabalho da história, por um lado, emergência de uma herança consolidada, por outro” (NORA, 1993, p. 12). Esses dois movimentos remetem os historiadores aos instrumentos de base do trabalho histórico e aos objetos mais simbólicos de nossa memória, como os arquivos.

Nora (1993, p. 12-13) considera os lugares de memória como restos, constituindo-se, em particular os arquivos, como marcos-testemunhos de uma outra era, das ilusões da eternidade. Para o autor, “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea”. Torna-se necessário, então, por uma operação não natural, criar arquivos como lugares de memória.

Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que não lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia que o mar se retira da memória viva. (NORA, 1993, p. 13)

Ainda segundo Nora (1993, p. 14-15):

Menos a memória é vivida no interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas. [...] À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história. O sagrado investiu-se no vestígio que é sua negação.

Para o autor (1993), nesse cenário em que a sociedade foi arrancada de sua memória, devido à amplitude de suas mudanças, o historiador surge como um personagem central. Ele é reconduzido aos objetos tradicionais e a historiografia entra em sua era epistemológica, em que a memória é tragada pela história. A memória pendura em lugares, o lugar de memória para o tempo e bloqueia o trabalho do esquecimento. A história pendura em acontecimentos. Os acontecimentos são instrumentos da memória em história. A memória dita, a história escreve.

Em termos metodológicos, os diferentes momentos da pesquisa, exigiram diferentes metodologias de trabalho. No capítulo 1, empreendeu-se uma pesquisa historiográfica no sentido estrito, visando construir uma narrativa histórica sobre as duas primeiras escolas de São Sebastião, ancorada na historiografia e em alguns documentos localizados previamente e posteriormente a esta etapa. No capítulo 2, procedeu-se a diversas visitas de campo – ou idas aos arquivos (FARGE, 2009) – a fim de mapear os lugares de memória documental acerca das duas primeiras escolas originárias de São Sebastião. Por fim, no capítulo 3, dialogando com algumas orientações da arquivística, conforme delineadas por Heloísa Bellotto (2006) e Lopez (2002), elaborou-se o guia de fontes e acervos, sistematizando a documentação encontrada no decorrer da pesquisa.

## **1 HISTÓRIA DE SÃO SEBASTIÃO E DE SUAS PRIMEIRAS ESCOLAS**

Pretende-se nesse capítulo reconstituir uma história das duas primeiras escolas de São Sebastião. Para tanto, realizou-se uma pesquisa historiográfica, utilizando-se de documentos coletados anteriormente e ao longo dessa pesquisa, sobre os antecedentes da construção de Brasília, a história da cidade de São Sebastião e de suas primeiras escolas.

A primeira parte do capítulo trata da história do DF e de São Sebastião, apresentando-se, na primeira seção, os antecedentes de uma ocupação do Planalto Central, de 11 a 12 mil anos atrás até a presença indígena. Na segunda seção, delinea-se a ocupação do sertão por Bandeirantes em busca do ouro, criando-se as cidades que viriam a ceder parte de suas terras para a constituição do Distrito Federal. Na terceira seção, destaca-se a passagem da Missão Cruls pela Fazenda Papuda, a qual percorreu por estradas e picadas já existentes na região. A quarta e última seção da primeira parte descreve a destinação da região da Fazenda Papuda para a instalação de Cerâmicas e olarias, visando à produção de tijolos e telhas para a construção de Brasília. Essa região veio a constituir o núcleo urbano da atual Região Administrativa de São Sebastião.

A segunda parte do capítulo trata da história da primeira escola de São Sebastião, a da Cerâmica Benção, evidenciando-se, através de documentos, sua origem anterior à inauguração de Brasília, em 1959. Fontes documentais indiretas referentes ao sistema educacional de Brasília, produzidas pelos órgãos do Estado responsáveis pela organização e manutenção das escolas, foram utilizadas para a constituição dessa história.

Na terceira parte do capítulo, pretende-se tecer uma história da segunda escola criada na região das cerâmicas de São Sebastião, a Escola Rural da Cerâmica São Paulo, utilizando-se, inclusive, de fontes documentais do acervo escolar.

### **1.1 NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DO DISTRITO FEDERAL E DE SÃO SEBASTIÃO**

#### **1.1.1 O Planalto Central antes do Brasil**

As primeiras evidências arqueológicas do Brasil Central datam de 12.000 e 11.000 anos antes do presente (AP), de acordo com Santos (2013). Dos 1.555 sítios arqueológicos mapeados em Goiás pela Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (ALVES e MENEZES, 2010), dois estão no município de Formosa, vizinho do Distrito Federal: a Toca da Onça<sup>5</sup> e o Bisnau, ambos com inscrições rupestres preservadas. Bertran (2011) chama a atenção ainda para um acampamento indígena de 8 mil anos, encontrado entre Taguatinga e Samambaia.

Já os povos que habitavam a região do planalto central no século XVI, com a chegada dos portugueses no Brasil, eram indígenas da família lingüística Jê. Para Bertran (2011), o Jê (o Tapuia – de língua própria) era especializado em viver nos cerrados, “os Tupi do litoral só aqui vieram como refugiados de guerras de colonização”. (BERTRAN, 2011, p. 60) Esses povos praticavam a agricultura e o sedentarismo, com maior frequência, desde cerca do ano 1.000 d.C., “abandonando-a por entre os séculos XVII e XVIII, ‘coincidentemente’, no momento das invasões luso-brasileiras” (SANTOS, 2013, p. 267). De acordo com Santos (2013), as etnias que viveram no Distrito Federal foram os Krixá e os Xakriabá, e nas adjacências, os Xerente e Anicum<sup>6</sup>.

### 1.1.2 A ocupação do sertão

A formação das primeiras vilas e cidades no estado de Goiás se deu no período colonial, especialmente quando os bandeirantes encontraram ouro na região. Em 1726, o Anhanguera Filho chefou uma expedição e fundou o Arraial de Nossa Senhora de Sant’Anna, mais tarde viria a ser a primeira capital de Goiás, Vila Boa, hoje a cidade de Goiás Velho (GO)<sup>7</sup>. O rio São Bartolomeu (o que limita a Região Administrativa de São Sebastião a leste) teria seu nome, de acordo com Diogo de Vasconcelos, em homenagem ao Anhanguera, Bartolomeu Bueno da Silva. (BERTRAN, 2011, p. 146).

De Vila Boa, partiam cinco estradas principais (FIGURA 1).

---

<sup>5</sup> Ver Caderno Iconográfico (FIGURA 1).

<sup>6</sup> Ver Caderno Iconográfico (FIGURA 2).

<sup>7</sup> Ver Caderno Iconográfico (FIGURA 3).

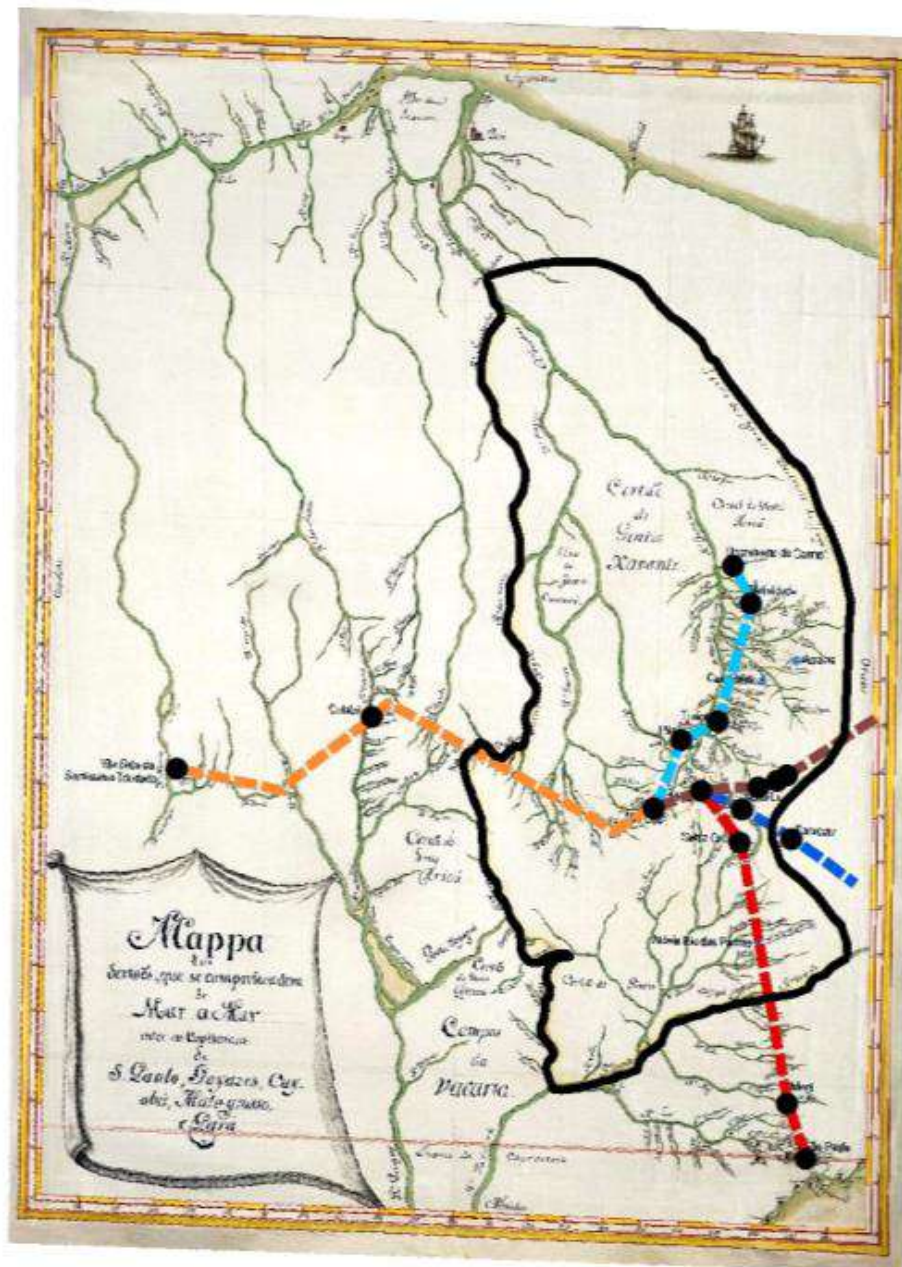


FIGURA 1 - *Mappa dos Sertões que se comprehendem de Mar a Mar entre as capitãnyas de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Matogrosso, e Pará.* Destaque para a marcação em linha tracejada das rotas de cada uma das cinco estradas principais que partiam de Vila Boa. (BARBO, 2015, p. 284, Fig. 172)

Dessas, duas passavam pelo atual Distrito Federal. Uma passava pela atual cidade de Formosa (GO)<sup>8</sup>, antigo Arraial de Couros, em direção à Bahia. Conhecida como Estrada Real (Caminho dos Currais e Bahia), atravessa a região norte do Distrito Federal, passando pelas atuais regiões de Brazlândia, Sobradinho e Planaltina. Uma outra, conhecida como Picada de

<sup>8</sup> Ver Caderno Iconográfico (FIGURA 4).



Goiás, passava pelo rio da Ponte Alta, a sudoeste do atual Distrito Federal, pela atual cidade de Luziânia (GO), antigo Arraial de Santa Luzia<sup>9</sup>, por Paracatu (MG), São João Del Rei (MG), em direção ao Rio de Janeiro. Havia ainda a Estrada de Cuyabá, que seguia na direção oeste, a Estrada do Norte, que levava a todos os arraiais do norte de Goiás, e o Caminho de Goyases, que seguia na direção sul-sudeste, fazendo a ligação com São Paulo (BARBO, 2015).

O Arraial de Santa Luzia (1746), atual Luziânia, inicia-se em função da descoberta do ouro, mas passou a criar gado, produzindo o leite e desenvolvendo a lavoura, plantando o trigo e o marmelo, produzindo a marmelada. Os habitantes de Couros (1736), atual Formosa, viviam da lavoura e da criação de gado, havendo alguns curtumes de couro e pele. As primeiras boiadas de Goiás vieram clandestinamente dos currais do São Francisco e da Bahia (ALENCASTRE *apud* BARBO, 2010).

Para Barbo (2015, p. 283):

Os caminhos acima descritos eram os principais, os grandes eixos. Existiam muitos outros, interligando os pontos de interesse, dando acesso aos locais de mineração e às povoações. E, também, para favorecer o contrabando, fugir da fiscalização da Coroa. *Caminhos antigos, caminhos novos: acima de tudo, para fugir da fiscalização oficial e escapar da pesada carga cobrada pela Coroa, de um quinto de todo o ouro extraído, criavam-se sempre novos percursos, os 'descaminhos'* (KEATING; MARANHÃO, 2008, p. 208). (destaque da autora)

Sendo assim, no período colonial, a região atual do Distrito Federal tornou-se local de passagem para a captura de índios, para a busca do ouro e caminho para as capitais de Goiás e do Mato Grosso.

Em 1767, foi concedida uma sesmaria<sup>10</sup> a Serafim Camelo de Mendonça, e em 1768, outra a Gabriel da Cruz Miranda, ambas compreendendo parte do atual território da Região Administrativa de São Sebastião. A primeira, segundo Bertran (2011, p. 319), abrangia uma área muito maior do que os 108 Km<sup>2</sup> que solicitara:

Compreendia uma enormidade de terras, que hoje englobam a fazenda Taboquinha (que em suas extremidades chegava às QL's 24 a 28 do Lago Sul); as duas fazendas antigas da Papuda ou Santo Antônio – que em sua extremidade compreendia a Escola Fazendária, as

<sup>9</sup> Ver Caderno Iconográfico (FIGURA 5).

<sup>10</sup> “As sesmarias coloniais são o assentamento da história fundiária do Brasil. A instituição de dar, dividir terras, tem origens na Roma clássica e passou à Lusitânia, onde, em 1375, no cenário de um Portugal arrasado pelas guerras, com a fome instalada e os campos incultos, houve por bem o rei D. Fernando criar uma legislação de doação de terras para os súditos camponeses. Legou-se ao Brasil, junto com as caravelas e com as devidas adaptações, as sesmarias. Se em Portugal eram elas mensuradas em palmos de extensão, por aqui implantou-se por léguas de terras, absolutamente inconcebíveis no limitado espaço português.” (BERTRAN, 2011, p. 183)

Mansões Dom Bosco e as QL's 20 e 22 do Lago Sul – e a fazenda Santa Bárbara, extensíssima, que ia desde o rio São Bartolomeu a até o aeroporto de Brasília, encostado no Núcleo Bandeirante.

A segunda, a fazenda do Barreiro de Gabriel da Cruz de Miranda, “pegava desde o rio São Bartolomeu até as imediações do Gama, em uma faixa de extensão de 30 Km de extensão por cerca de 3 de largura” (BERTRAN, 2011, p. 319). As sesmarias geralmente eram solicitadas para a criação de gado e cavalo, “a mais pragmática das produções rurais, porquanto a si próprio se transporta, até por centenas de quilômetros, em boiadas que chegavam aos mais recônditos mercados” (*Idem.*).

### 1.1.3 A Missão Cruls

Na primeira constituição da República, de 1891, foi determinado que se estabelecesse a área onde seria construída a nova capital do país. No ano de 1892, foi criada a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil (Missão Cruls):

Liderada pelo astrônomo Luiz Cruls e integrada por médicos, geólogos e botânicos, que fizeram um levantamento sobre topografia, o clima, a geologia, a flora, a fauna e os recursos materiais da região do Planalto Central. A área ficou conhecida como Quadrilátero Cruls e foi apresentada em 1894 ao Governo Republicano. (IBGE. Cidades@).

Hassthimphilo de Moura, um dos integrantes da Comissão, desenhou à mão o Quadrilátero Cruls, em 1892. Nele, há a marcação do trajeto da picada que partia da Vila do Mestre d'Armas (atual Planaltina), em direção ao sudoeste, até chegar a Santa Luzia, atual Luziânia. O mesmo itinerário registrado na Carta da Província de Goiás de 1875. Eis um trecho do seu diário:

Em 24 (sábado). Permanecemos hoje ainda aqui (Papuda) para irmos ao rio São Bartholomeu e ao Gama (seu afluente). A fazenda é de belo aspecto e agradável, mas os seus donos (Juca Meireles e irmão) é que muito deixaram a dezerar (...) Em 25 (domingo). De Rajadinha para ca temos atravessado regiões belissimas e offerecendo muitas vantagens para serem convertidas em centros povoados e hoje vimos locaes que optimamente se prestão para edificação de cidades belas. (...) (MOURA, *apud* BARBO, 2010, p.67)

Papuda é o nome da fazenda que foi desapropriada para a instalação de olarias e cerâmicas na construção de Brasília, local onde se situa hoje o núcleo urbano da cidade de São Sebastião. O seu nome é um topônimo do rio Santo Antônio da Papuda, que atravessava a



De acordo com Barbo (2018), identifica-se com clareza os três principais percursos dos viajantes ao cruzar o atual território do Distrito Federal, nos séculos XVIII e XIX. A Estrada Real ou a Estrada da Bahia (destaque vermelho) e duas picadas que levavam a Santa Luzia. Uma delas, na altura da Vila do Mestre D'Armas descia a sudoeste. Atravessava o ribeirão Piripipau, ribeirão Sobradinho, rio Paranaua, **ribeirão Taboca, ribeirão Papuda, rio Mesquita**, rio Saia Velha até encontrar Santa Luzia. Ao longo desta picada, além da vila do Mestre D'Armas, foi nomeado o pouso Barreiros, nas margens do ribeirão Santana e o Arraial Mesquita. A outra picada descia a sudeste, na região de Brazlândia.

O Mappa dos Itinerários Levantados (1895) e a Planta do Distrito Federal (finalizada por Henrique Morize, em 1896) são dois outros documentos cartográficos da Comissão que registram os três percursos que cortavam a área do atual Distrito Federal. A Planta do Distrito Federal “compilou as informações de todos os membros da Comissão. Além de detalhar toda a rede hidrográfica, também identificou 49 fazendas, pousos e arraiais, confirmando mais uma vez, que a região era toda ocupada por fazendas.” (BARBO, 2018, p. 105). Dos 15 sítios expressamente citados nesse perímetro, a Fazenda Papuda era um deles. A toponímia desses locais e dos marcos naturais levantados reconhece diversos locais ainda hoje existentes.

#### 1.1.4 A ocupação do território de São Sebastião para a construção de Brasília

No período da construção de Brasília, a atual área da Região Administrativa de São Sebastião, abrangia as seguintes fazendas: Papuda, Taboquinha, Cava de Cima e Cava de Baixo, parte da Santa Bárbara e de Barreiros. A atual área do Jardim Botânico, desmembrada de São Sebastião, compreendia as fazendas Taboquinha e Papuda.

O mapa do Novo Distrito Federal (Planta Índice Cadastral) (FIGURA 3), de setembro de 1958, de acordo com Silva e Vieira Júnior (2018), foi produzido a partir de vários mapas individuais, pela Comissão de Cooperação para a Mudança da Nova Capital (funcionou de outubro de 1955 a 1958), presidida por Altamiro de Moura Pacheco. Ele indica o limite das fazendas que estavam no perímetro do novo Distrito Federal. Esse mapa foi referência para as primeiras e principais desapropriações de terra, atividade fim da referida comissão, e hoje é muito usado nos conflitos atinentes à questão fundiária do Distrito Federal.

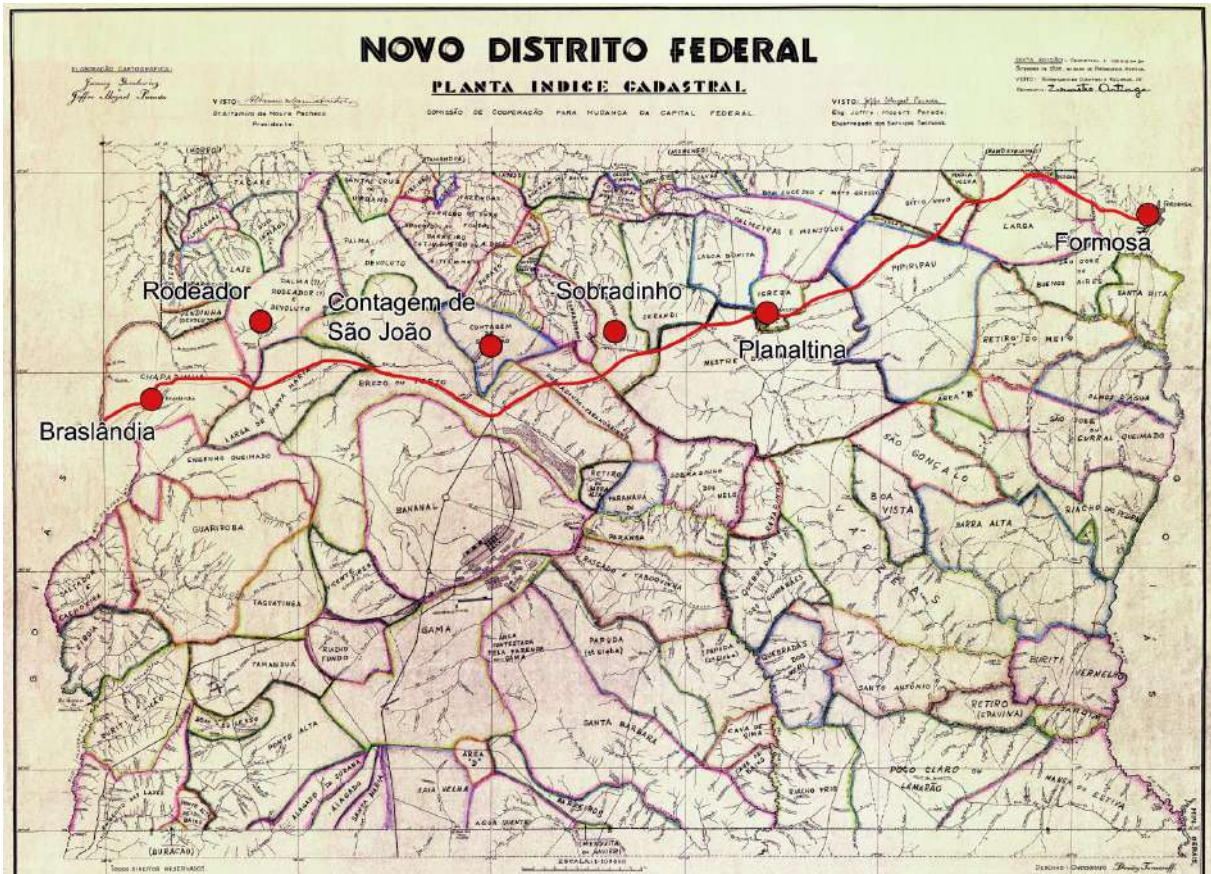


FIGURA 3 - Novo Distrito Federal: Planta Índice Cadastral, setembro de 1958. Fonte – Arquivo particular de Altamiro de Moura Pacheco (1958). Localização – Academia de Letras Goiana de Letras - Casa Altamiro de Moura Pacheco. (SILVA; VIEIRA JÚNIOR, 2018, p. 266).

As fazendas que pertenciam às atuais regiões de São Sebastião e do Jardim Botânico pertenciam ao município de Luziânia (em verde, FIGURA 4), um dos três municípios que cedeu terras para a delimitação do território do Distrito Federal, além de Formosa (em vermelho, FIGURA 4) e de Planaltina de Goiás. (em azul, FIGURA 4).

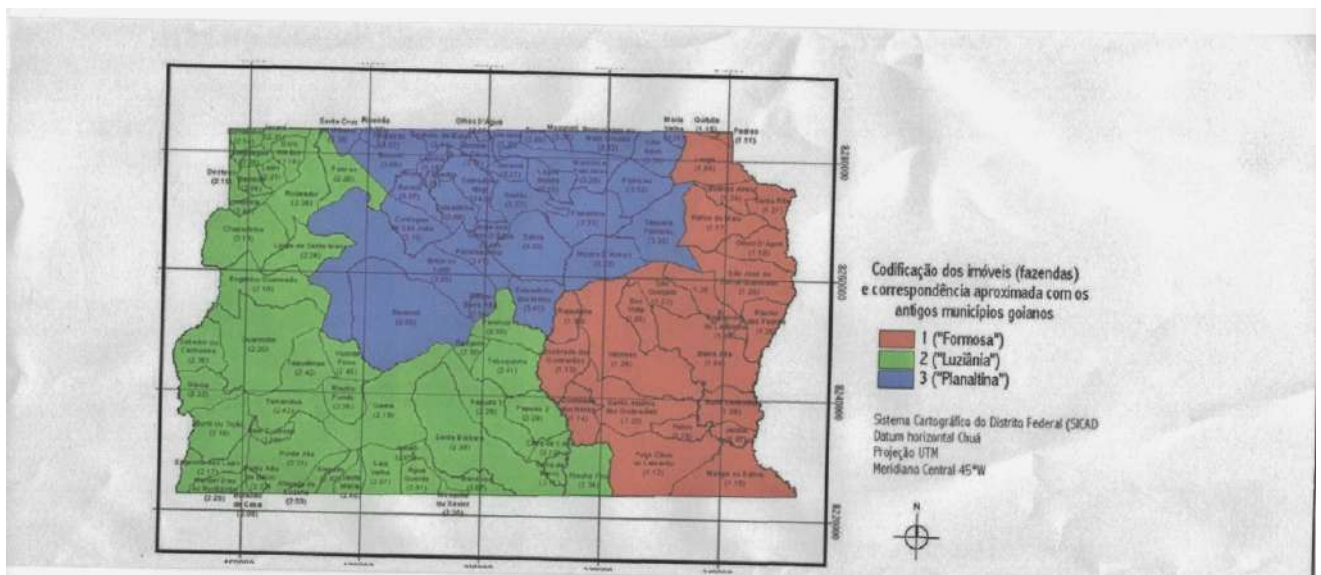


FIGURA 4 - Codificação dos imóveis fundiários dos antigos municípios goianos. (BARBO, 2010, p. 184)

Havia 45 imóveis originários do município de Luziânia, 38 de Planaltina e 25 de Formosa.

Convém destacar que antes da construção de Brasília, esses municípios já possuíam um sistema de ensino subordinado ao estado de Goiás, segundo as Séries Históricas da Secretaria de Educação e Cultura, de 1976 (DISTRITO FEDERAL, 1984)

Quando Brasília foi construída, Planaltina contava com cinco escolas, três públicas: - Grupo Escolar São Sebastião, de 1929, vindo a ser incorporada ao sistema de ensino da rede oficial do DF, tornando-se a Escola Classe 01 de Planaltina do DF, em 1960; - Escola Normal Regional “Dona Olívia Guimarães”, de 1950, tornando-se a Escola Normal de Planaltina do DF, a partir de 1961 e - Escola Rural das Palmeiras, também incorporada ao sistema de ensino da rede oficial do DF, em 1962. As duas particulares eram o Colégio Evangélico Presbiteriano, criado em 1926 e extinto em 1953, e a Escola Paroquial, criada em 1936, passando para o estado de Goiás, em 1952, como Escola Reunida de São Sebastião e vindo a se integrar ao sistema de ensino da rede oficial do DF em 1962. Quando Planaltina ainda era conhecida por Mestre D’Armas, registra-se a existência de duas escolas, sendo que uma era uma escola pública isolada.


Brazlândia, antiga Fazenda Chapadinha, pertencente à Comarca de Santa Luzia (Luziânia), possuía uma escola primária, criada em 1931, tornando-se o Grupo Escolar de Brazlândia, e, em 1961, passou a integrar a rede oficial de ensino do DF como Escola Rural de Brazlândia.

No Parecer nº 49/70 do CEDF (DISTRITO FEDERAL, 1972), que opinou favoravelmente à criação de uma escola rural na Fazenda Jataí, argumentou-se que já havia funcionado uma escola nessa mesma fazenda, antes da demarcação dos limites do Distrito Federal, mantida pelo Estado de Goiás. Sugeriu-se, inclusive, na petição de solicitação para a criação da escola rural, que essa poderia ser instalada na Fazenda Barreiros. A Fazenda Jataí pertencia ao município de Santa Luzia (Luziânia) e localizava-se em território que hoje pertencente à Região Administrativa de São Sebastião. Essa fazenda é vizinha da Fazenda Barreiros (parte da qual pertencia ao hoje território da RA de São Sebastião), identificada como um pouso por onde percorria os viajantes no século XVIII e XIX, em uma picada que saía da Estrada Real ou Estrada da Bahia e encontrava-se com o Arraial de Santa Luzia, conforme já mencionado acima (FIGURA 2).

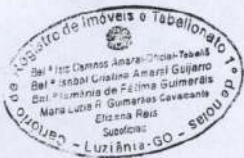
O núcleo urbano da atual Região Administrativa de São Sebastião fazia parte da Fazenda Papuda, a qual foi desapropriada pelo governo de Goiás para a construção de Brasília. A certidão a seguir (FIGURA 5), do Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato

1º de Notas de Luziânia / GO, refere-se a um título de transmissão de compra e venda, lavrado em 22 de setembro de 1956, no valor de Cr\$ 99.038,40. O objeto é “umas partes de terras situadas na Fazenda Papuda”, pertencente aos filhos de Américo Florentino Meireles e Luiz Meireles e adquirida pelo Estado de Goiás. O Governo de Goiás transferiu essa área para a União, incorporada à NOVACAP, em 18 de fevereiro de 1957<sup>12</sup>.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



**Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato 1º de Notas**  
Luziânia - Estado de Goiás




Bel.ª Isis Campos Amaral, Oficial do  
Registro de Imóveis da Comarca de Luziânia,  
Estado de Goiás, na forma da lei, etc...

**CERTIDÃO**

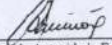
**CERTIFICA**, que no livro 3-I de seu Cartório, às fls. 162, encontra-se a seguinte transcrição: **Nº DE ORDEM: 9.438. Nº DA TRANSCRIÇÃO ANTERIOR:** 1.954 do Lº 3-B, 8.721 do Lº 3-H, 1.955 do Lº 3-B e 8.297 do Lº 3-H. **DATA:** 26 de Outubro de 1956. **CIRCUNSCRIÇÃO:** Luziânia. **DENOMINAÇÃO OU RUA E NÚMERO:** Fazenda Papuda. **CARACTERÍSTICOS E CONFRONTAÇÕES:** Umhas partes de terras situadas na fazenda Papuda, neste município, em comum com o comprador e outros, cujas terras, em sua totalidade, acham-se dentro das seguintes divisas: “Começando pela estrada que vai para a cidade de Luziânia; até a cabeceira do açude (a mais próxima das casas), daí em rumo certo à cabeceira do Quilombo; por este abaixo até dividir com as terras do retiro, no Barreiro do Campo; daí por um mato de um bracinho, afluente do Gavião, até a barra do ribeirão de Santo Antônio ou Papuda e por este ribeirão acima, até o fundo dos quintais das ditas casas. **NOME, DOMICÍLIO, PROFISSÃO, ESTADO E RESIDÊNCIA DO ADQUIRENTE:** O ESTADO DE GOIÁS, aqui representado pelo respectivo Governador Dr. José Ludovico de Almeida e este representado por seu procurador o Presidente da Comissão de Cooperação para a mudança da Capital Federal, Dr. Altamiro de Moura Pacheco, brasileiro, solteiro, médico, residente em Goiânia. **NOME, DOMICÍLIO, ESTADO E PROFISSÃO DO TRANSMITENTE:** Dina Maria de Jesus e Corina Maria de Lourdes, menores púberes, neste ato assistidas por seu pai Américo Florentino Meireles, Maria Terezinha de Jesus Meireles, Antônio José Meireles, menores púberes e Salvador Meireles, menor impúbere, representados e assistidos por seu pai Luiz Meireles sendo a venda autorizada pelo M.M. Juiz de Direito desta Comarca por Alvará de 1º de Agosto de 1956 e com assistência do representante do Ministério Público Dr. Arquelaui A. Gonzaga. **TÍTULO DE TRANSMISSÃO:** Compra e Venda. **FORMA DO TÍTULO, DATA E SERVENTUÁRIO:** Escritura pública de compra e venda lavrada em 22 de Setembro de 1956 pelo Escrevente Aut. 2º Ofício Jefferson Meireles. **VALOR DO CONTRATO:** Noventa e nove mil trinta e oito cruzeiros e quarenta centavos Cr\$ 99.038,40. **CONDICÕES DO CONTRATO:** Não há. **AVERBAÇÕES:** Declararam os transmitentes que a menção feita as áreas é meramente enunciativa por se tratar de venda ad-copos. Vide transcrição nº 10.327 do Lº 3-I. O Oficial Joaquim Gilberto.

O referido é verdade do que dou fé.  
Luziânia, 26 de fevereiro de 2003.



Bel. Isis Campos Amaral - Oficial  
Bel. Isabel Cristina Amaral Gujjarro  
Bel. Ismênia de Fátima Guimarães  
Maria Luzia R. Guimarães Cavalcante  
Elizana Reis  
Suboficiais

EMOLUMENTOS		
Certidão	R\$	12,50
Taxa Judiciária	R\$	5,53
Total	R\$	18,03
Data da Receita		26/02/2003

  
Rubrica da Autoridade Expedidora  
Isis Campos Amaral  
Oficial do Registro de Imóveis

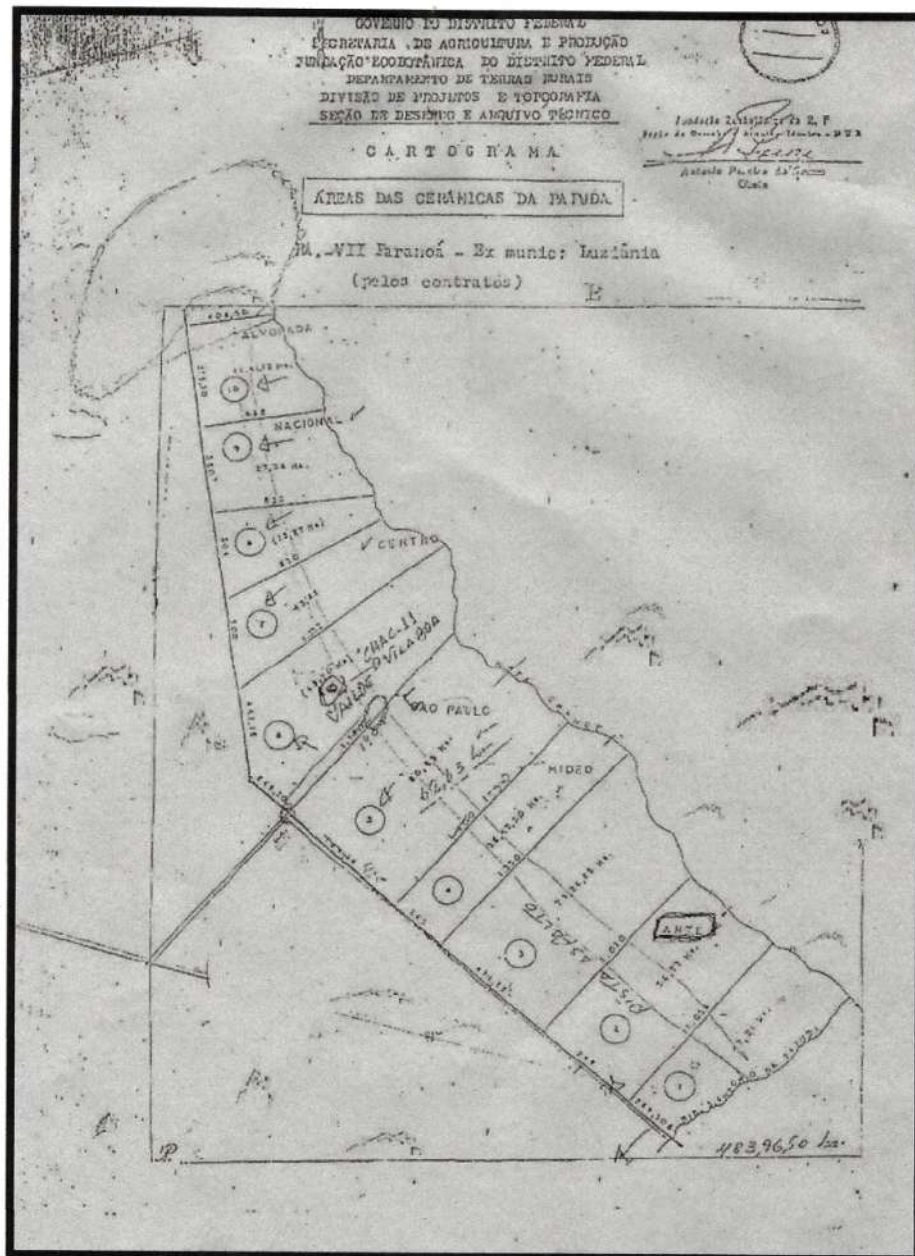
Suboficiais

NCR

FIGURA 5 – Certidão de desapropriação da Fazenda Papuda pelo Estado de Goiás. Acervo particular de Sebastião Azevedo Rodrigues - Tião Areia.

<sup>12</sup> Ver Caderno Iconográfico (FIGURA 6).

Com o início das obras da construção de Brasília, instalaram-se cerâmicas e olarias na região da Fazenda Papuda. Faixas de terra foram arrendadas pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP)<sup>13</sup>, função mais tarde assumida pela Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, vinculada à Secretaria de Agricultura e Produção, com o objetivo de atender à demanda da construção civil existente na época. (DISTRITO FEDERAL, 2013)



**Ilustração 14** - Cartograma / Fundação Zoobotânica do DF. As glebas foram numeradas de 01 a 10, partindo-se do ponto inferior direito ao ponto superior esquerdo.

**FIGURA 6** - Cartograma da Área das cerâmicas da Papuda. Fonte: Araújo (2009, p. 43).

<sup>13</sup> A NOVACAP foi criada pela Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956, que delimitou o território do futuro Distrito Federal. Seu primeiro presidente foi Israel Pinheiro. Data de 03 de novembro de 1956 o “efetivo início da construção de Brasília”, sendo que em 02 de outubro de 1956 Juscelino Kubitschek fez sua primeira visita ao local. (DISTRITO FEDERAL, 2001, p. 19)



As cerâmicas situavam-se ao longo do Córrego Mata Grande e do Ribeirão Santo Antônio da Papuda, área onde se situa hoje o núcleo urbano da cidade. No mapa acima (FIGURA 6), identifica-se as “áreas das cerâmicas da Papuda” (pelos contratos), sendo possível visualizar o nome das seguintes cerâmicas: Arte (2)<sup>14</sup>, Hideo (4), São Paulo (5), Vailde / Vila Boa (6), Centro (7), Nacional (9), Alvorada (10). O cartograma foi produzido pela Seção de Desenho e Arquivo Técnico, da Divisão de Projetos e Topografia, do Departamento de Terras Rurais, da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, da Secretaria de Agricultura e Produção do Governo do Distrito Federal, s/d.

No mapa, as glebas foram numeradas de 1 a 10, localizada na então RA VII, Paranoá, ex-município de Luziânia. Há um traço que corta as cerâmicas indicando “pista asfaltada”. Provavelmente é por onde passa, hoje, a Avenida Comercial, que corre paralela ao Córrego Mata Grande, iniciando-se no Setor Tradicional e se estendendo até a Vila do Boa.

Em um processo de aquisição de imóveis endereçado à NOVACAP, protocolo 49599/66, referente à legalização de lote, de 23 de dezembro de 1966, Antônio Alves do Nascimento solicita, ao chefe do Departamento Econômico da NOVACAP, que fosse legalizado um lote rural que fazia divisa com o Córrego Mata Grande, perto da Cerâmica Nacional – Papuda (Setor Cerâmica). O interessado pretendia legalizar a situação irregular, instalar uma olaria e construir uma residência de alvenaria no referido local. No mapa anexado ao processo (não está nítido para ser aqui apresentado), foi possível identificar as seguintes cerâmicas: 1- Alvorada, 2- Nacional, 3- Centro Ltda., 4- Victor, 5- Eurico, 6- Japonês, 7- São Judas Tadeu, 8- Cerâmica Arte, 9- Benção e 10- Pioneira. (Arquivo Público do DF - Fundo NOVACAP - NOV-B-10-0180 (5)d). Percebe-se que neste mapa a ordem numérica é inversa à do mapa da Fundação Zoobotânica, havendo coincidência em algumas denominações. Esse mapa identifica a Cerâmica Benção.

Havia contratos de arrendamento e cessão de direito de aproveitamento industrial de depósito natural (jazida) de argila entre a NOVACAP e as cerâmicas. O documento a seguir (FIGURA 7) refere-se ao contrato celebrado entre a Cerâmica HIDEO e a NOVACAP (primeira folha do contrato). Essa cerâmica foi identificada no mapa da Fundação Zoobotânica (4) e há uma referência no segundo mapa ao Japonês (6). Trata-se de uma área de 36,47 ha (‘em conformidade com a planta anexa’), localizada na Papuda, cedida à Cerâmica HIDEO TAKEHANA, em 16 de abril de 1960. A Cerâmica é obrigada a pagar ao cedente adiantadamente a título de aluguel, com pagamento anual, bem como um percentual

<sup>14</sup> Ver Caderno Iconográfico (FIGURAS 7 a 9).



A transferência da cessão de direitos a terceiros, no todo ou em parte, só podia ser realizada com a prévia anuência escrita da parte cedente. Ficava também condicionada à prévia aprovação da cedente a execução de qualquer benfeitoria no imóvel cedido, sendo submetido a exame seus projetos, plantas e especificações, exonerando a beneficiária do pagamento de qualquer indenização ou ressarcimento. O inadimplemento de qualquer cláusula ou condição, nos prazos e termos estipulados, importaria na imediata rescisão do contrato.

Mesmo com as olarias desativadas, a população permaneceu na área desenvolvendo-se um vilarejo, ao longo do córrego Mata Grande e Ribeirão Santo Antônio, que ficou conhecido como Agrovila São Sebastião. No princípio a Agrovila era habitada por comerciantes de areia, cerâmica e olaria. Com a intensificação da imigração surgiram várias invasões de áreas públicas cujos moradores, posteriormente, foram removidos para a localidade. (CODEPLAN, 2013, p. 16).

Sebastião Azevedo Rodrigues, o Tião Areia<sup>16</sup>, é considerado um dos fundadores de São Sebastião. O apelido é devido ao trabalho de puxar areia do Córrego Taboquinha. Oriundo de Patos de Minas, Tião Areia chegou à Fazenda Papuda, em 20 de maio de 1959, com 15 anos de idade. A partir de 1972, chegou a possuir sete olarias e, em 1977, quando adoeceu, resolveu lotear as terras de sua propriedade/posse, hoje onde se situa as quadras 01 a 05. Outros pioneiros, como Tião Areia, chegaram na região para trabalhar nas olarias e cerâmicas, atividade econômica que dinamizou a região no período da construção de Brasília (SEABRA, 2012)

A região era conhecida como Papuda, devido ao nome da fazenda por onde passava o rio Santo Antônio da Papuda, que desemboca do rio São Bartolomeu. Hoje o rio corta a cidade em duas partes. A Prefeitura Comunitária, em 24 de fevereiro de 1985, presidida por Josino Alves, escolheu nominar de Agrovila São Sebastião a região, por sugestão de Vailde Alves de Lima. Este, mesmo ausente da reunião que escolheria o nome da cidade, enviou uma correspondência sugerindo o nome de São Sebastião como forma de homenagear um dos fundadores da cidade, Tião Areia (SEABRA Jr., 2012). Atribui-se, então, a Sebastião Azevedo Rodrigues, o Tião Areia, a origem do nome da cidade. O Complexo Penitenciário do Distrito Federal, inaugurado em 16 de janeiro de 1979, recebeu o nome de Papuda devido a sua localização na região da fazenda.

A Região Administrativa de São Sebastião, RA XIV, foi oficialmente criada em 25 de junho de 1993, como desmembramento da antiga Região Administrativa do Paranoá. Em

---

<sup>16</sup> Ver Caderno Iconográfico (FIGURA 10).

2004, a Região Administrativa do Jardim Botânico foi criada, desmembrando-se da RA de São Sebastião.



FOTOGRAFIA 1 – Acesso ao Bairro São José – São Sebastião. 13/09/95. Foto: Ronaldo Oliveira. Acervo: Arquivo Público do Distrito Federal (029619\_SCS\_PF\_12\_15\_D\_2).

## 1.2 A PRIMEIRA ESCOLA DE SÃO SEBASTIÃO: ESCOLA DA CERÂMICA BENÇÃO<sup>17</sup>

Em 22 de dezembro de 1959, pelo Decreto nº 47.472, foi instituída pela Presidência da República, no Ministério da Educação e Cultura, a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília – CASEB, que tinha por finalidade organizar e administrar o ensino primário e os ensinos de grau médio em Brasília, e incrementar as atividades culturais na nova Capital, conforme o Portaria do MEC nº 4, de 5 de janeiro de 1960, que cria o seu regimento. (DISTRITO FEDERAL, 2001)

Entre os dias 7 e 10 de janeiro de 1960, a Direção Executiva da CASEB realizou uma primeira visita a Brasília, visando à tomada de contas da situação educacional e do andamento da construção de escolas. Verificaram a situação do ensino e as perspectivas que se

---

<sup>17</sup> Ver Caderno Iconográfico (FIGURAS 11 a 19)

apresentavam para a instalação definitiva do sistema educacional programado (DISTRITO FEDERAL, 2001).

No sumário do relatório, inicialmente é apresentado o que foi projetado para a organização do Sistema Educacional. Em seguida é relatado a Execução do Plano de Realizações Provisórias. Antes, porém, alerta que:

[...] O **Sistema Educacional de Brasília** terá de desenvolver-se guardando, na distribuição e em outros aspectos de suas escolas, certas **relações de harmonia e de proporcionalidade com o próprio desenvolvimento urbanístico do novo Distrito Federal**. Todavia, a rapidez com que ali se formaram as primeiras aglomerações humanas, concentradas, na maior parte, em torno dos locais de trabalho, tornou imperiosa, para a NOVACAP, a necessidade de se criarem **escolas de caráter transitório**, nesses pontos de maior concentração e, por isso, **não ajustadas às normas de construção e de localização que se tinham previsto**. No inventário do que, nesse particular, foi observado em Brasília, tem-se, pois, de distinguir entre essas realizações **precárias e a etapa a que atingiram as edificações escolares que definitivamente correspondem a um início da execução daquele planejamento**. (destaque meu) (DISTRITO FEDERAL, 2001, p. 48-49)

O relatório da CASEB, além de ressaltar a integração necessária do sistema educacional ao plano urbanístico, evidenciou que algumas escolas teriam um caráter provisório, “não ajustadas às normas de construção e de localização que se tinha previsto”, considerando-as como realizações precárias. Dentre as 11 escolas provisórias listadas, há a escola da “Cerâmica Benção” (agosto de 1959), listada em último lugar, por ter sido a última a ser construída (DISTRITO FEDERAL, 2001).

Entre as escolas concluídas, que fazem parte da Execução do Plano do Sistema Educacional de Brasília, ou seja, de caráter permanente, não transitório ou precário, há “uma escola em Papuda, de duas salas com capacidade para 140 alunos, em dois turnos”, em um total de 4 escolas (duas no Plano Piloto, uma em Taguatinga e uma na Papuda). Há ainda a indicação de 5 construções iniciadas ou em adiantada fase, todas no Plano Piloto (DISTRITO FEDERAL, 2001).

Em seu livro História de Brasília (1985), Ernesto Silva diz que a NOVACAP, no final de 1959, “contava com mais de 100 professoras primárias e orientava o ensino de 4682 crianças” (SILVA *apud* DISTRITO FEDERAL, 2001, p. 35-36). Ernesto Silva ainda lista 12 escolas públicas funcionando em 1959, sendo uma delas a Escola da Papuda, atendendo 102 alunos. Não há referência à escola da Cerâmica Benção. (DISTRITO FEDERAL, 2001)

Como a escola da Cerâmica Benção (provisória) situava-se na antiga região da Papuda, estabelece-se uma dúvida quanto à possibilidade de ser a mesma escola em Papuda (execução do Plano). Se não, qual seria esta escola em Papuda? O mais provável é que seja a mesma escola, indicando que o que era provisório se tornaria definitivo.

No sumário do relatório da CASEB (DISTRITO FEDERAL, 2001) é apresentada a situação da educação em Brasília, referente ao ano de 1959: são 2.134 alunos matriculados no ensino público, distribuídos em 12 escolas primárias e 2 jardins de infância, e 1.996 alunos matriculados no ensino primário privado e 708 no ensino médio privado. No ensino público, havia uma grande concentração de alunos na 1ª série, 1.389, enquanto havia apenas 97 alunos matriculados na 4ª série. Previa-se a existência de 128 alunos em 1960 que estariam com mais de 12 anos, com idade acima da que corresponde à escolaridade primária. Registrou-se, ainda, 67 professores no ensino público, sem apresentar o quantitativo para o ensino particular. O período diário de aula era de 4,5 horas, com a interrupção de meia hora para o recreio.

A existência da Escola da Cerâmica Benção concomitante à ocupação de uma região destinada para uma atividade econômica específica, transitória, para atender a demanda da construção, é uma das marcas da constituição da própria cidade, a sua pré-existência, que viria a ser institucionalizada 33 anos após a inauguração de Brasília, em 1993. Percebe-se que há um paralelismo entre o adensamento populacional de Brasília e a expansão da oferta de educação pública primária. Conforme dados do IBGE (PIRES, 1978), no início da construção de Brasília, em julho de 1957, a população do DF era de 12.700 habitantes, um ano e oito meses depois, já havia quintuplicada, passando para 64.314 habitantes, em 17 de março de 1959. Esse aumento representa basicamente a vinda de operários para a construção da nova capital. Com a imigração, em um ano e meio depois de inaugurada, em 01 de setembro de 1960, a população já tinha dobrado, alcançando o total de 141.742 habitantes.

No primeiro ano de sua existência, em 1960, segundo dados da Secretaria de Educação do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2001), o Distrito Federal já atendia 5.599 alunos matriculados no ensino primário, da rede pública de ensino (conforme dados da CASEB apresentados acima, em 1959, haviam 2.134 alunos matriculados no ensino público, distribuídos em 12 escolas primárias e 2 jardins de infância). Um ano depois, em 1961, esse atendimento dobrou, passando para 12.766 alunos, e 10 anos depois, em 1970, houve um aumento de cerca de 100 mil alunos, passando para 106.543 o número de alunos nesse nível de ensino.

De acordo com o livro *Escolas da FEDF*, a Escola Classe Cerâmica da Benção era conhecida inicialmente por Escola Rural Cerâmica da Benção (alterou o nome pela Resolução nº 95-CD, de 21/10/76, publicada no DODF nº 30, de 11/02/77 – Suplemento e A.N. da FEDF vol. II). Pertencia à área rural da Região Administrativa do Paranoá e estava vinculada ao Complexo Escolar “C” do Gama, em 1978. Depois, em 1979, passou a integrar o Complexo

de Educação Rural do DF – CREDER, e, em 1980, vinculou-se ao Complexo Escolar “A” do Núcleo Bandeirante. (DISTRITO FEDERAL, 1985)

O livro *Escolas da FEDF* (DISTRITO FEDERAL, 1985) ignora a existência da escola antes de 1967. Ele informa que a Escola Rural Cerâmica da Benção foi construída em 1967 e iniciou suas atividades em 1968. Ele ainda diz que o seu ato de criação foi o Decreto “N” nº 481-GDF, de 14/01/66. “Este decreto é considerado o ato de criação da escola, por ter sido o primeiro a relacioná-lo como existente na rede oficial de ensino”. (DISTRITO FEDERAL, 1985, p. 278)

Pires (1978) informa que o Decreto nº 481, de 14/01/66, aprovou o novo Regimento da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal (SEC). O ensino oficial passou a ser executado diretamente pela própria Secretaria, passando a FEDF a ser instituição auxiliar. Com a criação do Centro de Planejamento, com a finalidade de planejar e organizar o sistema de ensino do DF, a competência de planejamento também é subtraída das atribuições do Conselho de Educação do DF.

Pires (1978) diz que como as primeiras escolas foram instaladas pela CASEB, vinculada diretamente ao MEC, não foram encontrados os atos de criação das mesmas. Quando a FEDF foi instalada, essa passou a criar os estabelecimentos oficiais, alguns por resolução, sendo que, de muitos deles não se tem conhecimento do ato de criação. Afirma, ainda, que:

Até o Decreto “N” 481/66, os estabelecimentos oficiais de ensino foram criados por ato da FEDF, sem qualquer pronunciamento do Conselho de Educação do DF”. [...] Tendo em vista que não foram encontrados os atos de criação de muitos estabelecimentos existentes, ficou determinado que as escolas, relacionadas nos anexos [Decreto nº 481, de 14/01/66], passariam a integrar a Secretaria de Educação, considerando-se esse decreto como o de criação das referidas escolas. (PIRES, 1978, p. 90).<sup>18</sup>

Considerando a concepção do Sistema Educacional de Brasília, havia nitidamente uma separação entre o que era esperado e planejado para o Plano Piloto e a realidade das chamadas cidades satélites. No Plano Piloto, previa-se uma escola-classe em cada superquadra, “com 8 salas, operando em dois turnos de 4 horas e capacidade de 480 alunos, destinada a ministrar

---

<sup>18</sup> A partir de 1971 (Decretos nº 1.627 e 1.628), com outra alteração do Regimento da SEC, a administração das escolas é transferida para a FEDF, e o CEDF passa a opinar sobre a criação de escolas. Em 1977 (Decreto nº 3.547), com a aprovação dos Regimentos da Administração Central e dos Complexos Escolares, a autorização para funcionamento e o reconhecimento dos estabelecimentos oficiais de ensino passam a ser concedidos pelo Secretário de Educação e Cultura, ouvido previamente o órgão de Inspeção de Ensino e o CEDF. (PIRES, 1978, p. 91; 93)

educação intelectual sistemática” (DISTRITO FEDERAL, 1971a, p. 28-29). Havia ainda a previsão de uma escola-parque para cada grupo de quatro superquadras.

Nas cidades satélites, o sistema apresenta as mesmas características dos outros Estados do Brasil. Não estão previstas escolas-parque, já que as escolas-classe se desincumbem de desenvolver a atividade da educação integral.

Na zona rural, funcionam as escolas agrupadas, com o máximo de duas salas e duas a quatro classes, e as escolas de classe única, nas quais o professor tem também atividades de natureza administrativa. (DISTRITO FEDERAL, 1971a, p. 29)

A Lei Orgânica do Ensino Primário - Decreto Lei nº 8.529, de 02 de janeiro de 1946 (BRASIL, 1946), em seu Art. 28 (Título IV, Capítulo III), designa os estabelecimentos de ensino primários mantidos pelo poder público como:

- I. Escola isolada (E.I.), quando possua uma só turma de alunos, entregue a um só docente.
- II. Escolas reunidas (E.R.), quando houver de duas a quatro turmas de alunos, e um número correspondente de professores.
- III. Grupo escolar (G.E.), quando possua cinco ou mais turmas de alunos, e número igual ou superior de docentes.
- IV. Escola supletiva (E.S.), quando ministre ensino supletivo, qualquer que seja o número de turmas de alunos e de professores.

Em seu Art. 29, diz-se que as escolas isoladas e escolas reunidas ministrarão somente o ensino elementar.

Souza (2008, p.43) ao estudar a escola primária republicana, especialmente o modelo paulista, afirma que a formação de “agrupamentos supostamente mais homogêneos, resolvia um dos maiores problemas enfrentados pelos professores das classes unitárias, isto é, o ensino de diferentes classes de alunos de diferentes níveis de conhecimentos numa mesma sala de aula”.

A autora afirma que a racionalização atingiu as escolas unitárias.

As antigas escolas de primeiras letras do Império foram denominadas escolas preliminares e, posteriormente, escolas isoladas. [...] O mesmo professor continuava ministrando o ensino para diferentes classes de aluno, numa mesma sala de aula. Contudo, o número de classes foi estabilizado e os programas, horários e exames possibilitaram uma ordenação mais orgânica.

Consideradas muitas vezes como um “mal necessário”, as escolas isoladas tornaram-se, em todo o Brasil, a expressão da “escolinha” do bairro e da roça, a escola alfabetizante instalada predominantemente em zonas de população rarefeita, modesta em suas finalidades e marcada por muitas carências. (*Ibid.*, p. 45-46)

As escolas reunidas, para Souza (2008) seriam a reunião das escolas isoladas em um mesmo edifício, estabelecendo a divisão do trabalho, considerada de baixo custo e como uma alternativa para a disseminação da educação popular.



Em um documento localizado no Museu da Educação, um quadro denominado de “Escolas Primárias Mantidas pela NOVACAP”, há o registro da Escola da Cerâmica Benção – Papuda (aqui, aparece como uma mesma escola a da Cerâmica Benção e a da Papuda), com as seguintes informações: entrou em funcionamento em 08/05/59, professora Lúcia da Conceição Guaraciaba Calvoso, atendendo 51 alunos, de 7 a 13 anos, sendo 43 na 1ª série e 8 na 3ª série. A professora é horista (não contratada), a partir do dia 24/08/59. Trata-se de um documento de dezembro de 1959, assinado pela coordenadora Santa Alves Soyer e pela secretária Stella dos Cherubins Guimarães. A professora Stella dos Cherubins Guimarães está registrada nesse mesmo documento como vice-diretora do Grupo Escolar Júlia Kubitschek.

Como há somente o registro da professora Lúcia Guaraciaba Cardoso, provavelmente tratava-se de uma **escola de classe única**, na qual a professora exercia também as atividades de natureza administrativa, conforme a distinção de tipos de estabelecimentos previstos para a zona rural, de acordo o sistema de ensino de Brasília, acompanhando as mesmas características dos outros estados do Brasil (DISTRITO FEDERAL, 1971a). Considerando a Lei Orgânica do Ensino Primário, seria uma **Escola Isolada**, por possuir somente uma turma de alunos, entregue a um só docente. (BRASIL, 1946)

A professora Maria Lúcia Ismael Nunes Moriconi, professora da Escola da Cerâmica da Benção entre 1960 e 1962, em entrevista ao Museu da Educação do Distrito Federal, relatou sua chegada à escola na região da Papuda, em outubro 1960. Ela veio acompanhar o marido, Ítalo Moriconi, engenheiro responsável pela implantação da Cerâmica Arte<sup>19</sup>, vizinha da Cerâmica da Benção.

E com essa falta do que preencher meu tempo, morando em uma cerâmica, eu que vim do Rio de Janeiro, morando na Zona Sul, com toda aquela vida agitada que é o Rio. De repente, eu me vejo, numa casa, de fazenda, no meio do nada, outra fazenda mais distante. E sem muito o que fazer. E em um domingo eu resolvi passear pelas redondezas e fui conhecer a Cerâmica Benção. Nessa cerâmica, **tinha uma salinha, que chamavam de escola. Apenas uma sala.**

Eu sem experiência, tudo era novidade, primeiro, morar numa cerâmica, segundo, aquele deserto, terceiro, encontrar uma escola atípica, nunca tinha visto aquilo. Então, me esforcei. (MARIA LÚCIA ISMAEL NUNES MORICONI, 2017) (grifo meu)

Nesse trecho do seu depoimento, a professora apresenta sua percepção da região onde se localizava a Escola da Cerâmica Benção, onde morou “numa casa, de fazenda”, com outras fazendas mais distantes. Um estilo de vida que contrastava com a vida urbana do Rio de Janeiro.

<sup>19</sup> Ver Caderno Iconográfico (FIGURAS 7 a 9).

Foi convidada pela professora Dalva para lecionar na escola, considerando que ela era professora normalista. Havia feito o curso Normal em Belém do Pará, cidade onde nasceu, e Belas Artes, no Rio de Janeiro. A professora Lúcia viu aquela oportunidade como uma forma de por na prática o que havia aprendido, já que se considerava uma professora apenas de diploma. (MARIA LÚCIA ISMAEL NUNES MORICONI, 2017)

Em novembro de 1960, começou a trabalhar na Escola da Cerâmica da Benção, ficando lá até o primeiro semestre de 1962. “Como a cerâmica funcionava com gerador próprio, às dez horas as luzes apagavam, a escola se tornou uma distração, uma diversão, tinha prazer em atender os alunos.” (MARIA LÚCIA ISMAEL NUNES MORICONI, 2017) Ela ficou responsável pelas classes de 2ª à 4ª séries e a professora Dalva cuidava da alfabetização. De manhã, a escola atendia as classes de alfabetização e a 2ª série, e à tarde, as classes de 3ª e 4ª séries Segundo a professora Lúcia, ela adotou uma metodologia nova para lidar com alunos de diversas séries simultaneamente, utilizando trabalhos em grupo e individuais.

Observa-se que com a chegada da professora Maria Lúcia, os alunos foram distribuídos em duas turmas, sendo uma exclusiva de alfabetização e outra que atendia a três séries. Provavelmente a escola passa a ser classificada como uma escola **agrupada** (máximo de duas salas e duas a quatro classes) (DISTRITO FEDERAL, 1971a, p. 29), ou uma escola **reunida** (de duas a quatro turmas de alunos, e um número correspondente de professores). (BRASIL, 1946).

A professora enfatizou acima que ao chegar na escola, “tinha uma salinha, que chamavam de escola. Apenas uma sala” (MARIA LÚCIA ISMAEL NUNES MORICONI, 2017). Como no período da manhã havia o atendimento das duas professoras, uma para a alfabetização e outra para a 2ª série, não se sabe como as duas professoras dividiam o mesmo espaço.

Ela afirma que não se sentia preparada para enfrentar aquele desafio, mas se esforçou. Sentia-se insegura, especialmente na condução do trabalho de 4ª série. Frequentava reuniões pedagógicas no Plano Piloto uma vez por semana. Segundo ela, no Plano Piloto “não havia nenhuma professora na situação dela, de multisseriação, sendo professora de classe única”. Ela se lembra da Professora Olinda Lobo como professora orientadora. Considerava as reuniões pedagógicas como uma troca de experiência entre colegas, quando ela buscava aquilo que lhe faltava. Afirma que não havia uma orientação conforme a metodologia de Anísio Teixeira, “era algo mais rudimentar”, segundo a professora. (MARIA LÚCIA ISMAEL NUNES MORICONI, 2017)

Então eu saía da Papuda, naquela época: estrada de terra... estradinha...uma picadinha... e lá vinha eu... da Papuda pro Plano Piloto pedir socorro pra aquelas que eram consideradas as técnicas do departamento... tinha a Euzi e outras que eu não lembro mais o nome. E elas realmente me apoiaram muito, me deram livros, porque também não tinha nada na escola. Nós que fornecíamos caneta, lápis, papel. Me orientaram, fiquei mais segura, fiquei dando minhas aulas, graças a deus foi tudo bem. (MARIA LÚCIA ISMAEL NUNES MORICONI, 2017)

Mais uma vez a professora apresenta a região em que morava e lecionava: estradinha de terra, uma picadinha. Ela já havia lembrado o que lhe representou essa experiência, o que era tudo novidade: morar em uma cerâmica, “aquele deserto”. (MARIA LÚCIA ISMAEL NUNES MORICONI, 2017)

A professora Maria Lúcia destaca que o problema que ela enfrentava em sala de aula era como dividir o tempo, para os meninos não ficarem prejudicados nem ociosos, e como avaliar, como medir o conhecimento e elaborar um teste. Considera em seu depoimento que os meninos aproveitavam, tendo sido uma experiência rica para ela: “melhor ter aquela escolinha do que deixar os meninos totalmente desassistidos”. (MARIA LÚCIA ISMAEL NUNES MORICONI, 2017)

Pelo relato da professora Maria Lúcia, ela demonstrou ter enfrentado todas as adversidades, desde a falta de material escolar (caneta, lápis, papel), até as turmas multisseriadas. “Uma escola atípica, nunca tinha visto aquilo”. Entretanto, ela buscou se aperfeiçoar, participando das reuniões pedagógicas e lendo os livros que lhe foram oferecidos, o que lhe garantiu mais segurança. Utilizou inclusive de uma metodologia que ela considerou nova para lidar com alunos de diversas séries simultaneamente, utilizando trabalhos em grupo e individuais. Enfatizou que a formação que recebia era “mais rudimentar”, tratava-se de uma troca de experiência entre colegas. Considerou que seu esforço representou aproveitamento dos alunos, que não ficaram desassistidos, e uma experiência para a sua vida. Por fim, enfatizou que no Plano Piloto não havia nenhuma professora na situação dela, de multisseriação, professora de “classe única”.

Um outro depoimento, registrado pelo Museu da Educação do Distrito Federal, foi de um aluno da Escola da Cerâmica da Bênção, que lá estudou em 1962. Osvaldo Marciano da Silva, nascido em Carmo do Paranaíba – MG, chegou na região em 1958, com 4 anos de idade. Seu pai era oleiro, trabalhava em uma cerâmica. Ele também trabalhou na Cerâmica, com dez anos de idade, no período das 7h às 11h, e estudava à tarde. Seu trabalho era ajudar a cortar o tijolo com um arame.

O tijolo é uma coisa que era mais pra criança, né... tinha que ter mais habilidade, mais rápido, então a gente ganhava o mesmo salário que os adultos ganhavam, era

um serviço mais leve. A gente cortava o tijolo e colocava o tijolo no carrinho, que era de madeira, os adultos faziam o transporte. Criança era só pra encher os carrinhos.

[...] pra gente era uma diversão, estar ali trabalhando, porque não tinha outra coisa pra fazer. Era escola, estudar, não tinha energia, São Sebastião não tinha nada, era só poeira, não tinha nem armazém. (OSVALDO MARCIANO DA SILVA, 2015)

Ele afirma que se comprava o que precisava no Núcleo Bandeirante, não tinha geladeira, não tinha serviço de saúde e as campanhas de vacinação eram uma vez por ano. O médico era o pai dele, a parteira era a sua sogra, Maria Moreira de Souza. O pai era um curandeiro. Os dois eram os médicos de São Sebastião. Usavam ervas, plantas medicinais, o pai e a sogra plantavam muita horta com vários tipos de ervas. Ele nunca teve nenhuma doença. O Osvaldo cuidava da horta e plantava milho, “quando tinha tempo livre, ainda ia capinar, cuidar das plantações”. (OSVALDO MARCIANO DA SILVA, 2015)

Ele se lembra da diretora, Dona Euclides, da primeira professora, Dalva, professora de primeira série, e das professoras: Francisca, Hermelina, Dona Raquel e Francisca. Segundo ele, elas dormiam na escola, só voltavam para casa no sábado, vinham de Unaí e de Luziânia toda a semana. Lembra-se ainda dos seguintes diretores: Kátia, Maria do Carmo, Luís, Davi e a Ana Cláudia, que foi diretora por 18 anos, tendo saído no ano de 2017. Lembra-se dos seguintes colegas de escola: Jésus, Durval, Neusa, professora do CAIC, e Nivaldo, irmão da Neusa, Ciro, Maria José, o Dirica, a Nilda, e tem muitos outros que moram em São Sebastião ainda. (OSVALDO MARCIANO DA SILVA, 2015)

Como o Osvaldo trabalhou na própria escola em que estudou como vigia (durante 27 anos) e se aposentou nela, as lembranças dele seguramente misturam sua vivência como aluno, como pai de aluno e como servidor da SEDF.

“O pessoal tinha muito carinho pelo que fazia, ensinava muito bão pra gente, até a água, a gente que buscava numa cacimba, pra baixo da escola, pra por nos filtros. Então pra gente, aquilo ali era uma alegria... ficar ali ajudando... as salas a gente que ajudava a limpar, era muito bom.” (OSVALDO MARCIANO DA SILVA, 2015)

A escola, segundo seu depoimento, tinha três salas de aula e funcionava de manhã e à tarde. Não havia quadro negro, a parede era rebocada, pintada. “Era uma escola improvisada”. (OSVALDO MARCIANO DA SILVA, 2015) As professoras ensinavam no caderno e em apostilas.

Como não tinha energia em casa, eles estudavam somente na escola. Segundo ele, eles aprendiam muito, aprendiam porque o professor usava um método, o de leitura: “um começava a ler, outro continuava, tinha que estar lendo o livro todinho, enquanto o outro

estava lendo, porque você não sabia a hora que a professor ia mandar você começar. Aprendi, graças a Deus, bastante”. (OSVALDO MARCIANO DA SILVA, 2015)

Ele diz que a escola não pertencia ao governo, mas era muito boa. As professoras eram remuneradas inicialmente pelo proprietário, Sr. Paulo Guaraciaba e, posteriormente, pela Secretaria de Serviço Social e depois pela Fundação Educacional.

Essa afirmação precisa ser confrontada com outros documentos e depoimentos para certificar a sua assertividade e qual a relação, de fato, entre o proprietário da Cerâmica da Benção, que era o Paulo Guaraciaba, e o funcionamento da escola.

O relato do ex-aluno revela a precariedade das condições de vida; o fato de trabalhar na cerâmica, plantar, cuidar da horta, e a ausência de serviços comerciais e de saúde na região. Ainda assim, o depoente revela ter tido uma vida saudável, demonstra uma alegria por ter tido a oportunidade de estudar e ressalta o espírito cooperativo que prevalecia naquele momento: todos ajudavam nas tarefas necessárias para a melhor convivência, incluindo ir buscar a água e limpar as salas. Ele expressa muito respeito pelas professoras e diretoras. As condições para a realização das tarefas escolares eram simples, mas não há no relato nenhuma manifestação de insatisfação, quanto, por exemplo, a falta de material. Refere-se, inclusive, ao uso de apostilas e livros. No entanto, enfatiza que era uma escola improvisada.

Talvez, esse seja um ponto de convergência entre os discursos da professora Maria Lúcia e do aluno Osvaldo, a improvisação diante das adversidades, e o rudimentar das práticas cotidianas. Ainda assim, a experiência escolar revela ter sido marcante na vida dos dois sujeitos da Escola da Cerâmica Benção.

### 1.3 A SEGUNDA ESCOLA DE SÃO SEBASTIÃO: ESCOLA RURAL DA CERÂMICA SÃO PAULO

O Plano Educacional de Brasília estava voltado para os moradores do Plano Piloto, suas escolas atenderiam os filhos dos funcionários públicos transferidos para a nova capital. Não se planejou a permanência dos trabalhadores que construíram Brasília, ofertando-lhes moradia, educação, saúde ou transporte. No entanto, muitos permaneceram, resistiram e fundaram várias cidades fora do Plano Piloto, uma delas a de São Sebastião.

No livro *Escolas da FEDF (DISTRITO FEDERAL, 1985, p. 299)*, registra-se que a Escola Rural Cerâmica São Paulo foi construída em 1964 e começou a funcionar em março de

1965. Seu endereço era assim denominado: Via Lago Sul – DF35 (EPCU) – DF-1 (EPCT) – Entrada a 1 Km antes do trevo da Papuda.

A Escola Rural Cerâmica São Paulo, assim como também a Escola Rural da Cerâmica da Benção, tem o Decreto nº 481 – GDF, de 14/01/ 66 considerado como o ato de criação das mesmas, por ter sido o primeiro a relacioná-las como existente na rede de ensino oficial do DF. (DISTRITO FEDERAL, 1985) De acordo com Pires (1978), até a edição desse decreto, os estabelecimentos de ensino foram criados pela Fundação Educacional do Distrito Federal (alguns por resoluções, outros sem nenhum ato de criação), sem qualquer pronunciamento do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF).

Desde a criação do CEDF (Decreto nº 171, de 07 de março de 1962), uma de suas competências, conforme Pires (1978), era o de fixar normas para a autorização de funcionamento e fiscalização das escolas elementares e médias não mantidas ou inspecionadas pela União. A participação do CEDF na criação de escolas foi reforçada com o Decreto “N” nº 482/66 (constituição do CEDF), estabelecendo, em seu Art. 6º, alínea “d”, que uma das suas competências era o de “opinar sobre instalação e funcionamento de escola ou outro serviço educacional a cargo da administração da Prefeitura” (competência também estabelecida pelo Decreto 500, de 29 de março de 1966, que aprovou o novo regimento do CEDF).

No entanto, de acordo com Pires (1978), até 1970, as escolas oficiais continuaram a ser criadas por ato do Prefeito ou Governador, sem que o CEDF opinasse a respeito, através de algum pronunciamento ou parecer<sup>20</sup>. Dessa forma, as três escolas criadas na região de São Sebastião, no início da década de 1970, tiveram pareceres do CEDF para suas criações: Escola Rural Cachoeirinha (Parecer CEDF nº 19/70, aprovado em 07/05/70), Escola Rural do Jataí (Parecer nº 49/70, aprovado em 20/07/70) e Escola Rural Nova Betânia (Parecer nº 21/72, aprovado em 15/05/72). (DISTRITO FEDERAL, 1972; DISTRITO FEDERAL, 1973)

O nome da Escola Rural Cerâmica São Paulo faz referência a uma das 10 cerâmicas que se situavam ao longo do Córrego Mata Grande (Ver FIGURA 6, à p. 36). Era a quinta cerâmica a partir do Rio Santo Antônio da Papuda, e tinha como vizinhas a Cerâmica do Vailde (Vila Boa, Chácara 11) e a Cerâmica do Hideo (Ver FIGURA 7, à p. 38).

---

<sup>20</sup> O primeiro parecer dessa natureza aprovado pelo CEDF foi o de nº 02/70 – CEDF, que opinou sobre criação e funcionamento de cursos e estabelecimentos de ensino médio mantidos pelo Governo do Distrito Federal. (DISTRITO FEDERAL, 1972, p. 59-64) A criação de escolas oficiais por Decreto do Governador e com parecer favorável do CEDF durou até 14 de março de 1971 (Decretos 1.627 e 1.628), quando se estabeleceu a nova estrutura da SEC e as escolas oficiais passaram a ser criadas pela própria FEDF, ouvido o CEDF. (Pires, 1978)

A primeira professora designada responsável pela escola foi Veneranda Borges Vieira. (DISTRITO FEDERAL, 1985, p. 299) No livro ata de “Controle de frequência dos professores 1971 a 1974” (Ver FOTOGRAFIAS 35 e 36, à p. 101), há o registro, no mês de fevereiro de 1971, do professor Antônio Pereira do Nascimento e da servente Maria Terezinha Caixeta.

O professor Antônio Pereira do Nascimento é natural de Barra, estado da Bahia, nascido em 1 de fevereiro de 1948 (em 1971, tinha 23 anos). (FOTOGRAFIA 2)

*Nascimento*

*Termo de exercício*

Nos 17 dias do mês de fevereiro de 1972, apresentou-se o professor Antônio Pereira do Nascimento, nível e contrato nº 86.127, portador do memorando nº 1236/71 da Seção de Documentação de professores, que a partir desta data, passará a ter exercício nesta escola.

Brasília, 17 de fevereiro de 1972

Ass:

*Dados pessoais:*

Residência: Quadra 2 casa 17 Sobradinho D.F. SHIS  
 Filiação: Yminiano Pereira do Nascimento e Luíza Malaquias de Souza  
 Naturalidade: Barra Estado: Bahia  
 Data de nascimento: 1 de fevereiro de 1948  
 Estado civil: solteiro Nº de dependentes: 01 (uma)  
 Título de eleitor: nº 7272 Barra - Bahia  
 Identidade: nº: 217559 Sêrie: 4.4.333 Local: Brasília D.F.  
 Diplomado pela escola: Prof. Elyrio Mourão  
 Tipo de diploma: Colegial Registro nº 7266  
 Data de admissão no D.F.: 13 de março de 1970  
 Outros cursos: Contabilidade  
 Experiência no magistério: série todas Duração: 2 anos  
 Função: Proº Local: Barra - Bahia  
 Experiência fora do magistério: sim  
 Avaliação  
 Frequência  
 Apreciação do trabalho realizado

*Relacionamento*

FOTOGRAFIA 2 - Termo de exercício do Professor Antônio Pereira do Nascimento na Escola Rural da Cerâmica São Paulo. Foto: Guilherme França

Sua escolaridade era o curso colegial e havia realizado um curso de contabilidade. Foi professor na sua cidade natal e, em fevereiro de 1972, sua experiência era de dois anos no magistério. Residia em Sobradinho, tendo sido admitido no Distrito Federal em 1970.

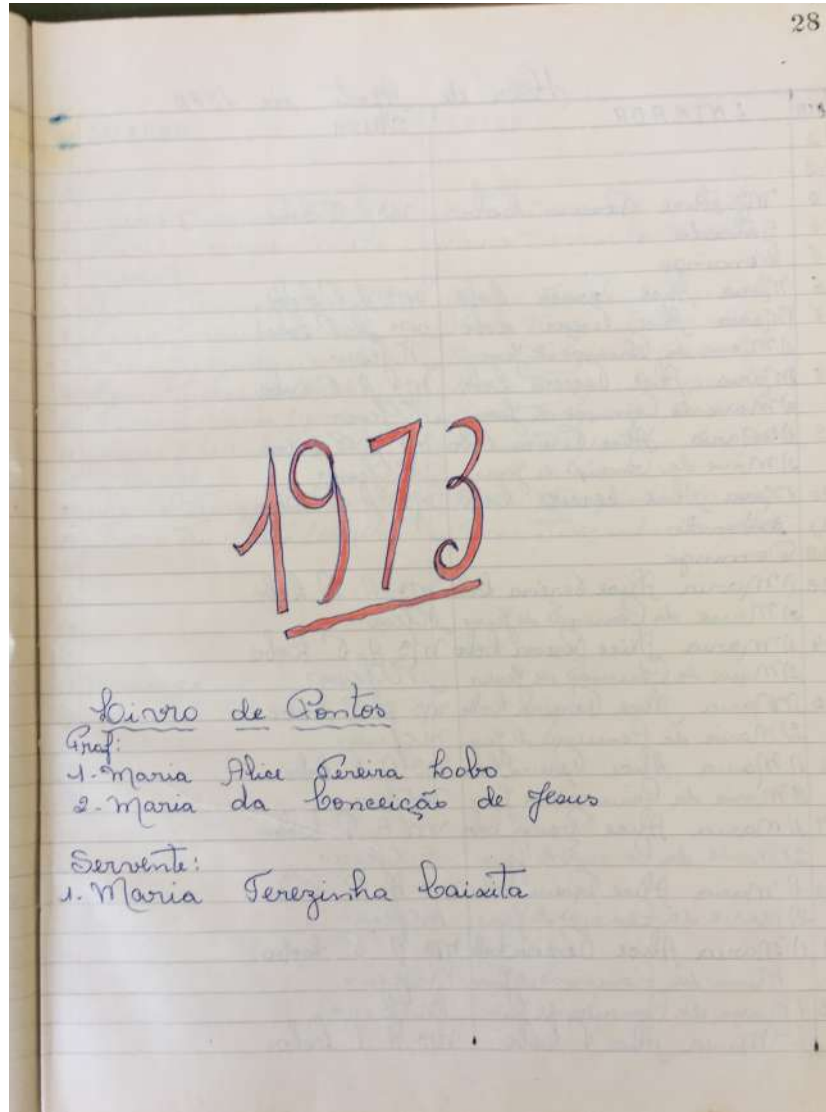
A presença simultânea de duas professoras é identificada a partir de setembro de 1971, sendo que, em fevereiro e março de 1972, haviam três professores registrados. (FOTOGRAFIA 3)

The image shows a handwritten attendance control book with three pages for the months of February, March, and April 1972. Each page has a header for the month and year, followed by columns for 'Dias' (Days) and 'letivos' (School days). The rows list the names of the individuals being tracked: Antônio Pereira do Nascimento, Marlene de Pina Vieira Magalhães, Neusa Maria de Souza Feitosa, and Maria Terezinha Caixeta. The entries include various marks such as 'c', 'e', 'SABADO', 'DOMINGO', and 'Disposição do DEE'. The right side of the pages shows the total number of school days for each month: 5 for February, 22 for March, and 22 for April.

FOTOGRAFIA 3 - Controle de frequência da servente Maria Terezinha Caixeta e dos professores Antônio Pereira do Nascimento, Marlene de Pina Vieira Magalhães e Neusa Maria de Souza Feitosa, em fevereiro, março e abril de 1972, na Escola Rural da Cerâmica São Paulo. Foto: Guilherme França

No ano de 1973, Maria Alice Pereira Lobo e Maria da Conceição de Jesus eram as professoras da escola e Maria Terezinha Caixeta, a servente (FOTOGRAFIA 4). Considerando o livro ata de controle de frequência, nos anos de 1973 e 1974, a escola passou a contar sempre com duas professoras registradas.





FOTOGRAFIA 4 - Abertura do controle de frequência do ano de 1973, na Escola Rural da Cerâmica São Paulo. Foto: Guilherme França

Supõe-se, dessa forma, que até setembro de 1971, a escola tenha sido de classe única, na qual o professor teria também atividades de natureza administrativa (DISTRITO FEDERAL, 1971a), ou uma escola isolada, por possuir somente uma turma de alunos, entregue a um só docente. (BRASIL, 1946) A partir de então, ela teria passado a ser uma escola agrupada, com o máximo de duas salas e duas a quatro classes. (DISTRITO FEDERAL, 1971a)

Todas as cinco primeiras escolas de São Sebastião foram criadas como Escolas Rurais: da Cerâmica Benção, da Cerâmica São Paulo, Cachoeirinha, Jataí e Nova Betânia. Todas elas passaram a ser Escola Classe em 21/10/76, através da Res. nº 95 – CD, publicada no DODF nº 30 de 11/02/77 Suplemento e A.N. da FEDF – vol. II.

A FOTOGRAFIA 5, em preto e branco, tem data provável no período entre final de 1976 e início de 1985, quando a escola denominava-se Escola Classe. Percebe-se uma grade baixa que protege a escola e ao fundo árvores altas. O animal utilizado pelos moradores da região, provavelmente um burro, e a presença da assistência social, indicam a carência socioeconômica da região. A escola é uma construção em alvenaria, com telhas de amianto sendo utilizadas como cobertura.



FOTOGRAFIA 5 – Escola Classe Cerâmica São Paulo. Assistente social com moradores e ao fundo horta escolar. Acervo particular de Sebastião Azevedo Rodrigues – Tião Areia

A foto da Escola Classe Cerâmica São Paulo (FOTOGRAFIA 6), a seguir, é colorida e datada de junho de 1985. A escola mantém basicamente as mesmas características da foto anterior (FOTOGRAFIA 5), notando-se o mesmo desenho da escrita na parede da escola e uma cerca de arame protegendo a escola. Na foto a seguir (FOTOGRAFIA 6), há a presença de apenas dois homens, que podem ser professores. Contudo, um desses homens carrega uma

criança no colo, podendo ser o marido de uma das professoras. Embora na parede da escola há a inscrição de Escola Classe, desde fevereiro de 1985, a escola já era um Centro de Ensino de 1º Grau, e a fotografia é de junho de 1985.



FOTOGRAFIA 6 – Professores na frente da Escola Classe (ou Centro de Ensino de 1º Grau) Cerâmica São Paulo. Junho / 1985. Acervo do Centro de Ensino Fundamental Cerâmica São Paulo.

Foram localizadas mais três fotos de junho de 1985 (FOTOGRAFIAS 7, 8 e 9), nas quais aparece uma mesma professora no cotidiano da escola. Devido a sua centralidade nas fotos, pode ser que seja a diretora nesse período. Na primeira foto da série (FOTOGRAFIA 7), a professora está sozinha, sentada à mesa, podendo ser esta a sala da direção da escola.



FOTOGRAFIA 7 – Professora no Centro de Ensino de 1º Grau Cerâmica São Paulo. Junho / 1985.  
Acervo do Centro de Ensino Fundamental Cerâmica São Paulo.



FOTOGRAFIA 8 – Professora no pátio do Centro de Ensino de 1º Grau Cerâmica São Paulo. Junho / 1985.  
Acervo do Centro de Ensino Fundamental Cerâmica São Paulo.



FOTOGRAFIAS 9 - Professores servindo lanche para os alunos no Centro de Ensino de 1º Grau Cerâmica São Paulo. Junho / 1985. Acervo do Centro de Ensino Fundamental Cerâmica São Paulo.

Na segunda foto da série (FOTOGRAFIA 8), a professora está fazendo uma leitura no pátio da escola, e na terceira (FOTOGRAFIA 9), ela está servindo lanche para os alunos.

Nesse ano de 1985, as Escolas Classes Nova Betânia e Cerâmica São Paulo já haviam se transformado em Centros de Ensino de 1º Grau, através de da Resolução nº 1.360-CD, da FEDF, de 28/02/85.

Na FOTOGRAFIA 10, além dos professores, há a presença de alunas com becas de formatura. Nota-se a presença de apenas um homem, que pode ser um professor. As características da escola, em dezembro de 1987, mantiveram-se como nas FOTOGRAFIAS 6 e 7, embora já há a inscrição de Centro de Ensino de 1º Grau Cerâmica São Paulo na parede da escola. A cerca de arame está mais visível. A professora da fotos anteriores (FOTOGRAFIAS 7, 8 E 9) permanece nessa foto, sendo a última à esquerda.



FOTOGRAFIA 10 – Professores e alunos na frente do Centro de Ensino de 1º Grau Cerâmica São Paulo. Dezembro / 1987. Acervo do Centro de Ensino Fundamental Cerâmica São Paulo.

Observando-se as fotos a seguir, são alunos formandos, em dezembro de 1987 (FOTOGRAFIAS 11 E 12). Essas fotos são do fundo da escola, destacando-se uma vista de montanhas ao fundo, após uma vasta área verde. Nessa área verde, percebe-se uma chaminé, provavelmente pertencente à Cerâmica São Paulo. Atrás dessa chaminé, situa-se o Córrego Mata Grande, que fazia a divisa da Fazenda Papuda com a Fazenda Taboquinha.

As formandas que aparecem na foto a seguir (FOTOGRAFIA 11) são as mesmas da foto anterior (FOTOGRAFIA 10).



FOTOGRAFIA 11 - Formandas no fundo do Centro de Ensino de 1º Grau Cerâmica São Paulo. Dezembro / 1987.  
Acervo do Centro de Ensino Fundamental Cerâmica São Paulo.



FOTOGRAFIA 12- Formando no fundo do Centro de Ensino de 1º Grau Cerâmica São Paulo. Dezembro / 1987.  
Acervo do Centro de Ensino Fundamental Cerâmica São Paulo.

De acordo com a Proposta Pedagógica da Escola:

Assim foi construído e batizado o Centro de Ensino Cerâmica São Paulo. A princípio constava de pequeno prédio com poucas salas de aula, uma pequena cantina, uma sala de professores, uma secretaria, alguns banheiros, uma quadra de esportes e nenhum muro. As galinhas e vacas da vizinhança faziam parte do cotidiano escolar.

Com a demanda por vagas, foi construído em 1992, outro prédio com 10 salas de aula e dois banheiros para os alunos. Para tanto, o primeiro prédio foi demolido e em seu lugar construído um segundo bloco de salas com cantina, três salas de aula, uma biblioteca, uma sala de artes, sala de professores, banheiros, sala de Educação Física, caixa d'água e a quadra de esportes foi reformada. A construção desse segundo bloco de salas ocorreu em um período de chuvas o que atrasou a obra, atrasando assim o início do ano letivo para o mês de abril. (CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL CERÂMICA SÃO PAULO, 2019, p. 5-6)

A presença das galinhas e vacas da vizinhança no cotidiano escolar, nos seus primeiros anos, descrita na Proposta Pedagógica, representa a condição rural da escola. Esse texto também fala da ausência de muros. Nas fotos apresentadas da escola, observou-se apenas uma cerca baixa de arame na frente da escola, o que indica ainda uma proximidade da escola com a comunidade. Essa situação contrasta-se com sua atual situação urbana, em que a escola encontra-se separada da comunidade por um muro alto que a cerca (FOTOGRAFIA 13).



FOTOGRAFIA 13 - Frente do Centro de Ensino Fundamental Cerâmica São Paulo. Fevereiro / 2020.  
Foto: Guilherme França.



A pretensão desse capítulo, em sua primeira parte, foi apresentar brevemente como, antes da delimitação da área destinada ao novo Distrito Federal, diversos povos por aqui passaram. Para a formação territorial do Distrito Federal, três municípios cederam parte de suas terras. Antes da inauguração de Brasília, o Distrito Federal era constituído por várias fazendas. Na região, já havia pelo menos seis escolas, cinco no município de Planaltina de Goiás e uma em Brazlândia, parte do município de Santa Luzia, hoje Luziânia. Esses fatos contrariam uma visão de Brasília como um território até então inabitado ou desértico, como se referiu Juscelino Kubitschek (JK):

Até então o local, onde iria ser Brasília, não passava de um carrascal, coberto apenas pela vegetação característica dos chapadões. O único testemunho da passagem do homem por ali era um pardieiro, pomposamente chamada “Fazenda Gama”, uma casa de telhado baixo, com um cercado no fundo, no qual viviam confinados uns vinte bois e uns três leitões. (KUBITSCHEK, 1978, p. 85)

JK também assim se manifestou, referindo-se à chegada dos operários de todas as regiões do país, em busca de emprego, em fins de 1956: “o imenso espaço vazio do Planalto já não se mostrava tão deserto como antes.” (KUBITSCHEK, 1978, p. 129)

Para a reconstituição de uma história das duas primeiras escolas, foi realizada uma pesquisa ancorada na historiografia e em alguns documentos localizados previamente ou no próprio processo de pesquisa. A cidade de São Sebastião foi sendo mais intensamente ocupada a partir da instalação de olarias e cerâmicas para a construção da nova capital e as suas primeiras escolas originam-se nas áreas dessas cerâmicas. Essas escolas foram criadas à margem do Plano Educacional de Brasília, refletindo em parte um sistema de ensino intrinsecamente diferenciado. Esse é o contexto para se compreender a produção de documentos pelas escolas e sobre elas, os quais serão apresentados no capítulo 2.

## 2 LUGARES DE MEMÓRIA DA ESCOLARIZAÇÃO EM SÃO SEBASTIÃO

Pretende-se mapear os lugares de memória, localizando, identificando e selecionando arquivos e acervos das duas primeiras escolas de São Sebastião, indo-se aos arquivos. Antes, porém, proponho uma discussão teórica preliminar, situando a conceituação dos lugares de memória no campo da historiografia da educação, o que será feito nessa primeira parte “História, memória e arquivo: teorizando relações”.

Na primeira seção “História, historiografia da educação e fontes” da primeira parte, parte-se de uma discussão sobre a constituição da história como ciência, com sua preocupação inicial em localizar e usar documentos escritos como fontes históricas. Apresentam-se as críticas a uma abordagem positivista da história, questionando-se a historicidade dos próprios documentos escritos tradicionais, ampliando-se a possibilidade de uso de diversos tipos documentais. No campo da historiografia da educação discute-se o privilégio então dado ao pensamento e ideias pedagógicas e a uma visão normativa da política educativa. Em contrapartida, o desenvolvimento da nova história cultural, tomando as questões educacionais como constitutivas do seu próprio campo de investigação, possibilitou uma abordagem mais fecunda a partir do uso de documentos de arquivo, em uma perspectiva menos restritiva.

Na segunda seção “Arquivo: memória e história” da primeira parte, problematiza-se a relação entre a memória e história, o que é possível a partir de uma nova perspectivação de velhos objetos. A transformação de uma memória espontânea em uma memória arquivística é considerada. Concomitantemente, uma crítica à arquivologia tradicional é estabelecida, ao se questionar um discurso naturalizante sobre os arquivos, bem como uma dicotomia que se estabeleceu entre os valores administrativo e histórico dos documentos de arquivo. Por fim, destaca-se a importância da ida aos arquivos escolares para a constituição de uma história dessas instituições.

A segunda parte trata da ida aos arquivos propriamente dita, buscando-se mapear os lugares de memória da escolarização em São Sebastião. Parte-se dos arquivos escolares das duas primeiras escolas da cidade (seções 2.2.1 e 2.2.2). Nesses arquivos foi possível localizar e identificar uma diversidade de tipos documentais como diários de classe, registros de professores, ocorrências de vigias, transferência de bens, relatórios relativos ao pessoal da escola e aos alunos, além de históricos escolares e registros de promoção destes. Considerando essa diversidade tipológica, optou-se por apresentar os documentos de forma mais descritiva, indicando-se algumas informações que eles contêm, o que pode contribuir

com outras pesquisas sobre essas escolas. Dessa forma, não foi realizada uma problematização ou análise pormenorizada ou particularizada desses documentos.

Outros lugares de memória são apresentados na seção 2.2.3, sobre os quais destaco alguns aspectos. No Arquivo Público do Distrito Federal (2.2.3.1), encontra-se o fundo NOVACAP, empresa que criou as primeiras escolas de Brasília, incluindo a Escola da Cerâmica Benção. A NOVACAP transferiu as primeiras escolas do Distrito Federal para a CASEB, que, por sua vez, as passou para a Fundação Educacional do Distrito Federal e esta, para a então Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal. Não se sabe onde está o acervo histórico da CASEB, se no Ministério da Educação ou nos arquivos da extinta FEDF. Foi realizado, nessa seção, um histórico do Arquivo Público do Distrito Federal, destacando-se a constituição dos fundos NOVACAP E FEDF. Quanto ao fundo FEDF, foram analisadas 150 atas de reuniões no período de 1960 a 1965, observando-se as referências às escolas primárias, especialmente da zona rural, considerando-se ser essa a natureza das duas primeiras escolas de São Sebastião.

O Conselho de Educação do Distrito Federal (2.2.3.2) é o órgão responsável pela normatização do sistema de ensino do Distrito Federal, já tendo tido na história da educação do Distrito Federal uma importância especial no planejamento do sistema educacional. Nessa seção, alguns aspectos da constituição e funcionamento dessa instituição são considerados. A partir da localização das normas aprovadas por esse conselho (indicações, pareceres e resoluções), publicadas nos seus primeiros 15 boletins, no período de 1962 a 1980, foram selecionadas aquelas pertinentes à organização do sistema de ensino e aos planos de educação do Distrito Federal, bem como aquelas que dizem respeito às escolas rurais, sendo essas o tipo das primeiras escolas localizadas na atual região de São Sebastião.

No acervo do Museu da Educação do Distrito Federal (2.2.3.4), a partir do levantamento de 660 documentos textuais, correspondendo ao período de 1957 a 1960, foram identificados e selecionados dois relatórios da NOVACAP que registram a criação e caracterização da Escola da Cerâmica Benção, além de atas da NOVACAP, boletins do Ministério da Educação e Cultura e outras publicações periódicas que dizem respeito à história das primeiras escolas primárias do Distrito Federal e, em particular, as da zona rural. Convém lembrar que dentre os 300 depoimentos em áudio e vídeo produzidos ou preservados por esse Museu, utilizei no primeiro capítulo as entrevistas com uma professora e um aluno da Escola da Cerâmica Benção como fontes para uma reconstituição de uma história dessa escola.

Por fim, trato da publicação Atos Normativos da FEDF (1981) (2.2.3.9), que evidencia alguns aspectos legais da constituição do sistema de ensino do Distrito Federal. Trata-se de uma coletânea de atos oficiais da FEDF, no período de 1960 a 1980. Foram selecionadas portarias, resoluções e instruções que dizem respeito às escolas rurais, destacando-se as que fazem referência direta às primeiras escolas localizadas hoje na região de São Sebastião.

Na terceira seção reflete-se sobre a produção da memória e dos seus espaços arquivísticos, a partir do mapeamento dos lugares de memória realizado. Trata-se de um balanço da presença ou ausência de documentos nos diversos acervos pesquisados.

## 2.1 HISTÓRIA, MEMÓRIA E ARQUIVO: TEORIZANDO RELAÇÕES

### 2.1.1 História, historiografia da educação e fontes

A história transforma-se em ciência, segundo Nunes e Carvalho (1993), na Alemanha do século XIX, a partir do levantamento de documentação e criação de sociedades de pesquisa. O estudo da história nacional buscava o rigor, a crítica das fontes e a insistência na compilação, no sentido de caracterizar o “espírito do povo”, explicando sua situação e sua maneira de ser. Buscava-se ainda o controle social das massas urbanas pela seleção e orientação escolar. A tentativa de narrar “os fatos tal como efetivamente aconteceram”, aguçou a preocupação com a localização e uso de fontes escritas.

O documento, nessa perspectiva, é concebido restritivamente, deixando de lado sua historicidade. Com a contribuição dos historiadores dos *Annales*, principalmente de sua primeira geração, ampliou-se e enriqueceu-se o seu conteúdo e sua concepção. Ampliou-se sua aceção: escritos, ilustrados, transmitidos pelas imagens, pelo som ou de qualquer outra maneira. As formas de registro, no entanto, não vêm mais em primeiro lugar, o que vem sempre em primeiro lugar é o problema (NUNES e CARVALHO, 1993).

Frago (1998), a seu tempo, afirma que a historiografia educativa nos seus primórdios preocupava-se mais com o que deveria ser a educação ou com as normas que a regulam do que com as práticas escolares. Privilegiava-se o pensamento e ideias pedagógicas, em uma perspectiva idealista (não uma história intelectual), as instituições educativas, de um modo

isolado (não em seus contextos e como uma instituição social) e a política educativa, em uma visão normativa que confundia a realidade com o proposto ou o legislado.

Nesse sentido, na historiografia da construção/educação de Brasília – essas, de fato, frequentemente aparecem indissociáveis –, há uma abordagem que privilegia as ideias mudancistas, justificando a necessidade da transferência da nova capital, o sentido inovador do planejamento urbano e a dimensão renovadora do plano educacional de Brasília. Personagens históricos como Juscelino Kubitschek, Bernardo Sayão, Israel Pinheiro, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Anísio Teixeira, dentre outros, são engrandecidos em suas realizações. As diretrizes estabelecidas nesses planos, de forma análoga, são apresentadas como sendo a própria realidade. A concretização dos planos no cotidiano da cidade e das escolas se dá de forma diferenciada e desigual quanto à ocupação territorial e ao estabelecimento de instituições escolares. Representa-se e privilegia-se apenas uma faceta da realidade, desprezando as tensões e contradições com a própria realidade sobre a qual se impôs.

Frago (1998), indo ao encontro de situações como esta, embora tenha por referência a realidade espanhola, propõe recorrer a fontes deixadas de lado ou menosprezadas:

Entre essas novas fontes se falam das icônicas e materiais, a história material da escola: localização, edifícios, mobiliário, material etc. [...] Porém, sobretudo, as fontes objetos de atenção preferencial são aquelas relativas à realidade e práticas das instituições educativas, aquelas que são produzidas por essa mesma realidade e práticas. (FRAGO, 1998, p. 179-180) (Tradução livre).<sup>21</sup>

McCulloch (2013), referindo-se ao contexto europeu e norte-americano, apresenta a origem história da educação com uma lógica que apoiava o desenvolvimento dos sistemas nacionais de ensino que surgiram em todo o mundo nos séculos XIX e XX. O autor considerava esta perspectiva com valor histórico um pouco limitado por tender “a ser altamente instrumental na natureza, construindo um passado útil para os interesses das instituições e políticas contemporâneas” (McCULLOCH, 2013, p. 124). O autor afirma que, do ponto de vista metodológico, passa-se de uma pesquisa que “privilegiava uma narrativa elitista, de mudanças políticas baseadas em relatórios e comitês do governo” (McCULLOCH, 2013, p. 124), para uma pesquisa em que se trabalha com uma ampla gama de fontes documentais, por meio de diferentes questionamentos sobre eles (vozes silenciadas),

---

<sup>21</sup> *Entre estas nuevas fuentes se hallan las icónicas y materiales, la historia material de la escuela: emplazamiento, edificios, mobiliario, material, etc.[...] Pero, sobre todo, las fuentes objeto de atención preferente son aquella relativas a la realidad y prácticas de las instituciones educativas; aquellas que son producidas por esas mismas realidad y prácticas.*

destacando-se as fontes materiais de origem institucional, como manuais, revistas escolares, livros escolares e livros de registro, que têm sido usados mais amplamente.

Considerando as fontes produzidas pela realidade e práticas das instituições educativas, convém destacar a presença da escrita nos diversos âmbitos da “forma escolar”, teoria proposta por Vicent; Lahire e Thin (2001): nos saberes objetivados e na sua codificação (sistematização do ensino), na normatização de métodos de ensino e das condutas disciplinares (regras suprapessoais), na formalidade da aprendizagem, no domínio do ensino da língua escrita, conforme regras gramaticais, ortográficas, estilísticas etc.

Dos saberes ensinados aos métodos de ensino, passando pelos aspectos mais insignificantes da organização do espaço e do tempo escolar, nada é deixado ao acaso, tudo é objeto de escrita [...] E como tudo foi escrito, prescrito, controlado, codificado por uma série fastidiosa de descrições-prescrições, certos mestres bem formados podem passar despercebidos em proveito de funcionamentos escolares mais estritos. (VICENT; LAHIRE e THIN, 2001, p. 29)

Com a nova história cultural, segundo Nunes e Carvalho (1993), os estudos relacionados a questões educacionais são privilegiados como constitutivos do seu próprio campo de investigação, relegados pela historiografia anterior a uma situação de desprestígio intelectual e institucional, destinados aos historiadores da educação. Há uma “nova perspectivação desses ‘velhos objetos’, em que assume relevância a consideração de aspectos antes descurados pela investigação histórica. [...] perspectiva que realça sua materialidade de dispositivos, através dos quais bens culturais são produzidos, postos a circular e apropriados.” (NUNES e CARVALHO, 1993, p. 44) Privilegiam-se análises pontuais, delimitadas e tão exaustivas quanto possível, das particularidades das práticas e dos produtos culturais investigados. Ainda, há um “primado atribuído aos ‘veículos’, às grandes ‘instituições mediadoras’ como, por exemplo, a imprensa, a edição, os museus, a escola, as exposições universais, etc.”, não se separando o signo e a mensagem, os *media* e as mensagens. (NUNES e CARVALHO, 1993)

Farge (2011) trata da abordagem do descontínuo, privilegiando o que foge à síntese, isolando cada acontecimento e o devolvendo à sua história pura, áspera e imprevisível. Sendo assim, o acontecimento se desinscreve de sua pretendida necessidade, privilegiada pelos historiadores. Para a autora, “a história tem uma tendência a tudo reconciliar e a tornar liso o que de fato não o é”. (FARGE, 2011, p. 10) Os acontecimentos, no entanto, devem ser percebidos e transmitidos em sua singular rugosidade. Modos singulares de existir ou de estar no mundo resistem “às investigações históricas tradicionais de pertencimento coletivo, assim como àquelas singulares, de indivíduos”.

Enfatiza-se, dessa forma, nessa perspectiva da historiografia da educação, a busca por novas fontes documentais, que não as tradicionais, associada a outra abordagem, orientada pelo problema da pesquisa, partindo da singularidade de modos de existir e estar no mundo. Sendo assim, os arquivos podem ser ressignificados, como também outros arquivos podem ser localizados. A intencionalidade de constituição do arquivo deve ser observada, caracterizando-o como um lugar de memória e de esquecimento a ser problematizado. A crítica a uma arquivologia tradicional deve ser considerada. É o que se propõe analisar na seção seguinte.

### 2.1.2 Arquivo: memória e história

Considerando os arquivos como lugares de memória, necessário se faz compreender a relação da memória com os arquivos. Na sequência, discutir-se-á o uso dos arquivos pela história da educação. Começamos com uma problematização da memória.

Gadamer (1999) reconhece a memória como um traço essencial do ser limitado-histórico do homem. Para algumas coisas temos memória, para outras não e algumas coisas queremos guardar na memória, outras banir. “À postura de reter e de lembrar pertence [...] o esquecimento e que é não somente uma perda e uma carência, mas, como acentua sobretudo F. Nietzsche, uma condição de vida do espírito.” (GADAMER, 1999, p. 56)

Jardim (1995, p. 2) caracteriza a memória como “um transmissor de experiência, simultaneamente seguro e dúbio”, marcado pela subjetividade, uma leitura do passado no presente.

Para Nora (1993, p. 14), “a memória transformada por sua passagem em história [...] é voluntária e deliberada, vivida como um dever e não mais espontânea”. Essa memória que já é arquivística:

se apoia inteiramente sobre o que há de mais precioso no traço, mais material no vestígio, mais concreto no registro, mais visível na imagem. O movimento que começou com a escrita termina na alta fidelidade e na fita magnética. [...] É uma memória registradora, que delega ao arquivo o cuidado de se lembrar por ela e desacelera os sinais onde ela se deposita, como a serpente sua pele morta. (NORA, p. 14-15)

Considerando o uso da memória pela história, Meneses (1999) afirma que a fronteira entre memória e história não tem sentido do ponto de vista epistemológico, no entanto, há

essa separação quando se toma “a memória (e as diversas práticas do seu contexto) como objetos da análise e do entendimento do historiador.” (MENESES, 1999, p. 11) Para o autor (1999), a memória deve ser o objeto da história e não o seu objetivo, envolvendo todo o campo documental, não se restringindo à especificidade do arquivo.

“[...] evidencia-se como imprópria qualquer coincidência entre memória e História. A memória, como construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço de identidade individual, coletiva e nacional. Não se confunde com a história, que é forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva. [...] A história não deve ser o duplo científico na memória; o historiador não pode abandonar sua função crítica; a memória precisa ser tratada como objeto da história.” (MENESES, 1992, *apud* MENESES, 1999, p. 21-22 )

A memória, que se tornou arquivística, ao ser considerada pela história, deve ser problematizada. É o que propõe Anjos (2018), ao analisar os arquivos. Esse autor considera que o arquivo, por conta das operações de memória que o produzem, faz emergir um duplo testemunho para o trabalho da história da educação. Um testemunho intencional sobre a memória, “nascido da vontade de lembrar e fazer lembrar os compromissos dos produtores/gestores do arquivo para com a educação, geralmente, em sua forma escolarizada” e um testemunho não intencional, “que permite observar, apesar da força da memória, as contradições da relação desses agentes com a educação e seus sujeitos.” (ANJOS, 2018, p. 281-282)

Em relação ao testemunho intencional sobre a memória, nascido da vontade de lembrar e fazer lembrar, ao qual se refere Anjos (2018), trago, como exemplo, um breve registro sobre a constituição do fundo NOVACAP, custodiado pelo Arquivo Público do Distrito Federal. Esse fundo é da empresa responsável pela construção de Brasília. Nele se destacam publicações e registros sobre suas realizações. Destaco a produção da Revista Brasília, de cinejornais do período da construção de Brasília e de fotografias que retratam esse período. Só a Revista Brasília chegou a ter uma tiragem de 5.000 a 10.000 exemplares. Ela circulou de janeiro de 1957 a agosto de 1966, contendo um “noticiário, principalmente fotográfico sobre a marcha da construção da nova capital e as informações de interesse relativas ao mesmo empreendimento – de modo a manter o público sempre ao par do que se está realizando e do que se pretende fazer ”, (NOVACAP, 1957, p. 1) conforme informação na primeira página do seu primeiro número publicado, em janeiro de 1957. Quanto aos cinejornais da NOVACAP, estima-se entre 24 e 38, de um total de um total de 88 filmes cinematográficos que compõe o acervo. (Gomes, 2008) O acervo iconográfico desse fundo é



de 12.651 cópias por contato, 6.191 diapositivos, 1.827 fotografias, 3 fotolitos e 18.794 negativos fotográficos. (ArPDF, 2018)

Para Anjos (2018, p. 283), “de fato, o arquivo, mais do que um lugar físico ou lugar de memória, naquela clássica definição de Pierre Nora (1993) é, para o historiador, um *lugar epistêmico*.” O historiador, para o autor, deve problematizar não só a produção da memória e do espaço arquivístico, como também a função social do arquivo, em sua intencionalidade. Por outro lado, “vestígios e fragmentos dos outros passados que não eram a sua intenção dar a ver, continuam lá, presentes, prestes a emergir, se, com alguma habilidade, o historiador se prestar a interrogar o Arquivo de outros modos e maneiras.” (ANJOS, 2018, p. 287)

Os documentos de arquivo, para Anjos (2018), apresentam rastros que “permitem reconstruir as vozes daqueles que, em princípio, a memória estatal ou institucional tentou varrer ou silenciar nos arquivos.” (ANJOS, 2018, p. 288) Essas vozes “contornam a memória que o produziu e o transformam, efetivamente, em material histórico.” (*Idem*) Esse testemunho não intencional aparece quando a “superfície empoeirada” do testemunho intencional é soprada para longe, com as ferramentas adequadas, como as advindas da teorização entre memória e história. Só se chega ao segundo testemunho, o não intencional, após “ouvir e indagar, constantemente, o primeiro tipo de testemunho [o intencional] que o Arquivo, tanto ontem (no momento de sua produção) como hoje (no momento de sua inquirição) insiste em dar.” (ANJOS, 2018, p. 289-290)

Para Hartog (2007, p. 132), ao se “interrogar os arquivos, prevalece-se um vocabulário tanto inspirado na crítica tradicional das fontes como no campo judicial. O arquivo é de fato um testemunho, uma prova, fala-se em segredo, dissimulação, confissão”.

Lane (2009) também adverte sobre o papel do historiador ao problematizar o arquivo. Para a autora, o arquivo não pode ser controlado por completo, podendo ser usado contra o poder que o produz. Afirma que o Estado nem sempre atua de forma coerente, mesmo quando parece ser consistente: existem brechas, giros inexplicáveis e retrocessos, além do azar também de se poder aparecer a lei dos efeitos não desejados. Coloca o problema da fragmentação, comparando os documentos como peças de louças quebradas, sendo muito difícil encontrar louças completas.

Alguns autores analisam a constituição dos arquivos públicos nacionais e suas relações com a teoria tradicional da arquivística, o que será apresentado agora.

Cook (1988) contesta a ideia tradicional de arquivos públicos como “acumulações naturais, orgânicas, inocentes e transparentes, que o arquivista preserva de modo imparcial, neutro e objetivo.” (COOK, 1988, p. 132) Os arquivos foram tradicionalmente criados pelo

Estado, para servir ao Estado, como parte da sua estrutura hierárquica e cultura organizacional.

Os arquivos são templos modernos- templos da memória. Como instituições, tanto como coleções, os arquivos servem como monumentos às pessoas e instituições julgadas merecedoras de serem lembradas. Igualmente, as que são rejeitadas por serem julgadas não merecedoras, têm seu acesso negado a esses templos da memória e estão fadadas, assim, ao esquecimento de nossas histórias e de nossa consciência social. [...] O controle do passado, e o controle sobre a criação e preservação do passado pelos arquivos, reflete as lutas de poder do presente e, na verdade, sempre as refletiram. (COOK, 1988, p. 143)

Mais uma vez, é apresentado o poder do arquivo em fazer lembrar e esquecer. Referindo-me ao exemplo que dei acima sobre a constituição do Fundo NOVACAP, associado àquela vertente da historiografia sobre a construção de Brasília, reforço que as personagens dos cinejornais e da Revista Brasília, não por acaso, são as merecedoras de serem lembradas por suas trajetórias e obras monumentais realizadas para a construção de Brasília.

Considerando a literatura e a prática arquivísticas, Jardim (1995, p. 6) diz que, a partir dos anos 50, destaca-se a importância da avaliação e seleção de documentos, com o objetivo de “identificar o valor dos documentos de maneira a estabelecer prazos de retenção nas fases corrente e intermediária, definindo assim possibilidades de eliminação, microfilmagem e recolhimento aos arquivos permanentes”. Estabeleceu-se, assim, o valor primário, relativo “aos aspectos gerenciais do documento e à demanda de uso por conta da administração que o produziu”, e o valor secundário, relativo “às possibilidades de utilização do documento por usuários que o procuram por razões distintas e posteriores àquelas do seu produtor”, apresentando este último sempre um valor informativo. Todo documento de arquivo apresenta um valor de prova “que contém da organização e funções do órgão que o produziu”. O autor afirma que “enquanto suporte material de uma dada memória, o documento apresentaria atributos de valor permanente, valor secundário, valor de prova e valor informativo [...], [noções entrecruzadas], embora a literatura a respeito pouco aprofunde esta dimensão teórica e suas consequências práticas”.

Jardim (1995) afirma que antes da emergência da teoria das Três Idades, havia uma dicotomia entre o valor histórico e administrativo dos documentos. Segundo Mathieu e Cardin apud Jardim (1995, p. 5-6), as dicotomias entre memória e informação, ausência e presença, conhecimento e informação revelam a especificidades dos arquivos: “**eles são memória, antes de ser informação. A informação tem qualquer coisa de neutra, de anônima.** Os arquivos são práticas de identidade, memória viva, processo cultural indispensável ao funcionamento no presente e no futuro.” (grifo do autor)

Ao analisar as instituições arquivísticas públicas latino-americanas, Jardim (1995) indica a precariedade organizacional e o uso social incipiente da informação governamental. Argumenta que elas são resultado de um processo de independência e formação dos Estados Nacionais modernos na região.

Sob os projetos emergentes de nação, estas instituições foram consideradas arquivos históricos e, portanto, repositórios de uma memória tida como forjadora da identidade nacional. Isso implicou o desenvolvimento de arquivos públicos e serviços arquivísticos “periferizados” na administração pública, incapazes de fornecer informações suficientes para a pesquisa científica e tecnológica e à sociedade como um todo. (JARDIM, 1995, p. 7)

Jardim (1995) apresenta algumas características das instituições arquivísticas públicas brasileiras: voltadas quase exclusivamente para a guarda e acesso de documentos considerados, sem parâmetros científicos, como de valor histórico; a lógica de constituição dos acervos resulta de ações isoladas, associadas a determinadas situações, como a extinção de órgãos públicos, falta de espaço físico em determinadas repartições etc.; após o recolhimento, a salvaguarda dos documentos na instituição confunde-se com um processo de sacralização que implica sua transmutação em acervo “histórico”.

Verifica-se um quadro no qual os estoques informacionais dos arquivos públicos, formados aparentemente como obras de um Estado “negligente”, tendem a ser considerados como parte de uma memória coletiva tomada como produto, e não como processo. Esta memória arqueologizável é freqüentemente identificada sob a noção de **patrimônio documental arquivístico** (grifo do autor). Compostos por acervos mediante critérios teóricos e políticos pouco explicitados, os arquivos públicos, geralmente, promovem a monumentalização dos seus documentos, privilegiando ações diversas. (JARDIM, 1995, p. 8).

Jardim (1995, p. 9-10) afirma que, “talvez, as características assumidas pelo Estado brasileiro dispensem, inclusive, o exercício da sua memória – aí incluída a sua socialização - como referência à sua ‘identidade’ e à sua ‘continuidade institucional’ ”. Conclui que “ao não reconhecer a sua própria memória, tampouco o Estado oferece-lhe condições de uso social. [...] Lugares periferizados no Estado e quase invisíveis socialmente, os arquivos públicos talvez sejam também agentes do esquecimento”. Como o Estado parece prescindir da memória enquanto instância legitimadora, “até porque talvez tenha constituído estratégias de legitimação pelo esquecimento, das quais os arquivos públicos sejam uma das expressões mais evidentes”, os arquivos públicos “encontram-se também deslegitimados no aparelho do Estado e na sociedade em geral”.

Direcionando nosso olhar agora para a constituição dos arquivos escolares e a importância do seu uso para a constituição de uma história e memória das instituições escolares, apresento algumas considerações de historiadoras da educação brasileira.

Para Nunes e Carvalho (1993), a historiografia da educação reflete sobre os limites das práticas institucionais (localização, conservação e divulgação de acervos) e das práticas discursivas, no âmbito da história. A ida aos arquivos coloca dificuldades para o historiador como a sistemática destruição das fontes históricas e dos suportes de memória coletiva e a valorização enfática dos documentos enquanto objetos de caráter comprobatório, subestimando-se a relação entre a preservação documental e recuperação ou fortalecimento da identidade social.

Parece ser, por exemplo, comum o hábito (justificado em nome da falta de espaço) de, ao início de cada ano letivo, as crianças (e seus pais) descartarem suas agendas, livros, redações, provas, numa demonstração de que não aprenderam, seja na escola ou em sua própria casa, a cultivar valores significativos da sua própria história de vida. (NUNES e CARVALHO, 1993, p. 28).

Para essas autoras, compete ao historiador informar sobre o que há nos arquivos e suas lacunas e fazer uma leitura crítica dos documentos. Importa perceber como alguns aspectos que não são tratados diretamente, seja pelo silêncio das fontes ou **por sua opção** (destaque meu), atuam sobre aqueles nos quais se fixa. As lacunas interessam aos historiadores, às instituições que os detêm e à sociedade em geral (NUNES e CARVALHO, 1993).

O desconhecimento dos acervos existentes nos arquivos, para Nunes e Carvalho (1993), compromete uma compreensão crítica da trajetória da educação. Esse desconhecimento se dá “pela ausência de uso dos acervos organizados e disponíveis para a pesquisa e pela compreensão estereotipada do material arquivístico, usado como objeto acabado e probatório de determinadas posturas teóricas.” (NUNES e CARVALHO, 1993, p. 30) Sua identificação é imprescindível, obrigando-nos a lançar sobre as fontes um novo olhar. Mapear fontes é preparar o terreno para uma crítica empírica vigorosa que constitua novos problemas, novos objetos e novas abordagens.

Trabalhos de mapeamento [...] são mais que instrumentos de referência prática. São instrumentos de classificação formal que vão possuir interesse diferencial para sujeitos com diferentes objetos/objetivos de pesquisa. Há, portanto, um diálogo constante entre referência e sentido, já que o sistema de referência pode colocar o sistema de sentido em risco. (NUNES e CARVALHO, 1993, p. 31).

Buffa (2001), ao criticar a pesquisa do particular, do pontual, do efêmero por si próprios, considera-os expressão do desenvolvimento geral e adota como característica metodológica a história das instituições escolares não apenas factual, nem apenas descritiva,

mas interpretativa. Utiliza como procedimento técnico da investigação o levantamento e utilização das fontes, especialmente do acervo documental de cada escola, que fornecem informações sobre os diferentes aspectos da instituição. Utiliza também como fontes a legislação, jornais da época, literatura pertinente e entrevistas com professores, diretores e alunos. Segundo a autora, as precárias condições em que se encontram os arquivos escolares é “mais uma razão para pesquisar a história das instituições escolares e tentar preservar o que ainda resta da nossa memória educacional” (BUFFA, 2001, p. 84)

## 2.2 MAPEANDO OS ARQUIVOS E ACERVOS ESCOLARES

Nas reflexões apresentadas acima, os arquivos escolares constituem-se como espaços de guarda de documentos privilegiados para a pesquisa, em uma perspectiva da historiografia da educação voltada para o cotidiano e para as práticas escolares ou para uma história das instituições escolares não limitada às normas que as instituem e organizam ou ao pensamento pedagógico que as pressupõem. Os arquivos são, nesse sentido, construídos como lugares de memória que, de acordo com Nora (1993), existem em razão da ameaça da perda das lembranças que eles envolvem, devendo a história deles se apoderar “para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los.” (NORA, 1993, p. 13)

A partir das idas aos arquivos, pretende-se nessa seção, mapear lugares de memória da escolarização em São Sebastião, localizando, identificando e selecionando arquivos e acervos das duas primeiras escolas de São Sebastião/DF. Inicia-se, portanto, com os arquivos escolares dessas duas primeiras escolas: Escola Classe Cerâmica da Benção e Centro de Ensino Fundamental Cerâmica São Paulo.

### 2.2.1 Acervo da Escola Classe Cerâmica da Benção

Parte do acervo documental da Escola Classe Cerâmica da Benção localiza-se na área central da escola, em frente da secretaria e da sala da direção. Em novembro do ano de 2018,

os documentos mais antigos da escola estavam guardados dentro de um cômodo identificado como “depósito de limpeza.” (FOTOGRAFIA 14)



FOTOGRAFIA 14– Espaço de guarda da documentação histórica da EC Cerâmica da Benção. Vista externa. Novembro / 2018. Foto: Guilherme França.

Como se pode observar, nesse depósito, há dois basculantes superiores, com quatro entradas de ar, sendo que os mesmos permanecem fechados. A dimensão do local é de aproximadamente 7 m<sup>2</sup>.

Até novembro de 2018, os documentos encontravam-se misturados com materiais de papelaria (caixas de papel chamex, fitas, folhas diversas etc.), materiais esportivos como

bambolês e bolas dentro de caixas, caixas de madeira, cesto, bacia de plástico, isopores, faixas, banners etc. (FOTOGRAFIAS 15 e 16). Estes materiais diversos ficavam em uma prateleira de aço à direita e no chão.



FOTOGRAFIA 15 - Espaço de guarda da documentação histórica da EC Cerâmica da Benção. Vista interna 1. Novembro / 2018. Foto: Guilherme França.



FOTOGRAFIA 16 - Espaço de guarda da documentação histórica da EC Cerâmica da Benção. Vista interna 2. Novembro / 2018. Foto: Guilherme França.

As caixas-arquivos com documentos da escola ficavam em duas prateleiras de aço, do lado esquerdo da sala, havendo um armário-arquivo de madeira, logo na entrada, à direita. Havia ainda um extintor de incêndio, não se sabe se no prazo de validade.

Em novembro de 2019, quando retornei ao arquivo, a sala encontrava-se melhor organizada, guardando apenas documentos de arquivo, acondicionados em caixas-arquivos ou caixas similares (FOTOGRAFIAS 17 e 18). Havia nessa sala documentos do período de 1980 a 2015. Mais documentos vieram para essa sala depois de um ano, alguns poucos datando de 1974.

Percebe-se que houve uma melhor disposição dos documentos, facilitando o acesso aos mesmos. No entanto, o estado de conservação do acervo é ruim e preocupante, empoeirados e com possível presença de micro-organismos danosos à saúde.



FOTOGRAFIA 17 - Espaço de guarda da documentação histórica da EC Cerâmica da Benção. Vista interna 1. Novembro / 2019. Foto: Guilherme França.



FOTOGRAFIA 18 - Espaço de guarda da documentação histórica da EC Cerâmica da Benção. Vista interna 2. Novembro / 2019. Foto: Guilherme França.

Os diários de classe dos professores mais antigos datam de 1980. Uma caixa-arquivo amarela (FOTOGRAFIA 19) indica a guarda de documentos do período de 1980 a 1984. Para cada um desses anos, localizou-se cerca de 4 a 6 diários de classe de professores por ano, totalizando 27 diários de classe nessa caixa.




FOTOGRAFIA 19 – Caixa-arquivo contendo diários de classe dos professores (1980-1984). EC Cerâmica da Benção. Foto: Guilherme França.



O diário de classe a seguir (FOTOGRAFIA 20) é da professora Maria Ferreira Chagas, turma 1ª série B, 1º Grau, do turno vespertino. Compreende as Atividades: Comunicação e Expressão, Integração Social e Iniciação Científica. Indica que a Escola Classe Cerâmica da Benção pertencia ao Complexo Escolar “A” do Núcleo Bandeirante.

B

 FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

DIÁRIO DE CLASSE

COMPLEXO ESCOLAR "A" do Núcleo Bandeirante						
UNIDADE ESCOLAR Escola Classe Cerâmica da Benção						
CURSO 1º Grau		SÉRIE 1ª	TURNO Vespertino		TURMA B	
DISCIPLINA Y AREA DE ESTUDOS Com. Exp., Int. Soc., Inic. Cient.						
PROFESSOR (A) Maria Ferreira Chagas						

HORÁRIO DE AULAS

DIA DA SEMANA TEMPORAL	SEGUNDA FEIRA	TERÇA FEIRA	QUARTA FEIRA	QUINTA FEIRA	SEXTA FEIRA	SÁBADO
PRIMEIRA						
SEGUNDA						
TERCEIRA						
QUARTA						
QUINTA						
SEXTA						

FOTOGRAFIA 20 – Capa do diário de classe da Professora Maria Ferreira Chagas, de 1980, da 1ª série B, turno vespertino. EC Cerâmica da Benção. Foto: Guilherme França.

No verso da capa há as instruções de preenchimento, indicando as menções de avaliação: SS (superior), MS (médio superior), MM (médio), MI (médio inferior) e SER (sem rendimento evidenciado). Para cada disciplina indicada, havia duas avaliações e uma média a serem lançadas em cada bimestre.

Nesse ano de 1980, foram matriculados 46 alunos (FOTOGRAFIA 21), na 1ª série B do turno vespertino, sendo que 9 desistiram e 6 foram reprovados, obtendo MI como média final.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL		E CLASSE		PREVISTAS	
DIÁRIO DE CLASSE		RE / 1980		AULAS	
NOMES DOS ALUNOS		FREQÜENCIA		MINISTRADAS	
1	Francisco Queirós Magalhães				
2	Geralda Irani do Nascimento				
3	Herculea Rodrigues de Oliveira				
4	Helena Pereira dos Santos				
5	Hélio Moreira de Melo				
6	João Carlos Dias de Oliveira				
7	José Pákanan do Nascimento				
8	João Carlos de Queirós Magalhães				
9	João Batista de Souza				
10	Luiz Moreira da Silva				
11	Luiz Carlos de Oliveira				
12	Lúcia da Silva Pereira				
13	Maria Aparecida de Jesus				
14	Maria Aparecida Dias de Oliveira				
15	Maria Lúcia Queirós				
16	Maria de Lourdes Queirós				
17	Maria Lourdes de Souza				
18	Márcio Siqueira Coutinho				
19	Marcos Antônio Teixeira dos Santos				
20	Marconi Teixeira dos Santos				
21	Moises Cabral da Silva				
22	Rubens Moreira da Silva				
23	Reginaldo Marques da Silva				
24	Raquel Cabral da Silva				
25	Sandra Regina Marques da Silva				
26	Vanice Conceição de Jesus				
27	Vanderli Conceição de Jesus				
28	Valdeci de Jesus				
29	Wilza Paulino da Costa				
30	Willian Paulino da Costa				
31	João Bonfim de Oliveira				
32	Josué Cabral da Silva				
33	Wilton Pinto Afonso				
34	Imbraim Pinto Afonso				
35	Ana Maria Rodrigues Marques				
36	Maria Helena Rodrigues Marques				
37	Miguel Rodrigues Marques				
38	José Rodrigues Marques				
39	Wanderly Benedito Ramos				
40	Edson Rodrigues da Silva				
41	Elizabeth Silva Rodrigues				
42	Maria do Livramento Lopes Lima				
43	Paulo Roberto Lopes Lima				
44	Marcos Antônio da Conceição				
45	Gerson Barbosa da Silva				
46	João Batista de Oliveira				
47					
48					
49					
50					
51					
52					
53					
54					
55					

FOTOGRAFIA 21 – Diário de classe com o nome dos alunos da 1ª série B, turno vespertino, 1980. EC Cerâmica da Benção. Foto: Guilherme França.

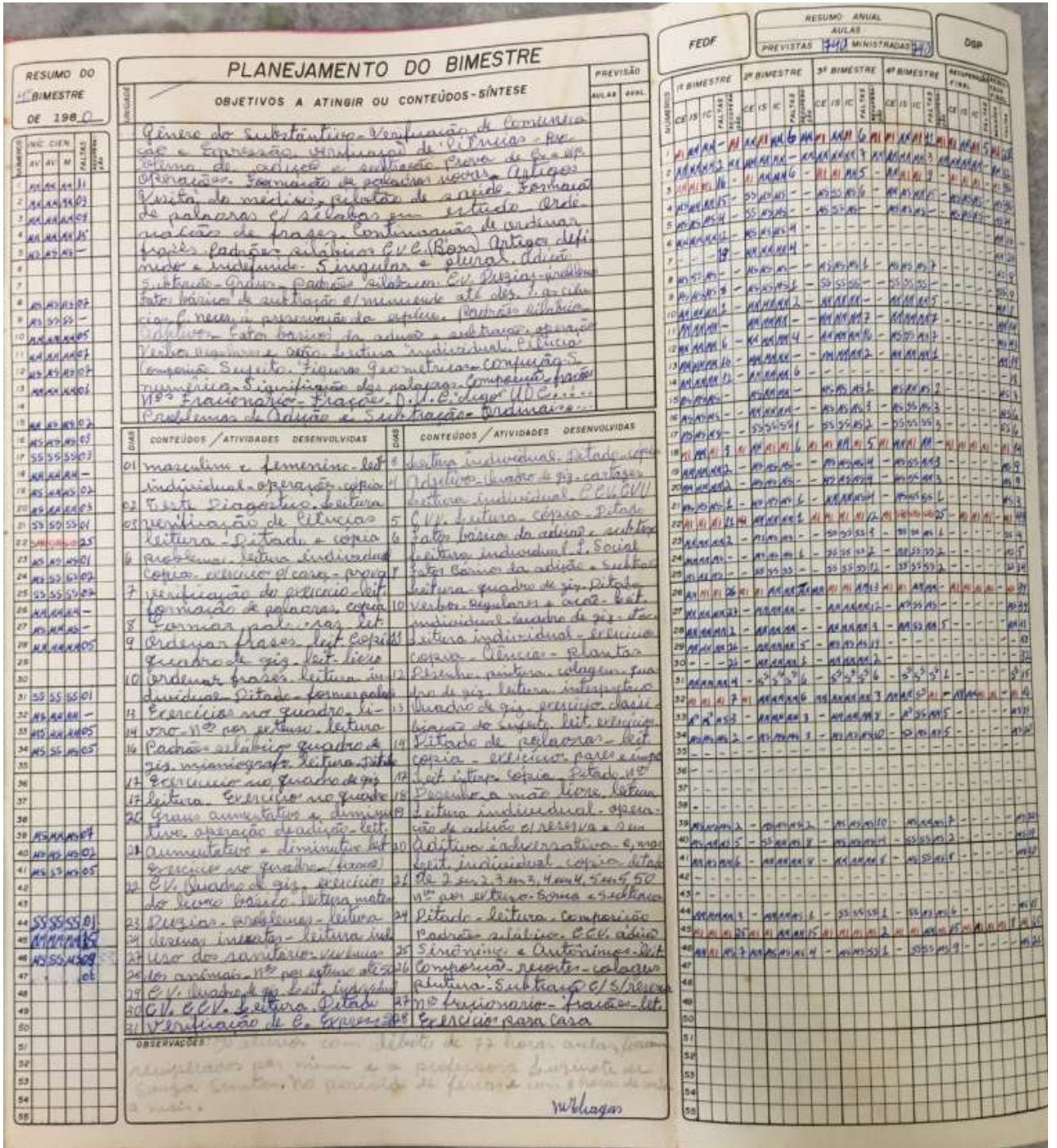
Houve alunos que tiveram 32, 35 e 36 faltas, em um total de 140 aulas previstas e ministradas. A professora registrou como observação, no 1º bimestre, que os alunos foram remanejados da Escola Classe Cerâmica São Paulo, não tendo sido lançado os “objetivos a atingir ou conteúdo síntese” do bimestre, nem os “conteúdos/atividades” desenvolvidas, que ficaram registrados no diário de classe da outra escola. No 2º bimestre, a professora fez a seguinte observação: “A presença do mês de maio ficaram registradas (*sic*) no diário de classe da Escola Classe Cerâmica São Paulo e mais quatro dias do mês de (maio), digo, junho”. No 2º bimestre a professora indicou ter apresentado e realizado exercícios para casa do livro básico Matemática sem faz de conta. Há ainda a indicação de alguns alunos com férias 5 aulas antes dos outros.

No campo “objetivos a atingir ou conteúdos-síntese”, referente ao 2º bimestre, a professora registrou conteúdos de português e matemática, além de: “Desenho – pintura” e “Coordenação motora – sílabas – cartazes e cópia no quadro de giz”, por exemplo. Ela ainda registrou, nesse campo, a leitura individual, dois exercícios para casa e uma “verificação de comunicação e expressão e matemática – ciências e integração social”.

No 4º bimestre (FOTOGRAFIA 22), a professora registrou no campo dos objetivos a atingir, no que se refere à comunicação e expressão: gênero do substantivo, formação de palavras novas, formação de palavras com sílabas, padrões silábicos CVC e CV, continuação de ordenação de frases, artigos definido e indefinido, singular e plural, adjetivos, verbos regulares e ação e significação das palavras. No que se refere à matemática, a professora registrou adição, subtração, graus, dúzias, operações, figuras geométricas, frações e números fracionários e ordinais. Ela ainda se refere a verificações de comunicação de expressão e ciências, à “leitura individual” e à visita do médico pelotão da saúde, nesse campo.

No campo do conteúdos/atividades desenvolvidas, registra-se que foi realizado um teste diagnóstico de leitura, leitura individual, leitura interpretação, cópias, exercícios para casa, prova, exercício no quadro de giz, ditado, desenho, composição, recortes, colagens, pintura.

No campo de observações do 4º bimestre (FOTOGRAFIA 22), a professora escreveu: “Os alunos com débito de 77 horas aulas, foram recuperados por mim e a professora Luzinete de Souza Santos. No período de férias e com 3 horas de aula a mais.”



FOTOGRAFIA 22 – Diário de Classe da 1ª série B, turno vespertino, 1980, com os campos, referente ao 4º bimestre: objetivos a atingir ou conteúdos-sínteses; conteúdos e atividades desenvolvidas; observações e resumo das menções do bimestre. Na página à direita consta o resumo anual das menções. EC Cerâmica da Benção. Foto: Guilherme França.

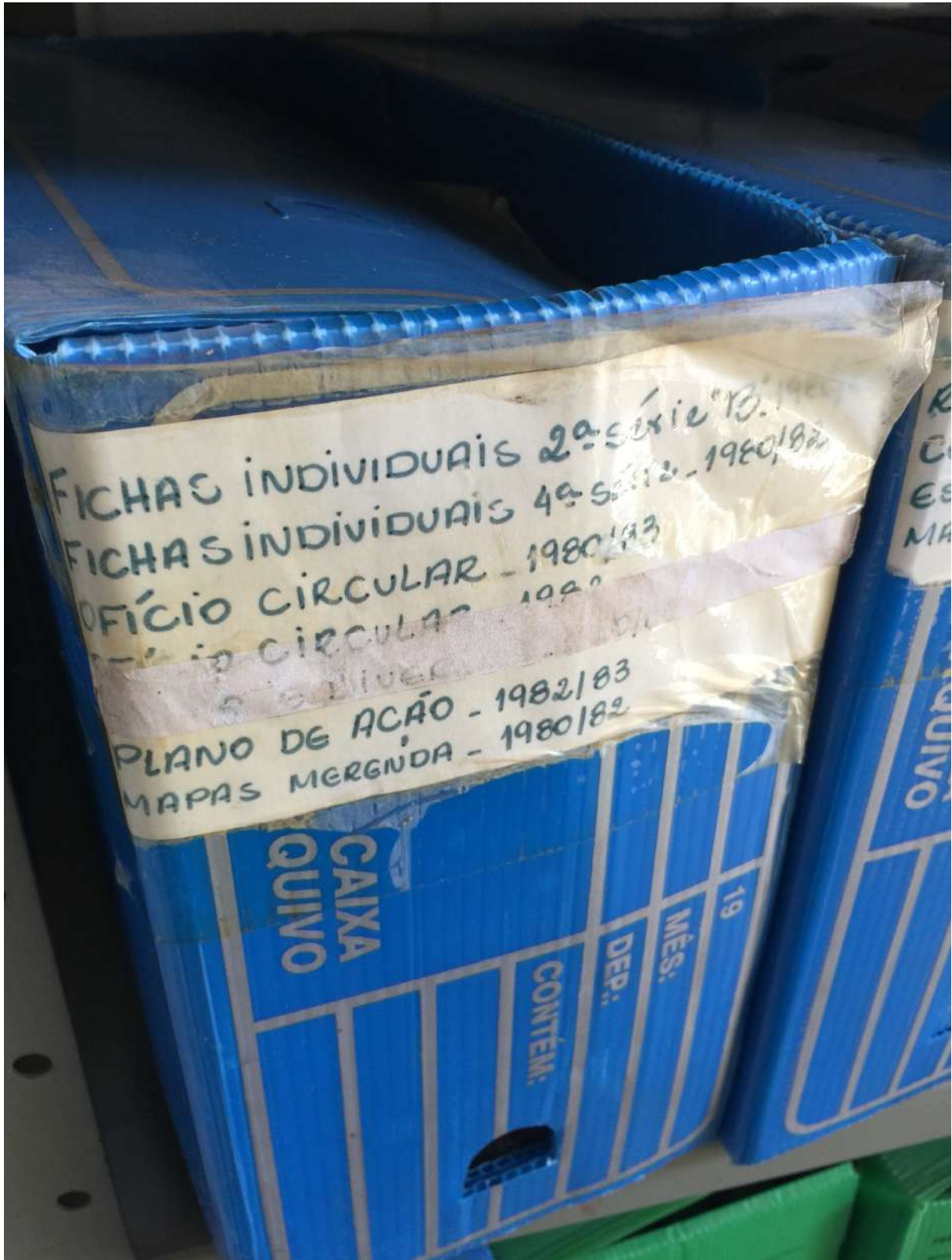
Além da caixa-arquivo mostrada acima, com diários de classe de 1980 a 1984, há mais 29 caixas-arquivos guardando diários de classe dos professores, no período de 1985 a 1996. Entre os anos de 1985 a 1988, há uma caixa-arquivo pra cada ano. Há ainda duas caixas-arquivos relativas ao ano de 1991, três caixas-arquivos para cada ano a seguir: 1989, 1990,

1993, 1994 e 1996, quatro caixas-arquivos do ano de 1994 e 5 caixas-arquivos do ano de 1995.

Como foi exemplificado acima, um diário de classe oferece indícios de qual metodologia de ensino estava sendo aplicada, alguns procedimentos ou tipos de atividades cotidianas realizadas na prática escolar em sala de aula ou solicitadas para serem feitas em casa, como exercícios, além do próprio conteúdo que estava se ensinando. Pode indicar também o uso de algum livro didático e qual o seu título. Pode haver também a especificação de algum tipo de avaliação da aprendizagem que estava sendo adotado.

Além dos diários dos professores, foram localizadas fichas individuais de alunos (rendimento escolar por atividades e faltas bimestralmente), espelhos (históricos escolares), testes de avaliação (só localizei um), declaração provisória de matrícula e ficha de acompanhamento de saúde e aptidão física de aluno (embora, em branco). Ainda em relação aos alunos, há registros quantitativos de desempenho, mapas que indicam o total de alunos por turmas, o levantamento de movimentação de alunos por etapa / série (matrícula inicial e final, transferência, desistência, aprovados e reprovados) e um quadro de alunos matriculados por sexo e idade, por turma. Em relação à administração escolar, há caixas-arquivos que contêm ofícios-circulares, planos de ação, mapas de merendas, registro de compras internas e correspondências expedidas. Em relação à gestão de pessoal, há a relação do pessoal existente na escola, em termos quantitativos e com o nome de professores e serventes. Em livros atas há registros de transferências de alunos, atas de regularização de registro escolar de alunos, de registro de matrícula mediante prova de capacitação, de promoção mediante prova de capacitação. Há ainda formulários do censo escolar do MEC.

A caixa-arquivo a seguir (FOTOGRAFIA 23) guarda uma parte da documentação especificada acima.



FOTOGRAFIA 23 – Caixa-arquivo contendo fichas individuais de alunos (1980 – 1982), ofício circular (1980 - 1983), planos de ação (1982 - 1983) e mapas merenda (1980 - 1982). EC Cerâmica da Benção.  
Foto: Guilherme França.







mostra o rendimento e as faltas, bimestralmente. No ano de 1986, ele foi reprovado, conforme histórico escolar acima (FOTOGRAFIA 24). A portaria de funcionamento da Escola é de 07 de julho de 1980, da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal. A escola tinha como endereço a Estrada Brasília / Unai, Km 11 – Brasília / DF.

O secretário escolar era Napoleão Alves Ferreira, com matrícula 60.184-5, conforme consta no verso do referido histórico (FOTOGRAFIA 25). Ainda nesse verso, consta a grade curricular em vigor até 1980, a grade a partir de 1981 (Parecer nº 145/80 – CEDF), a vigente em 1986 (Parecer nº 22/86 – CEDF) e a indicação do Parecer nº 150/87 – CEDF, que vigoraria a partir de 1987. A grade curricular que vigorava em 1980, data do diário de classe mostrado acima, indica que da 1ª à 4ª séries, em Comunicação e Expressão, incluem-se os estudos de Educação Física e Educação Artística; em Integração Social, os estudos de Educação Moral e Cívica e Ensino Religioso; em Iniciação às Ciências, os estudos de Matemática e Programas de Saúde. A Educação Geral, nas quatro primeiras séries, recebe tratamento de Atividades; na 5ª e 6ª séries de Área de Estudo e na 7ª e 8ª séries de Áreas de Estudo ou Disciplinas. O histórico escolar foi emitido em 19 de julho de 1988. As menções previstas, além das já citadas no diário de classe acima (SS, MS, MI e SER), incluem o excelente (E), o satisfatório (S) e o não satisfatório (NS). Ainda há o registro da vinculação da escola ao Complexo Escolar “A” do Núcleo Bandeirante.

Na Ficha Individual – 1º Grau – 1ª à 4ª série, da aluna Sônia Maria da Silva (FOTOGRAFIA 26), consta a filiação da aluna. Trata-se do ano letivo de 1982, referente à 3ª série, em que ela estudou em turma única, no período vespertino. A aluna foi aprovada. Interessante observar que o local da emissão da ficha é Papuda, como registrado no verso da Ficha (FOTOGRAFIA 27). Assim era conhecida a região na época, em 1982. No caso, a diretora era Maria do Carmo M. Soares, em 07 de dezembro de 1982.



**GDF - SEC**  
**FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL**  
**DEPARTAMENTO GERAL DE PEDAGOGIA**

ESTABELECIMENTO: ESCOLA CLASSE CERÂMICA DA BÊNÇÃO  
 ENDEREÇO: ESTRADA BSB/KM 11/UNAI/PAPUDA/DF  
PORTARIA Nº 17 DE 07/07/80/SEC/DF.  
 Ato, nº, data, órgão do poder público que autorizou ou reconheceu o funcionamento do estabelecimento

ALUNO: SÔNIA MARIA DA SILVA, SEXO: F  
 DATA DE NASCIMENTO: 30 / 03 / 69, NACIONALIDADE: BRASILEIRA  
 NATURAL DE: TORRE, UF: GO  
 FILIAÇÃO: JOSE ONORIO DA SILVA E ANA MARIA DA SILVA

**FICHA INDIVIDUAL - 1º GRAU - 1ª a 4ª SÉRIE**

ANO LETIVO: 19 82 SÉRIE: 3ª TURMA: UNICA TURNO: VESP Nº 19  
 SITUAÇÃO DO ALUNO NA SÉRIE: NOVO  REPETENTE

**RENDIMENTO ESCOLAR - FREQUÊNCIA**

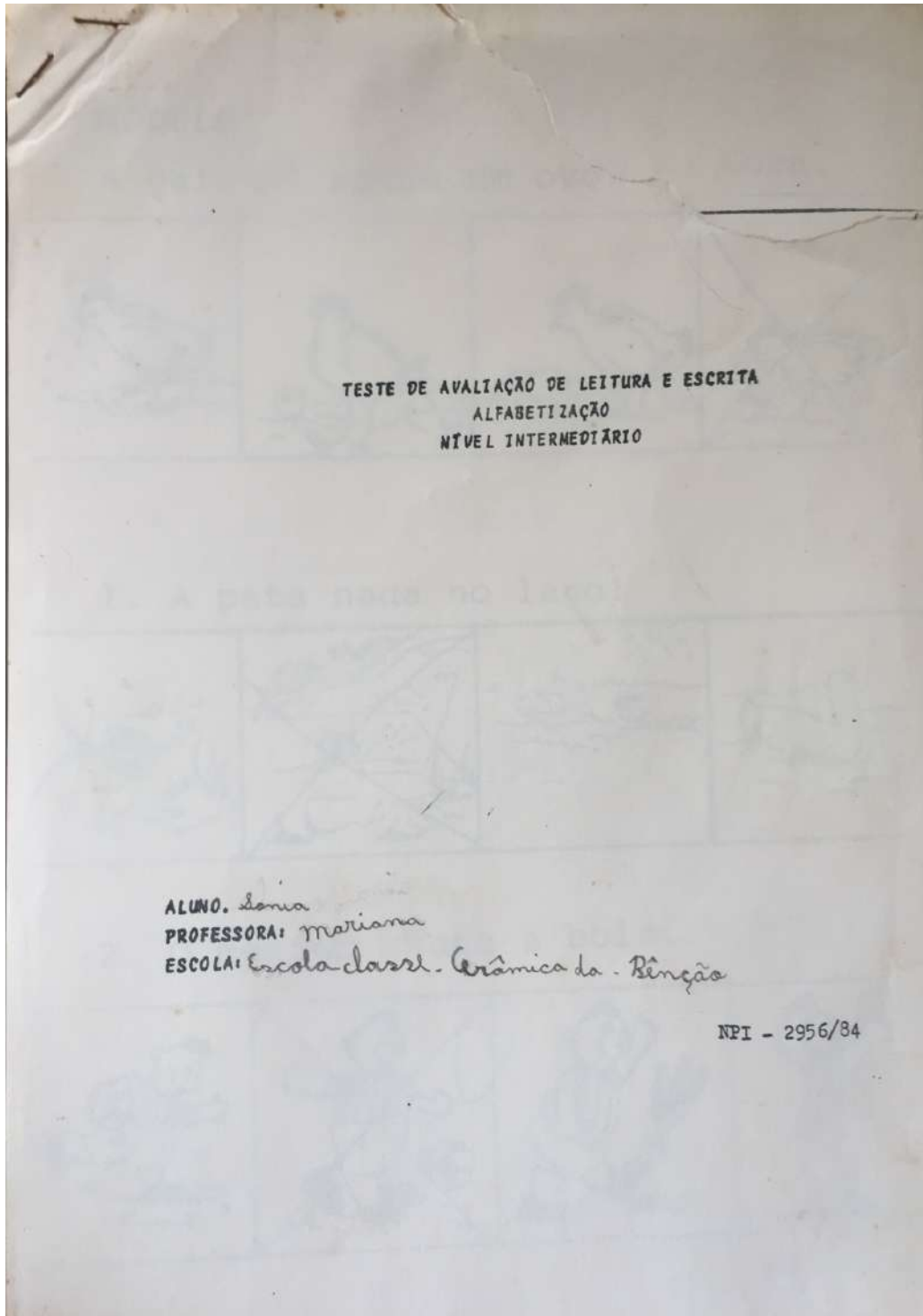
MENÇÕES OU CONCEITOS	ATIVIDADES									DIAS LETIVOS	FALTAS
	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	INTEGRAÇÃO SOCIAL	INICIAÇÃO AS CIÊNCIAS	MATEMÁTICA	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	EDUCAÇÃO FÍSICA	PROGRAMAS DE SAÚDE	ENSINO RELIGIOSO			
1º BIMESTRE	MM	MS	MS	MM	E	S	S	G	49	01	
2º BIMESTRE	MS	MS	MS	MM	E	E	E	E	48	-	
3º BIMESTRE	MS	MS	MS	MS	E	E	E	E	42	01	
4º BIMESTRE	MS	SS	SS	SS	E	E	E	E	45	-	
MENÇÃO OU CONCEITO FINAL	MS	MS	MS	MS	E	E	E	E	-	-	
RECUPERAÇÃO FINAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
RECUPERAÇÃO EM PERÍODO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

TOTAL DE DIAS LETIVOS: 184 TOTAL DE FALTAS: 02  
 RESULTADO FINAL: Aprovada

FOTOGRAFIA 26 - Ficha Individual (Frente) - 1º Grau - 1ª a 4ª série - da aluna Sônia Maria da Silva, referente ao ano letivo de 1982, com rendimento escolar e frequência. Escola Classe Cerâmica da Benção. Foto: Guilherme França.



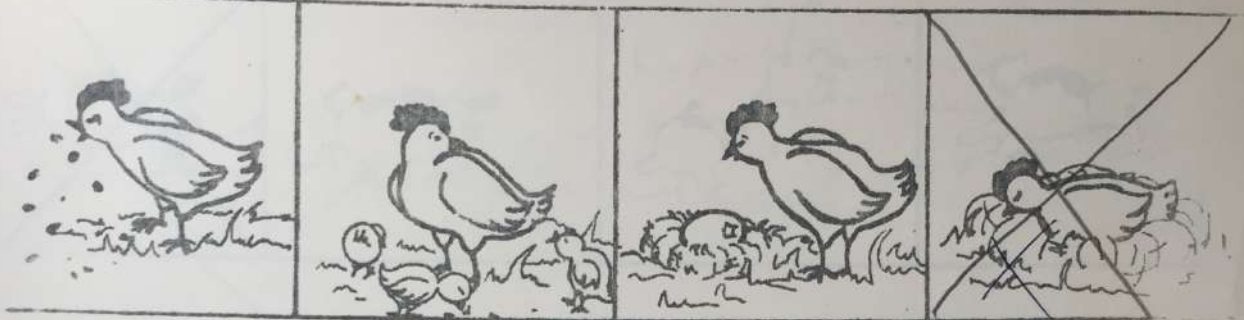
Outro documento localizado foi um Teste de avaliação de leitura e escrita de Alfabetização, em nível intermediário, aplicada à aluna Sônia, pela professora Marina, cuja capa e páginas n°s 1 e 8 (de um total de 9), apresento a seguir (FOTOGRAFIAS 28 a 30). Há um registro (NPI 2956 – 84) na folha de rosto, o que pode indicar que a prova foi elaborada em 1984.



FOTOGRAFIA 28 – Teste de avaliação de leitura e escrita (Capa) – Alfabetização – Nível intermediário. Escola Classe Cerâmica da Benção. 1984. Foto: Guilherme França.

MODELO:

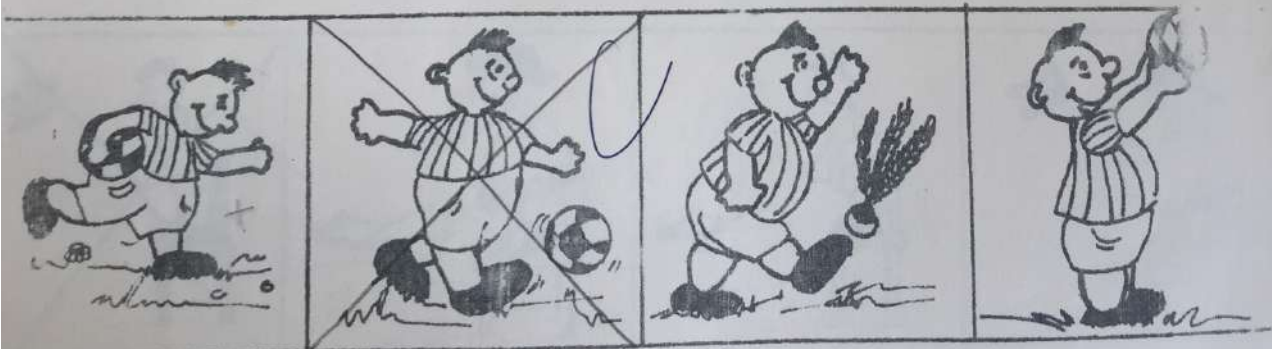
A galinha botou um ovo.



1. A pata nada no lago.

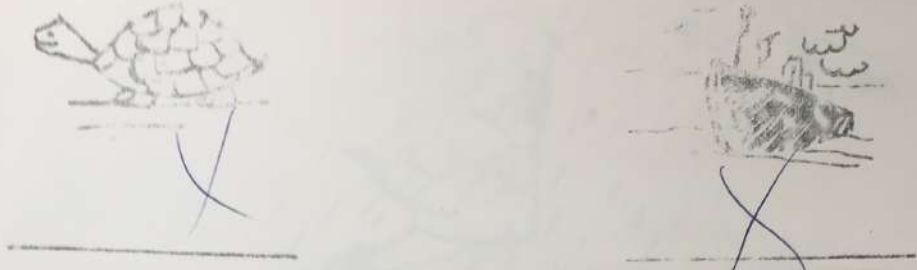


2. O menino chuta a bola.





NPI - 2957/84 1

6



Olhe o desenho. Escreva, numa frase,  
o que ele conta.

NPI - 2965/84

FOTOGRAFIA 30 – Teste de avaliação de leitura e escrita (Página 8) – Alfabetização – Nível intermediário. Escola Classe Cerâmica da Benção. 1984. Foto: Guilherme França.

O documento a seguir (FOTOGRAFIAS 31 e 32), “Relação do pessoal existente na escola (em exercício e licença)”, mostra como funcionava a escola em 30 de agosto de 1974. Então chamada de Escola Rural Cerâmica da Benção, possuía só uma turma, funcionando em uma sala, reunindo cinco turmas agrupadas, com 41 alunos (FOTOGRAFIA 31) e uma professora: Suzana Maria Teixeira Pompeu, que morava na Asa Norte (FOTOGRAFIA 32).

30 de agosto

GDF  
SEC  
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL  
DIRETORIA GERAL DE PEDAGOGIA  
DEPARTAMENTO DE ENSINO DE 1º GRAU  
DIVISÃO DE ENSINO  
CENTRO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA  
COORDENAÇÃO TÉCNICA DE ENSINO RURAL

RELACIONAMENTO DO PESSOAL EXISTENTE NA ESCOLA (EM EXERCÍCIO E LICENÇA)	
<p>Escola Rural <i>Cerâmica da Benção</i>.....</p> <p>Nº de turnos ..... <i>1 (uma)</i>.....</p> <p>Matutino ..... <i>1 (uma)</i>.....</p> <p>Vespertino ..... <i>1 (uma)</i>.....</p> <p>Intermediário ..... <i>1 (uma)</i>.....</p> <p>Nº de Salas ..... <i>1 (uma)</i>.....</p> <p>Nº de turmas ..... <i>1 (uma)</i>.....</p> <p>Nº de turmas Agrupadas ..... <i>5 (cinco)</i>.....</p> <p>Nº de turmas Independentes ..... <i>1 (uma)</i>.....</p> <p>Total de alunos ..... <i>41 (quarenta e um)</i>.....</p> <p>Total de professores ..... <i>1 (uma)</i>.....</p> <p>Nº de dependências ..... <i>5 (cinco)</i>.....</p>	<p>Nº de prof. de 1ª a 4ª Séries ..... <i>1 (uma)</i>.....</p> <p>Nº de prof. de 5ª e 6ª Séries ..... <i>1 (uma)</i>.....</p> <p>Nº de prof. de 7ª e 8ª Séries ..... <i>1 (uma)</i>.....</p> <p>Nº de prof. de Técnicas Agrícolas ..... <i>1 (uma)</i>.....</p> <p>Nº de prof. de Educação Musical ..... <i>1 (uma)</i>.....</p> <p>Nº de prof. de Educação Artística ..... <i>1 (uma)</i>.....</p> <p>Nº de prof. de Educação Física ..... <i>1 (uma)</i>.....</p> <p>Nº de Serventes ..... <i>4 (quatro)</i>.....</p> <p>Nº de Vigias ..... <i>1 (uma)</i>.....</p> <p>Auxiliar de Secretária ..... <i>1 (uma)</i>.....</p>
<p>Observação: Este levantamento deverá ser entregue no dia da entrega da folha de frequência para Coord. do Ensino Rural.</p>	

FOTOGRAFIA 31 – Relação do pessoal existente na escola (em exercício e licença), página 1, de 30/8/74. Escola Classe Cerâmica da Benção. Foto: Guilherme França.

Relação do Pessoal Administrativo					
Nº de Ordem	Matrícula Inscrição	Nome	Função	Endereço	Observação
	94.727 X 87.413	Ms Suzana Ms Suelma Pompeu X Ms Graziela de Souza Carvalho	Professora X Secretaria	S. M. 408 B1B Apt 103 Cecâmica da Benção	
Licenças					
Nº de Ordem	Inscrição Matrícula	Nome	Função	Endereço	Período
<p>Brasília, DF, ..30.10.81/74.....</p> <p><i>Suzana/Suelma/Suzana/Pompeu</i> Assinatura</p>					

FOTOGRAFIA 32 – Relação do pessoal existente na escola (em exercício e licença), página 2, de 30/8/74. Escola Classe Cerâmica da Benção. Foto: Guilherme França.



A escola funcionava em um único turno, das 7h às 11h, e possuía cinco dependências (FOTOGRAFIA 31). A escola tinha uma servente, chamada Maria Graciosa de Souza Carvalho, que morava na Cerâmica da Benção (FOTOGRAFIA 32). Conforme uma quarta folha dessa Relação, havia 12 alunos na 1ª etapa, 10, na 2ª etapa, 11, na 3ª etapa, 6, na 4ª etapa e 2, na terceira série.

Convém destacar, nas fichas expostas acima, a unidade responsável pela elaboração do instrumento de coleta de informações, para que se possa localizar o seu arquivo. No caso, foi a Coordenação Técnica de Ensino Rural, do Centro de Coordenação Técnica, da Divisão de Ensino, do Departamento de Ensino de 1º Grau, da Diretoria Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal (FOTOGRAFIA 31), referente a agosto de 1974 (FOTOGRAFIA 32). Nesse sentido, há também outro documento: “Registro da situação mensal, por etapa ou série”, procedendo do Núcleo de pesquisa do Departamento de Ensino Elementar (DEE) da Secretaria de Educação e Cultura (SEC), referente a abril/julho de 1971.

Há ainda uma folha de um censo escolar realizado pelo MEC em 06 de abril de 1975, informando que a escola pertencia à Região Administrativa do Gama, com endereço da Fazenda Papuda, estrada de Unai. A escola, registrada pelo GDF através do Decreto nº 481 de 1966, instalada em 1970, ministrava aulas em quatro séries. Havia dois docentes com formação para o magistério, em nível de 2º grau, sendo que o professor percebia o valor de Cr\$ 968,00. Com um turno de 8h às 12h, existia 01 turma com três ou mais séries e uma turma de 1ª série.

Os mapas a seguir (FOTOGRAFIA 33 e 34) informam a matrícula inicial, por sexo e idade, segundo a etapa, e a matrícula inicial por série, etapa, turno e turmas, respectivamente, dos alunos em 31 de março de 1975.

Em 1975, havia 60 alunos novos (20 alunos a mais do que em 1974), 33 do sexo masculino e 27 do sexo feminino, e dois alunos reprovados, um do sexo masculino e outro do sexo feminino (FOTOGRAFIA 33). Nesse mesmo período, 30 alunos estudavam à tarde e 30 pela manhã. O turno matutino atendia as 3ª e 4ª etapas e as 3ª e 4ª séries e o turno vespertino, as 1ª e 2ª etapas (FOTOGRAFIA 34). Conforme documento anterior (FOTOGRAFIA 32), em 1974, a escola funcionava em apenas um turno.

No caso desses dois documentos (FOTOGRAFIAS 33 e 34), as informações coletadas referem-se a 31/05/75, tendo sido preenchidos em 06/04/75 e 18/04/75, respectivamente. Ambos foram preenchidos sob a responsabilidade da professora Suzana Maria Teixeira Pompeu. A procedência dos dois documentos foi a Divisão de Pesquisas – Ensino de 1º Grau, vinculada à CEPLAN da Secretaria de Educação e Cultura.

Tabela 2

UNIDADE DE ENSINO  
*Escola Classe Cerâmica da Benção*

GDF SEC. CEPLAN  
Divisão de Pesquisas  
ENSINO DE 1º GRAU  
Matrícula 19/03/75 por sexo e idade  
Alunos em 31/03/75

Idade (em anos)	Sexo	ETAPA										SERIE									
		Total		1a.		2a.		3a.		4a.		5a.		6a.		7a.		8a.			
		N	R	N	R	N	R	N	R	N	R	N	R	N	R	N	R	N	R		
7	M	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
7	F	10	-	06	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
8	M	10	-	04	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
8	F	10	-	02	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9	M	10	-	02	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9	F	10	-	02	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10	M	10	-	03	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10	F	10	-	01	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11	M	10	-	02	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11	F	10	-	02	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12	M	10	-	04	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12	F	10	-	02	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13	M	10	-	03	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13	F	10	-	01	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
14	M	10	-	01	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
14	F	10	-	01	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15	M	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15	F	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
16	M	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
16	F	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
17	M	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
17	F	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
18 e +	M	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
18 e +	F	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	M	39	12	01	06	03	08	08	10	08	10	08	08	10	08	03	08	10	08	10	08
Total	F	27	06	01	04	08	08	08	10	08	10	08	10	08	10	08	08	10	08	10	08

*Supra*  
06-04-75

FOTOGRAFIA 33 – Matrícula inicial, por sexo e idade, segundo a etapa. Alunos em 31/03/75. Escola Classe Cerâmica da Benção. Foto: Guilherme França.

CDF - SEC - CEPLAI  
 Divisão de Pesquisa  
 Ensino de 1ª Grau  
 Matrícula Inicial, por série, etapa, turno e turmas  
 Alunos em 31/03/75

Unidade de Ensino: E. P. Serrinha da Benção

Série	Etapa	Total		Turno										
				Matutino		Vespertino		Intermediário 4º (Quarto)		Noturno				
		M	T	M	T	M	T	M	T	M	T			
	Adap													
1a.		20	1			20	1							
2a.		10				10								
3a.		11	1	11	1									
4a.		08				09								
5a.		08				03								
6a.		06				06								
7a.														
8a.														
Total.....		59	2	29	1	30	1							

Data: 18.04.75  
 responsável: Agostinho Trindade - Prof.  
 (Assinatura e cargo ou função)

FOTOGRAFIA 34 – Matrícula inicial, por série, etapa, turno e turmas. Alunos em 31/03/75. Escola Classe Cerâmica da Benção. Foto: Guilherme França.

A seguinte ata (FOTOGRAFIA 35) registra a promoção do aluno Francisco Izaías dos Santos Júnior da 3ª série para a 4ª série, mediante prova de capacitação (artigo 95 do Regimento Escolar dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública do DF, aprovado pelo parecer 68/95 – CEDF).

Depois da leitura desta ata, que vai por mim assinada, pela diretora do estabelecimento escolar classe cerâmica da Benção e pela professora do aluno Elizabeth F. Gomes

no dia de hoje de mês de junho de mil novecentos e noventa e seis, o aluno Francisco Izaías dos Santos Júnior cursando a terceira série do primeiro grau, foi promovido à quarta série, mediante prova de capacitação, de acordo com o artigo 95 do Regimento Escolar dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública do Distrito Federal, aprovado pelo parecer 68/95 - CEDF, o aluno em questão frequentou a quarta série até a presente data, num total de quarenta e seis dias letivos, tendo sido submetido às avaliações em todos os componentes curriculares do currículo, obtendo os seguintes resultados: Português (noventa e cinco), Matemática (noventa e cinco), Estudos Sociais (noventa e cinco), Ciências (noventa e cinco), Língua Portuguesa (noventa e cinco). Foi constante, em todo o decorrer da presente ata, que vai por mim assinada, pela diretora do estabelecimento escolar classe cerâmica da Benção e pela professora do aluno Elizabeth F. Gomes

no dia de hoje de mês de junho de mil novecentos e noventa e seis, o aluno Francisco Izaías dos Santos Júnior cursando a terceira série do primeiro grau, foi promovido à quarta série,

FOTOGRAFIA 35 – Registro em ata de promoção do aluno Francisco Izaías dos Santos Júnior, da 3ª para a 4ª série, mediante prova de capacitação. Em 13/06/96. Escola Classe Cerâmica da Benção. Foto: Guilherme França

O aluno já vinha frequentando a 4ª série por 46 dias letivos, tendo sido submetido a avaliações em todos os componentes curriculares: português, matemática, estudos sociais e ciências. A ata foi lavrada pela secretária Luzinete Ribeiro dos Santos em 13 de junho de 1996 e assinada pela diretora Maria do Carmo de Souza.

Esse levantamento preliminar de fontes no arquivo escolar da Escola Classe Cerâmica da Benção indica os tipos documentais que foram produzidos conjuntamente por agentes da escola ou dos órgãos da então Secretaria de Educação e Cultura do GDF e do MEC. Não há no arquivo da escola uma organização clara quanto aos tipos de documentos, nem quanto ao seu período. Verifica-se um “amontoado” de caixas, pastas e documentos soltos, que abrangem o período de 1974 a 2015.

Uma servidora da secretaria da escola relatou informalmente que os outros documentos mais antigos foram transferidos para o Centro de Ensino Fundamental São Paulo, na ocasião de uma reforma da escola. Há, assim, uma ausência de documentação na escola referente aos primeiros 15 anos de seu funcionamento. Na visita que realizei ao CEF São Paulo, no entanto, não localizei nenhum documento da EC Cerâmica da Benção.

Embora a sala apresente uma condição razoável para a guarda dos documentos, a condição de conservação dos mesmos pode ser considerada ruim e preocupante, merecendo um tratamento mais adequado para a sua devida preservação. Os documentos são diversificados, o pouco que foi guardado e preservado, com toda sua fragilidade, entretanto, pode oferecer pistas valiosas para que os historiadores da educação ou de outras áreas do conhecimento possam utilizá-los como fonte para suas pesquisas.

Esses documentos identificam pessoas que participaram do cotidiano escolar, práticas administrativas e pedagógicas, conteúdos que estavam sendo ensinados, metodologias que estavam sendo utilizadas. Sinalizam ainda a existência de outros lugares de memória, na estrutura da Secretaria de Educação ou fora dela, que podem estar guardando ou escondendo outros documentos produzidos pela própria escola ou sobre a escola (RAGAZZINI, 2001). A busca da integração de documentos fragmentados pode colaborar com a constituição de uma memória e história da escola. Lembrando que Lane (2017) compara os documentos de arquivo com peças de louças quebradas, sendo muito difícil encontrar louças completas. Diz a autora que o poder de arquivar equivale ao de sacralizar, alertando sobre o risco do arquivo ser convertido no relicário de um colecionador.

### 2.2.2 Acervo do Centro de Ensino Fundamental Cerâmica São Paulo

O acervo documental do Centro de Ensino Fundamental Cerâmica São Paulo está distribuído em dois cômodos da escola (FOTOGRAFIAS 37 e 38), podendo ser encontrado virando em um corredor lateral, logo quando se entra no edifício escolar. Uma dos cômodos, o da esquerda, é utilizado pelo Serviço de Orientação Educacional (SOE) e o outro, o da direita, como depósito. Na frente desses cômodos, há carteiras, mesas de ping-pong e totó (pebolim, futebol de mesa) espalhados (FOTOGRAFIA 36).



FOTOGRAFIA 36 – Área em frente aos cômodos que guardam os documentos históricos do CEF Cerâmica São Paulo. Foto: Guilherme França.



FOTOGRAFIA 37 – Cômodo que guarda parte do acervo histórico do CEF São Paulo, local onde funciona o Serviço de Orientação Educacional (SOE). Vista externa. Foto: Guilherme França.

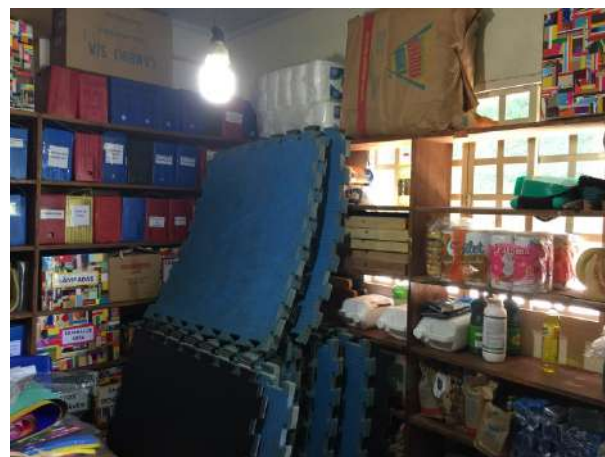


FOTOGRAFIA 38 – Cômodo que guarda parte do acervo histórico do CEF São Paulo, local utilizado também como depósito. Vista externa. Foto: Guilherme França.

No interior do “Depósito” (FOTOGRAFIA 38), caixas-arquivos de documentos misturam-se com aparelhos de informática (HD e monitores em desuso ou em caixas ainda novos), uma tela Smart 43” full HD na caixa, uma caixa de um gravador digital de vídeo, um retroprojetor antigo, caixas de tonners, monitores LCD iluminado por LED nas caixas, material elétrico (cabos e lâmpadas), material de limpeza (vassouras, desentupidores, rodos, desinfetantes para hortifrutícolas, desinfetantes, sanitizantes, esponjas de lã de aço), caixas com resmas de papéis, folhas de cartolina, toucas descartáveis, papel higiênico, toalhas de mesa, copos descartáveis, tinta guache, aparelho do jogo de bingo, brindes de festas juninas, vários binóculos em caixas, material esportivo (raquetes de tênis, bolas de ping-pong, cordas, bolas, cones e tatame, equipamentos para vôlei). Além de um armário de aço grande com diversos materiais de papelaria. (FOTOGRAFIAS 39 e 40)



FOTOGRAFIA 39 – Vista interna (1) do depósito, local de guarda de parte dos documentos históricos do CEF Cerâmica São Paulo. Foto: Guilherme França.



FOTOGRAFIA 40 – Vista interna (2) do depósito, local de guarda de parte dos documentos históricos do CEF Cerâmica São Paulo. Foto: Guilherme França.

A sala (FOTOGRAFIAS 39 e 40) mede 15 m<sup>2</sup>, sem ventilação, há uma janela lateral que permanece fechada, tornando o ambiente quente. Evidencia-se a desorganização do espaço, aonde materiais de diversa natureza se encontram, havendo inclusive dificuldade de locomoção e acesso aos documentos.

As caixas-arquivos deste depósito, guardadas em uma estante de madeira, contêm documentos mais recentes, de 2010 a 2018, incluindo prestação de contas, ocorrências de alunos, documentos da direção, APAM, eleições, folhas de ponto, prestações de contas (PDAF, PDDE), conselho escolar, administrativo (documentos enviados e recebidos). Entretanto, foram localizados entre essas caixas-arquivos, sete livros atas (1971-1998) (FOTOGRAFIA 41), uma caixa-arquivo com fotos da escola (1982-2005) e um pacote com fichas de patrimônio da escola (1983-2012).



FOTOGRAFIA 41 – Livros atas que compõem o acervo histórico do CEF Cerâmica São Paulo, guardados no “Depósito”. Foto: Guilherme França.

No outro cômodo, a sala do Serviço de Orientação Educacional (SOE), encontram-se os diários de classe dos professores acondicionados em caixas-arquivos (FOTOGRAFIA 42). Essa sala é um pouco mais organizada. Como é o local de trabalho da orientadora da escola, há uma mesa de trabalho, com cadeiras, um quadro de parede decorado, com o calendário escolar e mensagens, uma impressora, um armário de aço com o seu material, uma estante vertical com livros, um ventilador e um freezer com picolés.



FOTOGRAFIA 42 – Vista interna da sala do SOE, local de guarda de parte dos documentos históricos do CEF Cerâmica São Paulo. Foto: Guilherme França.



Há uma janela na lateral da sala, não se sabe se aberta ocasionalmente. A sala, entretanto, é mais arejada do que o Depósito, mesmo porque é o local de trabalho da orientadora. Há, inclusive, um ventilador fixado na parede e o acesso aos documentos é mais facilitado, como se pode observar na foto acima (FOTOGRAFIA 42).

Tanto esse cômodo (SOE), como o outro (Depósito), dividem o espaço para funções diversas, tanto para o atendimento de alunos, pais e professores, como para a busca de material de professores (materiais esportivos, artigos de papelaria), secretaria, direção (papéis e equipamentos), conservação e limpeza (produtos de limpeza, materiais elétricos). Esse acesso pode vir a prejudicar a guarda de documentos históricos, que devem ter um acesso mais reservado e controlado, evitando o risco de se extraviarem. Essa é uma diferença em relação à guarda dos documentos da EC Cerâmica da Benção, cujo acesso é exclusivo para a função de pesquisa documental, especialmente pela secretaria da escola.

No fundo da sala do SOE (FOTOGRAFIA 42), em uma estante de madeira, são guardadas 87 caixas-arquivos, referente ao período de 1981 a 2004. 36 caixas-arquivos são do período de 1981 a 1996. Ainda não foram localizados os diários de 1965 a 1980, correspondendo a um período de 15 anos de funcionamento da escola. Esse período de ausência de documentos é o mesmo observado na EC Cerâmica da Benção. Como já foi dito anteriormente, para Nunes e Carvalho (1993, p. 29-30), compete ao historiador informar sobre o que há nos arquivos e suas lacunas, o silêncio das fontes, que interessam também às instituições que os detêm e à sociedade em geral.

Estima-se que há cerca de 630 diários no período de 1981 a 1996, sendo que há apenas 1 diário de 1981, 4, de 1982 e 4, de 1983. Entretanto, foram localizados 31 diários referentes a 1984. As condições de conservação dos diários são ruins, devendo haver uma atenção quanto à sua preservação.

Voltando aos documentos localizados no Depósito, o registro mais antigo refere-se a um livro ata de “Controle de frequência dos professores 1971 a 1974” (FOTOGRAFIAS 43 e 44) e outro livro ata de “Registro de termo de exercício de professores 1972 a 199- .” (FOTOGRAFIA 45)

Contém o presente 100 (cem) páginas devidamente numeradas e rubricadas por mim e servirá para "Controle de frequência dos Professores, da Escola Rural Cerâmica São Paulo, sob minha regência.

Paratiá, 8 de março de 1971  
Escola Cerâmica São Paulo

Antônio P. do Nascimento.

Obs. Tornando desnecessárias tais anotações, este passou a ser utilizado para registrar promoções de alunos durante o aluno letivo

FOTOGRAFIA 43 – Termo de abertura do livro ata de controle de frequência dos professores da Escola Rural Cerâmica São Paulo, em 08/03/1971. Foto: Guilherme França.

SERVENTE		Mês: Fevereiro		Mês: Fevereiro	
Ano: 1971		Ano: 1971		Ano: 1971	
ENTRADA às 13:00 horas	SAÍDA às 17:00 horas	ENTRADA às 13:00 horas	SAÍDA às 17:00 horas	DISPOSIÇÃO DO C.E.P.	
01	Maria Teresinha Casalta	Maria Teresinha Casalta	01		
02	Maria Teresinha Casalta	Maria Teresinha Casalta	02		
03	Maria Teresinha Casalta	Maria Teresinha Casalta	03		
04	Maria Teresinha Casalta	Maria Teresinha Casalta	04		
05	Maria Teresinha Casalta	Maria Teresinha Casalta	05		
06	Maria Teresinha Casalta	Maria Teresinha Casalta	06		
07	DOMINGO	DOMINGO	07		
08	Maria Teresinha Casalta	Maria Teresinha Casalta	08		
09	Maria Teresinha Casalta	Maria Teresinha Casalta	09		
10	Maria Teresinha Casalta	Maria Teresinha Casalta	10		
11	Maria Teresinha Casalta	Maria Teresinha Casalta	11		
12	Maria Teresinha Casalta	Maria Teresinha Casalta	12		
13	Maria Teresinha Casalta	Maria Teresinha Casalta	13		
14	DOMINGO	DOMINGO	14	Antônio Pereira do Nascimento	DOMINGO
15	Maria Teresinha Casalta	Maria Teresinha Casalta	15	Antônio Pereira do Nascimento	Nascimento
16	Maria Teresinha Casalta	Maria Teresinha Casalta	16	Antônio Pereira do Nascimento	Nascimento
17	Maria Teresinha Casalta	Maria Teresinha Casalta	17	Antônio Pereira do Nascimento	Nascimento
18	Maria Teresinha Casalta	Maria Teresinha Casalta	18	Antônio Pereira do Nascimento	Nascimento
19	Maria Teresinha Casalta	Maria Teresinha Casalta	19	Antônio Pereira do Nascimento	Nascimento
20	DOMINGO	DOMINGO	20	Antônio Pereira do Nascimento	Nascimento
21	DOMINGO	DOMINGO	21	DOMINGO	DOMINGO
22	Maria Teresinha Casalta	Maria Teresinha Casalta	22	Antônio Pereira do Nascimento	Nascimento
23	Maria Teresinha Casalta	Maria Teresinha Casalta	23	Antônio Pereira do Nascimento	Nascimento
24	Maria Teresinha Casalta	Maria Teresinha Casalta	24	Antônio Pereira do Nascimento	Nascimento
25	Maria Teresinha Casalta	Maria Teresinha Casalta	25	Antônio Pereira do Nascimento	Nascimento
26	Maria Teresinha Casalta	Maria Teresinha Casalta	26	Antônio Pereira do Nascimento	Nascimento
27	Maria Teresinha Casalta	Maria Teresinha Casalta	27	Antônio Pereira do Nascimento	Nascimento
28	DOMINGO	DOMINGO	28	DOMINGO	DOMINGO
29			29		
30			30		
31			31		

FOTOGRAFIA 44 – Controle de frequência da servidora (servente) e do professor da Escola Rural Cerâmica São Paulo, no mês de fevereiro de 1971. Foto: Guilherme França.

Na abertura do livro ata “Controle de frequência dos professores 1971 a 1974” (FOTOGRAFIA 43), Antônio P. do Nascimento escreve, em 8 de março de 1971, que se trata do controle de frequência dos professores, sob a sua regência. De fato, trata-se do controle de frequência de professores e serventes (FOTOGRAFIA 44). Ao longo de 40 folhas, os registros foram intermitentes, mostrando, no entanto, que passaram pela escola três serventes: Maria Terezinha Caixeta (de 1º de fevereiro de 1971 a maio de 1973) (FOTOGRAFIA 44), Maria Beatriz Guedes Rodrigues (durante 11 dias em dezembro de 1971) e Ângela Maria dos Santos Ventura (a partir de outubro de 1973). Como professores foram registrados: Antônio Pereira do Nascimento (de 14 de fevereiro de 1971 a 12 de abril de 1972) (FOTOGRAFIA 44), Elsa Maria Queiroz (em setembro de 1971 a 23 de setembro de 1971), Marlene de Pina Vieira Magalhães (01 de novembro a 18 de dezembro de 1971 e de 11 de fevereiro de 1972 a 03 de março desse ano), Neusa Maria de Souza Feitosa (começou o registro em 11 de fevereiro de 1972), Jurema M. de Toledo (maio de 1973), Maria Alice Lobo (agosto de 1973), Maria da Conceição de Jesus (maio de 1973), Francisca Cavalcante Souza (setembro de 1974), Hungria Érica P. Vaz Curado (novembro de 1974) e Maria Edízia Pereira (novembro de 1974).

A presença simultânea de duas professoras é identificada a partir de setembro de 1971 (em fevereiro e março de 1972, haviam três professores registrados). Nos anos de 1973 e 1974, a escola passa a contar sempre com duas professoras registradas.

De acordo com o livro ata de “Registro de termo de exercício de professores 1972 a 199-”, em 11 de fevereiro de 1972, a professora Marlene de Pina Vieira Magalhães, nível C, se apresentou e passou a ter exercício na escola (FOTOGRAFIA 45).

O documento informa o número do contrato e os dados pessoais da professora. A professora é natural da Guanabara, nasceu em 15 de agosto de 1948, casada, tem um dependente, e possui o diploma colegial pela Escola Normal Carmela Dutra. Foi admitida no DF em 08 de junho de 1971 e tem diversos cursos como Recreação Infantil, Personalidade pelo Desenho, Psicologia Infantil e do Adolescente, Manejo de Jardim de Infância e Manejo de Classe Primária. Tem experiência no magistério na Escola 9-4-XVII Leonardo D’Vinci, na série AE, durante 6 meses.

Assinado

## Termo de Exercício

Aos 17 dias do mês de fevereiro de 1972;  
apresentou-se a professora Marlene de Pina Viveira  
Magalhães, nível C, contrato 88993; portadora  
do memorando nº 1095-71 da Licença de remunera-  
ção de professores que a partir desta, passará  
a ter exercício nesta escola.

Brasília, 17 de junho de 1972.

### Dados Pessoais

Residência - I. Q. S. 110 Bl B apt 104 - Brasília - D.F.

Filiação - Julio Soares de Pina e Nair Pereira  
de Pina

Nacionalidade - Brasileira naturalidade: Guanabara

Data de nascimento: 15 de agosto de 1948

Estado Civil - casada nº de dependentes: um

Título de Eleitor - 99004 Identidade: 240 830

série: <sup>E. 3333</sup> 1 2222 Local: M.A

Diplomada pela Escola Normal Carmela Dutra

Tipo de Diploma: Diploma Colegial

Data de Admissão no D.F.: 8 de junho de 1971

Dutios Cursos: Recreação Infantil; Personalidade  
pelo desenho; Psicologia Infantil e do Adolescente;  
manejo de jardim de Infância e manejo de Classe  
Primária

Experiência no magistério: Escola 9-4-XVII Leonardo

D'Vinci série AE Duração: 6 meses

Avaliação:

Percebe-se a variedade de informações sobre a origem e formação dos professores, com potencial para se tornar testemunhos epistêmicos (ANJOS, 2018). De forma complementar, Jardim (2015, p. 5-6)) afirma que os arquivos são memória, antes de ser informação, são “práticas de identidade, memória viva, processo cultural indispensável ao funcionamento no presente e no futuro”.

Nesse livro, registrou-se a apresentação de 90 professores entre o dia 11 de fevereiro de 1972 a 04 de junho de 1991. Desses, seis professoras se apresentam como diretoras ou responsáveis pela escola: Veneranda Borges Vieira, em 22 de maio de 1975; Sérvula Maria de Moura, responsável pela escola, em 02 de maio de 1978; Maria do Carmo Muniz Soares, em 08 de fevereiro de 1982; Enilda Maria de Araújo Carvalho, diretora responsável, em 25 de março de 1983; Juraci de Moraes Roriz Brito, para responder pela escola, em 01 de junho de 1983 e Eloy Ferreira S. Bittencourt, em 22 de março de 1985.

Embora o título do livro ata refere-se ao registro de professores, há também a apresentação e registro de serventes, secretários, encarregada, auxiliar operacional para serviços diversos, agentes de conservação e limpeza, apoio, bibliotecário, vigias e técnico de assistência à educação (agente administrativo).

Outro livro ata é “Ocorrências de vigias – 1992 a 1994”. Esse livro foi aberto pela diretora da escola em 22 de janeiro de 1992, Lúcia Maria Rodrigues Neroskyy. O vigia Osvaldo Marciano da Silva (que estudou na Escola da Cerâmica da Benção em 1961) relatou que às 23h do dia 29 de março de 1992, três ladrões arrombaram a porta da cantina, quando ele disparou a campainha, o que fez com que os ladrões saíssem correndo (FOTOGRAFIA 46).

Brasília 29.03.92  
 Início as 06 horas saída as 18 horas  
 tudo normal

Flávio Marques  
 Brasília 29 de março 1992  
 Dei entrada as 15:00 horas tudo normal  
 Dei saída as 6:00 horas tudo normal

Osvaldo Marciano da Silva  
 Obs as 237 horas Recebi que ~~foi~~ <sup>foi</sup> ~~uma~~ <sup>uma</sup> festa  
 a respeito a respeito da cantina era ~~uma~~ <sup>uma</sup> festa  
 e foi pedido de afeitado fui obrigado  
 a desparar a cantina Para ~~contínuo~~ <sup>contínuo</sup> ~~uso~~ <sup>uso</sup>

Brasília 30-03-92  
 Dei início 5:30 horas tudo normal  
 Dei saída as 6:20 horas tudo normal

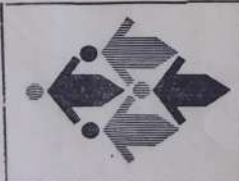
Brasília 31-03-92  
 Gabriel

FOTOGRAFIA 46 – Ocorrência do vigia do Centro de Ensino de 1º Grau Cerâmica São Paulo, Osvaldo Marciano da Silva, no dia 29 de março de 1992. Foto: Guilherme França.

Outra ocorrência desse livro ata relata que os fios instalados na quadra estavam todos arrancados, lâmpadas e bocais quebrados, esparramados pela quadra. O vigia Gabriel notificou que ainda “tomou do moleque um pouco de fios”, em 18 de junho de 1992. Ainda há casos da bomba quebrada, roubo de bicicleta no período noturno, queda de energia a noite toda, ataque à escola com quebra de vidros etc.

O livro ata de ocorrências de alunos 1995 está em branco e o livro ata almoxarifado teve suas folhas arrancadas, não tendo nada escrito nas que restaram. O livro ata Eleições registra, a partir de 29/11/1995 até 30/04/1999, a realização de cinco assembleias, tratando-se de organização da comissão eleitoral, da composição do Conselho Escolar, apresentação da comissão eleitoral e de chapa etc. O livro ata Conselho Escolar relata 20 reuniões realizadas entre os dias 19/12/1996 a 17/12/1998, para tratar de assuntos diversos.

Foi localizado um pacote de fichas individuais, denominado de Patrimônio da escola, que tem, por exemplo, guias de recolhimento de bens móveis. Existem também listas dos bens patrimoniais da escola, porém, referente a um período mais recente, não pertinente à minha pesquisa. Na ficha a seguir (FOTOGRAFIA 47), por exemplo, datada de 09/05/1984, há a entrega de concha, balde, bacias, pratos, canecos, chaleira, panelas de pressão, lampião a gás, tacho de alumínio, cadeiras, carteiras e máquina de escrever. A entrega foi realizada por Juraci de Moraes Roriz, responsável pela escola, e recebida por Nilton de Souza Araújo, chefe do Núcleo de Registro e Manutenção, da Direção de Patrimônio do Departamento Geral de Administração da FEDF.



**FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL**  
**DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIREÇÃO DE PATRIMÔNIO**

N.º **08512**

**GUIA DE RECOLHIMENTO DE BENS MÓVEIS**

Motivo  Ocoso  Excesso

Ordem	Tomb./Origem	Quant.	E S P E C I F I C A Ç Ã O	Marca	N.º de Fab.	Est. Cons.				Valor
						N	B	R	I	
01	REL / FEDF	01	Concha de alumínio, medindo 33cm de ca. bo x 90cm de diâmetro, marca NIGRO.....	NIGRO						26,00
02	REL / FEDF	01	Balde de alumínio, cap. 10 litros.....							98,00
03	REL / FEDF	15	Bacia de alumínio para lanche.....							11,00
04	REL / FEDF	14	Prato de alumínio para lanche, raso.....							10,00
05	REL / FEDF	20	Caneco de alumínio, pequeno.....							6,00
06	REL / FEDF	01	Chaleira de alumínio, cap. 05 litros.....							37,50
07	REL / FEDF	02	Panela de pressão, capacidade 10 lts.....	MARITOC						1.188,00
08	REL / FEDF	01	Lampião a gás, com botijão pequeno.....							400,00
09	REL / FEDF	01	Tacho de alumínio, cap. 10 litros.....							96,00
10	REL / FEDF	08	Cadeira individual para alunos.....							84,00
11	REL / FEDF	08	Carteira escolar individual p/aluno.....							92,00
12	REL / FEDF	05	Carteira dupla p/aluno, c/armação em aço tubular, c/ tampo em fôrmica.....							210,00
13	86.459 FEDF	01	Máquina de escrever manual, marca REMINGTON 46 teclas, tabulador único.....	REMINGTON					X	380,00

Patrimônio: Assinatura e Carimbo

Interessado Assinatura e Carimbo

Em 09/05/84

Órgão e/ou Unidade: \_\_\_\_\_

Assinatura: *Guilherme França*

Escola Classe Cerâmica São Paulo Responsável

Assinatura: *Nilton Augusto Rocha*

Núcleo de Registro e Manutenção de Bens Móveis

Em 11/5/84

Legenda

N - Novo

B - Bom

R - Recuperável

I - Irrecuperável

FOTOGRAFIA 47 – Guia de recolhimento de bens móveis de interesse da Escola Classe Cerâmica São Paulo, em 09 de maio de 1984. Foto: Guilherme França.



Em 05 de agosto de 1996, houve a entrega de três máquinas de escrever manuais, duas Olivetti e uma Studio 46, conforme documento abaixo (FOTOGRAFIA 48)

**FEDF** **GUIA DE RECOLHIMENTO DE BENS MÓVEIS - GRBM** Nº 31874

ESTABELECIMENTO DE ENSINO/ORGÃO  
Centro de Ensino de 1º Grau Cerâmica São Paulo-N.Band. DRE/DIVISÃO  
DRE/..... Núcleo Bandeirante

QUANT	REGISTRO PATRIMONIAL		ESPECIFICAÇÃO	EST. CONS.		VALOR UNITÁRIO (Cr\$)
	NÚMERO	ORIGEM		N	B R I	
01	89.862	FEDF	MÁQUINA de escrever, manual, marca OLIVETTI, nº de fabricação A- 664499.....			0,01
01	61.488	FEDF	MÁQUINA de escrever manual, carroceria metálica de alumínio, presofundido, teclado de 46 teclas, de escrita com 92 símbolos, 18 ou 46,2 cm, correspondente a 210 elite, mod. U-198/46 TD, marca OLIVETTI, nº de fabricação 1852833.....			0,01
01	138.697	FEDF	MÁQUINA de escrever manual Studio 46, série nº 628188.....			0,01

1ª Via: DP/STAV - 2ª Via: Órgão Codente - 3ª Via: Órgão Receptor - 4ª Via: D.R.E.

ÓRGÃO DE ORIGEM: Entregamos o(s) bem(ns) supra identificado(s).  
Em 05/08/96  
Nidia Carvalho de Oliveira Pavel  
DIRETORA ADMINISTRATIVA E SERVIÇOS GERAIS

SEÇÃO DE REGISTRO E MANUTENÇÃO: Recebemos o(s) bem(ns) acima especificado(s).  
Em 05/08/96  
Roberto Soares Petina  
Divisão de Patrimônio  
Setor de Manutenção Física de Patrimônio  
64681-4  
PCAR/...../ASSINATURA

COMA: OBS.: ESTE FORMULÁRIO DEVE SER PREENCHIDO COM BASE NO ESPAT-T/ESPAT-R  
DH. 007.3

FOTOGRAFIA 48 – Guia de recolhimento de bens móveis entregue pela diretora do Centro de Ensino de 1º Grau Cerâmica São Paulo, Nídia Carvalho de Oliveira Pavel, em 05 de agosto de 1996. Foto: Guilherme França.

Os referidos bens móveis foram recebidos pelo chefe da Divisão de patrimônio do Setor de Manutenção Física de Patrimônio e entregue pela diretora Nídia Carvalho De Oliveira Pavel. Houve ainda a entrega de mimeógrafo, cadeira fixa, duplicador de álcool, mesa de aço, botijão de gás, cesto parra papéis usados, balança, rádio receptor, globo terrestre, além de outras máquinas de escrever. Percebe-se que os bens patrimoniais da escola são recolhidos periodicamente por um setor da administração central da Secretaria de Educação, na ocasião, Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF).

Por fim, foi encontrado um conjunto de fichas arquivadas, referente a 1990 e 1991, que registravam: movimentação e rendimentos dos alunos, carência de professores, demonstrativos de recursos humanos, relação de professores em gozo de licença, acompanhamento e controle de matrículas, acompanhamento e controle do rendimento escolar, rede física, previsão de matrículas e um quadro demonstrativo de educação física: frequência/condições físicas. Uma dessas fichas, por exemplo, era do Departamento de Pedagogia da FEDF, de 1991, contendo: Acompanhamento e Controle Bimestral do Rendimento Escolar dos Alunos do CBA. Informa-se a matrícula inicial, transferências, alunos infrequentes, matrícula final, alunos por níveis no processo ensino-aprendizagem no final do bimestre, de acordo com os anos de escolaridade, de 1 ano a mais de 4 anos. Havia uma ficha de Acompanhamento e controle do rendimento escolar dos alunos do ensino regular de 1º e 2º graus e ensino especial, por componente curricular e uma ficha de Acompanhamento e controle de matrículas, por CBA e séries. No quadro demonstrativo de recursos humanos, havia a listagem de professores por turma, com o quantitativo de alunos, dos servidores administrativos e de direção.

Percebe-se pelos documentos localizados e selecionados a mudança do nome da escola: em 1971, era a Escola Rural Cerâmica São Paulo; em 1984, era a Escola Classe Cerâmica São Paulo; em 1992 e em 1996, era o Centro de Ensino de 1º Grau Cerâmica São Paulo.

### 2.2.3 Outros lugares de memória

#### 2.2.3.1 Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal

A criação do Arquivo Público do Distrito Federal em 1985 é resultado de um processo que remonta a década de 70, quando foi formalizada uma proposta através do processo nº 100971/71, apresentada pelo Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DEPHA) à Secretaria de Cultura do Governo do Distrito Federal (CARVALHÊDO, 2003), em decorrência do I Encontro de Governadores, realizado em Brasília (1970), cujo objetivo foi a defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A partir desse momento diversas iniciativas são tomadas, especialmente por parte da Secretaria de Administração (SEA), envolvendo eventualmente a Secretaria de Educação e Cultura, no sentido de resguardar a guarda de documentos históricos.

Em 1978, foi criado o Sistema Nacional de Arquivos – SINAR com a “finalidade de assegurar a preservação de documentos do poder público abrangendo o arquivamento intermediário e permanente, tendo do Arquivo Nacional como seu órgão central.” (CARVALHÊDO, 2003, p. 54) Ressalta-se que nesse mesmo ano, foi criado um grupo de trabalho por portaria conjunta da SEA e SEC, incluindo representantes do Arquivo Nacional, do Centro Nacional de Referência Cultural, da Universidade de Brasília e da NOVACAP. Em 26 de março de 1979, esse Grupo de Trabalho apresentou um relatório sobre o exame, triagem e análise da documentação microfilmada pela SEA e a criação do Arquivo Público do DF. Foi feita a triagem de 1057 filmes de 1960 a 1970 e selecionados 533 processos considerados de valor histórico e administrativo. (CARVALHÊDO, 2003)

Destacam-se os Decretos nº 7.492 e 7.493, de 27 de abril de 1983, em que o Governo do Distrito Federal se responsabilizou pela proteção do acervo documental histórico da NOVACAP, a título de preservação do patrimônio e criou o Grupo de Trabalho para “estudar, sugerir, propor e adotar medidas para a implantação do Arquivo Público do Distrito Federal”. (ArPDF, 2018, p. 11-12).

A NOVACAP guardava a documentação da criação e estruturação da nova capital em uma construção de madeira no Núcleo Bandeirante, sem tratamento ou organização (CARVALHÊDO, 2003). Ernesto Silva, diretor da NOVACAP no período da construção de Brasília, em entrevista no dia 21 de outubro de 2002 (CARVALHÊDO, 2003, p. 60), afirmou que havia um arquivo morto na NOVACAP, “um arquivo, separado, não era bem muito organizado, eu confesso, todo nós confessamos, porque a pressa era muito grande [...] produzia-se muito documento e com pouca gente”. Ele afirma que muita coisa se perdeu em razão do governo que sucedeu o de Juscelino Kubitschek ser contra Brasília. Ele diz: “o Walter Mello, depois de 10 anos, procurou fazer o Arquivo Público e foi pegando os documentos. Eu tenho muitos documentos aqui. Muita coisa se perdeu depois da nossa saída, ela ficou em qualquer lugar, ninguém sabe”. (*Idem*)

O Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) foi criado em 14 de março de 1985, vinculado à Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, com a finalidade de “recolher, preservar e garantir proteção especial a documentos arquivísticos de valor permanente, produzidos e acumulados pela Administração Direta, Indireta e Fundações do Distrito Federal.” (CARVALHÊDO, 2003, p. 73)

SILVA (2018, p. 118) afirma: “O Arquivo estava criado. Mas não havia sede, não havia espaço próprio, não havia profissionais nomeados, não havia nada a não ser o Decreto de criação e o Regimento Interno”. Walter Melo, diretor do DEPHA, coordenador do Grupo de Trabalho que propôs a implantação do ArPDF e o seu primeiro superintendente, destaca: “Ainda não tínhamos acervo. Começamos a discutir as ideias de como fazer. Aí começamos a primeira etapa, conseguir o espaço pro Arquivo.” (*Ibid.*, p. 110)

A primeira sede provisória foi instalada em 1987 (SILVA, 2018), na área de funcionamento da NOVACAP, dois anos e meio após a data de sua criação. Nesse momento, foi recolhido o seu primeiro e mais importante acervo, o da NOVACAP, que estava sob a proteção especial do GDF. “O primeiro recolhimento da NOVACAP para o ArPDF ocorreu em 28 de abril de 1987, sendo registrado no Processo NOVACAP nº 112.03.953/88”. (ArPDF, 2018, p. 45) Em 1997, o ArPDF passou para uma segunda sede provisória, também na área da NOVACAP, e em 2014, foi inaugurada sua sede definitiva, no Setor de Garagens Oficiais Norte, junto a um área de serviços do Departamento de Trânsito do Distrito Federal. Convém lembrar que a sede definitiva, embora relativamente próxima ao Palácio do Buriti, sede do governo do Distrito Federal, não foi instalada no Eixo Monumental, local em que havia uma projeção destinada para o seu funcionamento. No entanto, afirma Walter de Melo: “Pensar que tudo começou em uma salinha na NOVACAP e hoje estamos com esse lugar grande aqui.” (SILVA, 2018, p. 112-113)

José Maria Jardim coordenava a implementação do Sistema Nacional de Arquivos, pelo Arquivo Nacional, quando o ArPDF foi criado. Ele diz, em entrevista (CARVALHÊDO, 2003, p. 82-83; 85), que o ArPDF surgiu e já colocou demandas muito explícitas ao Arquivo Nacional, como a criação de uma instituição com um conceito de arquivo moderno, modelo diferenciado do arquivo histórico do século XIX. Para Jardim, o Arquivo Nacional criticava esse modelo do arquivo histórico do século XIX, mas de alguma maneira participava dele.

Jardim criticava a vinculação dos arquivos públicos à Secretaria de Cultura e a maneira que isso “implicava na reificação do modelo do século 19 de uma visualização do arquivo, na melhor das hipóteses, como um bem cultural, uma visão patrimonial, mas ao mesmo tempo muito positivista, enfim, isso estava junto com as questões de Brasília, patrimônio da humanidade”. (CARVALHÊDO, 2003, p.88)

Como já foi assinalado anteriormente por Jardim (1995), uma das características dos arquivos públicos brasileiros é que eles se voltam quase exclusivamente para a guarda e acesso de documentos considerados, sem parâmetros científicos, como de valor histórico. O

recolhimento e salvaguarda desses documentos na instituição confundem-se com um processo de sacralização, há uma monumentalização dos seus documentos.

Confirmando essa tendência, cabe registrar que, em 8 de novembro de 2007, o Fundo NOVACAP do ArPDF foi reconhecido como Patrimônio Documental da Humanidade no Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO e formalizado pela Portaria nº 60, de 31 de outubro de 2007, do Ministério da Cultura. No mesmo mês, foi aprovada a inscrição do Fundo NOVACAP no Registro Regional para a América Latina e Caribe da UNESCO do Programa Memória do Mundo. (ArPDF, 2018)

Em 1988, implanta-se uma política arquivística no Distrito Federal, quando são criados o Sistema de Arquivos do Distrito Federal (SiArDF) e o Conselho de Arquivos do Distrito Federal, por meio do Decreto nº 11.133, de 13 de junho. O ArPDF era então um órgão de apoio técnico do Sistema, sendo que em 2000, ele assume a função de órgão central do Sistema (Lei nº 2.545, de 28 de abril), responsabilizando-se pela orientação da gestão de documentos dos órgãos e entidades governamentais, através das Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos (CSAD's). (ArPDF, 2018)

Em 1º de janeiro de 2011 (Decreto nº 32.716), o ArPDF passou a ser vinculado à Casa Civil e o seu regimento interno foi atualizado por meio do Decreto nº 38.725, de 20 de dezembro de 2017. (ArPDF, 2018) Essa localização administrativa na estrutura da governadoria do DF garante-lhe uma outra responsabilidade diante de todos os órgão e entidades do governo, consoante uma concepção ideal de instituição arquivística, de acordo com Jardim *apud* Carvalhêdo (2003, p. 57): “órgão de apoio à administração, à cultura e ao cidadão, participando da definição e implementação de uma política nacional de arquivos, assumindo no âmbito estadual a proteção ao patrimônio arquivístico”.

### **Fundo NOVACAP**

A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) foi criada em 19 de setembro de 1956, pela Lei nº 2.874, “com o objetivo de efetuar a mudança da Capital Federal para o interior do Brasil.”. Foi criado no primeiro organograma da NOVACAP, aprovado pela Diretoria, em fevereiro de 1957, o Departamento de Educação e Saúde, “responsável inicialmente por planejar e executar as atividades na área de educação e saúde da futura capital federal”, sob supervisão do médico Ernesto Silva. (ArPDF, 2018, p. 41; 55) “Nesse mesmo ano tiveram início no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) a concepção e o planejamento do sistema educacional do futuro Distrito Federal. Um esboço do

Plano foi publicado na Revista Brasília nº 10, de outubro de 1957.” (ArPDF, 2018, p. 56) (FIGURA 8)



O Dr. Ernesto Silva, diretor administrativo da Novacap, responsável pelo Departamento de Educação e Assistência Social, em Brasília, apresenta estes esclarecimentos sobre o Plano de Educação para a Nova Capital: "Uma cidade planejada deve revestir-se de roupas novas e modernas.

O local sobre o qual estamos construindo Brasília foi escolhido cientificamente: o clima é ameno; a salubridade excelente; a água abundante; a terra, fértil e a paisagem deslumbrante.

Edifícios de linhas modernas serão erguidos. A cidade foi idealizada e desenhada por cérebro privilegiado e mãos hábeis.

Tudo em Brasília deve estar no limiar da perfeição.

O sistema educacional estará, portanto, entrosado nessa organização.

O plano organizado pelo Ministério da Educação proporcionará escola e oportunidade para todos.

A cidade é constituída de super-quadras, cuja população deve orçar entre 2.500 a 3.000 pessoas. Em cada uma delas haverá uma escola-classe e um jardim de infância. Para cada grupo de 15.00 habitantes haverá, então:

1 — Jardins de Infância para 1.020 crianças.

II — Centro de Educação Elementar para 2.880 alunos, de 7 a 14 anos, compreendendo:

1) Escola-classe, em número de 4, para 720 alunos, cada uma, em dois turnos, a serem construídas dentro das super-quadras.

2) Escola-parque para 2.880 alunos, em dois turnos, a ser construída fora das super-quadras, em distância adequada das escolas-classe, compreendendo:

a) pavilhão de artes industriais;

b) conjunto de atividades sociais (música, dança e teatro, clubes e exposições);

c) conjunto de educação física, recreação e jogos;

d) biblioteca infantil e museu;

e) administração, refeitório e conjuntos residenciais para menores.

III — Centro de Educação Média, cada um para 2.250 alunos (3 blocos de 15.000), fora das super-quadras, para atender alunos entre 11 e 18 anos, compreendendo:

1) Centro Cultural, teatro e exposições;

2) Biblioteca e Museu;

3) Centro de Serviços Gerais (inclusive refeitório);

4) Escola média compreensiva, incluindo, ginásio e colégio, escola comercial, técnico-industrial, curso normal ou pedagógico e escola agrícola.

5) Centro de Educação Física e esportes em geral.

O Jardim de Infância, para 340 crianças, em dois turnos, compreenderá 10 salas, cada uma de 20 alunos, com área de 50m<sup>2</sup>, e mais áreas de recreio, sendo parte coberta, para 170 crianças, além de área de refeitório, administração, serviço e depósitos.

A Escola-Classe, para 720 alunos, cada uma, em dois turnos, compreenderá 12 salas de aula, para 30 alunos cada, com área de 60m<sup>2</sup>, e mais área coberta para 360 alunos, além de administração, refeitório, serviços, depósitos e biblioteca para professores.

A Escola-Parque, no seu conjunto de edifícios, deverá dispor de espaço suficiente, para 1.440 crianças, em cada turno, num total de 2.880, ou seja, toda a população das 4 escolas-classe, em atividades de trabalho, de educação física, recreação e jogos, de biblioteca e de natureza social e artística. A área mínima deve ser de 30.000m<sup>2</sup>.

O Centro de Educação Média para 2.250 alunos entre 11 e 18 anos, deverá atender a cada grupo de três blocos de 15.000 habitantes da cidade, com a população total de 45.000 habitantes, compreendendo o conjunto de edifícios já indicado, em área nunca inferior a 50.000m<sup>2</sup>."

10

FIGURA 8 – Revista Brasília, n. 10, Ano 1, out. 1957, p. 9. Apresentação do Plano de Educação para a Nova Capital, por Ernesto Silva. Na foto: "O sr. Ministro da Educação, prof. Clóvis Salgado, em companhia dos drs. Israel Pinheiro e Ernesto Silva, respectivamente presidente e diretor da NOVACAP, na inauguração da primeira escola primária de Brasília". (NOVACAP, 1957, p. 8)

Em 1959, foi criado o Departamento de Educação e Difusão Cultural (Portaria nº 103/B/59 – NOVACAP), “com o encargo de promover atividades educacionais até a implantação definitiva do Sistema Educacional do Distrito Federal.” (DISTRITO FEDERAL, 1984, p. 18)

Na Exposição de motivos do Ministro da Educação e Cultura ao Presidente da República sobre a criação da CASEB, é dito (DISTRITO FEDERAL, 2001, p. 38): “Até o momento vem a NOVACAP mantendo e administrando as escolas primárias de Brasília: as escolas secundárias são particulares e as de alfabetização de adultos são mantidas por este Ministério”. Ainda nessa exposição de motivos, o ministro afirma: “medidas urgentes de caráter geral destinadas à administração do sistema educacional de Brasília deverão ser tomadas pelos órgãos especializados desse Ministério, mesmo antes da implantação definitiva da administração local no novo Distrito Federal”. Caberia a essa Comissão “planejar, organizar e supervisionar o sistema educacional da nova Capital.” (*Idem*)

A CASEB foi instituída pelo Decreto nº 47.472, de 22 de dezembro de 1959. Conforme já dito acima, o Relatório da CASEB, em visita à cidade entre os dias 7 a 10 de janeiro de 1960, registrou a presença de 12 escolas primárias funcionando provisoriamente em fins de 1959, dentre elas a Escola da Cerâmica da Benção. Esse relatório (DISTRITO FEDERAL, 2001) afirma ao final que a administração do sistema educacional, que vinha sendo exercida pela NOVACAP, fica automaticamente transferida para a CASEB. Sugere, no entanto, que essa transferência seja adiada para maio de 1960, na parte referente à administração das escolas já em funcionamento. Ressalta a atuação eficiente que a NOVACAP vinha demonstrando na administração de suas escolas, confiada ao Dr. Ernesto Silva e justifica que a NOVACAP havia firmado um contrato de trabalho com a maioria das professoras em exercício que deveria vigorar até maio.

Ao analisar a autorização de estabelecimentos de Rede Oficial de ensino, Pires (1978, p. 88) afirma que “as primeiras escolas oficiais do Distrito Federal foram instaladas pela Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília – CASEB, vinculada diretamente ao MEC, não tendo sido encontrados os atos de criação das mesmas.” A CASEB foi criada em caráter transitório pelo MEC, “sendo a sua atuação apenas enquanto não se organizasse o governo de Brasília”, sendo sucedida pela FEDF, criada em junho de 1960. (*Ibid.*, p. 63)

A revista **Brasília**, publicada pela Fundação IBGE – Instituto Brasileiro de Estatística, em 1969, afirma que o acervo da CASEB foi transferido para a FEDF, quando esta foi constituída em 1960. (FUNDAÇÃO IBGE, 1969, p. 47)

Com a inauguração de Brasília, o presidente da NOVACAP, Israel Pinheiro, assumiu a Prefeitura do Distrito Federal e a NOVACAP foi perdendo suas atribuições, as quais foram transferidas para as superintendências e secretarias da Prefeitura do Distrito Federal (1960-1969). (ArPDF, 2018)

De acordo com Guia de Fontes do ArPDF (2018), em sua história arquivística do Fundo NOVACAP:

no período de 1956 a 1960, no exercício das atividades técnicas e administrativas, a NOVACAP produziu documentação relevante para a compreensão da história de Brasília. A consciência do valor informativo e de prova desse acervo fez com que em 1973 a Companhia criasse um Arquivo Histórico. (ArPDF, 2018, p. 44)

Com o decreto nº 7.492, de 27 de abril de 1983, todo o acervo documental histórico da NOVACAP ficou sob a proteção do GDF, a título de preservação do patrimônio. Em seu parágrafo único, esse acervo englobaria documentação escrita, cartográfica, iconográfica e audiovisual produzida pela Companhia até 1960. (ArPDF, 2018)

### **Fundo FEDF**

No planejamento e construção de Brasília por parte do governo federal, cabia ao Ministério da Educação Cultura e à NOVACAP organizarem o sistema educacional de Brasília e executar suas primeiras obras nesse setor. A Fundação Educacional do Distrito Federal foi o órgão que herdou o que já havia sido realizado pela União, através do Ministério da Educação e Cultura e da NOVACAP, e que deveria então ser transferido para o Distrito Federal.

O Decreto 48.297 (DISTRITO FEDERAL, 1981, p. XVI-XVII), de 17 de junho de 1960, do governo federal, dispôs sobre a instituição da Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF), que teria a “finalidade de prestar assistência educacional à população da capital da República, nos níveis elementar e médio”. Esse Decreto (DISTRITO FEDERAL, 1981, p. XVI-XVII) autorizou o Ministério da Educação e Cultura a cooperar na organização, manutenção e administração da Fundação que viria a ser instituída pela Prefeitura do Distrito Federal. Estabeleceu-se ainda (Art. 2º, III, a) que a Fundação teria os seus órgãos diretores colegiados, “ficando reservado ao governo federal indicar a metade dos membros efetivos e suplentes”. Ainda, esse decreto “previu a transferência de pessoal, patrimônio e recursos utilizados até aquele momento na prestação de serviços educacionais já instalados em Brasília



pra a FEDF”. (ArPDF, 2018, p. 56) Para Pires (1978, p. 29), a finalidade da FEDF era “executar a política educacional do DF, de modo assegurar a eficácia do sistema de ensino oficial”.

Seus estatutos, publicados no Diário Oficial da Prefeitura do Distrito Federal, em 28 de junho de 1960, indicavam, entre seus objetivos (ArPDF, 2018, p. 57):

a) prestar toda a colaboração ao poder público no cumprimento dos programas adotados para o desenvolvimento do ensino no Distrito Federal; b) criar, instalar e manter estabelecimentos de ensino elementar, pré-primário, primário, complementar, emendativo e de iniciação profissional, para crianças, para adolescentes e adultos [...]

Ainda, de acordo com esses estatutos, o Presidente do Conselho Diretor da FEDF era o Secretário Geral de Assistência da Prefeitura do Distrito Federal. (DISTRITO FEDERAL, [1975?]). O organograma publicado junto a esses estatutos indicava que os estabelecimentos de ensino eram parte da estrutura da FEDF, esta responsável pela criação e manutenção dos serviços educacionais no Distrito Federal. Em 28 de março de 1961 (Decreto nº 43), a FEDF passa a vincular-se à Superintendência Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal e, em 10 de dezembro de 1964, à Secretaria de Educação do Distrito Federal (Lei nº 4.545). (ArPDF, 2018)

De acordo com Pires (1978, p. 88), a FEDF passou, desde sua instalação, “a criar os estabelecimentos oficiais, alguns por Resoluções, sendo que, de muitos deles não se tem conhecimento do ato de criação”.

Com a instituição da Secretaria de Educação e Cultura (Lei 4545, de 10 de dezembro de 1964), competia a ela a organização do sistema de ensino do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2001, p. 63). O Decreto nº 422, de 16 de junho de 1965, que redefiniu a estrutura e competência da SEC (ArPDF, 2018, p. 57), seguindo os preceitos da Lei 4.545/64, “definiu a Fundação Educacional do DF (FEDF) como órgão descentralizado com personalidade jurídica, integrante da estrutura administrativa da Secretaria de Educação e Cultura e sujeito à supervisão e controle da pasta”, não tendo a FEDF como competência a prestação direta dos serviços públicos. Esse decreto estabeleceu como competências básicas da FEDF (ArPDF, 2018, p. 57-58):

a) promover a construção de prédios destinados ao ensino oficial, de acordo com a programação elaborada pelos órgãos centrais para expansão da rede; b) fornecer os meios necessários à conservação e manutenção da rede de escolas públicas; c) colaborar com os órgãos centrais na tarefa educativa, inclusive produzindo material didático e de ensino e participando no desenvolvimento dos programas de formação e treinamento de professores.

O Decreto “N” nº 481, de 14/01/66, que aprovou o novo Regimento da Secretaria de Educação e Cultura, determinou que “todos os bens imóveis destinados à execução do ensino, assim como as estruturas administrativas e o pessoal envolvido com a prestação de serviços educacionais, fossem transferidos da FEDF para a Secretaria de Educação e Cultura”. (ArPDF, 2018, p. 58) Como não foram encontrados os atos de criação de muitos estabelecimentos de existentes, esse decreto determinou ainda “que as escolas relacionadas nos anexos passariam a integrar a Secretaria de Educação, considerando-se esse decreto como o de criação das referidas escolas”. (PIRES, 1978, p. 90)

Essa situação vai se inverter a partir de 1971, quando, com uma alteração do regimento da SEC, a administração das escolas foi transferida para a FEDF e as escolas oficiais passaram a ser criadas pela própria FEDF, ouvido o Conselho Estadual de Educação, conforme os Decretos nº 1.627 e nº 1628, de 14 de março de 1971. (PIRES, 1978) Em 1972 (Decreto nº 1.941, de 24 de janeiro), os servidores da Secretaria de Educação e Cultura foram colocados à disposição da FEDF (com exceção dos servidores em exercício no Gabinete e no Centro de Planejamento), que passou a administrar todos os bens móveis, imóveis e semoventes e todo o material utilizado pelo Governo do Distrito Federal nos serviços educacionais. (ArPDF, 2018)

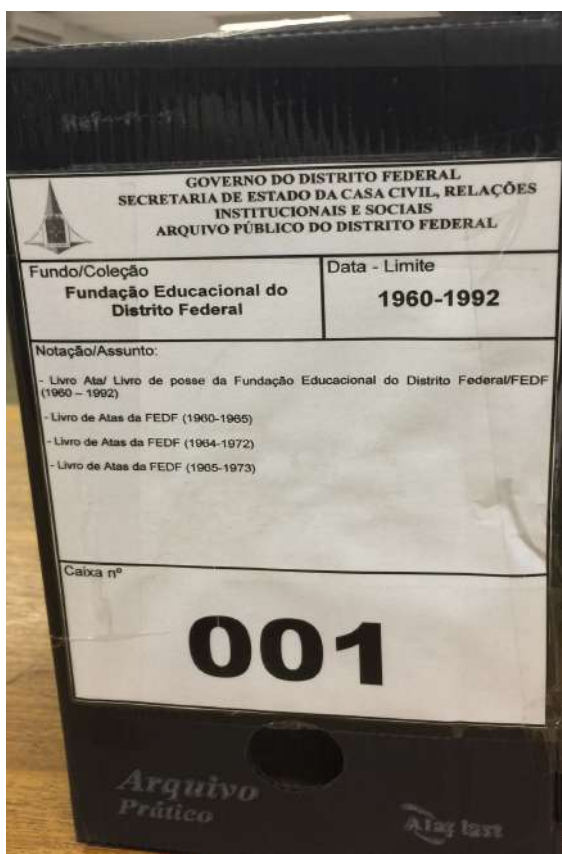
No ano de 1975, o Decreto nº 2.893, de 13 de maio de 1975, aprovou o Regimento da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, tendo sido publicado no “Distrito Federal”, de 13 de maio de 1975. Com a aprovação do estatuto da FEDF pelo Decreto nº 3.290, de 25 de junho de 1976, ela passa a ser órgão de prestação dos serviços públicos educacionais do Distrito Federal, o que perdurou até a sua extinção, em 1999. Esse estatuto indicava como objetivos da FEDF, dentre outros (ArPDF, 2018, p. 58):

a) a execução do Plano de Educação do Distrito Federal; b) a elaboração e execução de programas, projetos e atividades do Sistema de Ensino Oficial do Distrito Federal; c) a programação, coordenação, acompanhamento e compatibilização da execução de planos, programas, projetos e atividades do Sistema de Ensino Oficial do Distrito Federal; d) a criação, construção e manutenção de unidades de ensino [...]

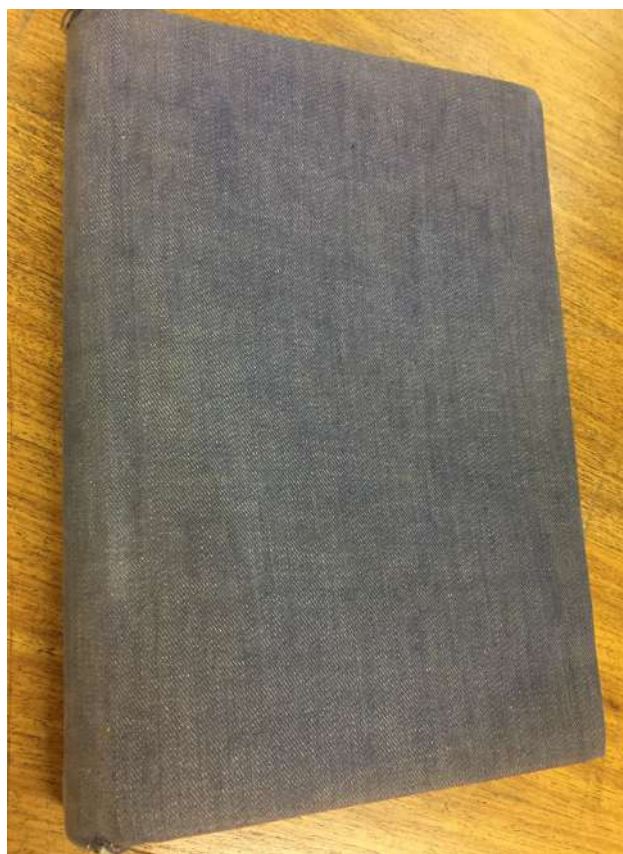
O Decreto nº 3.574, de 03/01/77, que aprovou os Regimentos da Administração Central e dos Complexos Escolares, homologando a Resolução nº 95/76 – CD –FEDF, considerou como estabelecimentos oficiais os constantes do seu anexo II, passando a ser o ato de criação dessas escolas, que não o tinham ainda. (PIRES, 1978) A FEDF foi extinta em 21

de janeiro de 1999, pela Lei nº 2.294, sendo as suas competências e atribuições transferidas para a Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Houve um recolhimento de documentos da FEDF, efetuado pela Secretaria de Estado de Educação, em 18 de dezembro de 2018 (Processo SEI 00080-00142208/2018-44). (ArPDF, 2018) Esse recolhimento corresponde a 144 caixas-arquivo e 1 volume isolado, correspondendo a 20,1 metros lineares, com datas-limite de 1960 – 2002. “Trata-se de documentação textual composta por relatórios, instruções normativas, ordens de serviço, atas do Conselho Fiscal e do Conselho Diretor, pareceres da Procuradoria Jurídica, despachos, correspondências.” (ArPDF, 2018, p. 59)



FOTOGRAFIA 49 - Caixa-arquivo 001 do Fundo FEDF, contendo um livro de posse dos conselheiros da FEDF e três livros atas de reuniões da FEDF.  
Foto: Guilherme França.



FOTOGRAFIA 50 - Livro ata das reuniões do Conselho Diretor da FEDF (1960-1965).  
Foto: Guilherme França.

Foi realizado um levantamento de 151 reuniões do Conselho Diretor da FEDF (FOTOGRAFIAS 49 e 50) no período de 1960 – 1966: 144 reuniões ordinárias e 6 extraordinárias, de 1960 a 1965 e a primeira reunião de 1966, distribuídas conforme o seguinte quadro:

<b>ANO</b>	<b>QUANTITATIVO DE REUNIÕES ORDINÁRIAS</b>	<b>QUANTITATIVO DE REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS</b>
1960	9	4
1961	36	2
1962	43	-
1963	7	-
1964	18	-
1965	31	-
<b>TOTAL</b>	<b>144</b>	<b>6</b>

FIGURA 9 – Quadro com o quantitativo de reuniões, ordinárias e extraordinárias do Conselho Diretor da Fundação Educacional do Distrito Federal, por ano (1960 a 1965).

Nesse período de 1960 a 1965, cabia à FEDF a prestação direta dos serviços públicos. Conforme assinalado acima, a Secretaria de Educação e Cultura (SEC) foi criada em dezembro de 1964, quando foi transferida para ela a responsabilidade de organizar o sistema de ensino do Distrito Federal. Com o Decreto nº 422, de 16 de junho de 1965, a FEDF passou a ser uma instituição auxiliar, colaborando com a SEC na tarefa educativa. E com a aprovação do novo Regimento da Secretaria de Educação e Cultura (Decreto “N” nº 481, de 14/01/66), esta passou a se responsabilizar diretamente pela execução do ensino oficial do Distrito Federal. Vale lembrar que a Escola Rural da Cerâmica Benção iniciou suas atividades em 1959 (MUDE, 1957-1980) e a Escola Rural da Cerâmica São Paulo foi construída em 1964, começando a funcionar em 1965 (DISTRITO FEDERAL, 1985).

Para se compreender o contexto de criação das primeiras escolas na região de São Sebastião, com o conseqüente aparato legal que orientou o seu funcionamento, retoma-se alguns aspectos que o caracterizaram. No período da construção de Brasília, algumas escolas tiveram um caráter provisório, atendendo temporariamente os filhos dos operários que vieram construir Brasília, sendo que a expectativa era que esses operários retornassem para suas cidades de origem quando as obras da construção fossem sendo finalizadas. O Plano Educacional de Brasília previa o atendimento dos filhos dos funcionários públicos que seriam transferidos do Rio de Janeiro para Brasília. Entretanto, quando Brasília foi inaugurada, muitos operários não retornaram para suas cidades. Alguns núcleos habitacionais foram criados para acomodar esses moradores de acampamentos de obras que permaneceram em

Brasília e a população das ocupações irregulares que vinham se formando. Essa foi a origem das primeiras cidades satélites, como Taguatinga e Sobradinho.

O Plano Educacional de Brasília estava voltado para as escolas do Plano Piloto. A organização do tempo e do espaço escolares nas cidades satélites e na zona rural, desde o princípio, se diferenciava do tempo e espaço das escolas previstas pelo Plano Educacional de Brasília. Conforme já foi analisado acima, “nas cidades satélites, o sistema apresenta as mesmas características do outros Estados do Brasil. [...] Na zona rural, funcionam as escolas agrupadas, com o máximo de duas salas e duas a quatro classes, e as escolas de classe única, nas quais o professor tem também atividades de natureza administrativa”. (DISTRITO FEDERAL, 1971a, p. 29)

Nesse contexto, em 1959, foi criada uma escola provisória da Cerâmica Benção e, em 1964, uma escola da Cerâmica São Paulo, ambas na região da Papuda (que veio mais tarde fazer parte da Região Administrativa de São Sebastião), localizadas na zona rural. Essas escolas atendiam os filhos dos trabalhadores das cerâmicas e olarias que se instalaram nessa região e que permaneceram ali morando, mesmo após a redução da atividade produtiva que proporcionou a construção dos edifícios de Brasília.

Considerando que há apenas duas atas de reunião na documentação do Fundo FEDF (FEDF, 1960-1965) que fazem referência nominal a três escolas que provavelmente são rurais, a de Samambaia (106ª reunião do Conselho Diretor da FEDF, em 30/09/1964), a do Paranoá e a do Gaminha (108ª reunião do Conselho Diretor da FEDF, em 21/10/1964), procurei levantar e selecionar, nas atas das reuniões do Conselho Diretor da FEDF, de 1960 a 1965, o que havia sido debatido e aprovado pela FEDF em relação às escolas primárias das cidades satélites e da zona rural, em termos gerais, que poderia dizer algo sobre as cinco primeiras escolas na região de São Sebastião.

No ano de 1960, das 13 reuniões (nove ordinárias e quatro extraordinárias) do Conselho Diretor da FEDF, apenas duas fazem referências às escolas primárias, especialmente às das cidades satélites e da zona rural.

Já na primeira reunião do Conselho Diretor (FOTOGRAFIA 51), realizada no dia 11 de outubro de 1960, “foi debatido o assunto concernente à construção do aumento da rede escolar, ficando reconhecida a necessidade de se construírem, como já está planejado, escolas provisórias junto às chamadas invasões. Deliberou-se estudar um plano de preferência para a construção de escolas, quer no Plano Piloto, quer na periferia”. (FEDF, 1960-1965, p. 2 frente)

Phy<sup>2</sup>

inicialmente, um único funcionário para atendê-la e representá-la dentro da organização. Durante a nomeação dos Diretores de Departamentos, por sugestão do Sr. Presidente, a solução do assunto concernente à nomeação dos Diretores, reputada urgente, mas de trato cuidadoso, ficou transferida para a seguinte sessão ordinária. No tocante às cantinas escolares, a Coordenadora apresentou o orçamento para a sua instalação e manutenção, durante um ano, o que será objeto de estudos. Deliberou-se que deverá ser apresentado um novo orçamento para o período decorrente da instalação até o dia trinta e um de dezembro de mil novecentos e sessenta, a fim de serem atendidas as necessidades imediatas. Degeriu-se, para assegurar o funcionamento da merenda escolar, uma medida de emergência a ser adotada, imediatamente, com o aproveitamento de material já existente, e outra definitiva, cuja execução requer tempo mais dilatado e meios adequados. Foi debatido o assunto concernente à construção do aumento da rede escolar ficando reconhecida a necessidade de se construírem, como já está planejado, escolas provisórias junto às chamadas invasões. Deliberou-se estudar um plano de preferência para a construção de escolas, quer no Plano Piloto, quer na periferia. Nesta ocasião foi informado pelo Conselheiro Sr. Ernesto Silva que já está aprovada pela NOVACAP a construção das escolas: Taquatinga, uma escola; Gama, duas escolas; Ginásios, um na Quadra quatrocentos e dez e quatrocentos e onze e um em Taquatinga; outro em Sobra-

FOTOGRAFIA 51 - Trecho da 1ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FEDF, realizada em 11/10/1960.  
Foto: Guilherme França.

Foram indicadas as localidades das escolas que seriam construídas, já aprovadas pela NOVACAP: “uma escola em Taguatinga e duas no Gama, um ginásio na quadra 410/411 e um em Taguatinga, outro em Sobradinho, escolas primárias (tipo Ministério da Educação) para Sobradinho, Taguatinga, Cidade Livre, Setor de Residências Econômicas, sendo uma para cada unidade, e um ginásio para Planaltina”. (FEDF, 1960-1965, p. 2 frente e verso)

Ressalta-se que mesmo com Brasília já tendo sido inaugurada, a reunião evidencia que permanece a intenção de construção de escolas provisórias, nas “chamadas invasões”. Em relação à necessidade de se estabelecer um plano de preferências para a construção de escolas, quer no Plano Piloto, quer na periferia, a NOVACAP já havia aprovada a construção de algumas escolas.

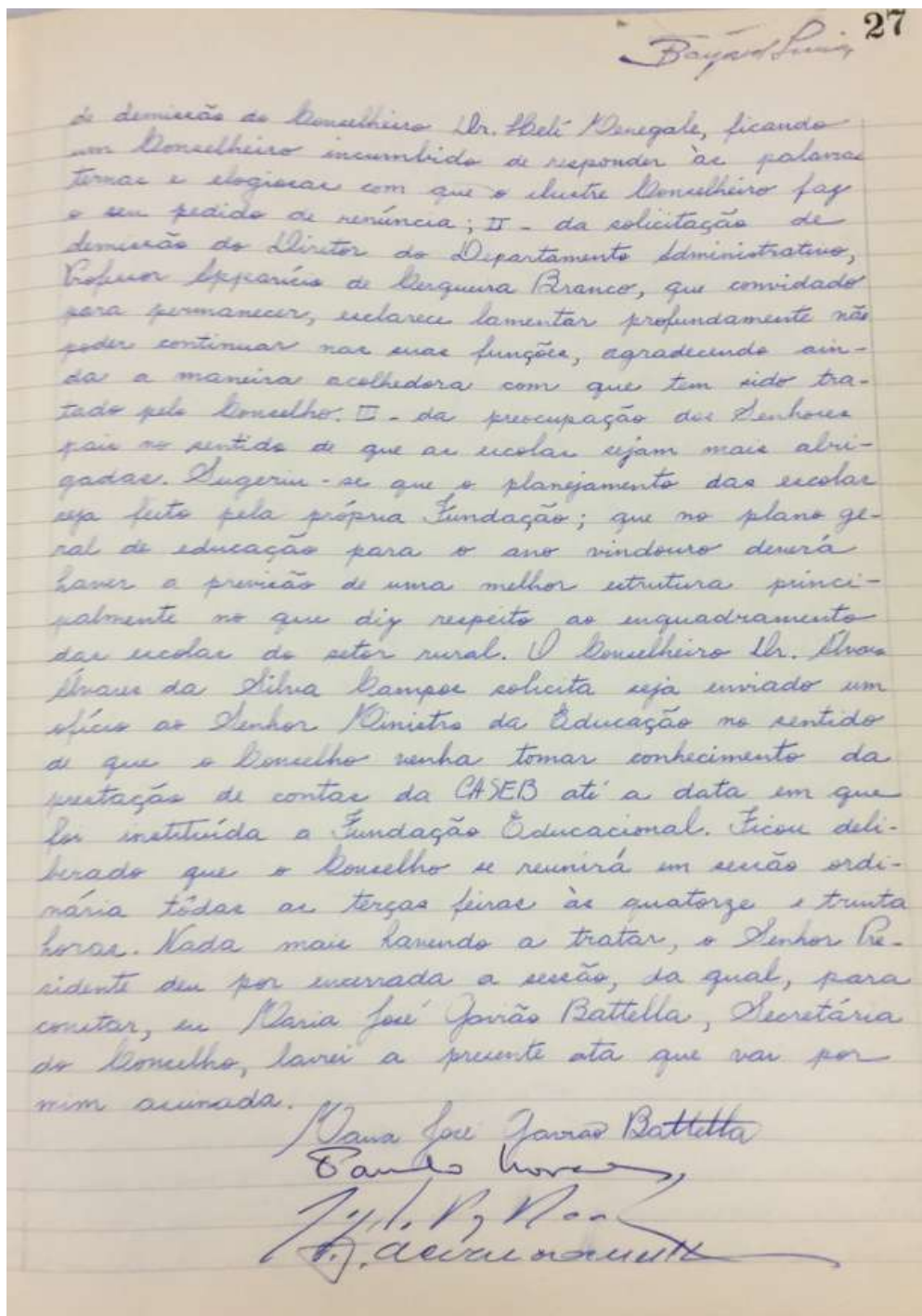
Na segunda reunião ordinária do Conselho Diretor (FEDF, 1960-1965), realizada no dia 18/10/1960, além de se ressaltar que a construção da única escola primária prevista para Taguatinga seria da alçada da NOVACAP, o presidente do Conselho, Bayard Lucas de Lima, falou da necessidade de se insistir junto à NOVACAP para apressar as construções das futuras escolas previstas e da possibilidade de averiguação para que os engenheiros do Ministério estudassem um tipo de escola a ser adotado nos setores suburbanos e Cidades Satélites. (FOTOGRAFIA 52) Esse estudo de um tipo de escola a ser adotado nos setores suburbanos e Cidades Satélites relaciona-se ao fato dessas escolas não estarem contempladas dentro do modelo do plano educacional ajustado às escolas do Plano Piloto.

um orçamento para a sua aplicação no ano de  
 um mil novecentos e sessenta e um. Esclareceu o  
 Senhor Presidente que o Ministério, diga Ministro da  
 Educação Sr. Celso de Figueiredo de Faria, reuniu  
 o Conselho Diretor a fim de esclarecer o assunto. O Con-  
 selheiro Sr. Eliel Menegale esclareceu que a C.A.S.E.B.  
 recebe cinquenta milhões de cruzeiros, não havendo, no  
 entanto, verbas específicas para a Fundação, e que,  
 uma vez que a Comissão deixou de existir, o pró-  
 prio Ministério está fazendo o pagamento, cuja folha  
 conta em dez milhões de cruzeiros. Depois de discutirem a  
 maneira de aplicação das verbas (que não são específicas)  
 optou-se por um Convênio. Reduziu-se, porém, que não ha-  
 vendo o que transferir poderia em estudo um mês de  
 que, até o fim do corrente ano, o Ministério continuasse a  
 efetuar o pagamento de todo o pessoal existente. Esclareceu  
 o Sr. Arnaldo Ruy Laporal que o orçamento para mil  
 novecentos e sessenta e um está ligado à resolução que  
 já se encontra no Senado, e, tão logo o Congresso re-  
 solve sobre o assunto, a Fundação deverá ter o seu le-  
 vantamento e o seu orçamento para que este possa ser a-  
 preciado e aprovado pelo Conselho Diretor, até o dia  
 quinze de dezembro do corrente ano. O Senhor Presidente,  
 passando a falar sobre as futuras escolas disse da  
 necessidade de se reunir junto à NOVACAP para apurar  
 as construções previstas. Disse mais que, poder-se-ia averi-  
 guar se os engenheiros do Ministério estudariam um tipo  
 de escolas a ser adotado nos setores suburbanos e bi-  
 dagem de imigrantes em Taguatinga, cujo assunto trará  
 novamente à Reunião do Conselho, tão logo esteja solu-  
 cionado. Falou-se sobre a peculiaridade da Fundação  
 não só na sua flexibilidade na transparência de



No ano de 1961, em cerca de três reuniões, de um total de 38, o Conselho Diretor da FEDF tratou especificamente de assuntos pertinentes às escolas primárias da zona rural.

Na 16ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FEDF (FEDF, 1960-1965), realizada em 07/04/1961 (FOTOGRAFIA 53), decidiu-se que os ginásios das cidades satélites não seguiriam o modelo do Ginásio do Plano Piloto, devendo os seus prédios ser utilizados nos dois turnos.



FOTOGRAFIA 53- Trecho da 16ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FEDF, realizada em 07/04/1961. Foto: Guilherme França.

Ainda nessa reunião, considerando a preocupação dos senhores pais no sentido de que as escolas fossem mais abrigadas, “sugeriu-se que o planejamento das escolas seja feito pela própria Fundação; que no plano geral de educação para o ano vindouro deverá haver a previsão de uma melhor estrutura principalmente no que diz respeito ao enquadramento das escolas do **setor rural**”. (FEDF, 1960-1965, p. 27 frente) (grifo meu) Percebe-se nessa reunião uma diferenciação estabelecida para o funcionamento das escolas no Plano Piloto e nas cidades satélites, notadamente quanto à utilização do Ginásio das cidades satélites diferente modelo do Ginásio do Plano Piloto. Entretanto, nessa mesma reunião, houve a demonstração de certa preocupação quanto a uma melhor estrutura das escolas, especialmente as do setor rural.

Na 25ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FEDF, realizada em 20/06/1961, houve uma advertência do Conselho “no sentido de que os órgãos executivos da Fundação tomem em tempo providências prevendo a expansão do sistema educacional no segundo semestre”. (FEDF, 1960-1965, p. 40 verso)

Na 26ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FEDF (FEDF, 1960-1965), realizada em 10/07/1961, ao constatar-se a necessidade de construção, equipamento e manutenção de mais **seis escolas rurais**, decidiu-se organizar um grupo de trabalho para o levantamento das áreas onde haveria mais necessidades de escola. Ainda, decidiu-se solicitar ao Prefeito que buscasse junto ao MEC auxílio de dez milhões de cruzeiros para serem empregados na construção e equipamentos de seis escolas. Esses temas também foram abordados na 28ª reunião ordinária do Conselho (FEDF, 1960-1965), realizada em 01/08/1961. Nessa 28ª reunião, foi aprovada a organização de um Grupo de Trabalho para apresentar um relatório das necessidades escolares previstas para os cinco anos seguintes (1962 a 1966). Ainda, a Diretoria de Ensino Elementar (D.E.E.) apresentou um **relatório de pesquisas feitas na zona rural**, cuja conclusão do trabalho deveria ser nos últimos dias de agosto.

Aqui há a menção à necessidade de construção de seis escolas rurais, sem mencionar em que localidade seria. Foi decidido pela criação de um grupo de trabalho para definir as áreas que mais necessitam de escola. Não houve mais a referência a esse grupo de trabalho nem à necessidade das seis escolas rurais nas atas do Conselho Diretor da FEDF analisadas até o início de 1965.

Na 41ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FEDF, realizada em 30/11/1961, foi examinado e aprovado um pedido de aumento de gratificação aos professores responsáveis por escolas, “em face das atividades especiais e horários de trabalho que exercem”. (FEDF, 1960-1965, p. 66 frente) Salienta-se que os professores responsáveis por escolas são das

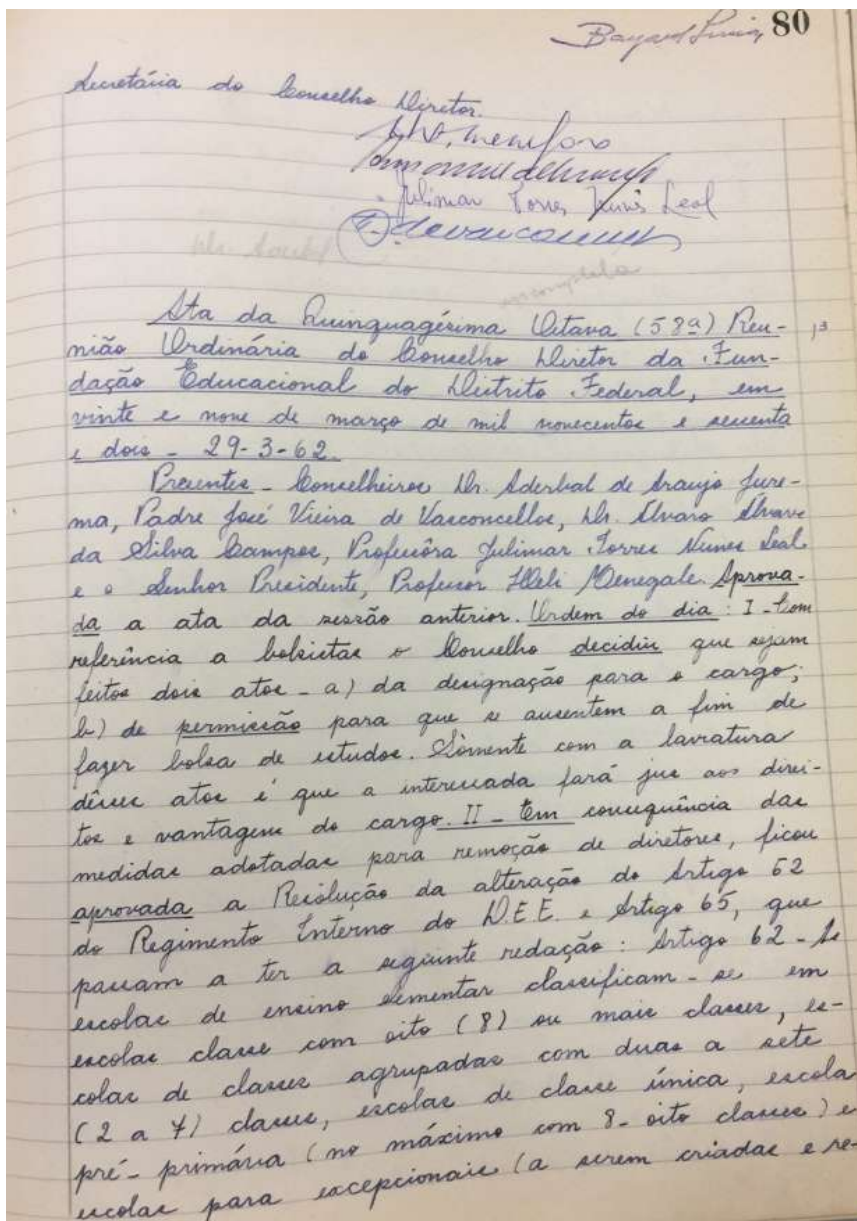
escolas de classe única e de classes agrupadas, escolas das cidades satélites e da zona rural, especificamente o caso da Escola da Cerâmica Benção, nesse ano de 1961.

Em 1962, a 58ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FEDF (FOTOGRAFIA 54), realizada em 29/03/1962, aprovou, em função das medidas adotadas para remoção de diretores:

Resolução da alteração do Artigo 62 do Regimento Interno do D.E.E. e Artigo 65, que passam a ter a seguinte redação:

Artigo 62 – As escolas de ensino elementar classificam-se em escolas classes com oito (8) ou mais classes, escolas de classes agrupadas com duas a sete (2 a 7) classes, escolas de classe única, escola pré-primária (no máximo com 8 – oito classes) e escolas para excepcionais (a serem criadas e regulamentadas).

Artigo 65 – As escolas classe com oito a onze (8 a 11) classes terão Diretor, mas não terão Vice-Diretor. (FEDF, 1960-1965, p. 80 frente e verso).



FOTOGRAFIA 54 - Trecho da 58ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FEDF, realizada em 29/03/1962. Foto: Guilherme França.

Essa resolução que alterou o regimento interno do Departamento de Ensino Elementar (D.E.E.) evidencia a classificação das escolas de acordo com o número de classes, distinguindo as escolas classes do Plano Piloto, previstas no Plano Educacional de Brasília, das demais escolas das cidades satélites e da zona rural. Como foi apresentado acima, a Escola da Cerâmica Benção e a Escola da Cerâmica São Paulo, ambas da zona rural, provavelmente iniciaram suas atividades como escolas de classe única e transformaram-se em escolas de classes agrupadas.

Na 75ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FEDF, realizada em 04/09/1962, “sugeriu-se a promoção de contatos entre autoridades do ensino e a Comissão Mista que trata dos problemas de Brasília, para entendimentos, principalmente, sobre construção de escolas”. (FEDF, 1960-1965, p. 99 frente) Na 79ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FEDF, realizada em 21/09/1962, aprovou-se a proposta do Conselheiro Dr. Álvaro Álvares da Silva Campos, de uma resolução em que se reitera às autoridades competentes que “compete à NOVACAP construir imediatamente a rede escolar, de acordo com a escala de prioridade já aprovada por este Conselho no início do corrente ano”. (FEDF, 1960-1965, p. 106 verso)

Percebe-se que há uma preocupação recorrente de chamar a atenção da NOVACAP para a sua responsabilidade quanto à construção das escolas, o que já havia sido registrado nas primeiras reuniões do Conselho Diretor da FEDF, em outubro e novembro de 1960. Como também foi realçado acima, esforços foram envidados junto ao MEC, no sentido de se obter financiamento para construção e equipamento seis escolas rurais, e junto à Comissão Mista, que tratava dos problemas de Brasília, no sentido da necessidade de se construírem escolas, respectivamente, em julho de 1961 e no início de setembro de 1962.

No dia 30 de agosto de 1962 (FOTOGRAFIA 55), em sua 72ª reunião ordinária, o Conselho recebeu a visita do Prefeito do Distrito Federal, Dr. Ivo Magalhães e do Presidente do Círculo de Pais e Mestres do 2º Ciclo do Ensino Médio, Dr. Suli Alves de Souza, deliberando-se que o Conselho faria “reuniões intensivas no sentido de solucionar com a mais urgência possível os problemas de educação que lhe são afetos, dando prioridade a certos assuntos do DEM (Departamento de Ensino Médio)”. (FEDF, 1960-1965, p. 93 verso)

te processo fosse encaminhado ao Diretor do Departa-  
 mento Administrativo, a fim de que apresente os  
 comprovantes, dentro de 12 horas, para que o Con-  
 selho Diretor possa proferir um parecer conclusivo e  
 posterior encaminhamento à Junta de Controle.  
 Foi designado o Conselheiro D. Delvares de Moraes da  
 Silva Campos para examinar o processo e retor-  
 nar ao Departamento Administrativo. 2. Processo  
 nº 338/62-SC Interessado: Diretora do DEE Assunto:  
 solicita sejam acrescentados novos itens nas instru-  
 ções para provas de seleção de professores do ensino  
 elementar. (Resolução). Apropria-se o parecer da  
 Conselheira Relatora Prof.ª Julimar Torres Nunes  
 Feal, que diz: "O problema não é de consentir,  
 mas de estabelecer os critérios de julgamento, uma  
 vez que nenhuma norma foi dada a respeito  
 às candidatas. O Departamento é livre de estabele-  
 cer agora os critérios que julgar mais convenien-  
 tes. As provas de português e matemática devem  
 ser consideradas eliminatórias". 3. O Conselho  
 recebeu a honrosa visita do Sr. Prefeito do Distri-  
 to Federal, D. Ivo de Magalhães, acompanhado  
 de seus Assessores D. Félix Shimith, Sr. Zaneto  
 Borges e do Presidente do Círculo de Pais e  
 Mestres do 2º Círculo de Ensino Médio, D. Juli-  
 ana de Souza. Foram abordados os assuntos  
 de maior interesse para que o ensino não sofra  
 uma solução de continuidade, bem como deli-  
 berou-se que o Conselho fará reuniões intensi-  
 vas no sentido de solucionar com a maior  
 urgência possível os problemas de educação que  
 lhe são afetos, dando prioridade a certos assun-  
 tos do DEM. O Sr. Prefeito retornou-se depois de

FOTOGRAFIA 55 - Trecho da 72ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FEDF, realizada em 30/08/1962. Foto: Guilherme França.

Importante observar que o ano de 1962 foi bastante intenso na área educacional. Já no início do ano, registrou-se nas atas das reuniões do Conselho Diretor (FEDF, 1960-1965) uma greve no mês de abril (11/05/1962, 62ª reunião ordinária) e a falta coletiva dos professores do ensino médio, no mês de maio (23/05/1962, 65ª reunião ordinária). Na 74ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FEDF, realizada no dia 03/09/62, compareceram os diretores do Centro de Ensino Médio, dos Ginásios de Taguatinga e do Plano Piloto, que expuseram os problemas e “declararam não terem intenção de abandonar os postos em meio à atual crise por que passa o ensino da Fundação Educacional. Reiteraram, entretanto, o atendimento às solicitações que vêm fazendo ao Sr. Presidente há muito tempo”. (FEDF, 1960-1965, p. 96 frente) Diante esse ambiente de crise no ensino assinalado, o Conselho Diretor deliberou ser imprescindível o atendimento das reivindicações formuladas, para oferecer condições mínimas de funcionamento das escolas do Distrito Federal. Já na 79ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FEDF (FEDF, 1960-1965), realizada em 21/09/1962, o Conselho decidiu não aceitar a demissão coletiva solicitada pelo diretor do DEM e sua assessora técnica, do diretor do CEM e sua assistente, da diretora do Ginásio do Plano Piloto e seu assistente, da diretora do Ginásio de Taguatinga e do diretor da Escola Industrial I, de Taguatinga. Nessa mesma reunião, o Conselho aprovou a Proposta do Conselheiro Dr. Álvaro Álvares da Silva Campos de considerar como convidados permanentes às suas reuniões os membros da Junta de Controle, diretores de departamentos e de unidades escolares, representantes de Associações de pais e mestres, representante da Associação de Professores do Ensino Elementar e representante da Associação de Professores do Ensino Médio.

A 80ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FEDF (FEDF, 1960-1965), realizada em 21/09/1962, contou com a presença do novo presidente da Fundação Educacional do Distrito Federal, Dr. Eliasar Rosa, quando lhe foram passados os processos dos planos de emergência dos Departamentos (DA, DEE, DEM) e da Secretaria do Conselho (SC), que os encaminharia ao Sr. Prefeito do Distrito Federal. Ainda nessa reunião, foi aprovada a proposta do Conselheiro Dr. Álvaro Álvares da Silva Campos de “realização de uma ampla enquete entre alunos, pais de alunos, professores, coordenadores e diretores dos Departamentos de Ensino Elementar e Médio, visando apurar o rendimento escolar, as condições de funcionamento das escolas, e objetivando as críticas vagas e imprecisas formuladas contra o sistema de ensino”. (FEDF, 1960-1965, p. 108 verso – 109 frente) Na 86ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FEDF, realizada em 13/12/1962, o Presidente convocou o Conselho pra reuniões diárias até o dia dezenove do corrente mês. (FEDF, 1960-1965)

Embora a centralidade do debate tenha iniciado a partir das escolas ginasiais e de ensino médio, a crise que se estabeleceu não atingiu apenas essas escolas. Quando se propôs a realização de uma enquete visando apurar o rendimento escolar e as condições de funcionamento das escolas, o Departamento de Ensino Elementar foi incluído como parte do público da referida pesquisa, tendo sido ressaltando-se o “magnífico esforço desenvolvido pela direção do Departamento do Ensino Elementar, para avaliação do trabalho escolar”. (FEDF, 1960-1965, p. 108 verso) Ainda foi registrado que o Departamento de Ensino Elementar também tinha repassado um plano de emergência para o novo presidente da FEDF, o qual seria encaminhado para o prefeito do Distrito Federal.

Esse ambiente de crise pela qual passava a FEDF, no ano de 1962, foi sinalizado pela necessidade de urgência na construção de novas escolas e no atendimento às demandas das escolas já constituídas, agravado por uma greve dos professores e críticas contra o sistema de ensino. Esses foram os antecedentes para o que estaria por acontecer no ano seguinte.

No ano de 1963, ocorreram apenas sete reuniões do Conselho Diretor da FEDF, realizadas em apenas três meses, considerando que a última reunião do Conselho Diretor nesse ano, a 95ª, foi realizada no dia 22 de março de 1963. Esse quantitativo é bem inferior às 36 reuniões ocorridas em 1961 e às 43 reuniões de 1962. Destaca-se apenas uma ocorrência na análise das sete reuniões. Em 04 de março de 1963, na 89ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FEDF (FEDF, 1960-1965), o Conselheiro Dr. Álvaro Álvares da Silva Campos solicitou os recortes de jornais que traziam críticas ao Conselho Diretor e de notas fornecidas à imprensa. Convém registrar que, em 03 de abril de 1963, através do Decreto nº 230, houve uma reestruturação dos Departamentos da Superintendência Geral de Educação e Cultura, órgão pelo qual a FEDF se subordinava. Os departamentos passaram a ter a “competência de organizar, executar, dirigir, coordenar, orientar e supervisionar, de acordo com o Superintendente Geral de Educação e Cultura, o ensino elementar e médio do Distrito Federal”. (DISTRITO FEDERAL, [1975?], p. 10)

Em 1964, as reuniões do Conselho Diretor foram retomadas apenas em 17 de julho (96ª reunião ordinária), a primeira depois de abril de 1963. Foram realizadas nesse ano, 18 reuniões ordinárias do Conselho Diretor da FEDF. Na 102ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FEDF (FOTOGRAFIA 56), realizada em 19/08/1964, houve uma exposição da Diretora da D.E.E., Professora Helena Reis, sobre o ensino elementar da Fundação Educacional e o plano que vem orientando o ensino primário na capital da república. (FEDF, 1960-1965)

168

D. Braga Lima

teatro, cinema, desenho, poesia e pintura; V. educação musical. Objetivo da Escola Parque. Funcionamento em dois turnos para as cidades-satélites e zona rural. Descrição do Plano de Educação de Brasília do Conselho Federal de Educação, na Lei de Diretrizes e Bases, nas normas preliminares lançadas pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, pela Indicação no 5 e no Plano Nacional de Educação. Verou a Diretora do D.F.E. sobre a necessidade de preparação de equipes técnicas para conduzir os métodos e processos de ensino com adequação aos dias atuais, informando que o D.F.E. já tem, até a presente data, setenta (70) técnicos preparados através de bolsas de estudos. Falou sobre a equipe técnica e o currículo para Brasília, sobre o Boletim que divulga as realizações que a instituição opera nas escolas, a unidade de trabalho e as experiências novas que o D.F.E. vem realizando. Levantamento da população em idade escolar do Distrito Federal e o Plano Bial de Educação - 1964 a 1965. Feito para o Conselho de Educação do Distrito Federal e encaminhado ao D.F.E. no sentido de atualizar o Plano até 1966. Sobre matrícula nas escolas - classe, jardim da infância, estas - pês e promoções. Citarou Da Helena Reis que as dificuldades encontradas têm sido superadas pelo idealismo dos professores agradecendo ao Conselho pela oportunidade que lhe foi oferecida para expor o plano que vem orientando o ensino primário na Capital da República, e após que o D.F.E. tem recebido do órgão competente da Prefeitura do Distrito Federal e o grande estímulo por parte do Sr. Presidente, colocou-se, a

FOTOGRAFIA 56 - Trecho da 102ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FEDF, realizada em 19/08/1964.  
Foto: Guilherme França.



A professora discorreu sobre o Plano de Educação do Professor Anísio Teixeira para o Plano Piloto, o funcionamento da estrutura do Plano Piloto e a estruturação do ensino para as cidades satélite e zona rural. (FEDF, 1960-1965) Tratou ainda sobre:

Sistemas de ensino do Distrito Federal estribando-se no Plano de Educação de Brasília do Professor Anísio Teixeira, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nas normas preliminares lançadas pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, pela Indicação nº 5 e no Plano Nacional de Educação. Versou a diretora do D.E.E. sobre a necessidade de preparação de equipes técnicas para conduzir os métodos e processos do ensino com adequação aos dias atuais, informando que o D.E.E. já tem, até a presente data, setenta (70) técnicos preparados através de bolsas de estudos. Falou sobre a equipe técnica e o currículo para Brasília, sobre o Boletim que divulga as realizações que se vêm operando nas escolas, a unidade de trabalho e as experiências novas que o D.E.E. vem realizando. Levantamento da população em idade escolar do Distrito Federal e o Plano Bienal de Educação – 1964 a 1965 – feito para o Conselho de Educação do Distrito Federal e pensamento do D.E.E. no sentido de atualizar o Plano até 1.966. Sobre matrícula nas Escolas-Classe, Jardim de Infância, sextas-séries e promoções. Esclareceu D<sup>a</sup> Helena Reis que as dificuldades encontradas têm sido superadas pelo idealismo dos professores. (FEDF, 1960-1965, p. 168 frente)

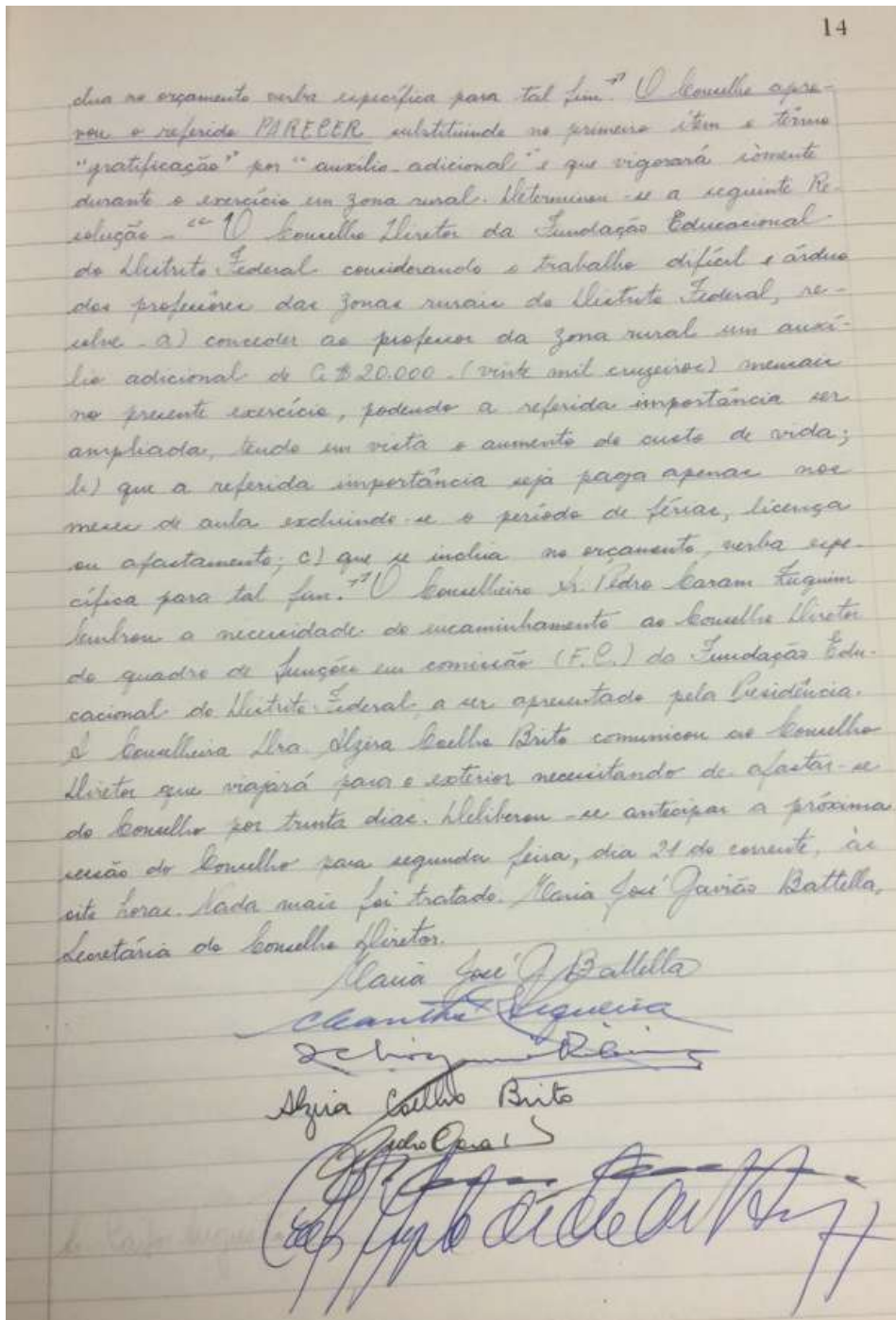
Em duas reuniões do Conselho Diretor da FEDF (FEDF, 1960-1965), em 30/09/1964 (106<sup>a</sup>) e 21/10/1964 (108<sup>a</sup>), foram relatadas visitas realizadas em escolas das cidades satélite. Na Escola de Samambaia, o Conselheiro Pedro Caran Zuquin (106<sup>a</sup> reunião) constatou a falta de recursos para atendimentos imediatos, tais como gás e outros, e a existência de professores que não têm frequência regular, o que força as crianças a irem estudar no Plano Piloto. Na Escola do Paranoá, o presidente do Conselho (108<sup>a</sup> reunião) mandou verificar o que ocorria e ficou constatado que:

Há uma escola velha e que não oferece condições de funcionamento quando chove. Existe ainda uma escola nova em construção, de oito salas sendo, porém, muito grande para dar atendimento aos alunos da escola velha. O Sr. Presidente esclareceu que o problema está sendo resolvido com a conclusão de quatro salas de madeira da escola nova, que deverão estar prontas brevemente. (FEDF, 1960-1965, p. 176 verso)

Nessa reunião, foi registrado ainda que a Escola do Gaminha não funciona quando chove, “necessitando de ser retalhada, sendo que tais reparos, segundo informações, dependerão de uns dias consecutivos de sol”. (*Idem*)

Essas são referências a escolas supostamente rurais, revelando a situação crítica em que se encontrava. Essas reuniões mostram também o procedimento do Conselho Diretor em visitar algumas escolas e relatar suas necessidades. Essa prática não havia ainda sido registrada nas atas das reuniões do Conselho Diretor, desde o princípio de suas atividades.

Em 1965 foram realizadas 31 reuniões do Conselho Diretor da Fundação Educacional do Distrito Federal. A única ocorrência com referência às escolas rurais foi na 127ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FEDF (FOTOGRAFIA 57), realizada em 16/06/1965, quando foi concedido ao professor da zona rural um auxílio adicional de Cr\$ 20.000 (vinte mil cruzeiros) mensais, “considerando o trabalho difícil e árduo dos professores das zonas rurais do Distrito Federal”. (FEDF, 1965-1973, p. 14 frente)



FOTOGRAFIA 57 - Trecho da 127ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FEDF, realizada em 16/06/1965. Foto: Guilherme França.

Na primeira reunião do Conselho Diretor da FEDF no ano de 1966 (FOTOGRAFIA 58), a 145ª, realizada no dia 09 de fevereiro, foi debatido o Decreto nº 481 de janeiro de 1966, “pelo qual a responsabilidade do ensino elementar e médio ficou afeta à Secretaria de Educação e Cultura”. (FEDF, 1965-1973, p. 34 verso )

Carlos Lequira Ribeiro, Sr. Alton Andrade e o Senhor Carlos Augusto de Oliveira de Albuquerque. Aprovada a ata da reunião anterior. O Senhor Presidente salientou a importância da presente reunião em face do Decreto nº 481 de 14 de janeiro de 1966, pelo qual a responsabilidade do ensino elementar e médio ficou afeta à Secretaria de Educação e Cultura. Foram lidas e comentadas todas as artigos que dizem respeito ao assunto. Esclareceu o Sr. Presidente que a Fundação Educacional foi organizada por um decreto que determinava à P.D.F. e M.E.C. a manutenção da entidade, o que foi cumprido até mil novecentos e sessenta e três; que a lei da reforma administrativa (Lei nº 4545 de 10/12/64) cortou o vínculo da Fundação com outros órgãos ligando-a somente à Prefeitura do Distrito Federal e que, segundo interpretação da Procuradoria Geral e do Conselho Jurídico da Prefeitura do Distrito Federal, a Fundação passou a ser um órgão auxiliar da Secretaria de Educação e Cultura, órgão de apoio à educação. O Sr. Presidente teve considerações sobre as Fundações de Brail e a falta da participação da comunidade em sua manutenção e atividades, tendo esclarecido ainda que o motivo principal que o levou a concordar com a transferência do ensino para a Prefeitura do Distrito Federal foi o problema de verba. O Conselheiro Sr. Pedro Karan também esclareceu que, ao assumir a sua função no Ministério de Educação e Cultura em mil novecentos e sessenta e quatro, já encontrou o orçamento pronto mas que em mil novecentos e sessenta e cinco, foi incluída na proposta geral de mil novecentos e sessenta e seis a importância de quinhentos milhões de cruzeiros. Estabeleceu-se que de acordo com o Decreto 481/66, os novos estatutos que conterão a respectiva estrutura e organização

FOTOGRAFIA 58 - Trecho da 145ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FEDF, realizada em 9/02/1966. Foto: Guilherme França.

Nessa 145ª reunião do Conselho Diretor, o seu Presidente assim se manifestou:

A Fundação Educacional foi organizada por um decreto que determinava à P.D.F. e M.E.C. a manutenção da entidade, o que foi cumprido até mil novecentos e sessenta e três; que a Lei da reforma administrativa (Lei nº 4545 de 10/12/64) cortou o vínculo da Fundação com outros órgãos ligando-a somente à Prefeitura do Distrito Federal e que, segundo interpretação da Procuradoria Geral e da Consultoria Jurídica da Prefeitura do Distrito Federal, a Fundação passou a ser um órgão auxiliar da Secretaria de Educação e Cultura, órgão de apoio à educação. (FEDF, 1965-1973, p. 34 verso)

O Presidente ainda afirmou nessa reunião que o motivo principal da transferência do ensino para a Prefeitura do Distrito Federal foi o problema de verba e que, de acordo com o decreto acima, os novos estatutos conteriam a respectiva estrutura e funcionamento da Fundação Educacional. Foi questionado por um conselheiro se eles teriam alguma competência para opinar sobre algum assunto da Fundação, considerando que o Conselho não foi ouvido sobre as novas medidas, tratando-se de um fato consumado. Por fim, decidiu-se por obter uma audiência com o Sr. Prefeito para melhores entendimentos quanto à nova situação criada para o Conselho. (FEDF, 1965-1973 )

Nota-se que desde abril de 1963 (Decreto nº 230), a Superintendência Geral de Educação e Cultura havia se fortalecido com os seus departamentos responsabilizando-se diretamente pelo ensino elementar e médio do Distrito Federal. O funcionamento do Conselho Diretor ficou comprometido entre abril de 1963 e junho de 1964, período em que esse órgão não se reuniu. Como já mencionado acima, esse decreto nº 481/66 aprovou a novo regimento da SEC, consolidando uma transferência de responsabilidade pela execução do ensino oficial no Distrito Federal, que se iniciou com a criação da SEC, em dezembro de 1964 (Lei nº 4545), e continuou com a definição da FEDF como uma instituição auxiliar, cabendo a ela promover a construção de manutenção de prédios escolares e colaborar com a SEC na tarefa educativa (Decreto nº 422, de 16 de junho de 1965).

#### 2.2.3.2 Acervo do Conselho de Educação do Distrito Federal

O Conselho de Educação do Distrito Federal foi criado pela Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961, sendo seu ato de criação o Decreto nº 171, de 07 de março de 1962. Foi instituído como órgão de deliberação coletiva, normativo e orientador das atividades

educacionais do Sistema de Ensino do DF. (DISTRITO FEDERAL, 2001). Competia ao CEDF, dentre outras: fixar normas para a autorização de funcionamento e fiscalização no DF das escolas não mantidas pela União e estabelecer planos para a aplicação dos recursos a que se referia o artigo 169 da Constituição. (PIRES, 1978)

Em 24 de maio de 1963, foram definidas as normas preliminares para a organização do Sistema de Ensino do Distrito Federal – da educação de grau primário, a partir da indicação nº 5 de 24/05/63. (DISTRITO FEDERAL, 2001)

Até o Decreto “N” 481/66, os estabelecimentos oficiais de ensino foram criados por ato da FEDF, sem nenhum pronunciamento do CEDF. Somente a partir de 16/02/70, encontra-se pronunciamento do CEDF sobre a criação e funcionamento de escolas mantidas pelo GDF. (PIRES, 1978) Com a nova estrutura da SEC, estabelecida pelo Decreto nº 1.627, de 14 de março de 1971, a administração das escolas foram transferidas para a FEDF, passaram a ser criadas pela própria FEDF, ouvido o CEDF. (PIRES, 1978)

Com a Lei 5692/71, os conselhos estaduais e do DF perderam a atribuição de planejar, passando a somente aprovar os planos e projetos elaborados pelo órgão competente do Sistema de Ensino. (PIRES, 1978)

Em 04 de janeiro de 1974, o CEDF aprovou a Resolução 01/74, estabelecendo normas sobre a estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus no DF, homologada em 19/03/74 e publicada em 16/05/75, no DODF. (PIRES, 1978)

No ano de 1975, o Decreto nº 2.894, de 13 de maio de 1975, aprovou o Regimento do Conselho de Educação do Distrito Federal, tendo sido publicado no “Distrito Federal” de 16 de maio de 1975.

Com o Decreto 3574, de 03/01/77, a FEDF passou a solicitar a autorização de funcionamento de suas unidades escolares, que após parecer favorável do CEDF, são autorizadas a funcionar por Portaria do Secretário de Educação. (PIRES, 1978)

Realizei um levantamento das normas aprovadas pelo Conselho de Educação do Distrito Federal no período de 1962 a 1980. Essas normas (indicações, pareceres e resoluções) foram publicadas em boletins, que também divulgavam a legislação do governo federal e do Distrito Federal referente à educação, além de discursos e pronunciamentos de seus membros e relatórios de atividades. Os 15 volumes analisados podem ser encontrados tanto na Biblioteca Central dos Estudantes da Universidade de Brasília como no acervo/biblioteca do Conselho Estadual de Educação do Distrito Federal. (FOTOGRAFIA 59)



FOTOGRAFIA 59 - Boletins do CEDF no acervo/biblioteca do CEDF. Foto: Guilherme França.

Esse acervo/biblioteca situa-se em uma sala nas dependências do CEDF e está organizado em cinco estantes de aço. (FOTOGRAFIA 60)



FOTOGRAFIA 60 - Acervo/biblioteca do CEDF. Foto: Guilherme França.

Realizou-se um levantamento e seleção das normas referente ao sistema de ensino que dizem respeito à natureza das primeiras escolas de São Sebastião. Essas eram escolas primárias, localizadas na zona rural, que não se ajustavam aos princípios do Plano Educacional de Brasília, que estava voltado para as escolas do Plano Piloto. Espera-se, mesmo que indiretamente, assinalar como as escolas rurais foram tratadas do ponto de vista da orientação e normatização estabelecida pelo CEDF.

Considerando que uma das competências do CEDF era o de fixar normas para a autorização de funcionamento e fiscalização no DF das escolas não mantidas pela União, convém lembrar que a primeira escola localizada na região de São Sebastião, a Escola da Cerâmica Benção, foi criada em 1959 pela NOVACAP, antes mesmo da inauguração de Brasília. A segunda escola, a Escola da Cerâmica São Paulo, começou a funcionar em 1965. No entanto, conforme já exposto acima, Pires (1978) afirma que até a edição do Decreto nº 481, de 14/01/66, considerado como o ato de criação dessas duas primeiras escolas de São Sebastião, os estabelecimentos de ensino criados pela FEDF não possuíam qualquer pronunciamento do CEDF. Ainda, de acordo com essa autora (1978), até 1970, as escolas oficiais continuaram a ser criadas sem que o CEDF opinasse a respeito. Sendo assim, as outras três escolas criadas na região de São Sebastião no início da década de 70 obtiveram pareceres do CEDF, os quais serão apresentados nessa seção.

O primeiro volume do Boletim do CEDF abrange as normas relativas aos anos de 1962 a 1965. O CEDF, em sessão do dia 19 de novembro de 1962, aprovou o Parecer nº 5/62 (DISTRITO FEDERAL, 1966) - Sugestões para critérios de avaliação do rendimento escolar, de acordo com o Art. 39 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Vale lembrar, conforme já mencionado acima, que o Conselho Diretor da FEDF, em sua 80ª reunião, de 21/09/62, havia aprovado a realização de uma ampla enquête, envolvendo as escolas primárias, visando apurar o rendimento escolar e as condições de funcionamento das escolas e objetivando as críticas vagas e imprecisas formuladas contra o sistema de ensino. (FEDF, 1960-1965)

Em sessão do dia 21 de maio de 1963, foi aprovada a Indicação nº 5, homologada em 31 de maio de 1963 pelo Sr. Secretário de Educação e Cultura, Dr. Eliazar Rosa. (FOTOGRAFIA 61). Esse Parecer nº 5/63 (DISTRITO FEDERAL, 1966) pode ser considerado a primeira orientação para o funcionamento do sistema de ensino primário do Distrito Federal, depois do Plano Educacional de Brasília, idealizado por Anísio Teixeira.

- e) submeter os candidatos a provas de Português e Matemática, organizadas pelo Conselho de Educação;
- d) encaminhar os alunos seleccionados às diversas unidades de ensino, de sua escolha, e acompanhar sua vida escolar, dando-lhes a devida assistência;
- e) suspender a bolsa do aluno que não obtiver aprovação na série cursada;
- f) tomar as providências necessárias à indicação de bolsista para a 1ª série a ser efetuada pelas escolas primárias, de acordo com o estabelecido nesta Indicação;
- g) efetuar os pagamentos das bolsas e comprovar as despesas perante os órgãos próprios da administração pública.

(Aprovada na 32ª sessão, de 12-3-1963, e homologada em 20-3-1963, pelo Senhor Superintendente Geral de Educação e Cultura, Dr. Eliazar Rosa).

#### INDICAÇÃO N.º 5

#### NORMAS PRELIMINARES PARA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL — DA EDUCAÇÃO DE GRAU PRIMÁRIO

O Conselho de Educação do Distrito Federal, em sua sessão plena de 21-5-1963, tendo examinado e debatido o parecer da Relatora, Conselheira Helena Reis, aprovou a Indicação n.º 5, abaixo transcrita:

#### FUNDAMENTAÇÃO

A escola deve proporcionar condições e recursos para que as pessoas que nela aprendem e trabalham construam um clima informado pela escala de valores — a filosofia — aceita e defendida pela sociedade a que serve.

A escala de valores estabelecida como objetivo a ser atingido pela escola brasileira está contida na Lei 4.024, de 20-12-1961, como se segue:

#### TÍTULO I

#### DOS FINS DA EDUCAÇÃO

Art. 1.º — A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:

- a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;
- b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a participação na obra do bem comum;
- e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;
- f) a preservação e expansão do patrimônio cultural;
- g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça.



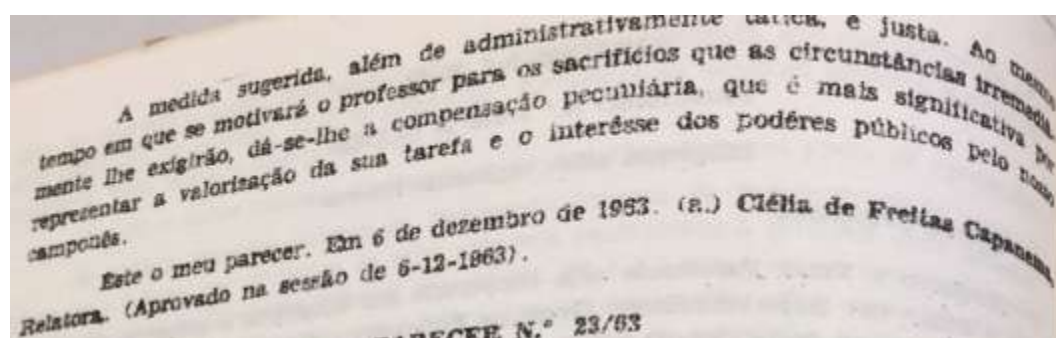
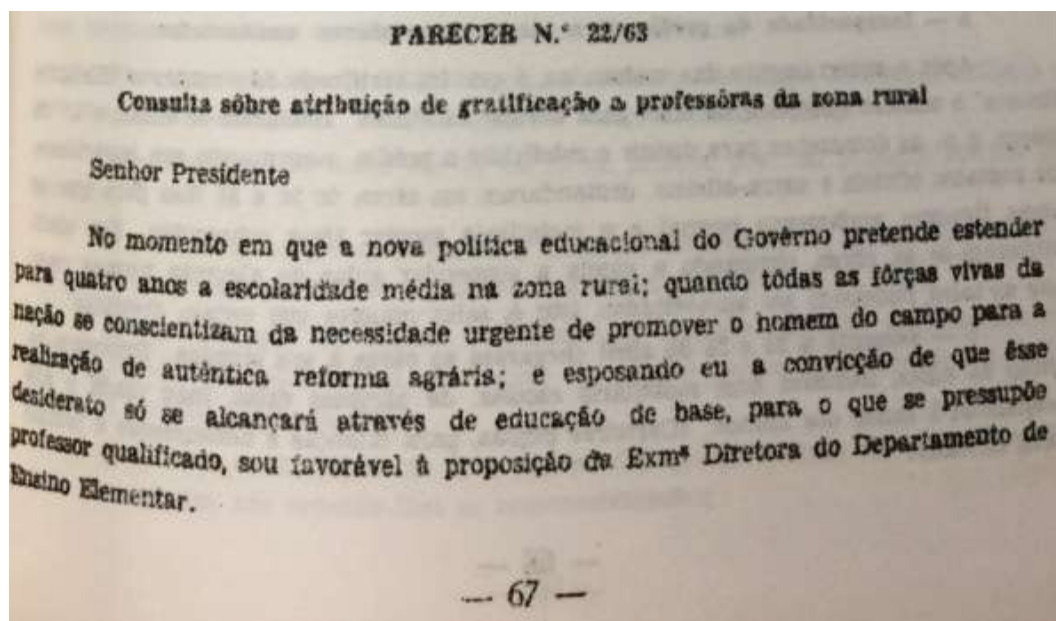
Como já foi apresentado anteriormente, na seleção das atas das reuniões da FEDF, a Professora Helena Reis, então Diretora do Departamento do Ensino Elementar, na 102ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FEDF (FEDF, 1960-1965), em 19 de agosto de 1964, expôs sobre o ensino elementar e o plano que vinha orientando o ensino primário na capital da república. A professora apresentou como marco legal do sistema de ensino do Distrito Federal as normas preliminares contidas na Indicação nº 5/63 do CEDF, além do Plano de Educação de Brasília, do Professor Anísio Teixeira, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do Plano Nacional de Educação.

Essa Indicação nº 5/63 (DISTRITO FEDERAL, 1966) trata dos fins da educação (Título I), dos cursos primário e pré-primário (Capítulo I), do currículo (Capítulo II), dos Serviços (Capítulo III), do ano letivo (Capítulo IV), da matrícula (Capítulo V), da promoção (Capítulo VI) e dos professores (Capítulo VII).

Esse documento faz referência às escolas do plano piloto e das cidades satélites em dois momentos, no Artigo 1º (Capítulo I – Dos cursos primário e pré-primário) e no Artigo 20 (Capítulo VII – Professores). Não há referência às escolas rurais. No capítulo I, o curso primário é dividido em três fases, sendo que a terceira fase “abrange a classe complementar da sexta série que pode funcionar nas escolas do plano piloto e das cidades satélites”. (DISTRITO FEDERAL, 1966, p. 17) No capítulo VII, afirma-se que cada classe será regida por um professor, sendo que seu parágrafo único diz: “Somente podem reger classe, no Plano Piloto e cidades satélites, os diplomados por curso de formação de professor primário”. (DISTRITO FEDERAL, 1966, p. 20)

No ano de 1963, conforme já analisado acima, ocorreram apenas sete reuniões do Conselho Diretor da FEDF, tendo sido a última realizada em 22 de março de 1963. Na 89ª reunião desse conselho, no dia 04 de março de 1963, um conselheiro solicitou os recortes de jornais que traziam críticas ao Conselho Diretor e notas fornecidas à imprensa. (FEDF, 1960-1965) Em 21 de outubro de 1963, o CEDF aprovou o Parecer nº 16/63 (DISTRITO FEDERAL, 1966) - Voto de confiança ao Secretário de Educação em face da crise na administração do ensino. Considerou-se o comportamento do Sr. Superintendente de Educação e Cultura à frente da administração do ensino em Brasília no que diz respeito à questão da elaboração do plano de aplicação do Plano Trienal, bem como a sua atitude aceitando o pedido de demissão do diretor do Departamento do Ensino Médio e dos diretores dos estabelecimentos de ensino médio. Ainda foi salientado o seu comportamento na atual crise, justificando-o pela “reconhecida necessidade de manter-se o princípio da autoridade” (DISTRITO FEDERAL, 1966, p. 62).

O Parecer nº 22/63 (FOTOGRAFIA 62), aprovado em sessão de 06 de dezembro de 1963, tratou da consulta sobre atribuição de gratificação a professores da zona rural, proposição da Ex.<sup>ma</sup> Diretora do Departamento de Ensino Elementar.



FOTOGRAFIA 62 - Recorte da Indicação nº 2, aprovada em 06/12/63 pelo CEDF.  
Foto: Guilherme França.

Justificou-se favoravelmente “no momento em que a nova política educacional do Governo pretende estender pra quatro anos a escolaridade média na zona rural”, considerando a “necessidade urgente de promover o homem do campo para a realização de autêntica reforma agrária”, o que se alcançaria “através de educação de base, para o que se pressupõe professor qualificado” (DISTRITO FEDERAL, 1966, p. 67). Afirmou-se que a medida sugerida era administrativamente tática e justa, o que motivaria o professor “para os sacrifícios que as circunstâncias irremediavelmente lhe exigirão” e lhe daria a compensação pecuniária, “que é mais significativa por representar a valorização da sua tarefa e o interesse dos poderes públicos pelo nosso camponês”. (DISTRITO FEDERAL, 1966, p. 68) Percebe-se claramente, na justificativa para a aprovação da gratificação dos professores na zona rural, a

intenção de manter o homem no campo, garantindo a ampliação do tempo médio de escolaridade primária, para a realização da reforma agrária.

Os pareceres nº 14/64 e 37/64, aprovados nas sessões, respectivamente, dos dias 01 de junho de 1964 e 15 de dezembro de 1964, referem-se à reformulação do plano de aplicação dos recursos do Plano Trienal. O primeiro parecer tratou do remanejamento de verbas para equipamentos de escolas, sendo consideradas, pelo parecer, “urgentíssimas as construções propostas pelo Departamento de Ensino Elementar”. (DISTRITO FEDERAL, 1966, p. 89) Consta nesse parecer que “no momento a prioridade a ser atendida é a da construção de salas de aula nas cidades satélites, que de conformidade com o quadro anexo, fornecido pelo Departamento de Ensino Elementar, revela a carência de 271 salas de aula para o ensino primário.” Conclui-se pela “concentração de todos os recursos disponíveis na construção de salas de aulas nas cidades satélite, para que se dê cumprimento ao que dispõem a Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases.” (DISTRITO FEDERAL, 1966, p. 89) O segundo parecer sugeriu “que uma das escolas rurais seja construída fosse a Kanegae para substituir a escola provisória ali sediada, que não apresentava condições de funcionamento. As outras duas seriam construídas no Córrego de Samambaia e Dois Irmãos”. (DISTRITO FEDERAL, 1966, p. 106) Nota-se pelos pareceres a necessidade de aumentar a oferta de vagas para o ensino primário, especialmente nas cidades satélites, o que sugere um aumento populacional diante dos equipamentos escolares disponíveis. Ainda há uma demanda pela melhoria de uma escola rural provisória, devendo ser construída uma nova escola para substituí-la, e a necessidade de construção de mais duas escolas rurais.

Essa preocupação com a destinação de recursos para a construção de novas escolas nas cidades satélites só retornará no ano de 1967. Os Pareceres nº 18 e 19 do CEDF (DISTRITO FEDERAL, 1968) trataram da aplicação de recursos, procurando atender às necessidades mais urgentes. Procurando-se reduzir o índice de analfabetismo no Distrito Federal, foram consignados recursos para a construção de uma escola de quatro salas situadas na Granja do Torto. Em 1969, o tema será retomado, com o Parecer nº 61/69 (DISTRITO FEDERAL, 1971), aprovando o anteprojeto do Plano de Aplicação dos Recursos Federais destinados à expansão e aperfeiçoamento progressivo das Redes de Ensino Primário e Médio do Distrito Federal – 1969. O anteprojeto previa no ensino primário a ampliação de duas escolas, sendo quatro salas na Escola 01 de Brazlândia e quatro na Escola 02 do Cruzeiro, afora reforma e recuperação de prédios escolares, acrescidos de equipamentos e instalações escolares.

No início da década de 70, a Escola Rural Cachoeirinha, na atual região de São Sebastião, foi autorizada o funcionamento mediante parecer do CEDF. A Escola Rural Jataí e

a Escola Rural Nova Betânia, também na atual região de São Sebastião, foram criadas mediante pareceres favoráveis do CEDF. Conforme já foi dito acima, até 1970, as escolas oficiais foram criadas pela FEDF sem que o CEDF opinasse a respeito (Pires, 1978).

Em 1970, através do Parecer nº 19/70 (FOTOGRAFIA 63), foi autorizado o funcionamento da Escola Rural Cachoeirinha, na circunvizinhança do município de Luziânia. (DISTRITO FEDERAL, 1972) O relatório de 10 de abril de 1960 foi aprovado em 07 de maio de 1970, e homologado pelo Ex. <sup>mo</sup> Sr. Secretário de Educação e Cultura, em 02 de junho de 1970. Pelo Parecer nº 19/70 (DISTRITO FEDERAL, 1972), a senhora Lourdes de Campos Machado, em 17 de junho de 1969, solicitou a criação de uma escola, tendo sido cedida uma casa e apresentado uma lista de 45 pessoas analfabetas, entre as quais crianças de 7 a 14 anos, bem como adolescentes e adultos. Em visita para verificar as condições, a orientadora rural esclarece que “a dita casa é de condições precárias quanto ao piso e ao problema sanitário” (DISTRITO FEDERAL, 1972, p. 101). A assessoria do Ensino Primário Fundamental opinou “pelo funcionamento em caráter provisório, e tomam-se certas providências como seja a reserva de 21 carteiras escolares e um quadro verde”. (DISTRITO FEDERAL, 1972, p. 101) O parecer não objetou à autorização da referida escola, “todavia, à vista da precariedade indicada quanto às condições sanitárias, recomenda-se que havendo a Secretaria de Educação recebido pro concessão, salas para aula, espera-se da mesma Secretaria que complemente as condições higiênicas indispensáveis às atividades de professores e alunos”. (DISTRITO FEDERAL, 1972, p. 101)

Parecer nº 19/70

Processo nº 1003425/69

Autoriza funcionamento da  
Escola Rural de Cachoeiri-  
nha.

Senhora Presidente

Pelo processo nº 1003425/69, a Coordenação de Educa-  
ção Primária, solicita autorização de funcionamento para a Escola Rural  
de Cachoeirinha.

HISTÓRICO - Em 17/06/69, a Senhora Lourdes de Campos Machado, em  
ofício à Coordenadora de Educação Primária, solicitou a  
criação de uma Escola Primária em Cachoeirinha, Distrito Federal, na  
circunvizinhança de município de Luziânia, e junto à solicitação uma lista  
de 45 pessoas analfabetas ali entre as quais há crianças na faixa etária  
dos 7 aos 14 anos, bem como adolescentes e adultos.

Em 23/06/69 - A Coordenação de Educação Primária en-  
caminhou o assunto à Divisão de Orientação e Supervisão para as devidas  
providências.

Em 10/07/69, um relatório, assinado pela Orientadora  
Rural diz que se fez uma visita à Cachoeirinha para verificar as condi-  
ções.

Em 16/09/69 - A mesma Orientadora Rural afirma que  
foi cedida uma casa para a escola, pela Senhora Lourdes Campos Macha-  
do, em Cachoeirinha, e esclarece que a dita casa é de condições precá-  
rias quanto ao piso e ao problema sanitário.

Em 17/02/70 - A Assessoria do Ensino Primário Funda-  
mental opina pelo funcionamento em caráter precário, e tomam-se cer-  
tas providências como seja reserva de 21 carteiras escolares e um qua-  
dro verde.

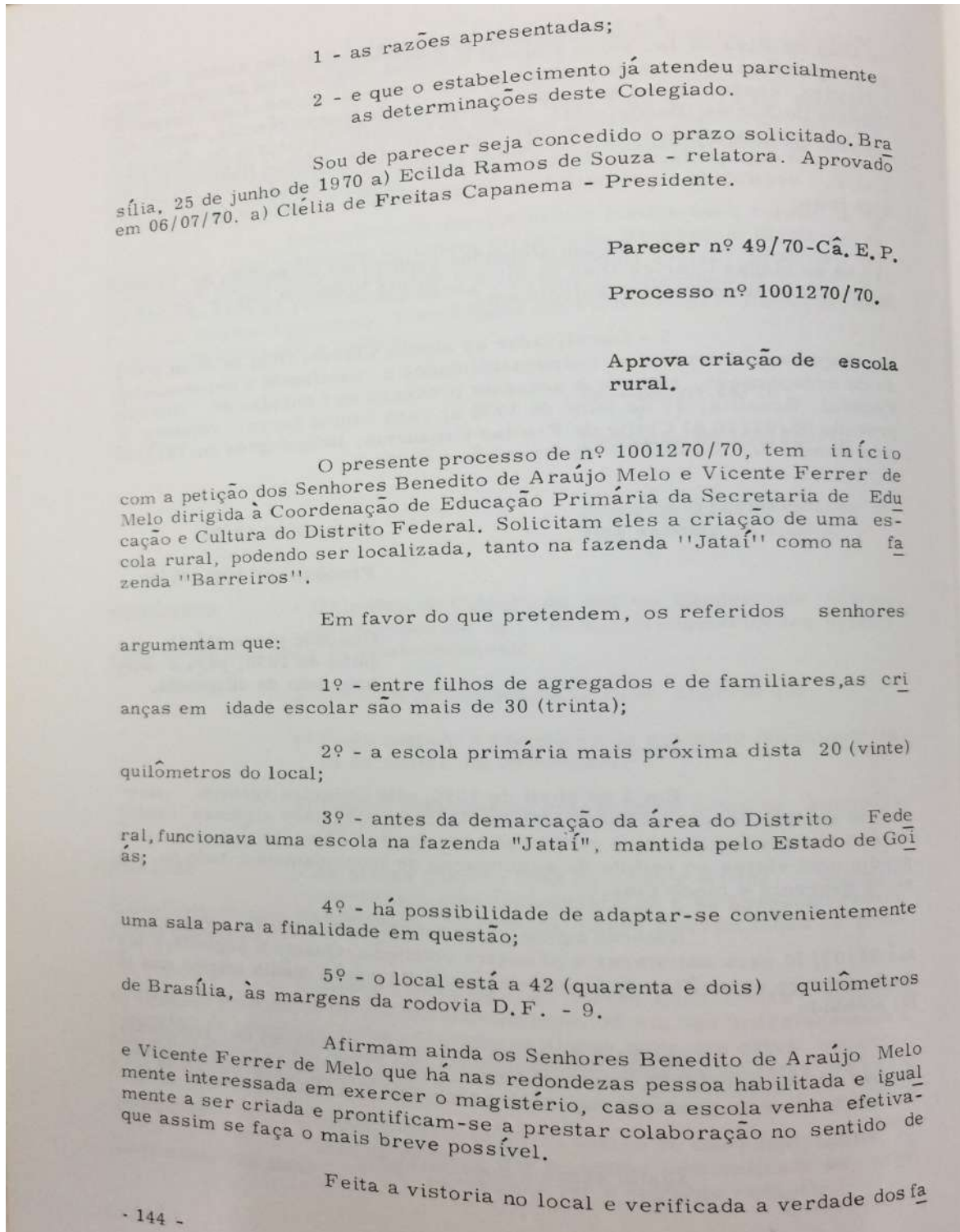
Em 03/03/70 - O Senhor Secretário de Educação remete o  
processo a este Colegiado, para autorização.

Do exposto não há a objeter à autorização da referida es-  
cola, todavia, à vista da precariedade indicada quanto as condições sani-  
tárias, recomenda-se que havendo a Secretaria de Educação recebido por  
concessão, salas para aula, espera-se da mesma Secretaria que comple-  
mente as condições higiênicas indispensáveis às atividades de professores  
e alunos.

O Parecer é que, regularizadas as condições sanitárias,

- 101 -

O parecer nº 49/70 do CEDF (FOTOGRAFIA 64) aprovou a criação da Escola Rural Jataí. O relatório do parecer é de 18 de junho de 1970, tendo sido aprovado em 20 de julho de 1970 e homologado em 06 de agosto de 1970 pelo Exmº Sr. Secretário de Educação e Cultura. (DISTRITO FEDERAL, 1972)



FOTOGRAFIA 64 - Parecer nº 49/70, do CEDF, que aprovou a criação da Escola Rural na Fazenda Jataí. Foto: Guilherme França.

Pelo Parecer 49/70 (DISTRITO FEDERAL, 1972), os senhores Benedito de Araújo Melo e Vicente Ferrer de Melo solicitaram à Coordenação de Educação Primária da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal a criação de uma escola rural, podendo ser localizada, tanto na Fazenda “Jataí” como na fazenda “Barreiros”. Argumentaram a existência de mais de 30 crianças em idade escolar, sendo que a escola mais próxima distava 20 km do local. Alegaram que “antes da demarcação da área do Distrito Federal, funcionava uma escola na ‘Jataí’, mantida pelo Estado de Goiás” (DISTRITO FEDERAL, 1972, p. 144), havendo a possibilidade de adaptar-se convenientemente uma sala para a finalidade em questão. Informaram que “havia nas redondezas pessoa habilitada e igualmente interessada em exercer o magistério, caso a escola venha efetivamente a ser criada e prontificaram a prestar colaboração no sentido de que assim se faça o mais breve possível” (DISTRITO FEDERAL, 1972, p. 144).

Após a vistoria no local, “existindo realmente a necessidade do que se requer e as condições mínimas para o funcionamento da escola rural em questão” (DISTRITO FEDERAL, 1972, p. 145), opinou-se favoravelmente à petição para a criação da escola na fazenda “Jataí”, tendo sido recomendado a o aproveitamento do pessoal já residente nas proximidades.

Em 1972, através do Parecer nº 21/72 (FOTOGRAFIA 65), o CEDF opinou pela criação da Escola “Nova Betânia”, na região denominada “Fazenda Santa Bárbara”, povoação de Nova Betânia, no eixo da rodovia BR 251, Brasília- Unai. (DISTRITO FEDERAL, 1973) O relatório foi de 10 de maio de 1972, tendo sido aprovado em 15 de maio de 1972 e homologado em 24 de maio de 1972, publicado no “Distrito Federal” de 08 de junho de 1972.

Pelo Parecer nº 21/72 (DISTRITO FEDERAL, 1973), o presidente do Centro Social João XXIII, ligado à comunidade paroquial Nossa Senhora de Nazaré da Arquidiocese de Brasília, solicitou a criação de uma unidade escolar. De acordo com esse parecer, o Centro Social procurava dar assistência social e educacional à população que vivia nas adjacências da BR 251. Ainda, os filhos dos moradores do povoado que estava surgindo ultrapassava três dezenas em idade escolar. O Centro Social estava construindo um prédio de alvenaria com duas salas de 6 x 8 mt, “dotando-o com as benfeitorias necessárias à conveniente utilização, como água potável, fossa sanitária, cantina e possibilidade de hospedagem para a professora”. (DISTRITO FEDERAL, 1973, p. 366)

PARECER Nº 21/72-Câ.E. 1º GRAU

PROCESSO Nº 340227/72-SEC

OPINA PELA CRIAÇÃO DA ESCOLA "NOVA BETÂNIA" NA REGIÃO DENOMINADA "FAZENDA SANTA BARBÁRA", POVOAÇÃO DE NOVA BETÂNIA, NO EIXO DA RODOVIA BR 251, BRASÍLIA-UNAÍ.

Senhora Presidente

Na zona rural do Distrito Federal cortada pela BR-251, que liga Brasília a Unaí, o atendimento religioso - está a cargo da Paróquia Nossa Senhora de Nazaré da Arquidiocese de Brasília. O Centro Social "João XXIII", ligado a mesma comunidade paroquial, na medida do possível, procura dar assistência social e educacional a aquelas populações que vivem nas adjacências por onde passa a citada via pública federal.

Na fazenda Santa Bárbara está surgindo um povoado com o nome de Nova Betânia. Os filhos dos moradores das redondezas, em idade escolar ultrapassam três dezenas. O Centro Social João XXIII está construindo um prédio de alvenaria com duas salas de 6 x 8 m e dotando-o com as benfeitorias necessárias à conveniente utilização, como água potável, fossa sanitária, cantina e possibilidade de hospedagem para a professora.

A localidade em referência dista 48 km do Plano Piloto de Brasília e está dentro do território do Distrito Federal.

Não há nas proximidades qualquer estabelecimento escolar que atenda às necessidades da população.

Diante do acima exposto, o presidente do Centro Social João XXIII solicita criação de uma unidade escolar que venha atender às necessidades prementes daquela população.



Em relação ao currículo escolar, cabe registrar um parecer do CEDF que se refere às escolas rurais. Em 19 de dezembro de 1972, a Coordenação Técnica Rural do Departamento de Ensino de 1º Grau da Diretoria Geral de Pedagogia da FEDF solicitou a inclusão de atividades de “Técnicas Agrícolas” no currículo do Ensino de 1º Grau da Zona Rural. O CEDF apreciou a solicitação no Parecer nº 63/73 (DISTRITO FEDERAL, 1975), em relatório de 01 de outubro de 1973. Concluiu-se que a iniciação para o trabalho, nos termos da Lei 5692/71, é assunto da escola de 1º Grau, sendo

“uma necessidade urgente do Ensino Rural de 1º Grau incluir em seu currículo as Técnicas Agrícolas, especialmente ao nível de atividades hortigranjeiras, cujo produto o mercado consumidor está gritantemente a exigir como também exige a política da fixação do homem a seu meio para garantia da vida com dignidade do trabalho produtivo, bem como pra fazer do homem rural agente consciente de sua região e do País.” (DISTRITO FEDERAL, 1975, p. 366, p. 316).

O parecer indicou a orientação para as escolas da Zona Rural “no sentido de elaborarem seu Currículo Pleno com inclusão de Atividades de “Técnicas Agrícolas”, quando as necessidades locais assim o exigissem”. O parecer foi aprovado em 05 de novembro de 1973 e homologado em 03 de dezembro de 1973.

No ano de 1973, foi organizada uma Comissão Central pela Comissão Permanente de Planejamento que, pelo O.I. nº 468/73-SEC, de 19-11-73, encaminhou a entrega dos resultados, constando de 330 páginas, que abrangem Estratégia de Matrícula e Classificação dos Estabelecimentos. A documentação apresentou a síntese de cada estabelecimento e uma síntese final acompanhada de estudo crítico da Comissão Central. O Parecer nº 71/73 do CEDF (DISTRITO FEDERAL, 1975), em sessão de 21 de novembro de 1973, aprovou a proposta apresentada (homologada em 31/12/73), recomendando que a FEDF/SEC encaminhasse proposta similar àquela, referente ao ano de 1975, até 30 de outubro de 1974, incluindo relatório sobre a execução da matéria de que tratava o processo em apreciação. A menção a esse relatório realizado por uma Comissão Central da Comissão Permanente de Planejamento é importante para se tomar conhecimento de um levantamento realizado, cujos resultados apresentam a síntese de cada estabelecimento de ensino.

O parecer nº 89/73 do CEDF (DISTRITO FEDERAL, 1975) aprovou alterações nos modelos de fichas para registro de vida escolar de alunos de 1º Grau (ficha de histórico escolar, ficha individual de transferência, certificado de conclusão do curso e documento de comunicação de resultados de aprendizagem de aprendizagem, aos pais), face à Lei nº 5.692/71, em sessão do dia 27 de dezembro de 1973, homologado em 13 de fevereiro de

1974. Trata-se de uma orientação normativa de registros que dizem respeito à vida escolar dos alunos, sendo que alguns desses documentos são comumente encontrados nos arquivos escolares.

Um documento relevante apreciado e aprovado pelo CEDF diz respeito aos valores, fins, normas e instituições do sistema de ensino do Distrito Federal. Trata-se da Resolução nº 01/74 (DISTRITO FEDERAL, s.d.), aprovada em Plenário Extraordinário de 04 de janeiro de 1974, homologada em 19 de março de 1974 e publicada no “Distrito Federal” nº 91, de 19 de junho de 1974. Essa Resolução trata do Sistema de Ensino do Distrito Federal (Título I), da estrutura e funcionamento do Ensino de 1º Grau (Título II) e de 2º Grau (Título III), do Ensino Supletivo (Título IV), do Ano Letivo – Da duração e Orientação (Título V), da Transferência do Aluno e do Aproveitamento de Estudos (Título VI), da Avaliação (Título VII), dos Professores e Especialistas da Formação e do Registro (Título VIII), da Assistência ao Educando (Título IX), da Orientação Educacional (Título X), da Inspeção e da Supervisão das Escolas (Título XI), das Normas Regimentais dos Estabelecimentos de Ensino (Título XII), da Autorização e do Reconhecimento de Estabelecimentos de Ensino (Título XIII) e das Disposições Gerais e Transitórias (Título XIV).

No Capítulo I, do Ensino de 1º Grau e de seus Estabelecimentos, do Título II (Da Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau), em seu Art. 10, são elencados os estabelecimentos destinados ao fim do ensino de 1º grau: Escolas Classe, Escolas Parque, Centros Educacionais e Centros de Ensino de 1º Grau. Em nenhum momento da Resolução é feito a distinção entre as escolas do plano piloto, das cidades satélites e da zona rural.

Como já foi dito na introdução dessa seção, com a Lei 5692/71, os conselhos estaduais e do DF perderam a atribuição de planejar, passando a somente aprovar os planos e projetos elaborados pelo órgão competente do Sistema de Ensino. (PIRES, 1978) O Parecer nº 93/75 do CEDF (FOTOGRAFIA 66) aprovou o Plano de Educação do Distrito Federal, em Plenário de 16 de dezembro de 1975, tendo sido homologado e publicado no “Distrito Federal”, em 17 de setembro de 1976. Em documento de 165 páginas, trata-se da política educacional que a Secretaria de Educação e Cultura propõe para o período de 4 anos: 1976-1979. (DISTRITO FEDERAL, 1975a)

aos alunos, na parte de Formação Especial, experiências nas áreas de Práticas de Comércio, Serviços e Integradas do Lar, a partir da 7.<sup>a</sup> série, em observância ao estabelecido nos Artigos 22 e 24, § 2.<sup>o</sup>, da Resolução 01/74-CEDF.

#### **PARECER:**

7. Tendo em vista o que contém o processo em exame, o parecer é no sentido de:

- considerar como reconhecido o Colégio Pio XII, nos termos do Parecer Conjunto n.º 35/75-CEDF;
- autorizar a implantação do Ensino de 1.<sup>o</sup> Grau e o funcionamento do Jardim de Infância;
- aprovar as propostas curriculares apresentadas (fls. 167/168), que deverão constar como anexo do presente parecer; e,
- validar os atos escolares praticados pelo estabelecimento, até a presente data.

Sala "Helena Reis", Brasília, 23 de dezembro de 1975 a) Júlio César Santos — Relator. Aprovado na C.E. e em Plenário em 23.12.75. a) Anna Bernardes da Silveira Rocha — Presidente. Homologado em 16/02/76. Publicado no "Distrito Federal" em 21-9-76.

#### **PARECER N.º 93/75-CEDF**

PROCESSO N.º 069638/75-SEC

#### **Aprova o Plano de Educação do Distrito Federal e dá outras providências.**

Senhora Presidente:

Em alentado documento de 165 páginas, constantes de imensa soma de documentos técnicos de difícil interpretação pelos não iniciados no hermetismo da ciência do planejamento, vem o Plano de Educação do Distrito Federal, para abranger os anos de 1976 a 1979. O Plano como vem descrito e acompanhado de gráficos, tabelas e quadros vários, apresenta-se em virtude da experiência de educação no Distrito Federal, onde as mais otimistas previsões se perfuram ao longo de cada ano, como uma espécie de plano-piloto ou modelo de plano a ser revisto, implantado e então corrigido, controlado e avaliado ao longo do quadriênio. E é nisto que se revela o seu valor como plano a ser posto em experimentação. Compõe-se dito plano de educação, ora em estudo, dos seguintes pontos principais, cada um deles por sua vez encimando um elenco de objetivos, projetos e diretrizes, etc, resumindo-se tudo na política educacional que a Secretaria de Educação e Cultura propõe com o desenvolvimento que se segue, para o período de 4 anos, à aprovação deste colendo Conselho:

- a) — Implantação do Regime instituído pela Lei n.º 5.692/71;
- b) — Modelo proposto para o Sistema de Ensino;
- c) — Objetivos;

Considerando o Regime instituído pela Lei nº 5.682/71, prevendo o 1º Grau com oito séries, tendo sua implantação plena no ano de 1974, assinalou-se que na rede oficial, “no ensino de 1º grau, foram implantados 43 Centros de Ensino nas cidades-satélites, com vista a atender à parte de formação especial”. (DISTRITO FEDERAL, 1975a, p. 329) No ano de 1975, haviam 168.638 alunos matriculados no 1º Grau do ensino oficial, o que representava 92,1 do total de matrículas nesse grau de ensino.

O Plano de Educação do Distrito Federal aborda a educação na zona rural em dois momentos. Nas diretrizes dos projetos e seus objetivos, há um objetivo geral de “melhorar a produtividade do ensino de 1º Grau na zona Rural” (DISTRITO FEDERAL, 1975a, p. 332), vinculado à diretriz da “melhoria qualitativa do ensino”, com a implantação plena do regime instituído pela Lei 5.692/71. Há ainda outro objetivo geral (FOTOGRAFIA 67) de “construir, adaptar e/ou reformar e equipar unidades de ensino de 1º grau na zona rural para suprir as deficiências do atendimento escolar”, vinculado à diretriz de “Manutenção, Expansão e Equipamento de Escolas de 1º Grau” (DISTRITO FEDERAL, 1975a, p. 334).

Diretrizes	Objetivos Gerais
<p>— <b>Manutenção, Expansão e Equipamento de Escolas de 1.º Grau</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Concentrar-se-ão, prioritariamente, esforços integrados para recuperação, adaptação, complementação, construção e equipamento e reequipamento da rede física escolar do 1.º Grau.</li> </ul>	<p>Suprir as deficiências do atendimento escolar do D.F. pela constituição de uma rede física capaz de atender aos preceitos da Lei n.º 5.692/71.</p> <p>Construir, adaptar e/ou reformar e equipar unidades de ensino de 1.º Grau na zona rural para suprir as deficiências do atendimento escolar.</p>
<p>— <b>Manutenção, Expansão e Equipamento de Escolas de 2.º Grau</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Concentrar-se-ão em formação integrada para recuperação, ampliação, equipamento e reequipamento da rede de ensino de 2.º grau dando ênfase a implantação de centros profissionalizantes.</li> </ul>	<p>Construir, adaptar, equipar e reequipar unidades de ensino que ofereçam habilitações nos setores secundários e terciários, pertencentes ao sistema de ensino de 2.º grau, proporcionando condições efetivas para a implantação da Lei 5.692/71, atendendo às peculiaridades locais e às exigências do mercado de trabalho.</p>
<p>— <b>Ensino Supletivo</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver-se-ão esforços no sentido de diversificar as formas de atendimento à clientela do Ensino Supletivo, de forma a possibilitar a correção do fluxo e promover a implantação gradativa do atendimento à comunidade.</li> </ul>	<p>Proporcionar oportunidades diversificadas de escolarização e habilitação profissional e atualização e aperfeiçoamento da clientela real e potencial do Ensino Supletivo.</p> <p>Construir e/ou adaptar prédios para a implantação de mais 12 (doze) Centros de Estudos Supletivos.</p>
<p>— <b>Ensino Especial</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver-se-ão esforços no sentido de implantar progressivamente atendimento adequado à clientela do Ensino Especial segundo a natureza e o grau de excepcionalidade que apresentam, conjugando às áreas de educação, saúde, assistência social e trabalho.</li> </ul>	<p>Dar condições de atendimento adequado à clientela do Ensino Especial nos termos da legislação vigente.</p> <p>Dar condições aos 780 alunos (capacidade total dos Centros de Ensino Especial) para desenvolverem atividades educativas nos espaços físicos externos.</p> <p>Criar um Centro Integrado de Reabilitação em Brasília, abrangendo os núcleos de atendimento</p>
	<p>nas áreas de deficiência visual, auditiva e dificuldade de aprendizagem.</p> <p>Atender, no próprio ambiente de Ensino Regular, às crianças que necessitam de Ensino Especial.</p> <p>Criar e/ou expandir a equipe técnica do Ensino Especial (médicos, psicólogos, assistentes sociais, orientadores educacionais, professores especializados).</p> <p>Atender, através das Escolas-Parque, aos alunos que apresentarem desempenho superior ao seu grupo (Superdotado).</p> <p>Criar dois Centros de Ensino Especial nas cidades satélites: Gama e Sobradinho.</p> <p>Elevar as condições de saúde dos educandos, nos aspectos físico, mental e social visando a uma participação mais efetiva no processo ensino-aprendizagem.</p> <p>Desenvolver na Comunidade Escolar, hábitos destinados a promover, dinamizar e considerar a higiene ambiental.</p> <p>Desenvolver programas objetivando a promoção e prevenção de higiene e saúde mental dos educandos.</p> <p>Promover investigações sistemáticas, específicas da área social, nos aspectos intervenientes ao processo educacional.</p> <p>Planejar, normatizar e controlar programas e projetos específicos junto ao educando com desajustamentos familiares e sociais em caráter promocional, preventivo e corretivo.</p> <p>Estimular grupos de alunos, professores e pais a uma participação consciente e integrada nos projetos e atividades que propiciem vivência grupal e comunitária.</p> <p>Acionar e consolidar mecanismos</p>
	<p>— <b>Assistência ao Educando</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a implantação de Assistência ao Educando, objetivando aumentar a produtividade escolar.</li> </ul>

FOTOGRAFIA 67 - Parecer nº 93/75, do CEDF, com as diretrizes e os objetivos gerais do Plano de Educação do Distrito Federal. Foto: Guilherme França.

O referido Plano contou ainda com um histórico das redes oficial e particular, apresentando “uma retrospectiva do ensino no Distrito Federal, historiando de 1960 até a presente data”, e com numerosos quadros estatísticos, devidamente atualizados, “que demonstram de forma clara e objetiva a realidade do Sistema de Ensino do Distrito Federal”. (DISTRITO FEDERAL, 1975a, p. 342)

Um importante parecer do CEDF diz respeito à prática pedagógica dos professores e alunos e incidirá nos registros da vida escolar dos alunos. Trata-se do Parecer nº 42/76 do CEDF (DISTRITO FEDERAL, 1976), que aprovou os Critérios de Aferição de Rendimento Escolar para as unidades de Ensino de 1º e 2º Graus da rede oficial do DF, apresentado pela Diretoria Geral de Pedagogia da FEDF. Considerou-se as normas compatíveis com as leis vigentes, e em especial com o Título VII da Resolução nº 1/74-CEDF, o que mereceu a aprovação do Colegiado, com as observações e emendas apresentadas. Os atos escolares seriam validados se realizados com base nessas normas. Esse Parecer foi aprovado em Plenário e homologado no dia 30 de julho de 1976, tendo sido publicado no “Diário Oficial do DF” em 06 de setembro de 1976. Nota-se a referência à Resolução nº 1/74, que trata dos valores, normas e instituições do sistema de ensino do Distrito Federal.

O Parecer nº 44/78 do CEDF (DISTRITO FEDERAL, 1978) aprovou o Plano Integrado de Desenvolvimento Rural, PLIDER, desenvolvido nas cidades satélites de Sobradinho e Planaltina. O Parecer foi aprovado em Plenário em 05 de julho de 1978 e publicado no “Diário Oficial do DF” em 23 de outubro de 1978. O PLIDER seria implantado através de convênios firmados entre a FEDF, a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e a SUDECO, envolvendo recursos da ordem de cerca de Cr\$ 11.100.000,00. Esse investimento visava “à melhoria da rede física escolar das áreas mais abrangidas pelo plano, ao atendimento da população escolar através de atividades curriculares adequadas ao meio rural, e à escolarização, via supletiva, da população entre os 15 e os 35 anos”. (DISTRITO FEDERAL, 1978, p. 267)

Esse Parecer apresenta ainda um diagnóstico da população da zona rural do Distrito Federal. Afirma-se que o contingente populacional da área rural do Distrito Federal situava-se em torno de 28% da população total, sendo que, em 1960, representava 3,5 mais. Atribuiu-se tal fato às “duras condições de vida no campo, a não-propriedade de terra e os baixos níveis de remuneração” (DISTRITO FEDERAL, 1978, p. 267). Informou-se ainda que, de acordo com o censo escolar de 1975, havia uma população mais jovem na zona rural do que na zona urbana, sendo que 49,1 % do total de recenseados (15.959 de um total de 32.500) tinham de 0 a 14 anos. Apenas 58 % das crianças em idade escolar frequentavam a escola. O ensino de

práticas agrícolas era inexistente e os objetivos da escola estavam comprometidos com valores nitidamente urbanos. (DISTRITO FEDERAL, 1978)

O Parecer nº 116/78 examinou o “Relatório do Plano de Educação do Distrito Federal 1976/1979”, aprovando-o em Plenário em 29 de novembro de 1978. Esse relatório diz respeito ao Plano de Educação do Distrito Federal que havia sido aprovado através do Parecer nº 93/75 do CEDF, apresentado acima. Esse relatório (DISTRITO FEDERAL, 1978) destacou a implantação dos Complexos Escolares em 1974, conseguindo-se a descentralização administrativa, a racionalização e a agilização dos instrumentos operacionais. Foi mencionado que os professores haviam sido classificados nas categorias A, B e C, (Resolução nº 22/75-CD/FEDF) de acordo com o grau de formação, o que vinculou a melhoria salarial ao aperfeiçoamento profissional. Foi dito que as normas para a lotação e remoção de professores haviam sido estabelecidas, proporcionando estabilidade e oportunidade de movimentação em atendimento a seus interesses. Foi ressaltada ainda a melhoria da capacitação dos recursos humanos, a oportunidade de realização de estágios supervisionados nas unidades da rede de ensino oficial aos estudantes de graduação e a implantação de um programa habitacional aos profissionais da educação por meio do sistema de cooperativa. Há ainda uma referência ao Plano Integrado de Desenvolvimento Rural (PLIDER), citado acima, que, em cooperação com a SUDECO e o INCRA, se destinava a elevar o nível sócio-econômico-cultural do homem do campo.

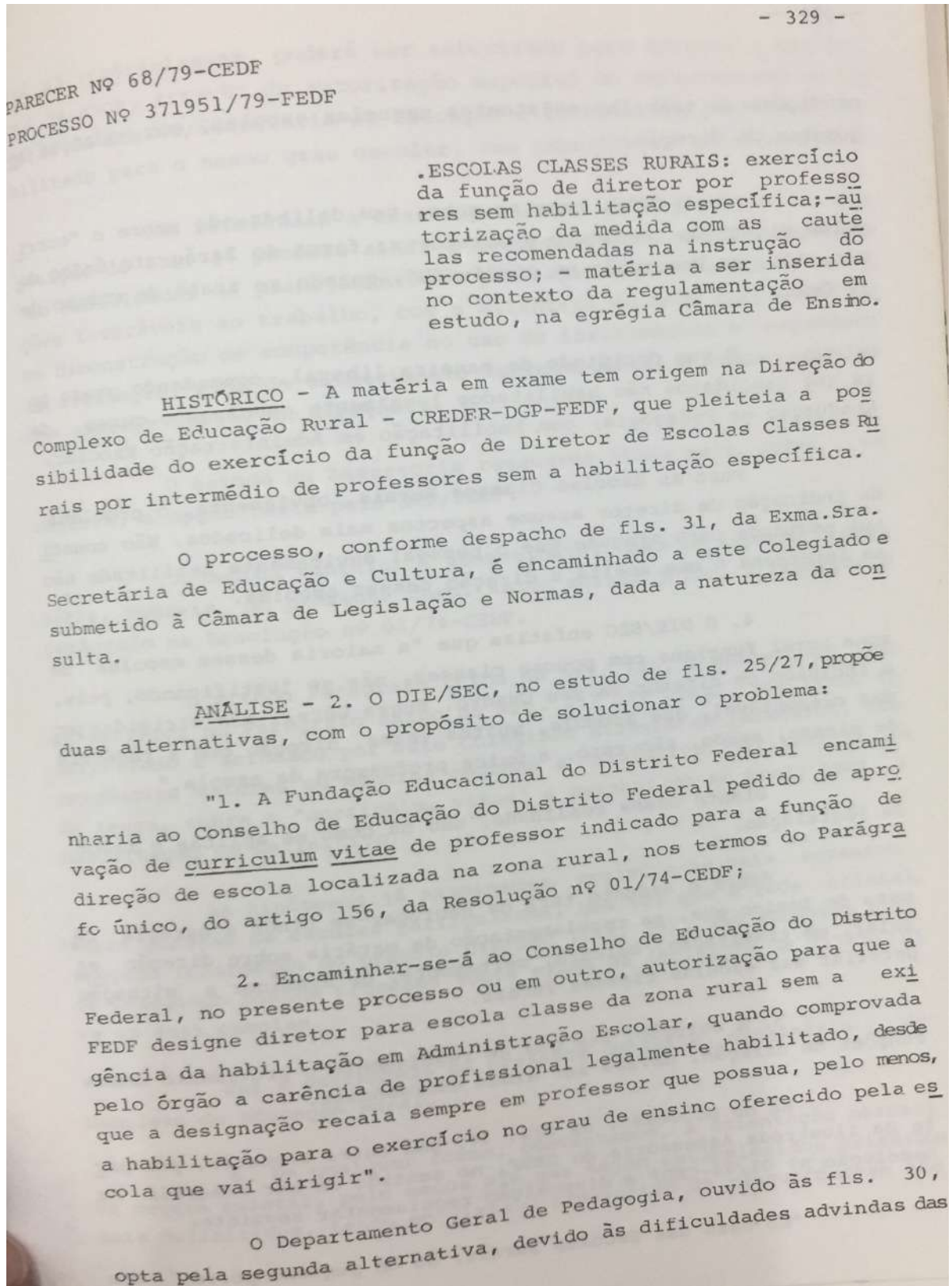
Esse relatório (DISTRITO FEDERAL, 1978) apresentou também alguns dados relativos ao desempenho do sistema de ensino do Distrito Federal. Em relação à universalização do ensino de 1º Grau, foi informado que a taxa de escolarização era de 92,7%, de acordo com o Censo Escolar de 1975, taxa mais alta do país. Foi destacada a melhoria do fluxo escolar e a diminuição da defasagem idade-série. Ainda, foi relatado que o sistema de ensino havia desenvolvido intenso programa de construção, recuperação e ampliação de prédios escolares, além da construção de auditórios, bibliotecas, laboratórios, parques infantis e praças de esporte. Foi registrado que 1.434 salas de aula foram construídas, a partir de 1974, representando um acréscimo de 63% sobre as salas de aula então existentes.

Há um parecer de 1979 que diz respeito ao exercício da função de diretor por professores sem habilitação específicas nas escolas classe rurais<sup>22</sup>. Trata-se do Parecer nº 68/79 (DISTRITO FEDERAL, 1979) (FOTOGRAFIA 68), aprovado em Plenário no dia 29

---

<sup>22</sup> As escolas rurais tiveram suas denominações alteradas para escolas classes através da resolução nº 95 - FEDF, de 21 de outubro de 1976. (DISTRITO FEDERAL, 1981)

de agosto de 1979, homologado em 13 de setembro de 1979 e publicado no DODF em 20 de setembro e 25 de outubro de 1979.



FOTOGRAFIA 68 - Parecer nº 68/79, do CEDF, dispõe sobre exercício da Função de diretor das Escolas Rurais. Foto: Guilherme França.

Esse parecer possibilita “a autorização para o exercício da função de diretor de escola classe rural a professor não habilitado na forma do Art. 156 da Resolução nº 01/74, desde que o candidato reúna as condições apontadas pela Assessoria do CEDF”. (DISTRITO FEDERAL, 1979, p. 332) A FEDF deveria indicar o candidato para as escolas da rede oficial e o DIE/SEC examinaria o “currículo vitae” e expediria o ato de autorização, a título precário e sem fixação de prazo para o exercício. Essa matéria deveria ser regulamentada pelo CEDF. (DISTRITO FEDERAL, 1979)

Nesse Parecer, o Departamento Geral de Pedagogia alega as “dificuldades advindas das condições de trabalho existentes naquelas escolas, com mudanças frequentes de direção”. (DISTRITO FEDERAL, 1979, p. 329-330) O parecer do CEDF afirma que “para as Escolas Classes Rurais, o problema da indicação de diretor assume aspectos mais delicados. Não constitui novidade para ninguém que o pessoal devidamente habilitado não se interessa e nem aceita a direção dessas escolas.” (DISTRITO FEDERAL, 1979, p. 330) O DIE/SEC relata que a maioria dessas escolas funciona com poucas classes, o que não justifica a inclusão de diretor em seus quadros, e que, “regra geral, são dirigidas por uma responsável, que acumula, muitas vezes, direção com a regência de classe, sendo, não raro, a única professora da escola.” (DISTRITO FEDERAL, 1979, p. 330) O DIE/SEC ainda informou que a rede oficial não submeteu ao Colegiado do CEDF nenhum processo sobre exame de indicação de diretor para as suas escolas.

As escolas rurais que haviam sido criadas até o início da década de 1970, na atual região de São Sebastião, foram reconhecidas através da Portaria nº 17 da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, em 07 de julho de 1980. (DISTRITO FEDERAL, 1981) Essa Portaria fundamentou-se no Parecer nº 107/79 e no Parecer nº 06/80 do CEDF. O Parecer 06/80 ratificou os termos do Parecer nº 107/79. O Parecer nº 107/79 do CEDF (DISTRITO FEDERAL, 1979) considerou que os estabelecimentos de ensino da rede oficial deveriam ser considerados autorizados e reconhecidos, para efeito do que dispõe a Portaria nº 30, de 10 de janeiro de 1978, do Ministério da Educação e Cultura. Quanto às escolas que viriam a ser criadas, as mesmas seriam reconhecidas por ato do Secretário de Educação e Cultura, ouvido o CEDF quanto ao plano de funcionamento, dispensando a autorização.

Em 1980, o CEDF pronuncia-se novamente sobre o Plano de Educação do Distrito Federal. O Parecer nº 14/80 do CEDF (DISTRITO FEDERAL, 1980) aprovou o Plano de Educação e Cultura do Distrito Federal para o quadriênio 1980/83. A aprovação se deu em Plenário no dia 21 de março de 1980, foi homologado em 02 de abril de 1980 e publicado no DODF em 18 de abril de 1980. Ao contrário da extensa análise oferecida no Parecer nº



116/78, em relação ao Relatório do Plano de Educação do Distrito Federal 1976/1980, o Parecer nº 14/80 se restringiu a afirmar que “a análise do documento permite constatar que as exigências legais e as diretrizes do Governo Federal em relação ao setor educação encontram-se atendidas.” (DISTRITO FEDERAL, 1980, p. 110)

O Parecer nº 122/80 do CEDF (DISTRITO FEDERAL, 1980), aprovado em Plenário no dia 10 de dezembro de 1980, homologado no dia 12 de janeiro de 1981 e publicado no DODF em 02 de fevereiro e em 26 de janeiro de 1981, aprovou a Estratégia de Matrícula da Rede Oficial de Ensino do Distrito Federal, para o período letivo de 1980. Em três volumes, foi apresentada a oferta de vagas para o ensino regular de 1º grau, por região administrativa, complexo escolar e unidades de ensino das zonas urbanas e rural do Distrito Federal.

Apresenta-se um diagnóstico da demanda escolar, considerando as diferenças em relação às escolas do Plano Piloto, das cidades satélites e da zona rural. Na análise do documento da estratégia de matrícula apresentado (DISTRITO FEDERAL, 1980), foi informada a oferta de vagas na rede, em termos de possibilidades e disponibilidade de recursos físicos, humanos e materiais: 259.051 alunos no 1º Grau. Ainda na seção de análise do documento, no seu item 2.3.4 – Distribuição das séries no ensino de 1º grau, foi apresentada a distribuição dos alunos, por Unidade Escolar, diferenciando-se, no período diurno, o Plano Piloto das Cidades Satélites. No Plano Piloto, os alunos de 1ª à 6ª séries, estudariam em Escola-Classe, e os alunos de 7ª e 8ª séries, na unidade escolar que tenha destinação específica para estas séries, ou em conjunto com o 2º Grau. Nas cidades satélites, os alunos de 1ª à 6ª séries estudariam em Escola-Classe e em Centro de Ensino, quando a capacidade física destas for insuficiente, e os alunos de 7ª e 8ª séries, em Centros Educacionais, Centro Interescolar e Centros de Ensino. A Zona Rural atenderia apenas os alunos de 1ª à 4ª séries, não havendo especificação do tipo de escola. As escolas da Granja das Oliveiras e do INCRA 08 constituíam uma exceção porque atendiam alunos da 1ª à 6ª séries. Foi afirmado que “durante o desenvolvimento da estratégia serão definidas novas unidades escolares na zona rural” (DISTRITO FEDERAL, 1980, p. 552).

### 2.2.3.3 Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal

O Museu da Educação do Distrito Federal (MUDE, 2014) tem na ação educativa, desenvolvida nos primeiros anos da história de Brasília, o seu principal eixo de sustentação. A

linha de acervo mais significativa é constituída de mais de 300 depoimentos, gravados em áudio e vídeo, com pessoas que integraram a comunidade escolar dita pioneira, na história da educação do Distrito Federal. No Museu da Educação, há um mapeamento de fontes iniciado por uma pesquisa e busca-se ampliar o acervo.

O Museu caracteriza-se como espaço de memória do passado em diálogo com a educação do presente, tendo como referência os primórdios da educação do Distrito Federal. É integrado por exposições interativas, fotografias, filmes, vídeos, livros, mobiliários e objetos educacionais de época, com ênfase em ações educativas, desenvolvidas por meio de cursos, oficinas, debates, pesquisas e atividades lúdicas.

(MUDE. Quem somos, 2019)

Em relação ao seu acervo, este se constitui de:

documentos históricos, vídeos, fotografias, mobiliário das escolas, materiais didáticos, diplomas, lousas, canetas, cartilhas de alfabetização, livros didáticos, livros infantis, livros de leitura, cadernos, ábaco, jogos pedagógicos, pastas escolares, merendeiras, cartazes, mimeógrafos, projetores, boletins, cadernetas escolares e outros.

(MUDE. Acervo, 2019)

O MUDE disponibiliza um banco de dados, criado em 2015, que permite o acesso remoto ao acervo pelos pesquisadores, constituindo o Sistema Arquivístico do Museu da Educação do Distrito Federal (SAMUDE). Esse acervo é construído de 735 fotografias, 46 entrevistas, 1832 documentos textuais, 10 objetos museais e 586 mídia.

O conteúdo dos documentos textuais encontra-se sob a forma de:

artigos publicados em periódicos, correspondências, atestados, certificados, contratos, decretos, diplomas, programas e estudos de disciplinas escolares, planejamentos de aula, diário de classe, reportagens, recortes de jornais, relatórios, portarias, pareceres, normas, resoluções, gravuras e recibos. Conta-se ainda com atas, cartões postais, convites, cadernos de séries textuais, editais, publicações de atos oficiais, cadernos, livretos, entre outros. (MUDE. Documentos textuais, 2019)

Realizei uma seleção a partir de um levantamento de 660 documentos textuais, no período de 1957 a 1980.

Um primeiro documento que se destaca (FIGURAS 10 e 11) refere-se precisamente à Escola da Cerâmica Benção - Papuda. Trata-se de uma “Planilha com professores, nº de alunos e séries. Escolas Primárias mantidas pela NOVACAP”. (MUDE, 1957-1980)

Nº de ordem:	Turno:	PROFESSORES:	Série	Idade dos alunos:
		<u>Escola do IPASE:</u> - - - - -		
1	I	Elisa Clepf .....	1ª	7 a 12
		<u>Escola da Cerâmica Bênção - Papuda:</u> - - - - -		
		Lúcia da Conceição Guaraciaba Calvoso .....	1ª e 3ª	7 a 13
		TOTAL de alunos: .....		
		<u>ESCOLA PARQUE:</u>		
1	-	Antônia Paczkoski ... ..		
2	-	Delcy Aguiar .....		
3	-	Elza Alves da Cunha .....		
4	-	Leocádia Paradella Toscano .....		
5	-	Maria Isaura de Albuquerque .....		
6	-	Maria Helena Furio .....		
7	-	Maria Helena de Lana Tôrres .....		
8	-	Maria Helena Parreira .....		

a)	-	TOTAL DE ESCOLAS PRIMÁRIAS.....	12
		JARDINS DA INFÂNCIA.....	2
b)	-	TOTAL DE CLASSES (nº de salas) .....	39
	"	" " " " " " J. Infância.....	5
c)	-	TOTAL DE CLASSES (séries) .....	67
	"	" " " " J. da Infância .....	4
d)	-	TOTAL DE ALUNOS (curso primária).....	206
	"	" " " J. Infância .....	90
e)	-	TOTAL DE PROFESSORES: .....	71

ESCOLAS EM ORGANIZAÇÃO:

- 1 - Escola da Granja Modelo 4 - RIACHO FUNDO - (uma sala)
- 2 - Escola da Granja Modelo 4 - CHÁCARA DOS JAPONESES - (2 salas)
- 3 - Escola da FERCAL.

Matr. efetiva	Situação do professor:	OBSERVAÇÕES:
50	Contratada- 11-8-59	Entrou em funcionamento em 8/5/59.
43(1ª) 8(3ª) 51	Horista - 24-8-59.	Entrou em funcionamento em 8/5/59
	Contratada em 1º/4/59. Contratada - 1º/6/59. Contratada - 21/5/59. Contratada - 21/5/59 Contratada - 21/5/59 Contratada - 11/8/59 Nomeada - 10/6/59 Requisitada ao E. de Goiás-15/10/59.	

*J. Wesley*  
17/10/59

FIGURAS 10 e 11 - Planilha de escolas mantidas pela NOVACAP, em outubro de 1959, com a data que entrou em funcionamento, a quantidade de turmas e alunos e o nome de seus professores, com seus vínculos trabalhistas. Fonte: Acervo do MUDE.

Produzida em 17/10/1959, essa planilha é assinado pela professora Santa Alves Soyer. Conforme biografia elaborada pelo Museu da Educação, a professora:

Deixou a direção de uma escola pública em Goiânia e a assessoria do então Secretário de Educação de Goiás para assumir a função de professora - em seguida, diretora – da primeira escola do Distrito Federal, o Grupo Escolar – 1 – GE 1 - Júlia Kubitschek. Pouco tempo depois foi designada coordenadora geral das escolas organizadas e mantidas pela NOVACAP.  
(MUDE. Entrevista Santa Alves Soyer, 2019)

Essa planilha produzida pela NOVACAP informa que a Escola da Cerâmica Benção – Papuda entrou em funcionamento em 8/5/59 e que a sua professora, em 17/10/59 era Lúcia da Conceição Guaraciaba Calvoso. O seu vínculo com a NOVACAP era como professora horista desde 24/8/59. A escola tinha 51 alunos, sendo que 43 frequentavam a 1ª série e 8, a 3ª série. A idade dos alunos eram de 7 a 13 anos.

Esse documento registra ainda que havia 12 escolas primárias e 2 jardins de infância mantidos pela NOVACAP. No ensino primário, havia 39 salas e 67 séries, totalizando 2.206 alunos. Nos jardins de infância, havia 5 salas e 4 séries, totalizando 90 alunos. O total de professoras era de 71. Havia ainda 3 escolas em organização: duas da Granja Modelo 4, a do Riacho Fundo e a da Chácara dos Japoneses, e a da FERCAL.

Outro documento relevante para a história da Escola da Cerâmica Benção é um relatório da NOVACAP (FIGURA 12) sobre a Educação Primária em Brasília (6 páginas), assinado pelas professoras Santa Alves Soyer (Coordenadora) e Stella dos Cherubins Guimarães (Secretária), datado de 1959.

A professora Stella dos Querubins Guimarães Trois (MUDE. Entrevista Stella dos Querubins Guimarães Trois, 2019) veio para Brasília em 10 de julho de 1958, inicialmente para o Grupo Escolar GE – 1, Candangolândia (mais tarde Escola Júlia Kubitschek), lecionando para a 3ª série. De acordo com a sua biografia (MUDE. Entrevista Stella dos Querubins Guimarães Trois, 2019), ela foi a primeira professora de Brasília com nível superior. Além de lecionar, auxiliou a Professora Santa Alves Soyer como coordenadora da implantação das novas escolas. Foi indicada para a direção do GE – 1, em substituição à Professora Santa Alves Soyer.

Esse relatório (MUDE, 1957-1980) (FIGURA 12) lista a Escola da Cerâmica Benção como a nona escola instalada pela NOVACAP, em agosto de 1959. É apresentado um quadro que mostra a existência do GE I, como a única escola em 1957, com 150 alunos e cinco professores. Em 1958, já havia duas escolas primárias, quando surgiu a Escola Dr. Ernesto

Silva na Companhia Construtora Nacional, com 160 alunos e ainda contava com um Jardim de Infância anexo. Nesse ano, essas duas escolas, incluindo o Jardim de Infância, atendiam 626 alunos e contavam com 18 professores. Em 1959, já havia 12 escolas primárias e dois Jardins de Infância, atendendo 2.134 alunos e contando com 67 professores.

Esse relatório lista ainda o nome das professoras das escolas mantidas pela NOVACAP, sendo que, em sua página 5 (FIGURA 13), informa-se que Lúcia da Conceição Guaraciaba Calvoso era a única professora da Escola da Papuda.

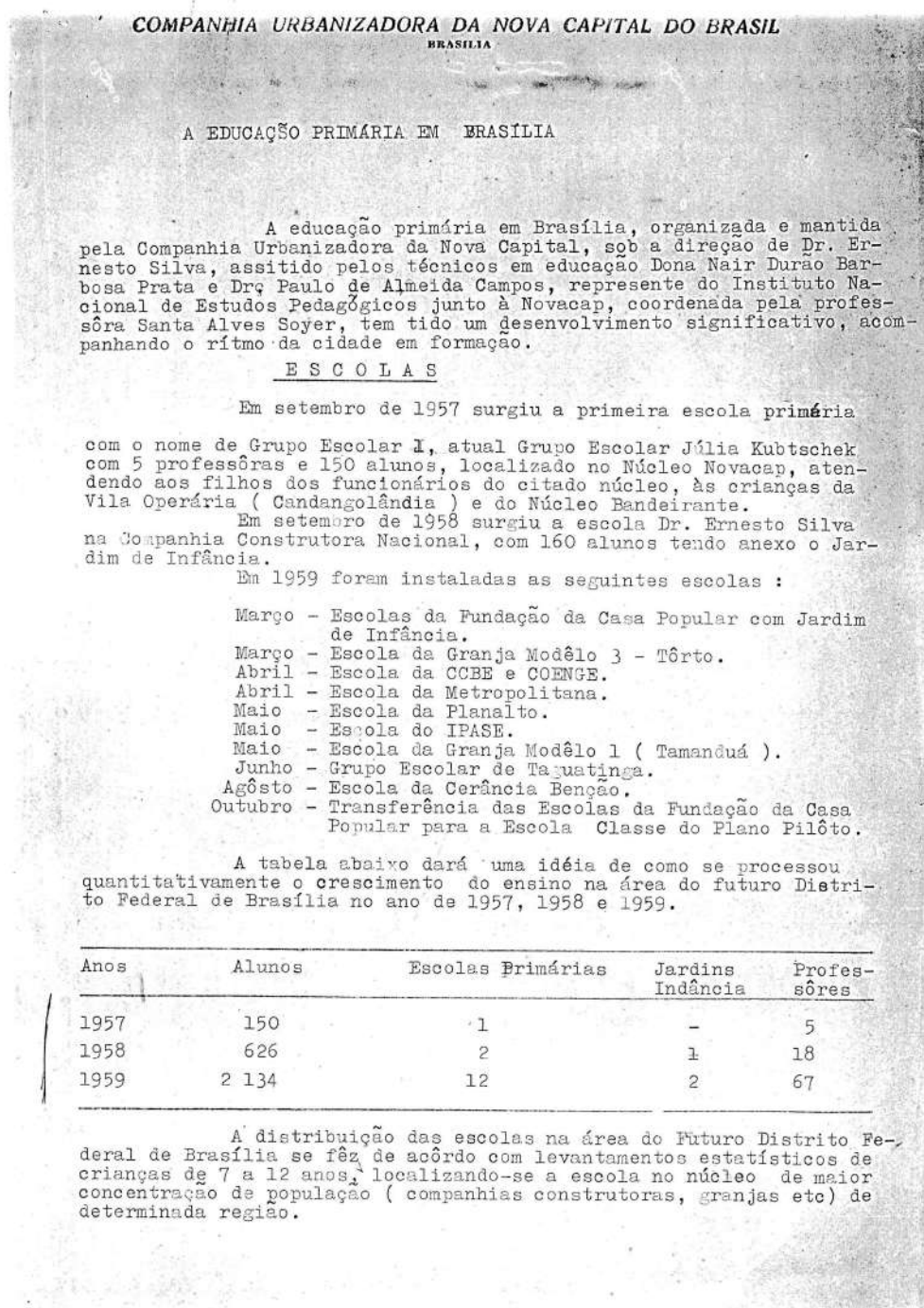


FIGURA 12 - Relatório A Educação Primária em Brasília, da NOVACAP, de dezembro de 1959. (p. 1) FONTE: Acervo do MUDE.

**COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL**  
BRASILIA

5

ESCOLA CLASSE DO PLANO PILOTO

- 1- Amábile de Andrade Gomes.
- 2- Carmen Daher.
- 3- Maria do Rosário Ávila de Bessa.
- 4- Olinda da Rocha Lôbo.
- 5- Delza Guimarães.
- 6- Julieta Gonçalves dos Reis.
- 7- Helena Lopes de Melo.
- 8- Ilcey Miriam de Mello.

ESCOLA DA PLANALTO

- 1- Elza Kipgen.
- 2- Geni Ramos Vieira.
- 3- Lúcia Darú Cieslak.
- 4- Mirthes Nogueira Mendes.
- 5- Elza Alves Cunha.

ESCOLA DA C; NACIONAL

- 1- Stella Maranhães Paiva.
- 2- Hilda Teles de Faria.

ESCOLA DA VILA BANANAL

- 1- Leocádia Paradella Toscano.
- 2- Conceição Campos Guimarães.
- 3- Maria Isaura de Albuquerque e Silva.
- 4- Rita Guimarães.
- 5- William Abud Zanardi.

ESCOLA DO IPASE

- 1- Elisa Clepf.

ESCOLA DA METROPOLITANA

- 1- Maria de Lourdes Favilla.
- 2- Ítala da Silva Conde.
- 3- Iza Galvão Ribeiro de Melo.

ESCOLA DO TAMANDUÁ

- 1- José Francisco Ramos.

ESCOLA DO TÔRTO

- 1- Neusa Maria Costa.

ESCOLA DA CCBE E COENGE

- 1- Maria Reis Canêdo.

ESCOLA DA PAPUDA

- 1- Lúcia da Conceição Guaraciaba Calvoso.

GRUPO ESCOLAR DE TAGUATINGA

- 1- Anísia dos Santos Rocha Cravo - Diretora.
- 2- Natanry Lacerda.
- 3- Maria de Lourdes Goulart.
- 4- Zoé Guimarães Perezis.
- 5- Maria do Socorro Brito Lyra de Freitas.
- 6- Lêda Guimarães Freitas.
- 7- Cleuza Aparecida Freitas.
- 8- Yara Luzia Morlin.
- 9- One de Medeiros.

No período pesquisado, de 1957 a 1980, foram localizadas cópias de diversas reuniões da NOVACAP do período de 1957 a 1964. Algumas dessas atas indicam uma estruturação administrativa interna da companhia, que ficou responsável também pela oferta dos serviços educacionais logo no período da construção de Brasília. A companhia também foi responsável pela construção das primeiras escolas do Distrito Federal, mediante a instauração de concorrência pública ou na forma de administração contratada. Para financiar esses empreendimentos, convênios foram estabelecidos com o Ministério da Educação e Cultura. Selecionei algumas atas que dizem respeito à construção de algumas escolas, especialmente as escolas primárias localizadas nas cidades satélites ou na zona rural, justamente as que não estavam previstas no Plano Educacional de Brasília, como é o caso das primeiras escolas situadas na atual região de São Sebastião.

A ata da 12ª reunião da diretoria da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (FIGURA 14), realizada no dia 06 de fevereiro de 1957, ratificou a criação dos Departamentos da empresa, que foram estabelecidos de forma experimental. Um desses departamentos era o de Educação e Saúde. (MUDE, 1957-1980) A NOVACAP havia sido criada em setembro de 1956, “com o objetivo de efetuar a mudança da Capital Federal para o interior do Brasil.” (ArPDF, 2018, p. 41) Conforme já assinalado acima, esse departamento foi “responsável inicialmente por planejar e executar as atividades na área de educação e saúde da futura capital federal”, sob supervisão do médico Ernesto Silva. (ArPDF, 2018, p. 55)

Nessa ocasião, a NOVACAP era presidida por Israel Pinheiro e tinha como diretores Ernesto Silva, Iris Meinberg e Bernardo Sayão. (FIGURA 14) A NOVACAP foi a responsável pela construção e manutenção das primeiras escolas de Brasília até a constituição da CASEB, em 1959, e a criação da FEDF, em 1960. Em final de 1959, a NOVACAP já tinha construído 12 escolas primárias e dois jardins de infância, conforme o seu relatório apresentado acima.



ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO DA DIRETORIA DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Aos seis dias do mês de fevereiro de mil novecentos e cinquenta e sete, às dez horas, no escritório da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, sito na Avenida Almirante Barroso, cinquenta e quatro, décimo oitavo andar, reuniu-se a Diretoria da Companhia sob a presidência do Doutor ISRAEL PINHEIRO DA SILVA e com a presença dos Diretores Doutores ERNESTO SILVA e IRIS MEINBERG. Deixou de comparecer o Doutor BERNARDO SAYÃO por se encontrar em Brasília, a serviço da Companhia. Aberta a sessão pelo Senhor Presidente, a Diretoria resolveu ratificar a criação dos departamentos que foram estabelecidos pelo Senhor Presidente a título experimental, a saber: Departamento de Viação e Obras, Departamento de Urbanismo e Arquitetura, Departamento de Financeiro, Departamento de Compras, Departamento de Pessoal e Material, Departamento de Transportes e Comunicações, Departamento de Educação e Saúde, Divisão de Segurança Pública, Divisão de Divulgação e Divisão de Serviço de Subsistência. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão da qual, para constar, lavrei a presente ATA que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Diretoria presentes e subscrita por mim, *João R.*, que servi como Secretário.

*João R.*  
*Augusto Silva*  
*João R.*

FIGURA 14 - Ata da 12ª reunião da Diretoria da NOVACAP, em 06/02/58.  
 Fonte: Acervo do MUDE

Em 24 de setembro de 1958, na 66ª reunião do Conselho de Administração da NOVACAP (FIGURA 15), foi aprovada uma minuta de acordo que seria firmado entre a NOVACAP e o Ministério da Educação e Cultura, para a construção de edifícios previstos no Plano Escolar de Brasília. Esse convênio havia sido aprovado na 85ª reunião da Diretoria da NOVACAP, realizada em 01 de agosto de 1958. (MUDE, 1957-1980)

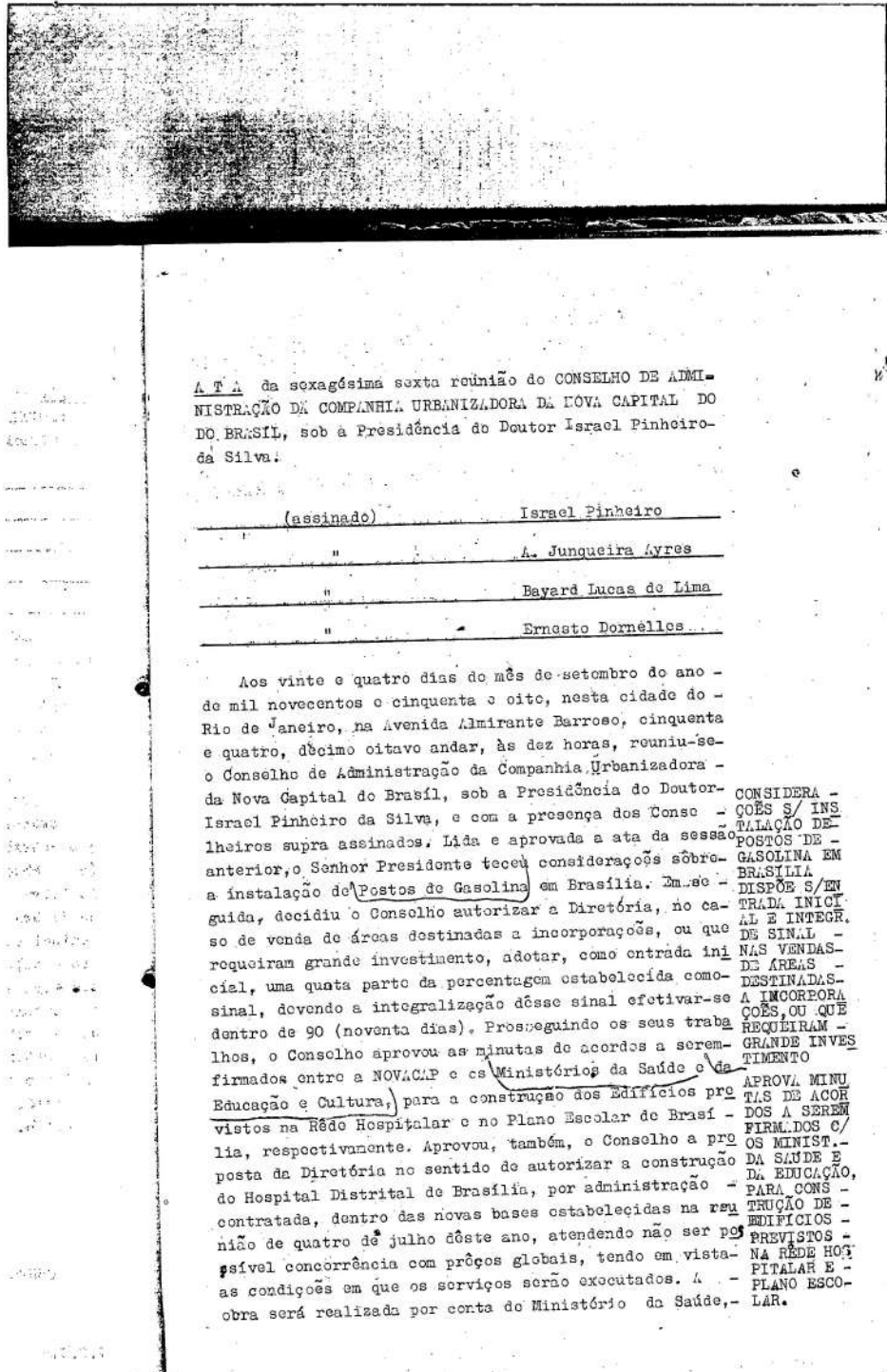


FIGURA 15 - Ata da 66ª reunião Do Conselho de Administração da NOVACAP, em 24/09/1958. Fonte: Acervo do MUDE

Esse convênio foi noticiado no Boletim do Ministério da Educação, nº 12, de julho e agosto de 1958, p. 57-58 (FIGURA 16), que reproduziu matéria do jornal “O Globo”, de 07 de agosto de 1958. (MUDE, 1957-1980)

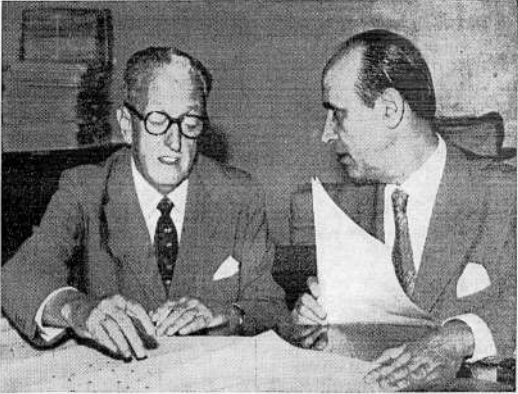
as tôdas as obras até o fim de 1959. Seria indispensável a in-  
o orçamento de verba num total de Cr\$ 85.000.000,00.

discurso proferido naquela oportunidade, o Presidente Jusceli-  
tschek prometeu atender à solicitação do Diretor, tendo sido to-  
s seguintes providências pelo Poder Executivo: em Mensagem  
e 13 de março próximo passado, enviada ao Congresso Nacio-  
vêrno solicitou abertura de crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00  
nder às despesas com as novas instalações do Internato e, na  
orçamentária para 1959, foi incluída, na rubrica competente,  
o de Cr\$ 70.000.000,00 com a mesma finalidade.

ludida Mensagem, transformada no Projeto nº 3.854-A de 1958,  
seu aprovação unânime de tôdas as Comissões Técnicas da Câ-  
s Deputados, devendo ser convertida em Lei dentro de pouco

m, está comprovado que o Governo cumpriu rigorosamente o  
netera o Presidente da República no dia 2 de dezembro do ano  
ando, dessa forma, assegurada a conclusão de tôdas as obras  
nato até o fim do próximo ano.

**Dos Jornais**



Objetivando dotar a futura Capital de  
uma rede escolar primária e de ensino  
médio, capaz de assegurar ensino gra-  
tuito a todos os seus habitantes, reali-  
zou o Ministério da Educação e Cultura  
um convênio com a NOVACAP, pelo  
qual são fornecidos os meios para exe-  
cução dos projetos, assegurando a cons-  
trução de conjuntos escolares dentro da  
mais moderna técnica, até hoje não uti-  
lizada no Brasil. O convênio faz parte  
do Plano Escolar de Brasília, e foi assi-  
nado pelo Ministro Clóvis Salgado, títu-  
lo de matéria e o Sr. Israel Pinheiro,  
presidente da Cia. Urbanizadora da Nova  
Capital. Estabelece o convênio um cri-  
tério básico de distribuição de estabele-  
cimentos escolares por grupos de habi-  
tantes. Para cada grupo de quinze mil  
haverá quatro jardins-de-infância, com  
capacidade para 150 crianças; quatro es-  
colas-classe, para 480 alunos, em dois  
turnos; uma escola-parque, para 1.920  
alunos, em dois turnos. Para cada gru-  
po de 54.000 habitantes será construída  
uma escola média, com capacidade para  
2.250 alunos, em dois turnos. Todos os  
projetos, feitos pelo arquiteto Oscar Nie-

FIGURA 16 - Boletim do Ministério da Educação e Cultura, nº 12, jul.-ago. 1958.  
Fonte: Acervo do MUDE

Essa matéria (MUDE, 1957-1980) informou que, pelo convênio assinado, foi concedida a verba parcial de 50 milhões de cruzeiros, para se iniciar a execução do projeto. Acompanhariam as obras desse projeto um educador, um inspetor federal designado para Brasília e um arquiteto, que daria sua contribuição técnica à construção. Ressaltou-se a “construção de conjuntos escolares dentro da mais moderna técnica, até hoje não utilizada no Brasil”. (MUDE, 1957-1980) De acordo com a matéria, todos os projetos haviam sido feitos por Oscar Niemeyer. Ainda, o convênio fazia parte do Plano Escolar de Brasília e foi assinado pelo Ministro da Educação, Clóvis Salgado, e pelo Presidente da NOVACAP, Israel Pinheiro.

Também no ano de 1958, foram realizadas mais duas reuniões pela NOVACAP tratando da construção de escolas no Distrito Federal. A 69ª reunião do Conselho de Administração da NOVACAP (MUDE, 1957-1980), realizada em 28 de novembro de 1958, aprovou a anulação da concorrência para a construção da Escola Parque, considerando terem

se apresentado apenas duas empresas com os preços acima dos preços normais. A concorrência foi então anulada e foi autorizado que a Diretoria da NOVACAP realizasse a referida obra por Administração contratada, “regime que poderá ser estendido à construção das Escolas-Classe e Jardins de Infância”. Essa concorrência administrativa já havia sido anulada pela Diretoria da NOVACAP em sua 101ª reunião (MUDE, 1957-1980), realizada em 21 de novembro de 1958.

Em relação ao ano de 1959, o acervo do MUDE disponibiliza um texto do médico Ernesto Silva, com 10 páginas e três anexos. A publicação é denominada “Brasília: Plano Educacional e Médico-Hospitalar”, do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra (Subsídio para a 3ª Viagem de Estudos). (MUDE, 1957-1980)

Há ainda no acervo do MUDE, nos documentos escritos de 1959, uma cópia das páginas 5 a 7 do Boletim Mensal do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (nº 21), do INEP/MEC, publicado em abril de 1959. (MUDE, 1957-1980) Trata-se de uma reprodução, de modo esquemático, do Plano do Sistema Escolar Público de Brasília. Elaborado pelo INEP em outubro de 1957, esse Plano foi submetido ao Senhor Ministro da Educação e Cultura, que o aprovou e encaminhou à NOVACAP. Essa síntese foi preparada pelo Professor Paulo de Almeida Campos (representante do INEP junto à NOVACAP para as tarefas do planejamento do sistema escolar, do ante projeto da lei orgânica de educação do futuro Distrito Federal e da estrutura administrativa do novo sistema educacional). Esse mesmo texto foi publicado na Revista Educação e Ciências Sociais (Rio de Janeiro, ano IV, vol. 4, nº 10, p. 137-140, abr. 1959,), cuja cópia dessa parte encontra-se no acervo do MUDE. (MUDE, 1957-1980)

Em 1960, a Diretoria da NOVACAP, em sua 196ª reunião, no dia 09 de agosto (FIGURA 17), decidiu:

Encaminhar ao Conselho, a proposta do Diretor Ernesto Silva, para a execução de um Programa de Construções de Hospitais e Escolas, no Plano Piloto e Cidades-Satélites, opinando pela concessão da autorização, em princípio, para ser executado de acordo com as solicitações da Prefeitura e em função dos créditos que forem concedidos. (MUDE, 1957-1980).

NONAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DA DIRETORIA DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL.-

Aos nove dias do mês de agosto de mil novecentos e sessenta, na sala da Diretoria, na sede da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, situada em Brasília, reuniu-se a Diretoria da Companhia, sob a Presidência do Doutor Segismundo Mello e com a presença dos Diretores, Doutores Ernesto Silva e Guilherme Machado. Aberta a sessão às dezesseis horas, lida e aprovada a ata da sessão anterior, a Diretoria decidiu: 1) - Encaminhar ao Conselho, opinando favoravelmente, a solicitação do D.V.O. para aplicar o saldo do orçamento da pavimentação do Park-Way Norte, no TRECHO ENTRE TORTO E SOBRADINHO. 2) - Encaminhar ao Conselho, opinando favoravelmente, o pedido de dispensa de concorrência pública e sua substituição por concorrência administrativa, para TERRAPLENAGEM DO TRECHO BRASÍLIA-VILA MILITAR, DA ESTRADA DE UNAY. 3) - Encaminhar ao Conselho, a proposta do Diretor Ernesto Silva, para a execução de um PROGRAMA DE CONSTRUÇÕES DE HOSPITAIS E ESCOLAS, no Plano Pilôto e Cidades Satélites, opinando pela concessão da autorização, em princípio, para ser executado de acôrdo com as solicitações da Prefeitura e em função dos créditos que forem concedidos. 4) - Autorizar o Departamento de Compras a adquirir ARTIGOS DE ESCRITÓRIO, no valor de Cr\$ ..... Cr\$ 3.187.530,00 (três milhões, cento e oitenta e sete mil, quinhentos e trinta cruzeiros). 5) - Aprovar o parecer da Comissão Julgadora anulando a concorrência administrativa para construção de REVESTIMENTO E CAPEAMENTO DE UM CANAL PARA ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA PENÍN-

FIGURA 17 - Ata da 196ª reunião da Diretoria da NOVACAP, em 09/08/1960.  
Fonte: Acervo do MUDE

Percebe-se que nessa reunião da NOVACAP, realizada depois da inauguração de Brasília, há o acréscimo das escolas das cidades satélites no Programa de Construções de Hospitais e Escolas. Antes da construção de Brasília, pelo convênio entre a NOVACAP e o MEC, as escolas a serem construídas seriam as do Plano Escolar de Brasília que, de acordo com a matéria do Jornal O Globo, de 07 de agosto de 1958, apresentada acima, tratava-se de “conjuntos escolares dentro da mais moderna técnica, até hoje não utilizada no Brasil”. (MUDE, 1957-1980) Eram as escolas do Plano Piloto, ajustadas ao Plano Urbanístico de Brasília, projetado por Lúcio Costa.

Em 16 de setembro de 1960, a Diretoria da NOVACAP, em sua 205ª reunião (MUDE, 1957-1980), decidiu autorizar a extinção dos Departamentos de Saúde e de Educação e Difusão Cultural. Nota-se a coincidência da extinção desse departamento três meses após a criação da Fundação Educacional do Distrito Federal, momento em que a NOVACAP, então, deixa de assumir os serviços educacionais que vinha realizando. Vale lembrar que, em junho de 1960, a FEDF foi instituída pelo Decreto nº 48.297/60 (DISTRITO FEDERAL, 1981, p. XVI-XVII), com os objetivos de prestar assistência educacional à população do Distrito Federal e criar, instalar e manter estabelecimentos de ensino. Desde dezembro de 1959, com a criação da CASEB, alguns serviços já haviam sido para ela transferidos. A CASEB foi extinta com a criação da FEDF.

Ainda no mês de setembro de 1960, no dia 27, a Diretoria da NOVACAP, em sua 209ª reunião (MUDE, 1957-1980), decidiu encaminhar à Fundação Educacional do Distrito Federal o orçamento médio das escolas e hospitais, cuja construção é mais imprescindível e urgente. Convém lembrar que a responsabilidade pela construção das escolas continuava sendo da NOVACAP, conforme as atas de reuniões do Conselho Diretor da FEDF apresentadas acima, porém, o financiamento dessas obras provavelmente tenha ficado a cargo da Prefeitura do Distrito Federal em colaboração com o MEC.

Foi localizado no acervo do MUDE uma cópia de parte da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (Vol. XXXIII, jan./mar. 1960, nº 77), do INEP. Há na seção Atos da Administração Federal, em sua p. 267, a publicação do Decreto nº 47.472, de 22 de dezembro de 1959, que instituiu a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (CASEB) (DODF de 22/12/1959), e em sua p. 270, a Portaria nº 4, de 5 de janeiro de 1960, que expediu o Regimento da Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (DO de 07/01/1960). (MUDE, 1957-1980) A CASEB foi a instituição que fez a transição entre a NOVACAP e a FEDF quanto à organização do sistema de ensino do Distrito Federal e a prestação dos serviços educacionais.

No Boletim do Ministério da Educação nº 23 (MUDE, 1957-1980), de maio e junho de 1960, publicou-se uma nota sobre a Instrução em Brasília, revelando dados sobre a educação em Brasília, a partir dos resultados do Censo Experimental de Brasília, realizado pelo Núcleo de Planejamento Censitário, do Conselho Nacional de Estatística, em 17 de maio de 1959. Quanto à alfabetização, enquanto 55,6% do conjunto das pessoas de cinco anos e mais sabiam ler e escrever (taxa bem superior que a média nacional em 1950), na zona rural, essa taxa era de 34,1%. A taxa de escolarização para as idades típicas da instrução primária (7 a 11 anos) era de 49%, próxima à média do país (49,4%) em 1956. Constata-se que Brasília já nasce marcada pela desigualdade nos níveis de escolarização entre a zona urbana e rural. Nesse Boletim (MUDE, 1957-1980), atribuiu-se a fraca frequência à escola na zona rural à instabilidade de parte das famílias imigradas e à deficiência do aparelho escolar que não podia acompanhar o rápido crescimento demográfico. Utilizando-se desses dados, Lourenço Filho publicou na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Vol. XXXIII (MUDE, 1957-1980), abril-junho de 1960, nº 78, o artigo Brasília e a Educação Nacional (MUDE, 1957-1980), no qual realiza uma comparação com a também planejada cidade de Goiânia.

Um último documento de 1960, referente à educação primária, localizado no acervo do MUDE, é a cópia de uma parte da Revista Brasília (MUDE, 1957-1980), em seu número especial de 21 de abril de 1960, que trata do sistema educacional de Brasília. O texto reproduz praticamente partes do relatório que a Diretoria Executiva da CASEB realizou quando de sua visita a Brasília, entre os dias 07 e 10 de janeiro de 1960, acrescido de fotos da própria NOVACAP.

Algumas atas da NOVACAP no ano de 1961 trataram da construção ou reforma de escolas públicas, como: autorização para a construção de uma **escola provisória** em **Sobradinho** (225ª reunião da Diretoria da NOVACAP, em 06/01/1961); autorização para a execução de dois **prédios de madeira**, onde funcionariam uma escola e um albergue no núcleo satélite do **Gama**, por solicitação da Prefeitura do Distrito Federal (237ª reunião da Diretoria da NOVACAP, em 08/04/1961). (MUDE, 1957-1980) Como já foi abordado acima, na primeira reunião do Conselho Diretor da FEDF, em outubro de 1960, foram indicadas as cidades satélites onde seriam construídas escolas: Taguatinga, Gama, Sobradinho, Cidade Livre e Planaltina, que já haviam sido aprovadas pela NOVACAP. (FEDF, 1960-1965, p. 2 frente e verso)

Nota-se o tipo de construção das duas escolas previstas para as cidades satélites, uma provisória e a outra de madeira. Entretanto, cabe lembrar que entre o final de 1960 e meados de 1961, o Conselho Diretor da FEDF manifestou, em diversas reuniões, uma preocupação

com o tipo de escola que estava sendo construída nos setores suburbanos, cidades satélites e zona rural. Em uma reunião foi sugerida uma possibilidade de estudo junto aos engenheiros do MEC (2ª reunião, em 18/10/1960) e em outra que o planejamento fosse feito pela própria Fundação, permitindo que as escolas fossem mais abrigadas, com uma melhor estrutura para as escolas do setor rural (16ª reunião, em 07/04/1961). Ainda, foi manifestada a necessidade de construção, equipamento e manutenção de mais seis escolas rurais (26ª reunião, em 10/07/1961) e foi aprovada a organização de um grupo de trabalho para levantar as necessidades escolares para os anos de 1962 a 1965 (28ª reunião, em 01/08/1961). (FEDF, 1960-1965)

Ainda foi localizado no acervo do MUDE, referente ao ano de 1961, o Plano de Construções Escolares de Anísio Teixeira, publicado pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (nº 81, Vol. 35, jan./mar. 1961). Essa mesma revista (nº 85, vol. 37, jan.- mar. 1962) publicou a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (MUDE, 1957-1980)

Foram localizadas no acervo do MUDE apenas três atas da NOVACAP, no ano de 1962, em que há o registro de construção de escolas públicas: a primeira reunião autoriza o reajustamento de preços solicitados pela MECOL – Marçal Engenharia e Construções Ltda., referente à construção de cinco escolas primárias (309ª reunião da Diretoria da NOVACAP, em 04/09/1962) e a segunda e terceira reuniões autorizam a dispensa da concorrência pública e sua substituição por concorrência administrativa para a construção de **duas unidades educacionais no Plano Piloto e seis nas cidades satélites** (324ª reunião da Diretoria da NOVACAP, em 03/11/62 e 244ª reunião do Conselho de Administração da NOVACAP, em 30/11/1962). (MUDE, 1957-1980) Conforme já assinalado acima, em 21 de setembro de 1962, o Conselho Diretor da FEDF, em sua 79ª reunião (FEDF, 1960-1965), viu a necessidade de reiterar às autoridades competentes de que competia à NOVACAP construir imediatamente a rede escolar, de acordo com a escala de prioridade já aprovada pelo conselho no início do ano.

Ao contrário das poucas reuniões da NOVACAP que trataram da construção de escolas em 1962, a construção das duas unidades educacionais no Plano Piloto e seis nas cidades satélites (tratadas em novembro de 1962) foi pauta para cerca de 29 reuniões da Diretoria da NOVACAP e do seu Conselho Administrativo, no ano de 1963. As primeiras obras foram realizadas diretamente pela NOVACAP (MUDE, 1957-1980), considerando-se a desproporção dos preços obtidos para a construção dessas escolas através de concorrência. Em sua 252ª reunião (MUDE, 1957-1980), em 17 de janeiro de 1963, o Conselho de



Administração referia-se a apenas **quatro escolas** (não mais a duas no Plano Piloto e seis nas cidades satélites) a serem construídas. Na sua 255ª reunião, realizada em 08 de fevereiro de 1963, foi relatado uma vistoria realizada nas obras de duas escolas, **uma situada na 407 e outra, na asa norte**. A partir de então, há referências a uma escola em **Planaltina** e outra em **Brazlândia**. Essas reuniões trataram da aquisição de material e à contratação de serviços.

Na 368ª reunião da Diretoria da NOVACAP (MUDE, 1957-1980), de 29 de agosto de 1963, foi aprovado um aditivo com a firma SIBRASA Ltda. para atendimento dos serviços de mão de obra com fornecimento de pedreiros, carpinteiros, bombeiros e serventes nas obras das unidades escolares de **Brazlândia, Planaltina e Núcleo Bandeirante**. Nesse ano de 1963, há a referência à escola do Núcleo Bandeirante em duas reuniões da NOVACAP: a 370ª, em 13 de setembro de 1963, autorizando a contratação de serviços de fundações e sondagens da escola classe do Núcleo Bandeirante, com a firma SOBRAF S/A Brasileira de Fundações e a 372ª, em 26 de setembro de 1963, autorizando a aquisição de PAVIPLEX para os pisos e rodapés da unidade escolar do Núcleo Bandeirante. (MUDE, 1957-1980)

Na 359ª reunião da Diretoria da NOVACAP (MUDE, 1957-1980), realizada em 24 de julho de 1963, foi autorizado pagamento à firma MECOL – Marçal Engenharia e Construções Ltda., referente a serviços extraordinários, não previstos em contrato, executados em **cinco prédios destinados às escolas primárias de emergência**. Na 372ª reunião (MUDE, 1957-1980), em 26 de setembro de 1963, há um indeferimento referente a reajuste contratual com essa empresa, referente a esses cinco prédios. Percebe-se que em algumas atas não há a identificação nem das escolas, nem da localidade das mesmas. Em outras, há a identificação da localidade, mas não o nome da escola.

Em 1964, a 383ª reunião da Diretoria da NOVACAP, (MUDE, 1957-1980) em 10 de janeiro de 1964, autorizou a execução dos serviços de pintura nas unidades escolares de Planaltina e Brazlândia. Foi autorizada a elaboração de novos contratos, por obra fixa, com a firma SIBRASA LTDA, para as seguintes obras: escolas classes de Planaltina, Brazlândia e Núcleo Bandeirante e Jardim de Infância do Gavião. Houve ainda a autorização de contratação dos serviços de impermeabilização de laje de cobertura (386ª reunião em 03/02/64), da compra de diversos materiais (389ª reunião em 27/02/64), da pintura (391ª reunião em 20/03/64) e da compra de cerca de tela de arame (393ª reunião em 31/03/64) para a unidade escolar do Núcleo Bandeirante. (MUDE, 1957-1980)

A 344ª reunião da Diretoria da NOVACAP (MUDE, 1957-1980), em 03 de agosto de 1964, autorizou a aquisição de material (tábuas de pinho) destinado à **Escola Classe do**

**Gama.** Na sua 404ª reunião (MUDE, 1957-1980), em 03 de agosto de 1964, foi autorizada a aquisição de telhas de fibrocimento e tábuas de pinho destinadas a essa escola.

Na 422ª reunião da Diretoria da NOVACAP (MUDE, 1957-1980), em 03 de novembro de 1964, foi aprovado o termo aditivo ao Convênio celebrado entre a Superintendência Geral de Educação e Cultura e a NOVACAP (Processo nº 11.497). Na 345ª reunião do Conselho de Administração da NOVACAP (MUDE, 1957-1980), em 04 de novembro de 1964, foi autorizada a assinatura do aditivo do convênio, para a **construção de duas escolas classes.**

Convém destacar que não há referência a nenhuma escola rural nas atas da NOVACAP, sendo mencionadas apenas as escolas das cidades satélites. A partir do ano de 1965 não há mais cópias de atas da Diretoria da NOVACAP e do seu Conselho de Administração disponível no acervo do Museu da Educação para acesso remoto.

Como já foi analisado acima, com a criação da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, em dezembro de 1964 (Lei 4.545/64), a FEDF passou a executar a política educacional do Distrito Federal, tendo como obrigação a promoção da construção de prédios destinados ao ensino oficial e o fornecimento dos meios necessários à conservação e manutenção da rede de escolas públicas (Decreto nº 422, de 16 de junho de 1965). Em janeiro de 1966 (Decreto “N” nº 481), a SEC passou a executar diretamente o ensino oficial e a FEDF tornou-se uma instituição auxiliar, continuando a ser responsável pela construção e manutenção dos prédios escolares, colaborando com a SEC na tarefa educativa.

Em relação ao ano de 1970, foi localizado no acervo do MUDE uma cópia da Revista Destaque (Brasília, Ano I, nº 5), de dezembro de 1970. É uma publicação da UNIVEST S/A. Distribuidora Nacional de Títulos e Valores Mobiliários. (MUDE, 1957-1980) Uma de suas matérias (FIGURA 18) tratou da inauguração da BR-251, ligando Brasília a Unaí, proporcionando ainda a ligação até Montes Claros e à Rodovia Rio Bahia. Iniciada em julho de 1969, a implantação e pavimentação do trecho compreendido entre a Estrada Parque do Contorno e a Divisa GO-MG, numa extensão de 83 Km, ficou sob a responsabilidade do Departamento de Estradas e Rodagens do Distrito Federal. Sua importância está no escoamento da produção de uma vasta região de MG e GO. Essa rodovia corta de leste a oeste a atual Região Administrativa de São Sebastião e passa próxima ao Centro de Ensino Fundamental Nova Betânia. Trata-se de uma das saídas do núcleo urbano da cidade. Observa-se na foto na parte superior da reportagem, à p. 27 da revista (FIGURA 18), uma placa de sinalização orientando o acesso ao Paranoá (em frente) e à BR 251, à Papuda e a Unaí (à direita). (MUDE, 1957-1980)



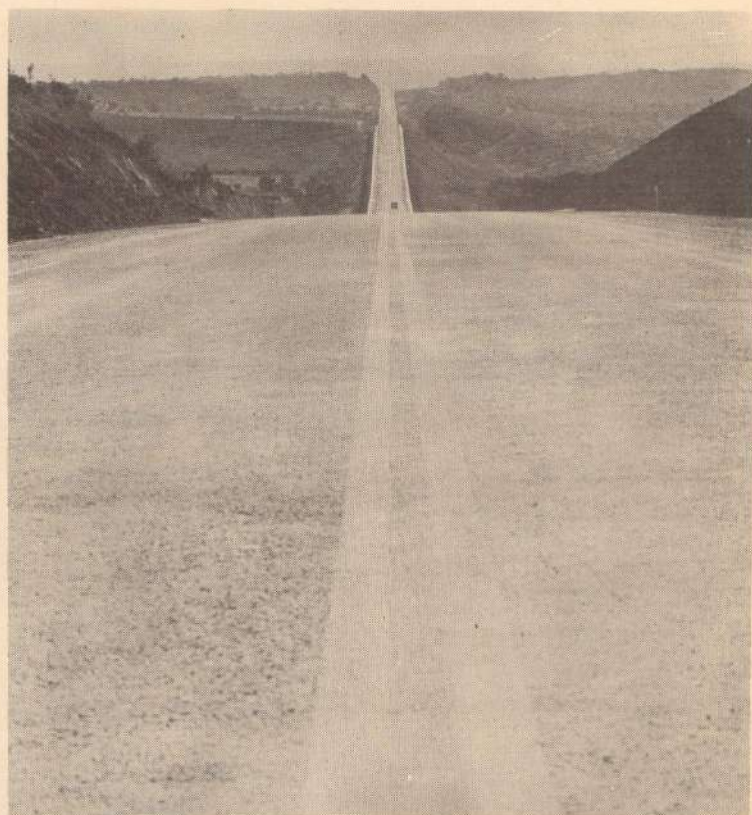
Dentro de poucos dias será inaugurada uma das mais importantes rodovias da região geo-econômica do Distrito Federal: a BR- 251, que ligará Brasília a Unai, proporcionando ainda a ligação ate Montes Claros, no norte de Minas.

A BR- 251, ha muito tempo reclamada pelos produtores e pecuaristas que abastecem Brasília, e de vital importância para toda uma imensa região que abrange os estados de Minas e Goiás, que podera, de agora em diante, escoar sem problemas sua produção agro-pecuária.

#### UNIÃO DE ESFORÇOS

Falando sobre a BR- 251, o engenheiro Claudio Starling, diretor do Departamento de Estradas e Rodagem disse que "a estrada é de fundamental importância para o Distrito Federal, principalmente pelas características econômicas de Unai e Montes Claros, cidades que se dedicam a agro-pecuária e que funcionam como centros abastecedores de Brasília".

A BR- 251 foi iniciada em junho de 1969 e será entregue pelo Departamento de Estradas e Rodagem nos próximos dias, quando será oficialmente inaugurada. A ligação de Brasília-Unai-Montes Claros foi construída graças ao convênio pelo qual o Departamento de Nacional de Estradas e Rodagem delegou ao DER-DF a tarefa de implantação e pavimentação da Rodovia BR-251, no trecho compreendido entre a Estrada Parque do Contorno e a Divisa GO-MG, numa extensão de 83 quilômetros.



Também na BR - 251 existem as grandes retas, tão comuns nas rodovias do Planalto Central.

FIGURA 18 - Página da matéria sobre a inauguração da BR-251, que atravessa a RA de São Sebastião. Revista Destaque. Set. 1970. Fonte: Acervo do MUDE.

Em relação ao ano de 1980, foi localizado no acervo do MUDE um recorte de jornal, (FIGURA 19) datado de 16 de maio de 1980. Noticia-se o lançamento do Plano de Educação e Cultura pelo Governador Aimé Lamaison, comemorando-se os vinte anos da instalação da rede oficial de ensino do Distrito Federal. (MUDE, 1957-1980)

*Nos vinte anos da instalação da rede oficial de ensino, o*

# Governo Lamaison lança Plano de Educação e Cultura



**O** Governo do Distrito Federal inicia o ano de 1980 sob a égide de novo plano quadrienal no setor de Educação e Cultura. A expectativa é de que ele seja um instrumento eficaz de operacionalização, nesse setor do principal objetivo da ação governamental, que se consubstancia no ajustamento da dinâmica econômica, social, cultural, demográfica e urbana do Distrito Federal às necessidades

de centro político-administrativo e cultural do País. A ênfase na prestação de serviços educativo-culturais às populações carentes do Distrito Federal evidencia a consonância das prioridades propostas no presente Plano de Educação e Cultura com o projeto de desenvolvimento social do Excelentíssimo Senhor Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo.

**Aimé Alcibiades Silveira Lamaison**  
Governador  
do Distrito Federal

Brasília, 16 de maio de 1980

FIGURA 19 - Recorte de jornal lançando o Plano de Educação e Cultura do Governo Lamaison. 16/05/1980. Fonte: MUDE

Nesse jornal, em sua página 2, ressalta-se que aquela gestão governamental havia se iniciado na vigência do plano quadrienal de educação (1976 a 1979) e que, pela primeira vez, o plano integrava as duas funções da Secretaria de Educação e Cultura. As diretrizes apresentadas para o setor educação, em relação ao ensino primário, foram (p. 2-3):

oferta obrigatória e gratuita na rede oficial a toda a população com idade entre 7 e 14 anos; adequação dos conteúdos educativos ao universo social do educando; eliminação do retardo na incorporação à escola (atraso na matrícula inicial); correção nas taxas de evasão e reprovação; gradual eliminação das distorções idade/série; antecipação da terminalidade real de estudos, especialmente para as populações rurais, enquanto gradativamente se ampliam as oportunidades educacionais para essa clientela. (MUDE, 1957-1980)

Esse plano havia sido aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão do dia 21 de março de 1980, através do Parecer nº 14/80, conforme referência acima. Esse parecer se restringiu a afirmar que “a análise do documento permite constatar que as exigências legais e as diretrizes do Governo Federal em relação ao setor educação encontram-se atendidas.” (DISTRITO FEDERAL, 1980, p. 110)

O Museu da Educação conta ainda com um acervo de áudio e audiovisual com aproximadamente 300 depoimentos de professores, gestores e estudantes pioneiros da educação pública.

Esses depoimentos encontram-se disponibilizados materialmente à consulta dos usuários, que poderão ter acesso mediante solicitação. No Portal, em fase de implantação, está acessível uma amostra com resumos e biografias de entrevistados, assim como descritores visuais e temáticos das entrevistas. (MUDE. Entrevistas, 2019)

Um dos depoimentos é o da Professora Maria Lúcia Ismael Nunes Moriconi. Nascida em Belém/PA, morou no Rio de Janeiro e em outubro de 1960 veio para Brasília, acompanhando o marido, Ítalo Moriconi, engenheiro industrial, sócio de uma cerâmica na região de São Sebastião. Lecionou na Escola Rural da Cerâmica Benção de novembro de 1960 até o primeiro semestre de 1962.

Há ainda um depoimento do aluno da Escola Rural da Cerâmica Benção, Osvaldo Marciano da Silva. Nascido em Carmo do Paranaíba/MG, ele chegou a Brasília em 1958, com 4 anos de idade. Seu pai trabalhou em uma cerâmica na região de São Sebastião. Osvaldo estudou na escola no ano de 1962, além de ter trabalhado na Cerâmica da Benção quando

tinha 10 anos de idade. Trabalhou também como vigia no Centro de Ensino Fundamental Cerâmica São Paulo.

#### 2.2.3.4 Coletânea Atos Normativos da FEDF

Os Atos Normativos da FEDF (DISTRITO FEDERAL, 1981) são uma coletânea dos atos oficiais da FEDF (1960 – 1980), realizado pela Comissão Básica de Pesquisa de Atos Administrativos da FEDF (COBAPA), classificando-os, ementando-os e preparando seu referencial de vigência, sob a coordenação de Mauro Elói de Oliveira. Foi publicado em 1985, pela Editora Gráfica da FEDF. O primeiro volume refere-se a informações e atos considerados históricos. Ainda, há nesse volume as portarias da FEDF (1960-1964) e da SEC (1965 a 1980), bem como as resoluções do Conselho Diretor da FEDF de 1960 até 1973. No segundo volume, há as resoluções do Conselho Diretor de 1974 a 1979. No terceiro volume, há as resoluções do Conselho Diretor (1980), além das Instruções do Presidente (1965 a 1975) e do Diretor Executivo (1976 a 1980). Nessa publicação, os atos considerados de maior relevância foram transcritos em seu inteiro teor.

No primeiro volume, há uma introdução com a apresentação de documentos históricos das instituições responsáveis pela organização do sistema de ensino do Distrito Federal. Foram transcritas a Portaria 103/B/59 da NOVACAP, que cria o Departamento de Difusão Cultural da NOVACAP; o Decreto nº 47.472, de 22/12/59, do Governo Federal, que institui a CASEB; o Decreto nº 47832-A, de 04/03/60, do Governo Federal, que institui a Fundação Educacional Brasília; o Decreto nº 48.297, de 17/06/60, do Governo Federal, que institui a Fundação Educacional do Distrito Federal, os Estatutos da FEDF e a Escritura de Instalação da FEDF. Há ainda um fac-símile da Ata de Instalação da FEDF (FOTOGRAFIA 69). Por fim, nessa introdução, apresentam-se dados históricos do ensino oficial do Distrito Federal, a partir de pesquisas feitas na Revista Brasília, da NOVACAP, e nas atas das reuniões da Diretoria da FEDF. (DISTRITO FEDERAL, 1981)

Nesse histórico, afirma-se que a criação da Fundação Educacional Brasília, em 04 de março de 1960, tinha a “finalidade de organizar e manter na nova Capital estabelecimentos de ensino de grau médio”. (DISTRITO FEDERAL, 1981, p. XXIX) Sua existência foi efêmera, “diante das necessidades educacionais da população do Distrito Federal”, tornando-se necessário a criação da Fundação Educacional do Distrito Federal, “para executar a Política

Educacional da Capital Federal”, quando foi extinta a CASEB e a Fundação Educacional Brasília. (DISTRITO FEDERAL, 1981, p. XXX).

Dhu 7

Ata de Instalação da Fundação Edu-  
caional do Distrito Federal.

Das vinte e nove dias do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e seis, no Bloco um, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, presentes os senhores doutores Ernesto Silva, Francisco Monteiro de Almeida Filho, Eli Mengelli e Padre José de Vasconcelos, membros do Conselho Diretor e o suplente doutor Alvaro Alvaros da Silva Campos, instalou-se a Fundação Educacional do Distrito Federal, sob a presidência do doutor Bayard Luz de Lima, tendo sido declarados responsáveis os referidos membros do Conselho Diretor em conformidade com o disposto no artigo 9º, § 1º, do Estatuto da Fundação Educacional do Distrito Federal. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente deu por superada a sessão tendo se Edna Baker, funcionando como Secretária ad hoc, assinando a presente ata que vai assinada por todos. Em Edna Baker Secretária ad hoc a subscrito.

Bayard Luz de Lima  
Presidente

Francisco Monteiro de Almeida Filho  
Membro

At no livro nº 1

FOTOGRAFIA 69 - Ata de instalação da Fundação Educacional do Distrito Federal, em 29 de setembro de 1960. Fonte: Fundo FEDF / ArPDF. Fotografia: Guilherme França.

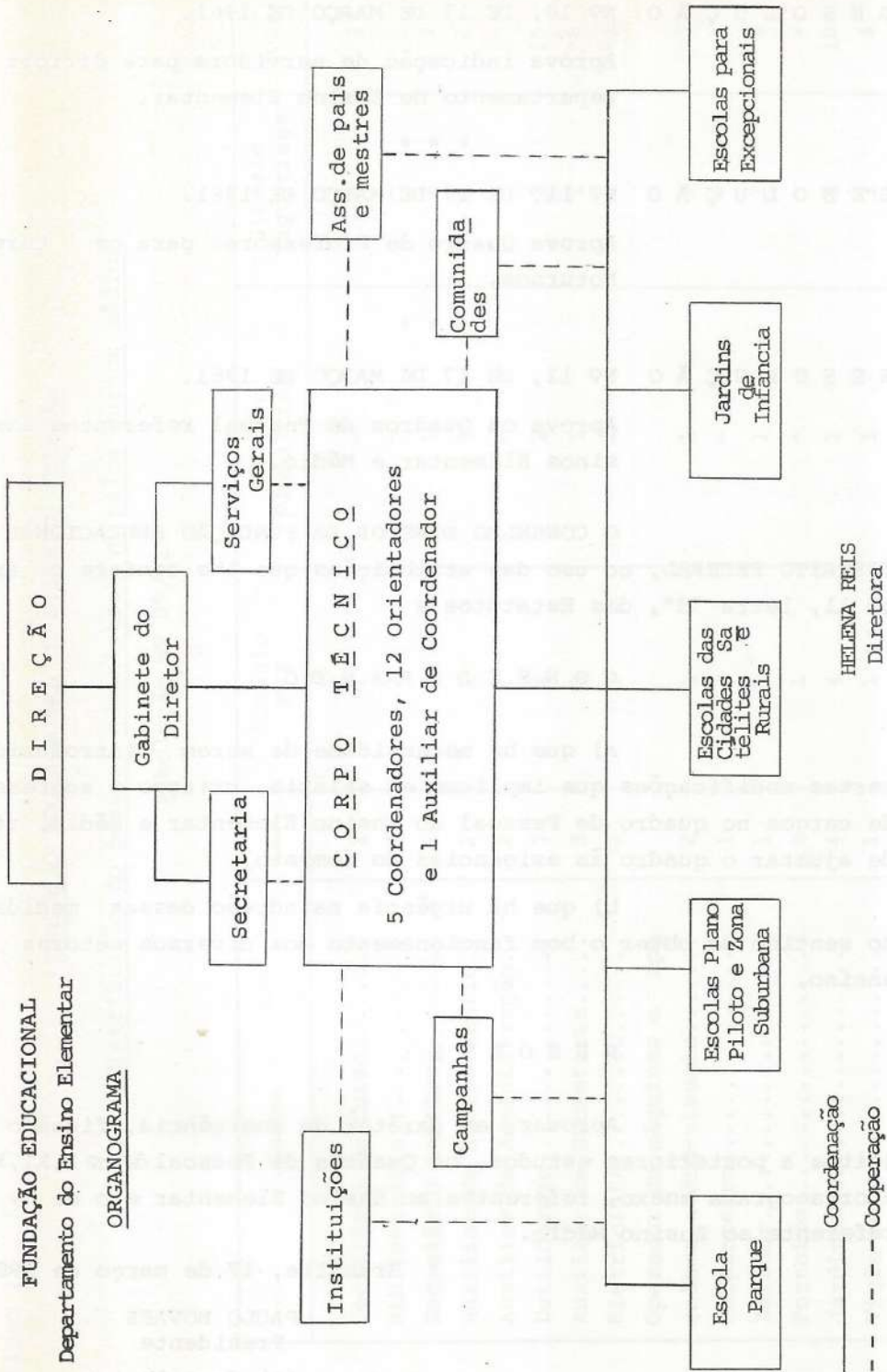
Realizei um levantamento das portarias, resoluções e instruções que dizem respeito às escolas rurais, mais tarde, escolas classes, que existiam na região de São Sebastião no ano de 1980: Escola Rural Cerâmica da Benção, Escola Rural Cerâmica São Paulo, Escola Rural Cachoeirinha, Escola Rural Jataí e Escola Rural Nova Betânia. Selecionei normas que dispuseram sobre a estrutura administrativa da FEDF, que, de forma indireta, implicaram no funcionamento das escolas rurais. Há também algumas normas que dizem respeito aos professores e responsáveis das escolas rurais.

Em 1960, a Resolução nº 03 do Conselho Diretor da FEDF, de 23 de novembro de 1960, aprovou o Regulamento Provisório da Fundação Educacional. Essa resolução tratou das competências e da organização do Departamento Administrativo, não dispendo, no entanto, sobre as competências e a organização dos Departamentos do Ensino Médio e do Ensino Elementar. (DISTRITO FEDERAL, 1981)

Em relação ao quadro de pessoal da FEDF, a Resolução nº 9, de 22 de fevereiro de 1961, aprovou, em caráter provisório, as Tabelas de Níveis salariais e de Gratificações relativas ao pessoal da FEDF. (DISTRITO FEDERAL, 1981) Logo em seguida, em 17 de março de 1961, a Resolução nº 12 (DISTRITO FEDERAL, 1981) aprovou, em caráter de emergência, o organograma da Coordenação de Ensino Elementar e o Quadro de Pessoal referente ao Ensino Elementar e Médio. Considerou-se que havia “necessidade de serem introduzidas certas modificações que implicam em salário, criação e supressão de cargos no quadro de Pessoal do Ensino Elementar e Médio, afim de ajustar o quadro às exigências do momento” e que havia “urgência na adoção dessas medidas, no sentido de obter os bom funcionamento dos diversos setores de ensino”. (DISTRITO FEDERAL, 1981, p. 183)

Nesse organograma do Departamento do Ensino Elementar (FOTOGRAFIA 70) aprovado, as escolas vinculadas a esse Departamento estão assim classificadas: escola parque, escolas do plano piloto e zona suburbana, escolas das cidades satélites e rurais, jardins de infância e escolas para excepcionais. (DISTRITO FEDERAL, 1981, p. 184) Observa-se, já nessa primeira estrutura administrativa do Departamento do Ensino Elementar, uma nítida distinção entre as escolas do Plano Piloto e as das cidades satélites e rurais.





FOTOGRAFIA 70 - Organograma do Departamento do Ensino Elementar da FEDF, aprovado pela Resolução nº 12, de 17 de março de 1961, pelo Conselho Diretor da FEDF. Fonte: Atos Normativos da FEDF, Vol. 1, p. 184.

No Quadro X dessa Resolução nº 12 (DISTRITO FEDERAL, 1981, p. 185), é atribuída aos assistentes dos setores, no caso os “responsáveis por escolas”: suburbanas e rurais (duas classes ou mais), uma FG (Função Gratificada) correspondendo a 1/6 do salário mínimo. Nesse mesmo quadro é informado o quantitativo necessário de cinco funções, havendo um ponto de interrogação logo após esse número: 5?. Isso significa que, em março de 1961, deveria ter cinco escolas suburbanas e rurais (com duas classes ou mais). Para fins de comparação, um diretor de escola classe receberia o equivalente a 1 salário mínimo, seu vice-diretor, ½ salário mínimo, devendo nesse período ter 14 escolas classes, conforme o mesmo quadro. A Resolução nº 50 do Conselho Diretor da FEDF (DISTRITO FEDERAL, 1981), em 30 de novembro de 1961, aprovou o aumento de gratificações dos professores responsáveis por escolas. Conforme foi apresentado acima, essa decisão se deu na 41ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FEDF, realizada em 30/11/1961, alegando-se as “atividades especiais e os horários de trabalho que exercem” (FEDF, 1960-1965, p. 66 frente). Os professores responsáveis por escolas administravam as escolas rurais com duas classes ou mais (conforme Quadro X da Resolução nº 12/61), não chegando a oito classes, como nas escolas classes. Supõe-se que nas escolas de classe única não havia uma gratificação para o responsável por escola, considerando a omissão na norma em relação às mesmas.

No quadro XI anexo a essa Resolução nº 12 (DISTRITO FEDERAL, 1981, p. 186-7), é informado que um professor de seis horas receberia o equivalente a três salários mínimos, totalizando 210 professores nesse grupo, e um professor horista receberia o equivalente a 1,5 salário mínimo, totalizando 200 professores nesse grupo. Havia ainda 130 professores estagiários de seis horas, recebendo o equivalente a 2,6 salários mínimos. Percebe-se uma distorção nos vencimentos entre os professores contratados por seis horas e os professores horistas, sendo que havia quase a mesma quantidade de professores em cada categoria.

Em 1962, a Resolução nº 01 do Conselho Diretor da FEDF (DISTRITO FEDERAL, 1981), de 19 de janeiro de 1962, aprovou os regimentos internos dos Departamentos de Ensino Médio e Ensino Elementar (Proc. Nº 13/62-SC). Não há a transcrição em inteiro teor desses regimentos, constando na referida publicação apenas a ementa da resolução. Já a Resolução nº 15 do Conselho Diretor da FEDF, de 29 de março de 1962 (DISTRITO FEDERAL, 1981), alterou parte do Regimento do Departamento de Ensino Elementar. O seu Art. 62 passou a vigorar com a seguinte redação: “As escolas de ensino elementar classificam-se em escolas classe com 8 (oito) ou mais classes, escolas de classes agrupadas com 2 a 7 (duas a sete) classes, escolas de classe única, escolas pré-primária (no máximo com 8 classes), escolas para excepcionais (a serem criadas e regulamentadas)”. (DISTRITO FEDERAL,

1981, p. 207) O Art. 65 passou a ter a seguinte redação: “As escolas classes com 8 a 11 (oito a onze) classes terão um Diretor e não terão Vice-Diretor”. (DISTRITO FEDERAL, 1981, p. 207) Conforme foi dito acima, na 58ª reunião do Conselho Diretor da FEDF (FEDF, 1960-1965), que aprovou essa resolução, essa classificação das escolas foi elaborada em função das medidas adotadas para remoção de diretores.

Percebe-se, dessa forma, a menção às escolas de classe única, além das já designadas escolas de classes agrupadas, com 2 a 7 classes. Quando foi estabelecida a gratificação para os responsáveis de escolas (Quadro X da Resolução nº 12/61), esta estava prevista para as escolas suburbanas e rurais com duas classes ou mais e no organograma do Departamento do Ensino Elementar, também aprovado por essa Resolução nº 12/61, há referência às escolas das cidades satélite e rurais, de uma forma geral, diferenciando-as das escolas do Plano Piloto e zona suburbana.

A Resolução nº 51 (DISTRITO FEDERAL, 1981, p. 239-241), de 12 de dezembro de 1963, resolveu, “*ad referendum* do Conselho Diretor”, aprovar o quadro de funções em comissão (FC) para o Departamento do Ensino Elementar, discriminando-se o “Diretor de Escola Classe Agrupadas” e os “Responsáveis de Escola”, a ambos sendo atribuídos igualmente o FC-9. Supõe-se que o diretor de escola classe agrupada atuava nas escolas das cidades satélites e os responsáveis de escola, nas escolas rurais.

Em relação à contratação de professores para a FEDF, a Resolução nº 05 do Conselho Diretor da FEDF (DISTRITO FEDERAL, 1981), de 10 de dezembro de 1960, normatizou a admissão de professores em 1961. A Resolução nº 18 do Conselho Diretor da FEDF, de 15 de maio de 1961, aprovou as instruções para as provas de seleção para professor da Fundação Educacional do Distrito Federal (Departamento do Ensino Elementar), oferecendo 256 vagas de professores do ensino elementar. (DISTRITO FEDERAL, 1981) Esse quantitativo (256) é um pouco maior do que os 200 professores horistas existentes no quadro de pessoal, indicados anexo da Resolução 12/61. Um ano e quatro meses depois, a Resolução nº 36 do Conselho Diretor da FEDF, de 19 de setembro de 1962, aprovou a abertura de inscrições para a seleção de Professores do Ensino Elementar. Depois, a Resolução nº 19 do Conselho Diretor da FEDF, de 22 de março de 1963, aprovou normas para a inscrição de candidatos a professores (Proc. Nº 744/62 – SC).

Em relação ao exercício do cargo de diretor de escola, a Resolução nº 25 do Conselho de Educação da FEDF (DISTRITO FEDERAL, 1981), de 01 de julho de 1961, aprovou instruções para as provas de seleção de diretores do Ensino Elementar, para as escolas que seriam criadas a partir daquela data. O candidato deveria ter experiência de cinco anos de

efetivo exercício de professor primário e pelo menos um ano como professor da FEDF. As provas seriam de Supervisão e Administração Escolar e de Psicologia Educacional, havendo ainda uma entrevista. Em 1963, a Resolução nº 05 do Conselho Diretor da FEDF (DISTRITO FEDERAL, 1981), de 07 de março de 1963, autorizou a designação de professor responsável por escola, e estabeleceu prazo para o Departamento do Ensino Elementar realizar o concurso de Diretores (Proc. nº 135/63 – SC).

Em parecer do CEDF, 16 anos após essa autorização de professor responsável por escola, em 1963, apresenta-se uma justificativa para a autorização do exercício de diretor nas escolas rurais. Conforme foi apresentado acima, no Parecer nº 68/79 do CEDF (DISTRITO FEDERAL, 1979), a Resolução 01/74, aprovada pelo CEDF, exigia uma habilitação específica para o exercício da função de diretor, sendo que os profissionais habilitados não se interessavam e nem aceitavam a indicação para a direção das escolas rurais. De acordo com o Departamento de Pedagogia da SEC, havia mudanças frequentes de direção nessas escolas devido às dificuldades de condições de trabalho existentes nas mesmas. Esse parecer autorizou o exercício da função de diretor de escola classe rural a professor não habilitado, mediante exame curricular pela SEC.

A Resolução nº 46 do Conselho Diretor da FEDF (DISTRITO FEDERAL, 1981), de 24 de novembro de 1961, reafirmou confiança no corpo docente da FEDF. Convém lembrar que em 1962, houve uma greve em abril (11/05/1962, 62ª reunião ordinária) e a falta coletiva dos professores do ensino médio, no mês de maio (23/05/1962, 65ª reunião ordinária). Esse ano de 1962 foi marcado por uma crise no sistema de ensino, conforme análise realizada acima, a partir das atas de reuniões do Conselho Diretor da FEDF (FEDF, 1960-1965). Em função dessa crise, a Resolução nº 39 do Conselho Diretor da FEDF (DISTRITO FEDERAL, 1981), de 21 de setembro de 1962, especificou os convidados permanentes para as reuniões do Colegiado. Na 79ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FEDF (FEDF, 1960-1965), realizada nesse dia, conforme já exposto acima, foram considerados como convidados permanentes para as reuniões do Colegiado: os membros da Junta de Controle, diretores de departamentos e de unidades escolares, representantes de Associações de pais e mestres, representante da Associação de Professores do Ensino Elementar e representante da Associação de Professores do Ensino Médio.

Da mesma forma, a Resolução nº 40 do Conselho Diretor da FEDF (DISTRITO FEDERAL, 1981), de 28 de setembro de 1962, aprovou a realização de uma enquete para apurar o rendimento escolar e condições de funcionamento das escolas. Essa decisão já havia sido mencionada acima, quando da realização da 80ª reunião do Conselho Diretor da FEDF

(FEDF, 1960-1965), em 21/09/62, e tinha como objetivo as críticas consideradas vagas e imprecisas formuladas quanto ao sistema de ensino. Essa reunião contou com a presença do novo presidente da FEDF, Dr. Eliasar Rosa, tendo sido lido e passado os processos dos planos de emergência dos Departamentos.

Em relação à necessidade de construção de escolas, a Resolução nº 13 do Conselho Diretor da FEDF (DISTRITO FEDERAL, 1981), de 19 de março de 1963, reiterou recomendação à NOVACAP para construção imediata de escolas (Proc. Nº 87/63 – SC). Essa resolução já havia sido proposta desde 79ª reunião do Conselho Diretor da FEDF (FEDF, 1960-1965), realizada em 21 de setembro de 1962, conforme já relatado acima.

O Conselho Diretor da FEDF ficou sem expedir resoluções entre 23 de março e 26 de junho de 1963, sendo que em 27 de junho de 1963 as resoluções passaram a ser aprovadas “*ad referendum*” até 20 de maio de 1964. Somente em 17 de julho de 1964 o Conselho Diretor voltou a se reunir (96ª reunião), conforme assinalado acima.

Na Resolução nº 25 (DISTRITO FEDERAL, 1981), de 27 de junho de 1963, o Presidente do Conselho Diretor, Luiz Carlos Pujol, considerou que não havia o número de conselheiros exigido pelos respectivos Estatutos para reunir-se e que as providências para recomposição do Conselho Diretor já haviam sido solicitadas, ao Sr. Prefeito, pelo ofício de nº 108/63, de 1º de abril de 1963. Conforme foi observado acima, o Conselho Diretor da FEDF reuniu-se apenas sete vezes em 1963, tendo sido a sua última reunião, a 95ª, realizada em 22 de março de 1963. Ainda, um conselheiro já tinha se referido, em 04 de março desse ano, às críticas que se faziam ao Conselho Diretor (89ª reunião). (FEDF, 1960-1965)

Em relação aos professores da zona rural, em 1965, a Resolução nº 18 do Conselho Diretor (DISTRITO FEDERAL, 1981), de 16 de junho, concedeu ao professor da zona rural auxílio adicional (Proc. Nº 00859/64-FEDF), conforme já havia sido relatado acima, na 127ª reunião do Conselho Diretor (FEDF, 1960-1965), em 16 de junho de 1965. Em 01 de junho de 1967, a Resolução nº 05 do Conselho Diretor da FEDF (DISTRITO FEDERAL, 1981) também concedeu gratificação aos professores da Zona Rural (Proc. Nº 04882/66-SEC). Em 01 de setembro de 1972, com a instituição das carreiras de professor de ensino médio e elementar na Tabela de Empregos Permanentes da FEDF, através da Resolução nº 13 (DISTRITO FEDERAL, 1981), foi concedida aos professores de ensino elementar em efetivo exercício em estabelecimentos de ensino localizados na zona rural, uma ajuda de custo na base de 12% (doze por cento) do salário da Classe A. Aos professores de ensino médio e elementar do Gama, Brazlândia e Planaltina, foi concedida uma ajuda de custo de 8% (oito

por cento) do salário da Classe A, e aos professores de Ceilândia, 4% (quatro por cento) do salário da Classe A. (DISTRITO FEDERAL, 1981, p. 281-282)

Considerou-se o Art. 67 do Regimento que havia sido aprovado (Decreto “N” nº 481/66). Em 10 de junho de 1966, a Resolução nº 07, de 10 de junho de 1966, aprovou os estatutos da FEDF (Proc. nº 05485/66 – FEDF).

Com a alteração do regimento da SEC em 1971, a administração das escolas foi transferida novamente para a FEDF. Sendo assim, em 04 de março de 1971, através da Resolução nº 02 do Conselho Diretor da FEDF (DISTRITO FEDERAL, 1981), foram aprovados os regulamentos dos Departamentos de Ensino Elementar e Médio, com a criação de funções em comissão (Proc. Nº 00825/71-FEDF). Isso porque as Coordenações de Educação Primária e de Educação Média, na estrutura da Secretaria de Educação e Cultura, foram extintas, por ato do Exmo. Senhor Governador. Em 10 de dezembro de 1971, através da Resolução nº 33 do Conselho Diretor da FEDF (DISTRITO FEDERAL, 1981), é aprovado o Regimento da Fundação Educacional do Distrito Federal (Proc. Nº 05001/71-FEDF), que seria submetido à homologação do Exmo. Senhor Governador do Distrito Federal e entraria em vigor em 1º de fevereiro de 1972. Foram revogadas as Resoluções nº 03, de 23/11/60, nº 02/71-CD, de 04/03/71, nº 26/71-CD, de 14/10/71, nº 27/71-CD, de 22/10/71 e itens 6 e 7 da Resolução nº 24/71-CD, de 14/10/71.

Em relação às portarias da FEDF, publicadas entre 1960 a 1965, totalizando 3.836, observa-se que, em sua maioria, se referia à administração de pessoal. Excetuam-se algumas poucas que trataram de normas para concurso de professores (nº 82/61), normas de avaliação para os alunos dos cursos de ensino secundário (nºs 95, 96 e 100/61) e da criação da Comissão de Coordenação de Educação Física no Departamento de Educação Média (nº 215/65).

A partir de 1966, quando foram transferidos para a SEC os encargos e serviços relativos ao ensino até então mantido pela FEDF, as portarias, agora expedidas pela SEC, passam a se referir a outros assuntos além da administração de pessoal. A Portaria “N” nº 08 (DISTRITO FEDERAL, 1981), de 13 de setembro de 1966 (transcrita às p. 5-18 do Vol. I), por exemplo, normatizou a elaboração dos Regimentos Internos dos estabelecimentos de ensino médio, e a “N” nº 9 (DISTRITO FEDERAL, 1981), de 19 de outubro de 1966, aprovou normas para o Planejamento Organização do Ano Letivo de 1967 (p. 18, sem transcrição).

Em 1967, a Portaria “N” nº 26 (DISTRITO FEDERAL, 1981), de 28 de novembro de 1967, normatizou o Trabalho Escolar do Ano Letivo de 1968 (p. 28, sem transcrição) e a “N”

nº 29 (DISTRITO FEDERAL, 1981), de 21 de dezembro de 1967, regulamentou o trabalho de orientação pedagógica aos professores das escolas primárias do DF (p. 29, sem transcrição).

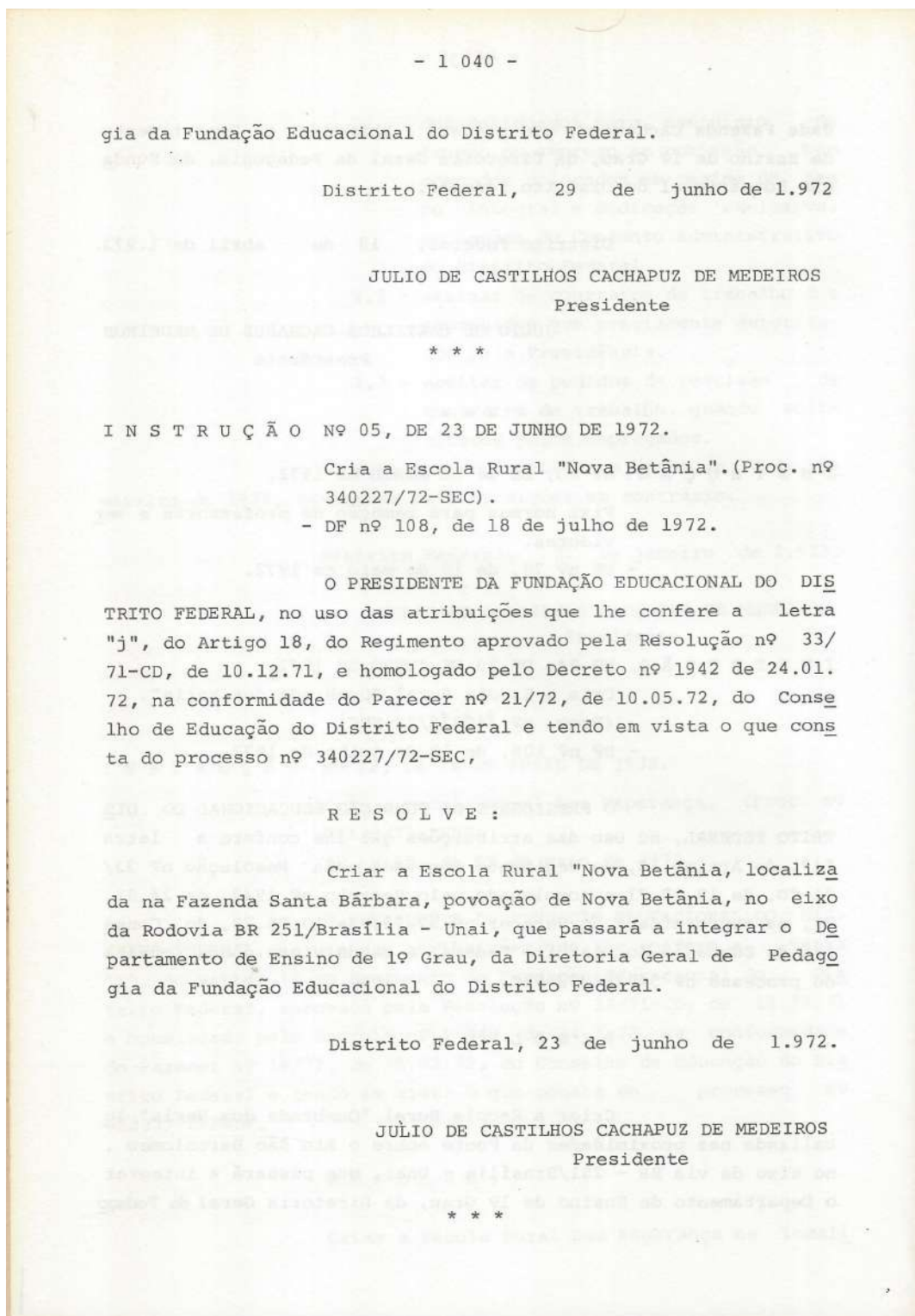
Em 1968, tiveram duas portarias que regulamentaram a lotação e remoção de professores do ensino elementar (“N” nº 31, de 16 de fevereiro e nº 38, de 02 de setembro de 1968). (DISTRITO FEDERAL, 1981)

Em 1969, a Portaria nº 65 (p. 36-37, transcrita), de 12 de agosto de 1969 aprovou a classificação das escolas do ensino elementar, “considerando a autorização da gratificação de Gabinete aos Diretores, Vice-Diretores e Responsáveis de escolas do ensino elementar assinada pelo Exmo. Sr. Prefeito do Distrito Federal, em 15 de julho de 1969” (DISTRITO FEDERAL, 1981, p. 36). As escolas foram classificadas de acordo com a quantidade de classes, até 08 (Tipo D), de 09 a 12 (Tipo C), de 13 a 16 (Tipo B) e de 17 a mais (Tipo A). Considerou-se classe “o mínimo de 25 alunos sob direção de um ou mais professores e com assistência regular de aulas” (DISTRITO FEDERAL, 1981, p. 37). O anexo I apresentou o quadro de classificação das escolas, havendo 42 escolas tipo A, 45 escolas tipo B, 26 escolas tipo C e 11 escolas tipo D. (DISTRITO FEDERAL, 1981) Nenhuma das duas escolas que já existiam na região de São Sebastião apareceram nesse quadro.

Em relação às instruções, expedidas pelo Presidente da FEDF a partir de 1968, a de nº 17 (DISTRITO FEDERAL, 1981), de 22 de setembro de 1969, aprovou o regulamento para seleção e movimentação de professores, tendo sido revogado pela Instrução nº 15, de 30 de setembro de 1971, que aprovou o regulamento da movimentação de professores.

Em janeiro de 1964, novas escolas começam a serem criadas a partir de resoluções. Como já havia sido assinalado por Pires (1978, p. 88), desde a sua instalação, a FEDF criou os estabelecimentos de ensino, alguns por resoluções e outros não se tem conhecimento do seu ato de criação. A partir de 19 de março de 1971, as escolas começaram a ser criadas através de instruções, o que ocorre até 29 de outubro de 1975. Isso porque, como já foi dito acima, com a alteração no regimento da Secretaria de Educação e Cultura, a administração das escolas foi transferida para a FEDF e as escolas oficiais passaram a ser criadas pela própria FEDF, ouvido o Conselho Estadual de Educação, conforme os Decretos nº 1.627 e nº 1628, de 14 de março de 1971. (PIRES, 1978) Com o estatuto da FEDF, aprovado em 25 de junho de 1976 (Decreto nº 3.290), esta passa a ser órgão de prestação de serviços educacionais do Distrito Federal. (ArPDF, 2018, p. 58) A partir de 27 de dezembro de 1977, a autorização do funcionamento de escolas começou a ser realizado através de portaria, o que ocorreu até o dia 26 de dezembro de 1979.

A Escola Rural “Nova Betânia” foi criada através da Instrução nº 05 (FOTOGRAFIA 71), de 23 de junho de 1972 (Proc. nº 3402-SEC), publicado no DF nº 108, de 18 de julho de 1972. Em conformidade com o Parecer nº 21/72, de 10.05.72, do Conselho de Educação do Distrito Federal. (DISTRITO FEDERAL, 1981)



FOTOGRAFIA 71 - Instrução nº 05, de 23 de junho de 1972, que cria a Escola Rural “Nova Betânia”.  
Fonte: Atos Normativos da FEDF (DISTRITO FEDERAL, 1981), Vol. III, p. 1.004.



Como em 1971 houve uma alteração no regimento da SEC e a administração das escolas foi transferida para a FEDF, as resoluções da FEDF passam a interferir mais diretamente na organização e funcionamento das escolas. Em 27 de agosto de 1971, a Resolução nº 21 do Conselho Diretor da FEDF (DISTRITO FEDERAL, 1981) autorizou a criação de grupos de trabalho e comissões para a implantação da Lei 5692, de 11/08/71. Em 27 de setembro de 1973, essa Resolução nº 21 foi revogada pela Resolução nº 32, que autorizou a Presidência da FEDF “a criar grupos de trabalhos, grupos-tarefa, comissões e subcomissões, com o fim de realizar tarefas para as quais entenda necessário agir sob essa forma”.

Desde a alteração dos regimentos da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, através do Decreto nº 2.893, de 13 de maio de 1975, a Fundação Educacional, responsável pela execução da política educacional do Governo do Distrito Federal, encontrou-se em fase de reestruturação. Procedeu-se a um processo de descentralização pedagógica e administrativa das suas atividades gradativamente, instituindo 21 complexos escolares e 10 coordenações administrativas, responsáveis pela execução das normas emanadas da SEC-FEDF, nos termos da Resolução nº 7, de 17.02.1975 – Conselho Diretor da FEDF. (Distrito Federal, [1975]) Pretendia-se, dessa forma: “aumentar a rapidez e eficácia do processo decisório [...], liberar a administração central de rotinas de execução [...], regionalizar a administração do ensino [...], criar melhores condições administrativas e pedagógicas para o sistema de ensino do Distrito Federal.” (Distrito Federal, [1975], p. 16)

A Resolução nº 95 (DISTRITO FEDERAL, 1981), de 21 de outubro de 1976 (FOTOGRAFIA 72), aprovou os regimentos da Administração Central e dos Complexos Escolares da FEDF. Ainda, definiu os estabelecimentos que integram a rede oficial de ensino, ficando extintos, transformados ou alterados as denominações daqueles criados em período anterior ao da vigência da presente resolução, na forma do anexo III.

As escolas situadas na região de São Sebastião, que pertenciam ao Complexo Escolar do Gama, deixaram de ser denominadas escolas rurais e passaram a ser escolas classes: Cachoeirinha, Cerâmica da Benção, Cerâmica São Paulo, Jataí e Nova Betânia.

- 583 -

SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO PROPOSTA
UNIDADE ORGÂNICA	UNIDADE ORGÂNICA
ESCOLA CLASSE Nº 19	ESCOLA CLASSE 19 DO GAMA
ESCOLA CLASSE Nº 20	ESCOLA CLASSE 20 DO GAMA
ESCOLA CLASSE Nº 21	ESCOLA CLASSE 21 DO GAMA
ESCOLA CLASSE Nº 22	ESCOLA CLASSE 22 DO GAMA
ESCOLA CLASSE Nº 23	ESCOLA CLASSE 23 DO GAMA
ESCOLA CLASSE SARGENTO LIMA (Zona Visconde de Inhaúma - Marinha)	ESCOLA CLASSE SARGENTO LIMA
ESCOLA RURAL CACHOEIRINHA	ESCOLA CLASSE CACHOEIRINHA
ESCOLA RURAL CERÂMICA DA BENÇÃO	ESCOLA CLASSE CERÂMICA DA BEN ÇÃO
ESCOLA RURAL CERÂMICA SÃO PAULO	ESCOLA CLASSE CERÂMICA SÃO PAU LO
ESCOLA RURAL CÔRREGO BARREIRO	ESCOLA CLASSE CÔRREGO BARREIRO
ESCOLA RURAL FAZENDA CURADO	ESCOLA CLASSE CURADO
ESCOLA RURAL GRANJA OLIVEIRAS	ESCOLA CLASSE GRANJA DAS OLI VEIRAS
ESCOLA RURAL DO D.V.O.	ESCOLA CLASSE GESNER TEIXEIRA
ESCOLA RURAL DO JATAÍ	ESCOLA CLASSE JATAÍ
ESCOLA RURAL NOVA BETÂNIA	ESCOLA CLASSE NOVA BETÂNIA
ESCOLA RURAL PATRONATO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL (LAR DO MENOR)	ESCOLA CLASSE PATRONATO AGRÍCO LA (LAR DO MENOR)
ESCOLA RURAL QUEBRADA DOS NERIS	ESCOLA CLASSE QUEBRADA DOS NE RIS
ESCOLA RURAL TAMANDUÁ	ESCOLA CLASSE DO TAMANDUÁ
<u>SOBRADINHO</u>	
ESCOLA CLASSE Nº 1	ESCOLA CLASSE 01 DE SOBRADINHO
ESCOLA CLASSE Nº 5	ESCOLA CLASSE 05 DE SOBRADINHO
ESCOLA CLASSE Nº 6	ESCOLA CLASSE 06 DE SOBRADINHO
ESCOLA CLASSE Nº 7	ESCOLA CLASSE 07 DE SOBRADINHO
ESCOLA CLASSE Nº 9	ESCOLA CLASSE 09 DE SOBRADINHO
ESCOLA CLASSE Nº 10	ESCOLA CLASSE 10 DE SOBRADINHO
ESCOLA CLASSE Nº 12	ESCOLA CLASSE 12 DE SOBRADINHO
ESCOLA RURAL DA BOA VISTA	ESCOLA CLASSE BOA VISTA
ESCOLA RURAL CATINGUEIRO (ÁGUA NOVA)	ESCOLA CLASSE CATINGUEIRO
ESCOLA RURAL DA CACHOEIRINHA	ESCOLA CLASSE CACHOEIRA



Nas Séries históricas 1960-1980 (DISTRITO FEDERAL, 1980b), até 1971, o ensino rural era computado apenas no total do Distrito Federal, não sendo distribuído por cidades satélites ou regiões. A partir de 1972, o 1º Grau Rural foi distribuído pelas Regiões Administrativas e a partir de 1975, as escolas rurais foram incluídas nos complexos escolares. As escolas rurais da Região Administrativa VII do Paranoá foram lançadas nos Complexos Escolares do Gama (1975 e 1976) e de Sobradinho (1976), conforme a Resolução nº 95/76 (DISTRITO FEDERAL, 1981), que aprovou os regimentos da Administração Central e dos Complexos Escolares da FEDF, apresentada acima.

Ainda em relação à Resolução nº 95/76 (DISTRITO FEDERAL, 1981), em seu anexo IV, consta os empregos de provimento em comissão da FEDF para as escolas. No caso das escolas situadas na atual região de São Sebastião, há a observação: “as escolas-classe, a seguir, que, comportam no máximo 6 turmas, ficarão sob a responsabilidade de um professor, com horas excedentes, credenciado através de ato próprio, pra desenvolver atividades-pedagógico-administrativas”. (DISTRITO FEDERAL, 1981, p. 622)

Em 1978, a Portaria nº 25 (DISTRITO FEDERAL, 1981), de 13 de julho de 1978 (p. 75, sem transcrição), autorizou o Diretor-Executivo da FEDF a desenvolver estudos para a instituição do Complexo Escolar com jurisdição sobre as escolas rurais.

A instrução nº 52, de 24 de outubro de 1979, revogada pela Instrução nº 58 (DISTRITO FEDERAL, 1981), de 29 de janeiro de 1980, vinculou unidades de ensino ao Complexo Escolar “A” do Núcleo Bandeirante, para efeito de supervisão e controle, estabelecendo, dessa forma, a área de jurisdição do referido Complexo Escolar. As escolas na região de São Sebastião integraram esse complexo: Escola Classe Cerâmica São Paulo, Escola Classe Cerâmica Benção, Escola Classe Nova Betânia, Escola Classe Cachoeirinha e Escola Classe Jataí (FOTOGRAFIA 74).

- 1 221 -

Nº DE ORDEM	UNIDADE DE ENSINO
01	Escola Classe 01 do Núcleo Bandeirante
02	Escola Classe 02 do Núcleo Bandeirante
03	Escola Classe 03 do Núcleo Bandeirante
04	Escola Classe 04 do Núcleo Bandeirante
05	Escola Classe 05 do Núcleo Bandeirante
06	Escola Classe Metropolitana
07	Escola Classe da Zoobotânica
08	Escola Classe Vargem Bonita
09	Escola Classe Estação Florestal "Cabeça do Veado"
10	Escola Classe Kanegae
11	Escola Classe Ipê
12	Escola Classe Riacho Fundo
13	Escola Classe Granja das Oliveiras
14	Escola Classe Cerâmica São Paulo
15	Escola Classe Cerâmica da Bênção
16	Escola Classe Quebrada dos Neris
17	Escola Classe Nova Betânia
18	Escola Classe Curado
19	Escola Classe Cachoeirinha
20	Escola Classe Jatai
21	Centro de Ensino de 1º Grau 01 do Núcleo Bandeirante
22	Centro Educacional 01 do Núcleo Bandeirante
23	Unidade Móvel de Orientação Social/UNIMOS/SESC

2. Determinar que esta Instrução entre em vi-  
gor nesta data, revogadas a Instrução nº 52/79-DE.

Brasília-DF., 29 de janeiro de 1.980.

JOALDOMAR GOMES ALMEIDA

Diretor-Executivo

\* \* \*

A Portaria nº 17, de 07 de julho de 1980, da SEC concedeu “reconhecimento aos Estabelecimentos Oficiais de Ensino Constantes do Anexo da presente Portaria, mantidos pela Fundação Educacional do Distrito Federal, entidade que integra a Administração Descentralizada, vinculada à Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal.” (DISTRITO FEDERAL, 1981, p. 142) Essa portaria considerou o disposto nos Pareceres 107/79 e 006/80 do CEDF. Conforme apresentado acima, na seção referente ao Conselho de Educação do Distrito Federal, esses pareceres consideraram que os estabelecimentos de ensino da rede oficial deveriam ser considerados autorizados e reconhecidos, para efeito do que dispõe a Portaria nº 30, de 10 de janeiro de 1978, do Ministério da Educação e Cultura. (DISTRITO FEDERAL, 1979)

Essa Portaria nº 17/80 da SEC reconheceu a Escola Classe Cachoeirinha, (FOTOGRAFIA 75), que tinha a denominação anterior de Escola Rural de Cachoeirinha e estava localizada no Núcleo Rural de Tabatinga, Fazenda Santa Bárbara, pertencente à Região Administrativa VII, do Paranoá. (DISTRITO FEDERAL, 1981)

747

ANEXO DA PORTARIA Nº 17, DE 07 DE JULHO DE 1980

(Continuação)

Fls. 4

NOME DO ESTABELECIMENTO	ENDEREÇO	DENOMINAÇÕES ANTERIORES
Escola Classe 113 Sul.	SQS. 113 - Brasília	Escola Classe da SQ. 113 Sul.
Escola Classe 114 Sul.	SQS. 114 - Brasília	Escola Classe da SQ. 114 Sul.
Escola Classe 204 Sul.	SQS. 204 - Brasília	Escola Classe da SQ. 204.
Escola Classe 206 Sul.	SQS. 206 - Brasília	Escola Classe da SQ. 206 Sul.
Escola Classe 209 Sul.	SQS. 209 - Brasília	
Escola Classe 214 Sul.	SQS. 214 - Brasília	Escola Classe da SQ. 214.
Escola Classe 304 Sul.	SQS. 304 - Brasília	Escola Classe da SQ. 304 Sul.
Escola Classe 305 Sul.	SQS. 305 - Brasília	Escola Classe Experimental da SQ. 305 Sul.
Escola Classe 308 Sul.	SQS. 308 - Brasília	Escola Classe da SQ. 308 Sul.
Escola Classe 314 Sul.	SQS. 314 - Brasília	Escola Classe da SQ. 314 Sul.
Escola Classe 315 Sul.	SQS. 315 - Brasília	Escola Classe da SQ. 315.
Escola Classe 316 Sul.	SQS. 316 - Brasília	Escola Classe da SQ. 316.
Escola Classe 405 Sul.	SQS. 405 - Brasília	Escola Classe da SQ. 405.
Escola Classe 408 Sul.	SQS. 408 - Brasília	Escola Classe da SQ. 408 Sul.
Escola Classe 410 Sul.	SQS. 410 - Brasília	Escola Classe da SQ. 410 Sul.
Escola Classe 413 Sul.	SQS. 413 - Brasília	Escola Classe da 413 Sul.
Escola Classe 416 Sul.	SQS. 416 - Brasília	
Escola Classe 01 SHI/Sul.	QI. 5 - Conj. 17 - Lote 15 - Brasília	Escola Classe nº 01 - SHI/Sul (Península - Sul).
Escola Classe Almêcegas	Fazenda Almêcegas - MA. IV - Brazlândia	Escola Rural da Almêcegas.
Escola Classe Boa Esperança	Fazenda Cachoeira (Próximo a Passagem do Rio Descoberto) - RA. III - Taguatinga.	Escola Rural Boa Esperança.
Escola Classe Boa Vista.	Fazenda Boa Vista - LPCT.-RA. V - Sobradinho.	
Escola Classe 01 de Brazlândia.	Área Especial nº 03 - Brazlândia.	Escola Classe de Brazlândia.
Escola Classe 02 de Brazlândia.	EQ. 2/4 - Setor Leste - Brazlândia.	Escola Classe nº 2.
Escola Classe 03 de Brazlândia.	EQ. 6/8 - Setor Leste - Brazlândia.	Escola Classe nº 3.
Escola Classe 04 de Brazlândia.	Área Especial Norte nº 05 - Brazlândia.	
Escola Classe 05 de Brazlândia.	Área Especial I - Setor Sul - Brazlândia.	Centro Educacional 01 de Brazlândia. Ginásio de Brazlândia.
Escola Classe Brochado da Rocha.	Acampamento DVO - Est. BSB/Pianaltina - RA. VI - Pianaltina.	Escola Rural do Acampamento Brochado da Rocha.
Escola Classe Buriti Tição.	Rodovia Belém Brasília - Km. 24 - RA. II - Gama.	
Escola Classe Buriti Vermelho.	Fazenda Buriti Vermelho - DF. 21 - MA. VIII - Jardim.	Escola Rural Buriti Vermelho.
Escola Classe Cachoeira.	Fazenda Cachoeira - RA. V - Sobradinho.	
Escola Classe Cachoeirinha.	Núcleo Rural de Tabatinga - Fazenda Sta. Bárbara - RA. VII - Paranoá.	Escola Rural de Cachoeirinha.
Escola Classe Capão do Lobo.	Extremo Sul do DF. com MG. (Próximo à Estrada Unai) MA. VIII - Jardim.	Escola Rural Capão do Lobo.
Escola Classe Capão Seco.	Rodovia DF. 18 - 11a. K.M. - RA. VIII - Jardim.	Escola Rural do Capão Seco.
Escola Classe Carirú.	Núcleo Rural do Rio Preto - RA. VIII - Jardim.	Escola Rural Carirú.
Escola Classe Catingueiro.	DF. 2 - (Entrada à direita depois do Corrego Catingueiro) RA. V - Sobradinho.	Escola Rural Catingueiro (Água Nova).
Escola Classe 01 de Ceilândia.	EQNM. 23/25 - Ceilândia.	Escola Classe nº 31.
Escola Classe 02 de Ceilândia.	EQNM. 19/21 - Ceilândia.	Escola Classe nº 32.
Escola Classe 03 de Ceilândia.	EQNM. 16/20 - Ceilândia.	Escola Classe nº 33.
Escola Classe 04 de Ceilândia.	EQNM. 22/24 - Ceilândia.	Escola Classe nº 34.
Escola Classe 05 de Ceilândia.	EQNM. 09/10 - Ceilândia.	Escola Classe nº 35.
Escola Classe 06 de Ceilândia.	EQNM. 04/06 - Ceilândia.	Escola Classe nº 36.
Escola Classe 07 de Ceilândia.	EQNM. 01/03 - Ceilândia.	Escola Classe nº 37.
Escola Classe 08 de Ceilândia.	EQNM. 05/07 - Ceilândia.	Escola Classe nº 38.
Escola Classe 09 de Ceilândia.	QNN. 25 - Área Especial nº 05 - Ceilândia.	Escola Provisória de Ceilândia.

FOTOGRAFIA 75 - Anexo da Portaria nº 17/80 da SEC, reconhecimento da Escola Classe Cachoeirinha. Foto: Guilherme França.

A Escola Classe Cerâmica da Benção e a Escola Classe Cerâmica São Paulo também foram reconhecidas através da Portaria nº 17/80 (FOTOGRAFIA 76). Eram denominadas anteriormente como, respectivamente, Escola Rural Cerâmica da Benção e Escola Rural Cerâmica São Paulo. Localizavam-se, respectivamente, na RA VII (Paranoá) e na Estrada Brasília/Unai - (Próximo ao Núcleo Papuda) RA VII - Paranoá. (DISTRITO FEDERAL, 1981)

748

ANEXO DA PORTARIA Nº 17, DE 07 DE JULHO DE 1980

748 (Continuação)

Fls.5

NOME DO ESTABELECIMENTO	ENDEREÇO	DENOMINAÇÕES ANTERIORES
Escola Classe 10 de Ceilândia	EQNH 02/04 - Ceilândia.	
Escola Classe 11 de Ceilândia	EQNH 06/08 - Ceilândia.	
Escola Classe 12 de Ceilândia	EQNH 20/22 - Ceilândia.	
Escola Classe 13 de Ceilândia	EQNH 24/26 - Ceilândia.	
Escola Classe 14 de Ceilândia	EQND 02/04 - Ceilândia.	
Escola Classe 15 de Ceilândia	EQNH 08/10 - Ceilândia.	
Escola Classe 16 de Ceilândia	EQND 04/06 - Ceilândia.	
Escola Classe 17 de Ceilândia	EQND 01/03 - Ceilândia.	
Escola Classe 18 de Ceilândia	EQNH 03/05 - Ceilândia.	
Escola Classe 19 de Ceilândia	EQNH 07/09 - Ceilândia.	
Escola Classe 20 de Ceilândia	EQNH 02/04 - Ceilândia.	
Escola Classe 21 de Ceilândia	EQNH 04/06 - Ceilândia.	
Escola Classe 22 de Ceilândia	EQNH 06/08 - Ceilândia.	
Escola Classe 23 de Ceilândia	EQNH 18/20 - Ceilândia.	
Escola Classe 24 de Ceilândia	EQNH 20/22 - Ceilândia.	
Escola Classe 25 de Ceilândia	EQNH 22/24 - Ceilândia.	
Escola Classe 26 de Ceilândia	EQNH 03/05 - Ceilândia.	
Escola Classe 27 de Ceilândia	EQNH 07/09 - Ceilândia.	
Escola Classe 28 de Ceilândia	EQNH 17/19 - Ceilândia.	
Escola Classe 29 de Ceilândia	EQNH 19/21 - Ceilândia.	
Escola Classe 30 de Ceilândia	EQND 05/07 - Ceilândia.	
Escola Classe 31 de Ceilândia	EQND 09/11 - Ceilândia.	
Escola Classe 32 de Ceilândia	EQND 11/13 - Ceilândia.	
Escola Classe 33 de Ceilândia	EQND 13/15 - Ceilândia.	
Escola Classe Cerâmica da Benção	RA. ...	Escola Rural Cerâmica da Benção.
Escola Classe Cerâmicas Reunidas Dom Bosco	Rodovia UF. 15 - RA. II - Planaltina	Escola Rural Cerâmica Três Coelhos.
Escola Classe Cerâmica São Paulo	Estrada Brasília/Unai - [Povoado do NG - Clee-da Papuda] RA. VII - Paranoá.	Escola Rural Cerâmica São Paulo.
Escola Classe Córrego Barreiro	Rodovia DF. 03 - Núcleo Rural Ponte Alta - RA. II - Gama.	Escola Rural Córrego Barreiro.
Escola Classe Córrego do Ouro	DF. 02 - RA. V - Sobradinho.	
Escola Classe 04 do Cruzeiro	EQ. 405/406 - Cruzeiro Novo.	Escola Rural Córrego do Ouro.
Escola Classe 05 do Cruzeiro	EQ. 201/203 - Cruzeiro Novo.	Escola Classe nº 4 - Cruzeiro.
Escola Classe 06 do Cruzeiro	EQ. 1305/1307 - Cruzeiro Novo.	Escola Classe nº 5 - Cruzeiro.
Escola Classe 07 do Cruzeiro	Área Especial RCG - Cruzeiro.	
Escola Classe Curado	Fazenda Curado - RA. VII - Paranoá.	Escola Rural Fazenda Curado.
Escola Classe Curral Queimado	DF. 06 - Km 50 - RA. VI - Planaltina.	Escola Rural do Curral Queimado.
Escola Classe Engenho das Lages	BK. 60 - Km 30 - RA. II - Gama.	Escola Rural Engenho das Lages.
Escola Classe Engenho Velho	Estrada da Fercal - UF. 07 - RA. V - Sobradinho.	Escola Rural Engenho Velho.
Escola Classe Estação Florestal "Cabeça do Veado"	Estação Florestal "Cabeça do Veado" - Estrada da Papuda - RA. I - Brasília.	Escola Rural Estação Florestal "Cabeça do Veado".
Escola Classe ETA 44	Estrada Brasília/Planaltina - DMRAPA - RA. VI - Planaltina.	Escola Rural ETA 44.
Escola Classe da Fercal	Estrada Sobradinho - FERCAL - Km 15 - RA. V - Sobradinho.	Escola Rural da Fercal.
Escola Classe Frigorífico Industrial	Frigorífico Industrial de Planaltina - RA. VI - Planaltina.	Escola Rural Frigorífico Industrial de Planaltina.
Escola Classe 01 do Gama.	Praça 2 - Setor Leste - Gama.	Escola Classe nº 01, Escola Classe do Gama.
Escola Classe 02 do Gama.	EQ. 2/4 - Setor Oeste - Gama.	Escola Classe nº 02.
Escola Classe 03 do Gama.	EQ. 10/15 - Setor Leste - Gama.	Escola Classe nº 03.
Escola Classe 04 do Gama.	EQ. 22/32 - Setor Oeste - Gama.	Escola Classe nº 04.
Escola Classe 05 do Gama.	EQ. 17/27 - Setor Oeste - Gama.	Escola Classe nº 05.
Escola Classe 06 do Gama.	EQ. 4/19 - Setor Oeste - Gama.	Escola Classe nº 06.
Escola Classe 07 do Gama.	Q. 10 - Área Especial - Setor Sul - Gama.	Escola Classe nº 07.
Escola Classe 08 do Gama.	Q. 03 - Área Especial - Setor Sul - Gama.	Escola Classe nº 08.
Escola Classe 09 do Gama.	EQ. 10/21 - Setor Oeste - Gama.	Escola Classe nº 09.
Escola Classe 10 do Gama.	Q. 7 - Área Especial - Setor Sul - Gama.	Escola Classe nº 10.
Escola Classe 11 do Gama.	Q. 1 - Área Especial - Setor Norte - Gama.	Escola Classe nº 11.
Escola Classe 12 do Gama.		Escola Classe nº 12.

FOTOGRAFIA 76 - Anexo da Portaria nº 17/80 da SEC, reconhecimento da Escola Classe Cerâmica da Benção e da Escola Classe Cerâmica São Paulo. Foto: Guilherme França.

A Escola Classe Jataí e a Escola Classe Nova Betânia, também reconhecidas pela Portaria nº 17/80 da SEC (FOTOGRAFIA 77), eram denominadas anteriormente como, respectivamente, Escola Rural do Jataí e Escola Rural Nova Betânia. A primeira situava-se na Fazenda Jataí, DF 9, Km 20 – Brasília/Unai – RA VII – Paranoá e a segunda, na BR 251 – Fazenda Santa Bárbara – RA VII – Paranoá. (DISTRITO FEDERAL, 1981)



## ANEXO DA PORTARIA Nº 17 DE 07 DE JULHO DE 1980.

(Continuação)

fls. 6

NOME DO ESTABELECIMENTO	ENDEREÇO	DENOMINAÇÕES ANTERIORES
Escola Classe 13 do Gama.	EQ. 3/5 - Setor Leste - Gama.	Escola Classe nº 13.
Escola Classe 14 do Gama.	EQ. 28/33 - Setor Leste - Gama.	Escola Classe nº 14.
Escola Classe 15 do Gama.	Q. 2- Área Especial - Setor Norte - Gama.	Escola Classe nº 15.
Escola Classe 16 do Gama.	Q. 6- Área Especial - Setor Sul - Gama.	Escola Classe nº 16.
Escola Classe 17 do Gama.	Q. 7- Área Especial - Setor Sul - Gama.	Escola Classe nº 17.
Escola Classe 18 do Gama.	Q. 11- Área Especial da PM. - Gama.	Escola Classe nº 18.
Escola Classe 19 do Gama.	EQ.30/49 - Setor Leste - Gama.	Escola Classe nº 19.
Escola Classe 20 do Gama.	EQ. 31/32 - Setor Leste - Gama.	Escola Classe nº 20.
Escola Classe 21 do Gama.	EQ. 44/45 - Setor Leste - Gama.	Escola Classe nº 21.
Escola Classe 22 do Gama.	EQ. 33/49 - Área Especial - Setor Central - Gama.	Escola Classe nº 22.
Escola Classe 23 do Gama.	EQ. 12/16 - Setor Oeste - Gama.	Escola Classe nº 23.
Escola Classe 24 do Gama.	EQ. 06/12 - Setor Leste - Gama.	-
Escola Classe 26 do Gama.	EQ. 06/12 - Setor Sul - Gama.	-
Escola Classe 27 do Gama.	EQ. 16/18 - Setor Central - Gama.	-
Escola Classe Gesner Teixeira.	Acampamento do DVO - RA. II - Gama.	Escola Rural do DVO.
Escola Classe Granja das Oliveiras.	EPCT.- Km 3 - Estrada Brasília Anápolis - (Taguatinga - Gama) - RA. II - Gama.	Escola Rural Granja das Oliveiras.
Escola Classe 01 do Guarã.	QI. 1/3 - Área Especial - Guarã I.	Escola Classe nº 1 do Guarã.
Escola Classe 02 do Guarã.	QE. 4 - Lote A - Guarã I.	Escola Classe nº 2.
Escola Classe 03 do Guarã.	QE. 7 - Área Especial - Guarã I	Escola Classe nº 3.
Escola Classe 04 do Guarã.	QE. 20 - Lote 4 - Guarã I.	Escola Classe 4 do Guarã.
Escola Classe 05 do Guarã.	QE. 20 - Lote K - Guarã I.	Escola Classe 5 do Guarã.
Escola Classe 06 do Guarã.	EQ. 24/26 - Guarã II.	-
Escola Classe Guariroba.	Núcleo Rural - Guariroba - RA. III- Taguatinga.	Escola Rural da Guariroba.
Escola Classe INCRA 06.	Distrito de Colonização Alexandre de Gusmão - BR. 251 - Km 70 - RA. IV - Brasília.	Escola Rural INCRA 08.
Escola Classe INCRA 08.	Distrito de Colonização Alexandre de Gusmão - BR. 251 - RA. IV - Brasília.	Escola Rural INCRA 09.
Escola Classe INCRA 09.	Núcleo Rural Machado - Distrito de Colonização Alexandre de Gusmão - BR. 70 - RA. IV - Brasília.	Escola Rural da Granja do Ipê.
Escola Classe Ipê.	Granja Modelo Ipê - (Estrada Brasília - Belo Horizonte) - RA. I - Brasília.	Escola Rural do Jataí.
Escola Classe Jataí.	Fazenda Jataí - DF. 9 - Km 20 - Brasília/Unaí - RA. VII - Paranoá.	Escola Rural Jibôia.
Escola Classe Jibôia.	Fazenda Dois Irmãos - RA. III - Taguatinga.	Escola Rural do Kanegae.
Escola Classe Kanegae	Granja Kanegae - Núcleo Bandeirante - RA. I. - Brasília.	Escola Rural Lajes Jibôia.
Escola Classe Lajes Jibôia.	Comunidade Lajes Jibôia - DF. I - RA. III - Taguatinga.	Escola Rural da Lagoinha.
Escola Classe Lagoinha.	Fazenda Lagoinha - RA. VIII - Jardim.	Escola Rural Major Cosme de Faria, Escola Rural Retiro do Cicho D'Água.
Escola Classe Major Cosme de Faria.	Fazenda Olhos D'Água - Rodovia DF. 6 - RA. VI - Planaltina.	Escola Rural "Mestre D'Armas".
Escola Classe Mestre D'Armas	DF. 15 - Vale do Amanhecer - RA. VI - Planaltina.	-
Escola Classe Metropolitana.	Vila Metropolitana - Rua 1, nº 6 - Núcleo Bandeirante.	Escola Rural do Monjolo.
Escola Classe Monjolo.	Fazenda Monjolo - DF. 15 - RA. VI - Planaltina.	Escola Rural Nova Betânia.
Escola Classe Nova Betânia.	BR. 251 - Fazenda Sta. Bárbara - RA. VII Paranoá.	Existiu anteriormente outra escola com a denominação de Escola Classe nº 1 do Núcleo Bandeirante - extinta em 1977.
Escola Classe 01 do Núcleo Bandeirante.	Travessa Berocan s/n - Núcleo Bandeirante	

FOTOGRAFIA 77 - Anexo da Portaria nº 17/80 da SEC, reconhecimento da Escola Classe Jataí e da Escola Classe Nova Betânia. Foto: Guilherme França.

### 2.3 ESCOLAS À MARGEM DO PLANO EDUCACIONAL DE BRASÍLIA

O mapeamento dos lugares de memória da escolarização em São Sebastião permite refletir sobre o significado da produção dessa memória e dos seus espaços arquivísticos. Nos acervos das duas primeiras escolas localizadas na região de São Sebastião, Escola da Cerâmica Benção e Escola Rural da Cerâmica São Paulo, a diversidade dos documentos selecionados permite identificar personagens do cotidiano escolar e sinalizar práticas administrativas e pedagógicas (metodologias e conteúdos curriculares) prevaletes naquele período, o que poderá vir a constituir-se em fontes de pesquisas históricas. Evidencia-se uma lacuna de documentos referente ao funcionamento dos 15 primeiros anos dessas duas primeiras escolas de São Sebastião. Vale lembrar que essas escolas, localizadas originalmente na zona rural, foram criadas para atender os imigrantes que vieram para a construção de Brasília e que, por motivos diversos, aqui permaneceram, ao contrário das escolas planejadas do Plano Piloto, construídas para abrigar os filhos dos funcionários públicos transferidos para a nova capital.

Como já afirmado anteriormente por Cook (1988), os arquivos são templos modernos da memória e “servem como monumentos às pessoas e instituições julgadas merecedoras de serem lembradas. Igualmente, as que são rejeitadas por serem julgadas não merecedoras, têm seu acesso negado a esses templos da memória e estão fadadas, assim, ao esquecimento de nossas histórias e de nossa consciência social” (COOK, 1988, p. 143). A ausência de documentação histórica nesses acervos escolares, ou o silêncio das fontes, indica que as escolas destinadas aos filhos dos anônimos operários construtores de Brasília, talvez, não sejam merecedoras de serem lembradas, estando fadadas ao esquecimento, revelando o poder do arquivo em fazer lembrar e esquecer.

Considerando a escassez das fontes **da** história dessas escolas, necessário se faz considerar as fontes **para** a história dessas mesmas escolas (Ragazzini, 2001). Foi possível mapear alguns documentos, em arquivos e acervos não escolares, que dizem respeito ao tipo das primeiras escolas de São Sebastião, ou seja, escolas primárias localizadas na zona rural. São informações secundárias que evidenciam um tratamento conferido pelo sistema de ensino do Distrito Federal a esse tipo de escola.

Como a Escola da Cerâmica Benção foi uma das doze escolas construídas pela NOVACAP antes da construção de Brasília, a localização da documentação produzida nesse período torna-se relevante para a constituição de uma história dessa escola. O Arquivo

Público do Distrito Federal custodia o acervo histórico dessa companhia e constituiu o Fundo NOVACAP, reconhecido como Patrimônio Documental da Humanidade pela UNESCO. Essa monumentalização ou sacralização dos documentos, observado por Jardim (1995), caracteriza a constituição dos arquivos públicos brasileiros, voltados quase exclusivamente para a guarda e acesso de documentos considerados, sem parâmetros científicos, como de valor histórico. Não foi localizado nesse Fundo NOVACAP nenhum documento que se refere diretamente à Escola da Cerâmica Benção. Mais uma vez, esse esquecimento não se dá com as escolas modelo previstas no Plano Educacional de Brasília, que são merecedoras de serem lembradas.

No entanto, há no acervo do Museu da Educação do Distrito Federal, uma planilha original, produzida pela NOVACAP em 17/10/1959, e uma cópia de um relatório da NOVACAP sobre a educação primária em Brasília, de dezembro de 1959, que evidenciam a o início do funcionamento da Escola da Cerâmica Benção, e algumas de suas características. Trata-se de documentos preciosos que informam a existência da escola anterior à inauguração de Brasília, informação essa omitida no livro *Escolas da FEDF (DISTRITO FEDERAL, 1985)*, o qual registra a história das escolas públicas do Distrito Federal. Nesse acervo há duas entrevistas, uma com a Professora Maria Lúcia Ismael Nunes Moriconi, que lecionou na Escola da Cerâmica Benção de 1960 a 1962, e outra com Osvaldo Marciano da Silva, aluno que estudou na escola em 1962. Essas entrevistas revelam aspectos do cotidiano escolar da Escola da Cerâmica Benção, marcado pela improvisação. (MUDE, 1957-1980)

Ainda, no acervo do Museu da Educação do Distrito Federal, foram localizadas cópias de diversas reuniões da NOVACAP do período de 1957 a 1964. Nessas atas, não há referência direta a nenhuma das primeiras escolas de São Sebastião ou a alguma escola rural. Há, no entanto, informações sobre a construção de escolas nas cidades satélites. Nas primeiras reuniões da NOVACAP, depois da inauguração de Brasília, foi logo previsto a construção de escolas nas cidades satélites de Taguatinga, Gama, Sobradinho, Cidade Livre e Planaltina (MUDE, 1957-1980). Enquanto os convênios que eram celebrados entre o MEC e a NOVACAP, antes da inauguração de Brasília, atendiam ao Plano Escolar de Brasília, com “conjuntos escolares dentro da mais moderna técnica, até hoje não utilizada no Brasil”, de acordo com a matéria de *O Globo*, de 07/08/1958 (MUDE, 1957-1980), as escolas das cidades satélites não seguiam o mesmo modelo. O tipo de construção das escolas das cidades satélites era dissonante da moderna técnica utilizada nas escolas do Plano Piloto. Assim, em Sobradinho, previu-se a construção de uma escola provisória e no Gama, um prédio de madeira. Ainda foram previstos cinco prédios destinados às escolas primárias de emergência (1963), não tendo sido identificados as localidades. (MUDE, 1957-1980) Associado a essa

provisoriamente e precariedade, conforme indicado acima, nas cidades satélites e na zona rural o sistema educacional apresenta as mesmas características dos outros estados do Brasil, diferente do que havia sido planejado para as escolas do Plano Piloto (DISTRITO FEDERAL, 1971).

Quando a NOVACAP deixou de se responsabilizar pela manutenção das escolas primárias, a Fundação Educacional do Distrito Federal assumiu a responsabilidade pela organização do sistema de ensino e pela assistência educacional à população nos níveis elementar e médio, após uma breve transição realizada pela CASEB. No Fundo FEDF, custodiado pelo Arquivo Público do Distrito Federal, não há referência direta às duas primeiras escolas de São Sebastião, orientando-se a pesquisa para as ocorrências relativas às escolas primárias, especialmente às escolas das cidades satélites e zona rural, as quais poderiam apresentar pistas para a compreensão da organização e funcionamento das escolas de São Sebastião.

Nesse sentido, como observa Farge (2011), a importância do acontecimento se sobressai proporcionalmente à inquietude do “silêncio das fontes”. Para a autora, o historiador festeja o acontecimento desentocado do arquivo e, a partir da interrogação dos documentos e acontecimentos, articula o que desaparece com o que aparece, permitindo à história confrontar o passado com o presente. Busca-se, portanto, com a localização e identificação de documentos que dizem respeito, ainda que indiretamente, à história das primeiras escolas de São Sebastião, como diz Farge (2011), trabalhar como os farrapos da existência desses acontecimentos, com esses pedaços de tempo, fabricantes e fabricados.

Nos anos de 1960 e 1961, em apenas cinco atas das 51 reuniões do Conselho Diretor da FEDF, há referências às escolas primárias das cidades satélites e da zona rural. (FEDF, 1960-1965) Na primeira reunião do Conselho Diretor da FEDF, debateu-se a construção de escolas provisórias junto às chamadas invasões, mas já na segunda reunião, vislumbrou-se averiguar junto ao MEC o estudo de um tipo de escola a ser adotado nos setores suburbanos e cidades satélites. Havia uma preocupação dos pais dessas escolas serem mais abrigadas, sugerindo-se uma melhor estrutura, especialmente para as escolas rurais. Isso porque essas escolas não estavam previstas no Plano Educacional de Brasília. Foi ainda decidido em reunião do Conselho Diretor da FEDF que os ginásios das cidades satélites funcionariam em dois turnos, não seguindo o modelo do Ginásio do Plano Piloto. Em 1964, foi constatada em três escolas rurais a falta de recursos para o seu funcionamento regular. (FEDF, 1960-1965)

Nota-se que apesar de ter tido poucas reuniões em que as escolas das cidades satélites e da zona rural fossem pontos da pauta, houve uma preocupação desde o princípio em se

construir escolas mais abrigada nessas localidades. Isso porque as condições de suas edificações e do seu funcionamento evidenciam-se desfavoráveis em relação às escolas previstas no Plano Educacional de Brasília. A realidade que se impunha reforçava a distinção entre dois modelos de escolas.

De forma muito articulada à documentação do Fundo FEDF, os atos normativos da FEDF apresentam as portarias, resoluções e instruções, algumas das quais debatidas e aprovadas em reuniões do Conselho Diretor da FEDF. O período analisado desses atos normativos (1960-1980) é mais longo do que o das reuniões do Conselho Diretor da FEDF (1960-1966). Sendo assim, as três escolas criadas na região de São Sebastião no início da década de 70 estão presentes em alguns desses atos da FEDF: Escola Rural Cachoeirinha, Escola Rural Jataí e Escola Rural Nova Betânia. Como algumas normas da FEDF têm um caráter mais geral, infere-se aspectos do funcionamento administrativo das escolas de São Sebastião a partir dessa regulamentação. Essas normas dizem respeito à estrutura administrativa de FEDF, à gestão de pessoal e à configuração legal das escolas, que de forma direta ou indireta dizem respeito às escolas de São Sebastião. (DISTRITO FEDERAL, 1981)

Inicialmente, a referência às escolas rurais se deu a partir da organização administrativa da FEDF, o que pode ser observado no organograma do Departamento do Ensino Elementar, já em março de 1961, através da Resolução nº 12. (DISTRITO FEDERAL, 1981) Essa resolução já apresenta uma classificação distinta entre as escolas do Plano Piloto e as das cidades satélites e da zona rural. A partir daí, várias resoluções trataram não só da reestruturação administrativa da Secretaria de Educação e Cultura, como da admissão de professores, da gratificação dos cargos de direção e do auxílio aos professores em exercício nas escolas rurais. Foi localizada a instrução de criação da Escola Rural “Nova Betânia”, além das normas de alteração das escolas rurais em escolas classes e suas vinculações a diferentes complexos escolares. Por fim, as escolas de São Sebastião foram reconhecidas em julho de 1980, através da Portaria nº 17 da Secretaria de Educação e Cultura. (DISTRITO FEDERAL, 1981)

Embora uma das atribuições do CEDF tenha sido a autorização do funcionamento das escolas não mantidas pela União, somente a partir de 1970 esse conselho se pronunciou sobre a criação e funcionamento de escolas públicas. Até então as escolas públicas foram criadas pela FEDF, algumas por resolução e muitas delas sem ato de criação, sem o parecer do CEDF (PIRES, 1978). As escolas rurais Cachoeirinha, Jataí e Nova Betânia foram criadas mediante parecer do CEDF, em 1970. (DISTRITO FEDERAL, 1972) Em 1972, o CEDF (DISTRITO FEDERAL, 1973) opinou pela criação da Escola “Nova Betânia”. Esses pareceres evidenciam

a iniciativa de comunidades locais para a criação de escolas a partir das necessidades de determinada ocupação rural, representando um processo distinto das escolas previstas no Plano Educacional de Brasília, em que uma escola classe atenderia uma superquadra e uma escola-parque atenderia a quatro superquadras. Todas as cinco primeiras escolas de São Sebastião foram reconhecidas pela Portaria nº 17/80 da SEC (DISTRITO FEDERAL, 1981), a partir de um parecer do CEDF, que considerou que os estabelecimentos de ensino da rede oficial de ensino deveriam ser considerados e reconhecidos.

Destaca-se no acervo do CEDF, a aprovação das normas preliminares para a organização do Sistema de Ensino do Distrito Federal – da educação de grau primário, através da Indicação nº 5/63 (DISTRITO FEDERAL, 1966). Essa Indicação, junto com o Plano de Educação de Brasília, de Anísio Teixeira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação orientavam o sistema de ensino do Distrito Federal, de acordo com a exposição da professora Helena Reis, Diretora do Departamento do Ensino Elementar, na 102ª reunião ordinária do Conselho Diretor da FEDF. (FEDF, 1960-1965) Entretanto, essa indicação não se refere em nenhum momento às escolas rurais, referindo-se às escolas do plano piloto e das cidades satélites, apenas em dois artigos. Outro relevante documento aprovado pelo CEDF foi a Resolução nº 01/74 (DISTRITO FEDERAL, s.d.), que trata dos valores, fins, normas e instituições do sistema de ensino do Distrito Federal, não havendo referências às escolas das cidades satélites e da zona rural.

Com a Lei 5692/71, os conselhos estaduais e do DF perderam a atribuição de planejar, passando a somente aprovar os planos e projetos elaborados pelo órgão competente do Sistema de Ensino. (PIRES, 1978) Foram aprovados pareceres quanto aos Planos de Educação do Distrito Federal, referente a 1976-1979 e 1980-1983, nos anos de 1975, 1978 e 1980 (DISTRITO FEDERAL, 1975a, 1978, 1980). Nesse primeiro quadriênio, o Plano faz menção às escolas rurais em dois dos seus objetivos.

Considerando as escolas rurais, há pareceres sobre a atribuição de gratificação a professores da zona rural (1963), o currículo das escolas rurais (1972), o Plano Integrado de Desenvolvimento Rural (PLIDER), abrangendo as cidades satélites de Sobradinho e Planaltina (1978) e o exercício da função de diretor nas escolas rurais (1980). Há dois pareceres que diz respeito ao remanejamento de verbas para a construção de escolas, um priorizando salas de aulas nas cidades satélites de Brazlândia e Planaltina (1964) e outro sugerindo a construção de três escolas rurais (1964): a Kaneage e as escolas nos Córregos Samambaia e Dois Irmãos. Ainda há um parecer (1967) sobre a destinação de verba para a

construção de uma escola na Granja do Torto. Outros pareceres trataram dos critérios de avaliação do rendimento escolar (1962) e da estratégia de matrícula (1980).

Em alguns dos pareceres do CEDF, se expõe dados estatísticos em relação ao setor educação, bem como se interpreta aspectos do sistema de ensino do Distrito Federal. Em outros pareceres, há orientações que incidem sobre a prática pedagógica dos professores ou dizem respeito ao registro da vida escolar dos alunos.

Percebe-se uma presença maior de decisões sobre as escolas rurais no acervo do CEDF, destacando-se os pareceres para a criação das escolas de São Sebastião a partir da década de 70. Entretanto, as duas decisões que tratam da organização do sistema de ensino do Distrito Federal, a Indicação nº 5/63 e a Resolução nº 1/74, não mencionem as escolas rurais.

O mapeamento dos lugares de memória da escolarização em São Sebastião permite reconsiderar o Plano Educacional de Brasília como o documento orientador das políticas educacionais para o Distrito Federal. As pesquisas sobre a história da educação do Distrito Federal enfatizam o caráter inovador desse Plano Educacional de Brasília, proposto por Anísio Teixeira, a partir da sua concepção e diretrizes normativas, e tratam da sua implantação, considerando-se principalmente as escolas do Plano Piloto de Brasília, as que integram esse modelo educacional. (PEREIRA *et al.*, 2011).

Portanto, como diz Farge (2011), os acontecimentos devem ser percebidos e transmitidos em sua singular rugosidade e a abordagem do descontínuo privilegia o que foge à síntese. O isolamento do acontecimento o devolve à sua própria história pura, áspera e imprevisível. Dessa forma, a existência da Escola da Cerâmica Benção, criada de forma provisória e situada na zona rural, contraria o que havia sido idealizado pelo Plano Educacional de Brasília. Percebe-se que tão logo o sistema de educação do Distrito Federal começa a funcionar, outras escolas, não previstas por esse Plano Educacional, são criadas nas cidades satélites e na zona rural. O tipo de construção é diferenciado e seu funcionamento também. A organização da Fundação Educacional do Distrito Federal já prevê uma distinção entre essas escolas na sua estrutura administrativa. Algumas diretrizes do sistema de ensino do Distrito Federal não evidenciam essa distinção, porém, diversas normas educacionais expõem essa fratura. Ressalta-se, assim, a partir da localização de documentos nos arquivos que guardam a memória da educação no Distrito Federal, a presença de um modelo de escola que está à margem do Plano Educacional de Brasília. Como diz Anjos (2018) “vestígios e fragmentos de outros passados que não eram a sua intenção dar a ver, continuam lá, presentes, prestes a emergir”. (2018, p. 287)

### 3 UM GUIA DE FONTES E ACERVOS

Pretende-se apresentar, como produto técnico da pesquisa, um guia de fontes e acervos para uma história das duas primeiras escolas de São Sebastião, a Escola Classe Cerâmica da Benção e o Centro de Ensino Fundamental Cerâmica São Paulo. A sistematização de um *corpus* documental relativo à história dessas escolas constitui-se em uma contribuição inicial à preservação do patrimônio histórico educativo dessas instituições. Propõe-se, inicialmente, tecer algumas considerações teórico-metodológicas sobre um guia de fontes e acervos, justificando-se a escolha do formato a ser adotado, o que será discutido na primeira parte. Na primeira seção dessa primeira parte, pretende-se caracterizar alguns aspectos dos documentos de arquivos históricos, classificados na terceira idade do seu ciclo vital, momento em que podem se constituir em fontes para a história da educação. A descrição desses arquivos se dá através de instrumentos de pesquisa, permitindo ao pesquisador o acesso ao material arquivado. Na segunda seção da primeira parte, se analisa os tipos de instrumentos de pesquisa, na perspectiva da arquivologia, definindo-se o guia como o melhor instrumento para apresentar os resultados da pesquisa realizada. Na terceira seção da primeira parte, a partir da apresentação de alguns modelos de guias de arquivos, elabora-se um formato de um guia mais apropriado para contemplar o resultado da pesquisa. Por fim, na segunda parte do capítulo, apresenta-se o produto técnico da pesquisa, um guia de fontes e acervos para uma história das primeiras escolas de São Sebastião.

#### 3.1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE A ELABORAÇÃO DE UM GUIA DE FONTES E ACERVOS

##### 3.1.1 A descrição de arquivos e os instrumentos de pesquisa

Bellotto (2006), ao analisar o ciclo vital dos documentos administrativos, afirma que aos se ultrapassar o uso primário dos documentos de arquivo, inicia-se os seus usos científico, social e cultural. O valor secundário ou valor de arquivo, ou ainda valor permanente, do documento pode ser percebido “desde o elemento informativo para a análise crítica da administração até os aspectos sociais e políticos generalizados que, no mesmo documento, o



historiador puder detectar” (BELLOTTO, 2006, p. 23) Esse valor secundário, para a autora, apresenta-se como uma potencialidade informacional “infinidamente mais ampla do que a estrita razão funcional que motivou a geração do documento, e sem o comprometimento jurídico que o valor primário necessariamente carrega” (BELLOTTO, 2006, p. 187-188)

Nesse sentido, Bonato (2005), atribui aos arquivos escolares um valor de prova de direito de pessoas ou da administração, um valor informativo para a administração pública, como por exemplo, a oferta de vagas e as taxas de repetência ou evasão escolar etc., e um valor histórico cultural, tornando seus documentos fontes para a história da educação. A autora (2005) refere-se a uma pesquisa realizada por Ribeiro<sup>23</sup> sobre arquivos escolares na cidade do Rio de Janeiro, na qual se constatou não haver nas instituições educativas um sistema de arquivos baseado na teoria das três idades. Isso porque o arquivo permanente, de acordo com essa teoria, deve ser constituído por conjuntos de documentos de terceira idade, acumulados organicamente de modo que retrate as atividades da escola, após um processo de classificação e avaliação arquivística. Para Bonato (2005), o que os historiadores costumam designar de arquivo histórico não constitui concretamente em um arquivo permanente. Isso porque esses documentos de arquivo não recebem um tratamento arquivístico adequado, considerando sua organização, classificação e transferência para a terceira idade,

Para Lopez (2002), a descrição documental deveria ser realizada durante a classificação arquivística, mas como isso costuma não ocorrer, essa descrição acaba sendo uma atividade à parte e posterior à organização do arquivo. Necessário se faz, para o autor, as referências mínimas da classificação para não se esvaziar os significados dos documentos. Ressaltando-se que os arquivos históricos escolares das duas primeiras escolas de São Sebastião não foram constituídos de acordo com os parâmetros teóricos e técnicos da arquivística, a referência a essa teoria não deixa de ser fundamental para a elaboração do guia de fontes e acervos que ora se propõe, buscando-se resguardar alguns princípios que regem a organização dos arquivos, destacando-se o contexto de produção dos documentos.

Para Bellotto (2006), as atividades de um arquivo permanente se situam dentro das coordenadas do arranjo e da descrição de fundos. As tarefas da descrição de fundos levam à elaboração dos chamados instrumentos de pesquisa, através do qual o pesquisador tem acesso ao material arquivado, utilizando-o como fonte primária da história. Essa descrição de documentos de arquivos permanentes é similar à catalogação de um centro de documentação, biblioteca ou museu, meio pelo qual o usuário chega a uma publicação ou a um objeto.

---

<sup>23</sup> RIBEIRO, M. V. T. Os arquivos das escolas. In: NUNES, C. (org.). **Guia preliminar de fontes para a história da educação brasileira**. Rio de Janeiro: INEP, 1992. p. 47-64.

O trabalho de Bellotto (2006) é voltado para os arquivistas especializados que trabalham em arquivos de custódia, referindo-se aos fundos de um só arquivo. No caso dessa pesquisa, propõe-se a uma descrição de alguns acervos escolares e não escolares, selecionando-se documentos relativos ao problema da pesquisa, qual seja, a reconstituição de uma história das primeiras duas escolas de São Sebastião. Portanto, reflete-se sobre as potencialidades de um instrumento de pesquisa, como via de acesso aos documentos custodiados por arquivos permanentes (BELLOTTO, 2006), permitindo o conhecimento prévio das fontes pelos historiadores.

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 108), o instrumento de pesquisa é o “meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidos. Expressão normalmente empregada em arquivos permanentes”. Como já foi assinalado por Nunes e Carvalho (1993), a identificação de acervos e o mapeamento de fontes são imprescindíveis para uma compreensão crítica da educação, constituindo-se mais que instrumentos de referência prática, por atender a diferentes interesses de sujeitos com diferentes objetos/objetivos de pesquisa.

Para Bellotto (2006), os instrumentos de pesquisa são meios auxiliares que ajudam o pesquisador a localizar os materiais necessários. A elaboração desse instrumento, para a autora, consiste na descrição e na disseminação da informação, que possibilita a identificação, rastreamento, a localização e a utilização dos dados. Para Lopez (2002), os instrumentos de pesquisa são ferramentas que descrevem um arquivo, ou parte dele, e que orientam a consulta, determinando quais são e onde estão os documentos. Garante-se assim a compreensão ampla do conteúdo de um acervo, permitindo-se a localização dos documentos que o integram. Além disso, para esse autor, esses instrumentos de pesquisa almejam uma grande difusão.

### 3.1.2 A escolha por um Guia de fontes e acervos

Para Bellotto (2006, p. 188), os instrumentos de pesquisa são “obras de referência que identificam, resumem e localizam, em diferentes graus e amplitudes, os fundos, as séries documentais e/ou as unidades documentais existentes em um arquivo permanente”. Para a autora (2006), enquanto os guias são instrumentos de pesquisa genéricos e globalizantes, os inventários, catálogos, catálogos seletivos e índices tratam de parcelas do acervo, de forma

detalhada e específica. Os instrumentos de pesquisa constituem uma espécie de família hierárquica, na qual o guia ocupa o vértice.

O guia, para Bellotto (2006), é o instrumento de pesquisa mais abrangente e pretende alcançar o grande público, não especificamente os consulentes típicos de um arquivo.

O guia de arquivo tem por finalidade propiciar uma visão de conjunto dos serviços de arquivo, de modo a permitir ao pesquisador saber quais são os seus recursos, a natureza e o interesse dos fundos que ele abriga, os instrumentos de pesquisa de que dispõe e as fontes complementares. É um instrumento de pesquisa descritivo e feito com espírito prático. (BELLOTTO, 2006, p. 200)

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 102), o guia é o “instrumento de pesquisa que oferece informações gerais sobre fundos e coleções existentes em um ou mais arquivos”.

Lopez (2002) afirma que os diferentes tipos de instrumentos de pesquisa se definem em função da menor ou maior profundidade desejada na descrição dos níveis de classificação arquivística.

O autor apresenta a seguinte tabela:

NÍVEL	BASE DA DESCRIÇÃO	INSTRUMENTOS
Instituição	conjuntos documentais amplos	Guia
Fundos, grupos, coleções	Séries	Inventário
Séries	unidades documentais	Catálogo
Unidades documentais selecionadas pertencentes a uma ou mais origens	assunto; recorte temático	catálogo seletivo; índice

FIGURA 20 -. Tabela resumo da relação entre cada tipo de instrumentos de pesquisa e o nível da descrição.  
Fonte: Lopez, 2020, p. 22.

Para Lopez (2002), o guia apresenta o perfil de cada tipo documental armazenado pela instituição, podendo o consulente localizar rapidamente os documentos do seu interesse. Descartou-se a possibilidade de um catálogo seletivo (terminologia atual para o repertório), o que implicaria a descrição exaustiva ou parcial de um fundo ou de uma ou mais de suas subdivisões, tomando por unidade documentos previamente selecionados. Para Lopez (2002, p. 35), “só é possível elaborar catálogos de séries que já estejam organizadas e, preferencialmente, inventariadas”. Como o próprio arquivo escolar ainda não possui seu

acervo inventariado (conjunto de documentos já classificados), se decidiu pela elaboração de um guia de fontes e acervos. Para Lopez (2002), os esforços para a realização de catálogos e fontes só deveriam ser mobilizados quando o guia e os inventários estivessem plenamente finalizados.

Para Lopez (2002, p. 37), “mesmo em instituição cujo acervo ainda não esteja completamente organizado, o mapeamento geral feito por um guia é fundamental para que se possa conhecer melhor a situação dos documentos e, assim, elaborar estratégias de organização.” Esse é o caso dos acervos escolares e não escolares localizados por essa pesquisa. Os documentos dos acervos escolares pesquisados são guardados em depósitos, muitas das vezes sem um tratamento arquivístico adequado. Os responsáveis pela guarda dessa documentação e os gestores escolares valorizam mais o valor de prova de direito das pessoas ou da instituição do que o seu valor histórico cultural. No caso do Fundo FEDF, localizado no Arquivo Público do Distrito Federal, o recolhimento da massa documental respondeu a uma necessidade de sua preservação e conservação, não tendo havido um processo de classificação e avaliação arquivística anterior à constituição do fundo.

Optou-se pela elaboração de um guia porque ele se refere a conjuntos documentais amplos, oferecendo informações gerais sobre fundos e coleções em diversos arquivos e acervos. O guia elaborado a partir dessa pesquisa não abrange todos os fundos e coleções de um determinado arquivo, mas uma seleção de acervos e fontes que dizem respeito à história das duas primeiras escolas de São Sebastião. Essa seleção se deu em função do problema de pesquisa. Essa é uma distinção que marca uma configuração mais histórica do que arquivística do guia apresentado. A documentação localizada nos acervos escolares das duas primeiras escolas de São Sebastião revelou-se com lacunas, apresentando obstáculos para uma reconstituição de suas histórias. Sendo assim, os documentos localizados em outras instituições não escolares indicaram a existência de fontes indiretas importantes para a reconstituição de uma história dessas duas primeiras escolas de São Sebastião.

Para Barletta (2005, p. 105), “enquanto o arquivo trata documentos acumulados naturalmente, segundo as atividades e funções de uma instituição, o museu abrigará coleções criadas artificialmente, sendo elas produtos da cultura material humana ou da natureza”. Esse é o princípio da organicidade que rege a organização dos arquivos. Embora os documentos localizados e selecionados em diversos acervos não tenham sido classificados e organizados de acordo com as técnicas arquivísticas, o guia pretende assegurar alguns princípios da organização arquivística, como o da organicidade, citado acima, e o da proveniência, no processo de descrição das fontes e acervos. De acordo com Bellotto (2006), o princípio da

proveniência fixa a identidade do documento relativamente a seus produtos, determinando que “os arquivos devem ser organizados obedecendo à competência e às atividades da instituição ou pessoa ou pessoa legitimamente responsável por sua produção, acumulação ou guarda documental.” (BELLOTTO, 2006, p. 88-90) Registra-se, portanto, no guia apresentado, a história da instituição e o processo pelo qual o acervo foi formado. (LOPEZ, 2002)

### 3.1.3 Modelos de guias

Lopez (2002) expõe a formulação de diretrizes para a criação de uma norma mundial de descrição arquivística, elaborada pela *General International Standard Description*, a Isad (G), disponibilizada pelo Conselho Internacional de Arquivos em 2000. Para o autor, “a norma Isad (G) propõe padronizar a descrição arquivística a partir de uma estruturação multi nível, isto é, do geral ao particular, inserindo cada item da descrição na estrutura geral do fundo de arquivo, em uma relação hierárquica”. (LOPEZ, 2002, p. 14) O conceito de fundo refere-se ao princípio da proveniência, o que pressupõe uma ligação direta entre as atividades de descrição e de classificação.

A norma, segundo Lopez (2002), propõe campos específicos, hierarquizados em cinco tópicos: identificação (o que está sendo descrito, o nível hierárquico que ocupa, volume, datas, códigos e títulos), contexto (dados básicos do produtor dos documentos e o histórico do seu percurso até o ingresso no arquivo), conteúdo e estrutura (resumo das principais características dos documentos: potencialidades de pesquisa, forma de organização, representatividade do conjunto), acesso e utilização (aspectos práticos da consulta documental) e documentação associada (eventuais cópias e reproduções e relação com os demais documentos relacionados no próprio acervo ou em outros arquivos).

Lopez (2002) ressalta que a maior preocupação da Isad (G) é satisfazer as demandas da consulta, o que ignora a teoria arquivística das três idades, distinguindo-se a administração e a história. Considera que seja melhor encará-la como uma diretriz do que uma norma, sendo uma primeira referência fundamental para qualquer atividade de descrição. Para o autor (2002), o guia permite um mapeamento panorâmico do acervo, devendo constar todos os dados necessários para orientar os consulentes, desde as informações práticas até as informações específicas sobre o acervo. Deve ainda conter pequena introdução com o

histórico da instituição e o processo pelo qual o acervo foi formado. Para o autor (2002), tecnicamente o guia se divide em duas partes: dados gerais da instituição, com as condições de consulta, e descrição sumária dos fundos e coleções.

Bellotto (2006) refere-se aos fundos de um só arquivo, não a um guia de vários arquivos, nem a um guia de fontes. O seu trabalho pretende normalizar a edição de um guia de fontes de um arquivo e suas formas de divulgação. A autora (2006) enumera cinco vertentes de dados que devem ser abrangidas pelo guia: ao arquivo no sentido tópico, ao arquivo como instituição integrante de um todo administrativo, aos fundos, aos serviços paralelos prestados pelo arquivo e ao conjunto das fontes contidas em seu acervo como potencial de informação histórica e a relação dos instrumentos de pesquisa. Após apresentar duas sistemáticas para a elaboração de guias de arquivos públicos, o modelo do Conselho Internacional de Arquivos e as regras francesas de elaboração de guias de arquivos, a autora (2006) destaca três itens fundamentais em uma estrutura ideal: uma introdução com as informações sobre o arquivo como instituição (identificação do arquivo e seu funcionamento, pequeno histórico da instituição e de seus fundos e divisão interna do arquivo), os dados relativos aos fundos (breve descrição de cada fundo, a condição dos documentos, os instrumentos de pesquisa parciais, a indicação de documentação semelhante e a indicação de documentos pertencentes a outros arquivos que estejam à disposição para leitura, na forma reproduzida) e os serviços que o arquivo presta (biblioteca auxiliar, laboratório de microfilmagem ou outras formas de reprodução, assistência educativa e promoções de exposições).

Considerando esses dois autores, há uma semelhança nas suas proposições ao se definir pelo menos duas partes para a composição do guia. Uma primeira parte introdutória, contendo informações sobre o arquivo como instituição: identificação do arquivo e seu funcionamento, histórico da instituição e o processo pelo qual o acervo foi formado e as condições gerais de consulta, indicando a existência de algum instrumento de pesquisa. Uma segunda parte, com uma descrição sumária dos fundos e coleções, com campos específicos hierarquizados em tópicos.

Bellotto (2006) propõe apresentar a divisão interna do arquivo, na primeira parte, e uma terceira parte: os serviços que o arquivo presta. Para o propósito desse guia, se considera esses itens propostos dispensáveis, porque estão voltados mais para a organização administrativa interna dos arquivos, não representando um interesse significativo imediato para o pesquisador que vier a utilizar o guia a ser apresentado.

Em relação à descrição dos fundos e coleções, há uma semelhança também entre esses dois autores: identificação; contexto / breve descrição do fundo; conteúdo e estrutura, acesso e

utilização / instrumentos de pesquisa parciais; documentação associada / indicação de documentação semelhante e de documentos pertencentes a outros arquivos. Em relação ao acesso e utilização proposto por Lopez (2002), há informações técnicas desnecessárias para a composição desse guia, considerando a efemeridade dessa informação, a qual poderá ser obtida pelo pesquisador quando for necessária a busca por determinado documento de seu interesse.

Bellotto (2006) propõe, ainda, apresentar a condição dos documentos. Essa é uma informação relevante ao pesquisador, no sentido de se compreender a situação geral em que os documentos se encontram nos diversos acervos pesquisados, bem como antecipar o estado de conservação de alguma documentação específica que lhe interessar.

Apresentam-se, a seguir, três guias de diferentes instituições arquivísticas, podendo-se observar as semelhanças que guardam em relação às proposições de Bellotto (2006) e Lopez (2002).

O Arquivo Público do Distrito Federal editou em 2018 um Guia de Fundos que, em sua apresentação, afirma este ter sido elaborado em forma tradicional. O Guia de Fundos (2018) informa que havia um projeto piloto, o AtoM-ArPDF, contendo a descrição multinível, que seria o ambiente determinado para descrição e difusão remota do acervo, via *World Wide Web* (*www*). O guia contém três capítulos: 1) histórico da instituição, na condição de entidade custodiadora, 2) descrição dos fundos públicos e 3) descrição dos fundos privados. Adotando as orientações do Conselho Nacional de Arquivos e normas por ele editadas, a descrição de cada fundo é distribuída pelas seguintes áreas, de acordo com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE): identificação (Código de referência, Título, Datas, Nível de descrição, Dimensão e suporte), contextualização (Nome do produtor, História administrativa/biografia, História arquivística, Natureza jurídica, Procedência), conteúdo e estrutura (Âmbito e conteúdo, Avaliação, eliminação e temporalidade, Incorporações, Sistema de arranjo), condições de acesso e uso (Condições de acesso, Condições de reprodução, Idioma, Características físicas e requisitos técnicos, Instrumentos de pesquisa), fontes relacionadas (Existência e localização dos originais, Existência e localização de cópias, Unidades de descrição relacionadas, Nota sobre publicação) e notas (Notas gerais). Informa-se nesse guia (ArPDF, 2018) que um diferencial nessa versão foi o item relativo à história administrativa/biografia dos produtores dos fundos, constando na área de contextualização. Foi realizada uma pesquisa sobre os órgãos administrativos do Governo do Distrito Federal, a partir da construção de Brasília. Comunica-se nesse guia (ArPDF, 2018) ao pesquisador que a pesquisa realizada pelo próprio arquivo evidenciou elementos para a compreensão da

formação dos acervos, possibilidades de interseções entre fundos do ArPDF ou de outras instituições e a percepção de lacunas documentais, o que constitui oportunidades para outros caminhos na investigação.

O Arquivo Público Mineiro (APM) possui um guia de fundos e coleções, cuja descrição de cada fundo ou coleção se baseia na Norma Internacional de Descrição Arquivística (ISAD). (APM, 2020) A ficha descritiva do fundo ou coleção informa: origem, código, datas-limite, nome do produtor, histórico/biografia, conteúdo, sistema de arranjo, instrumentos de pesquisa, condições de acesso, dimensão/suporte, legislação básica, consultar também e notas.

O Centro de Documentação e Memória (CEDUC) da Faculdade de Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília possui um acervo de livros, periódicos, dissertações e teses. (CEDUC, 2020) Há catálogos de teses, dissertações, monografias, periódicos e teses e dissertações de outros estados. O seu guia de fundos e inventário sumário está dividido por áreas temáticas (modernização e reforma administrativa, planos programas e projetos, relatórios de atividades) e contém os seguintes descritores: origem, código, datas limite, dimensão, história administrativa / história arquivística, instrumentos de pesquisa, conteúdo, critérios de classificação e arranjo.

Considerando que o intuito da pesquisa é o de identificar diversos acervos e fontes, contribuindo para o trabalho de historiadores da educação e de pesquisadores de outras áreas, deve-se privilegiar o histórico da instituição e dos acervos selecionados, bem como o conteúdo desses acervos. Considera-se dispensáveis informações tais como o funcionamento do arquivo e os serviços paralelos por ele prestados. Outras informações que não se fazem necessárias são as de natureza técnica da arquivística, como o código de referência, sistema de arranjo, avaliação, eliminação e temporalidade, condições de reprodução, características físicas e requisitos técnicos e área de fontes relacionadas (existência e localização dos originais, existência e localização de cópias, unidades de descrição relacionadas e nota sobre publicação). Em relação ao item da documentação associada / indicação de documentação semelhante e de documentos pertencentes a outros arquivos, optou-se por não incluí-la, considerando que os seis arquivos ou instituições custodiadoras, com os seus respectivos acervos ou fundos documentais, constituem-se entre si documentações associadas. Incluiu-se, no entanto, um campo de notas, ao final, para se inscrever alguma informação relevante em relação ao acervo ou fundo documental descrito.

Propõe-se, dessa forma, os seguintes campos de informação com os respectivos itens a serem considerados:



## PRIMEIRA PARTE

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO OU A INSTITUIÇÃO CUSTODIADORA / PRODUTORA
<p>LOCALIZAÇÃO</p> <p>Endereço completo e telefone.</p> <p>Endereço eletrônico.</p> <p>Web site.</p> <p>Situação na estrutura administrativa</p>
HISTÓRICO
<p>História administrativa.</p>
ACESSO AOS DOCUMENTOS / INSTRUMENTOS DE PESQUISA
<p>Localização do acervo, condições e restrições à consulta / aspectos práticos da consulta documental.</p> <p>Existência ou não de algum tipo de instrumento de pesquisa do arquivo ou da instituição custodiadora / produtora.</p>

## SEGUNDA PARTE

IDENTIFICAÇÃO DO ACERVO / CONJUNTO DOCUMENTAL
HISTÓRICO
<p>Quando o acervo ou conjunto documental for custodiado por outra instituição arquivística: história administrativa da instituição produtora do fundo ou conjunto documental e história arquivística do acervo ou conjunto documental.</p> <p>Quando o acervo ou conjunto documental é da própria instituição custodiadora, apresentar somente a história arquivística, considerando que a história administrativa já está na primeira parte.</p> <p>História arquivística: produtores, procedência e processo pelo qual o acervo foi formado. Forma geral de armazenamento.</p>
PERFIL DO ACERVO OU DO CONJUNTO DOCUMENTAL
<p>Caracterização sumária do perfil do acervo ou do conjunto documental, indicando os objetivos da guarda do acervo ou conjunto documental e a importância de seus</p>

documentos. Potencialidades de pesquisa. Resumo das principais características dos documentos: suporte, data limite e dimensão (quantidade aproximada de documentos).
<b>TIPOS DOCUMENTAIS MAIS FREQUENTES</b>
Conteúdo
<b>CONDIÇÕES FÍSICAS GERAIS / CONSERVAÇÃO</b>
Características do espaço físico, estrutura de armazenamento e guarda, com a forma de acondicionamento dos documentos, acesso físico ao local e as condições de conservação dos documentos.
<b>INSTRUMENTOS DE PESQUISA</b>
Existência ou não de algum tipo de instrumento de pesquisa do acervo ou do conjunto documental.
<b>NOTAS</b>
Alguma outra informação relevante sobre o acervo ou conjunto documental.

### 3.2 Guia de fontes e acervos para uma história das duas primeiras escolas de São Sebastião

<b>ESCOLA CLASSE CERÂMICA DA BENÇÃO</b>
Endereço: Rua da Gameleira, 331, Centro, São Sebastião / DF. CEP: 71.690-000
Telefone: (61) 3901-7704
Endereço eletrônico: <a href="mailto:ec.ceramicadabencao@edu.se.df.gov.br">ec.ceramicadabencao@edu.se.df.gov.br</a>
Coordenação Regional de Ensino de São Sebastião Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal Governo do Distrito Federal

## HISTÓRICO

A Escola Classe Cerâmica da Benção foi construída pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), de forma provisória (DISTRITO FEDERAL, 2001), para atender aos filhos dos trabalhadores de olarias e cerâmicas instaladas na Fazenda Papuda, desapropriada para a construção de Brasília. Entrou em funcionamento em 08 de maio de 1959, antes da inauguração de Brasília, de acordo com uma planilha das escolas mantidas pela NOVACAP, produzida em 17/10/1959 (Museu da Educação do Distrito Federal, documentos textuais, 1959). Ainda de acordo com essa planilha, a professora da então chamada Escola da Cerâmica Benção era Lúcia da Conceição Guaraciaba Calvoso e a escola atendia 51 alunos, com idade entre 7 e 13 anos, sendo que 43 da 1ª série e 8 da 3ª série. A Cerâmica da Benção era uma das 10 cerâmicas que se instalaram às margens do Córrego Mata Grande, na Fazenda Papuda, que havia sido desapropriada para a construção de Brasília.

A escola passou a integrar a Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF), no momento da sua instituição, em 17 de junho de 1960. Era uma escola rural que integrava a Coordenação de Ensino Elementar da FEDF, em 17 de março de 1961. (DISTRITO FEDERAL, 1981) O ato de criação da então Escola Rural Cerâmica da Benção se deu através do Decreto “N” nº 481, de 14 de janeiro de 1966, do Governo do Distrito Federal. (PIRES, 1978) A partir dessa data, deixou de pertencer à FEDF e passou a integrar a Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, que havia sido criada em 1964. (ArPDF, 2018) Em 14 de março de 1971, através do Decreto nº 1.627 (PIRES, 1978), voltou a pertencer à FEDF, até a extinção da FEDF, em 21 de janeiro de 1999. Desde então a escola está vinculada à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Passou a denominar-se Escola Classe Cerâmica da Benção a partir da Resolução nº 95, de 21 de outubro de 1976. Em 1978, estava vinculada ao Complexo Escolar “C” do Gama, em 1979, ao Complexo de Educação Rural do DF (CREDER) e, em 1980, ao Complexo Escolar “A” do Núcleo Bandeirante. A escola foi reconhecida através da Portaria nº 17, de 07 de julho de 1980, da Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Distrito Federal. Desde o ano de 2000, a escola pertence à Coordenação Regional de Ensino de São Sebastião.

### ACESSO AOS DOCUMENTOS / INSTRUMENTOS DE PESQUISA

O acesso ao acervo deve ser solicitado diretamente à equipe gestora da escola.

O acervo histórico localiza-se na área central da escola, em frente da secretaria e da sala da direção.

Não há instrumento de pesquisa.

### ACERVO DA ESCOLA CLASSE CERÂMICA DA BENÇÃO

#### HISTÓRICO

Os documentos foram produzidos, predominantemente, pelos professores da escola, pela secretaria escolar e pela equipe gestora da escola. Há alguns poucos documentos produzidos pelos órgãos intermediários e centrais da administração da Secretaria de Educação do Distrito Federal e do Ministério da Educação, com a participação da equipe gestora da escola. Esses documentos foram ao longo do tempo sendo armazenados e acumulados intuitivamente em caixas-arquivos e pacotes, de acordo com o seu tipo e período. Não há uma classificação arquivística dos documentos, eles foram distribuídos segundo os tipos documentais.

#### PERFIL

A transferência da documentação escolar, que não é de uso corrente, para um cômodo separado da secretaria escolar e da assistência escolar, se dá em função do seu uso eventual. Esses documentos têm um valor de prova de direito das pessoas e da instituição. Outros documentos gerais provavelmente permaneceram guardados em função da data em que foram produzidos, conferindo-lhes um valor histórico.

Do ponto de vista histórico cultural, os documentos guardados identificam

peças que participaram do cotidiano escolar, práticas administrativas e pedagógicas, conteúdos que estavam sendo ensinados e metodologias que estavam sendo utilizadas.

A documentação é textual e compreende o período de 1974-2015. Há nesse acervo alguns poucos documentos de 1974, sendo a maior parte referente ao período posterior a 1980 até o ano de 2015. Constata-se, assim, uma ausência de documentação na escola referente aos primeiros 15 anos de funcionamento.

Não foi mensurada a massa documental guardada em três estantes de aço, com 18 prateleiras (aproximadamente 18 mt lineares), e em dois armários arquivos, com aproximadamente 1,5 mt de altura cada.

### TIPOS DOCUMENTAIS MAIS FREQUENTES

A maioria da documentação é composta de diários de classe dos professores. Compreendendo o período de 1980 a 1996, o acervo guarda cerca de 30 caixas-arquivos contendo diários de classe dos professores. No período de 1980 a 1984, há 27 diários de classe acondicionados em uma caixa-arquivo. Há mais 29 caixas-arquivos guardando diários de classe, no período de 1985 a 1996. Entre 1985 a 1988, há uma caixa-arquivo pra cada ano. Há duas caixas-arquivos relativas ao ano de 1991, três caixas-arquivos para cada ano a seguir: 1989, 1990, 1993, 1994 e 1996, quatro caixas-arquivos do ano de 1994 e 5 caixas-arquivos do ano de 1995.

Há documentos sobre os alunos como fichas individuais, históricos escolares e declarações provisórias de matrícula. Há apenas uma avaliação de aprendizagem de um aluno.

Há quadros com quantitativo de desempenho escolar, mapas com o total de alunos por turmas, levantamento de movimentação de alunos por etapa e série (matrícula inicial e final, transferências, desistências, aprovados e reprovados).

Quanto à administração escolar, há ofícios-circulares, planos de ação, mapas de merendas, registro de compras internas e correspondências expedidas. Em relação à gestão de pessoal, há a relação do pessoal existente na escola, em termos quantitativos e com o nome de professores e serventes.

Há livros atas com registros de transferências e regularização da vida escolar de alunos, de matrícula e de promoção mediante prova de capacitação.

Há ainda formulários do censo escolar (MEC).

### CONDIÇÕES FÍSICAS GERAIS DO ACERVO

O acervo fica guardado em um cômodo de aproximadamente 7 m<sup>2</sup>, com dois basculantes superiores, com 4 entradas de ar, sendo que os mesmos permanecem fechados. Em novembro de 2018, o local era designado de “depósito de limpeza” e os documentos encontravam-se misturados com materiais de papelaria, materiais esportivos, caixas de madeira, cesto, bacia de plástico, isopores, faixas, banners etc. Em novembro de 2019, esse material que não era de arquivo já havia sido retirado, o que permitiu uma melhor disposição para os documentos do acervo, facilitando o acesso e consulta aos mesmos.

Os documentos estão acondicionados em caixas-arquivos e alguns pacotes com documentos, guardados em três estantes de aço. Há ainda dois armários arquivos, um de aço e outro de madeira. Nas caixas-arquivos que guardam os diários de classe, há uma ordenação cronológica dos mesmos. Em outras caixas-arquivos, há a identificação do tipo de documento e o período.

O estado de conservação do acervo é ruim e preocupante, empoeirados e com possível presença de microorganismos danosos à saúde.

### INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Não há.

### NOTAS

Não há.

### **CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL CERÂMICA SÃO PAULO**

Endereço: Rua 01, Número 101, Setor Tradicional, São Sebastião /DF.

CEP: 71.691-101

Telefone: (61) 3901-7702

Endereço eletrônico: cefsaopaulo@edu.se.df.gov.br

Coordenação Regional de Ensino de São Sebastião  
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal  
Governo do Distrito Federal

## HISTÓRICO

O Centro de Ensino Fundamental Cerâmica São Paulo foi construído em 1964 e começou a funcionar em março de 1965. (DISTRITO FEDERAL, 1985) A designação Cerâmica São Paulo é devido à sua localização nessa cerâmica, situada na Fazenda Papuda. Essa fazenda foi desapropriada no período da construção de Brasília para a instalação de cerâmicas e olarias. A Cerâmica São Paulo era uma das 10 cerâmicas que se instalaram às margens do Córrego Mata Grande.

A primeira professora designada responsável pela escola foi Veneranda Borges Vieira. (DISTRITO FEDERAL, 1985, p. 299) No livro ata de “Controle de frequência dos professores 1971 a 1974”, há o registro, no mês de fevereiro de 1971, do professor Antônio Pereira do Nascimento e da servente Maria Terezinha Caixeta. A escola, considerada de classe única, possuía apenas um professor até setembro de 1971. A partir de então, identifica-se em documento localizado no acervo escolar a presença simultânea de duas professoras.

A então Escola Rural Cerâmica São Paulo, pertencente à Fundação Educacional do Distrito Federal, teve como seu ato de criação o Decreto “N” nº 481, de 14 de janeiro de 1966, do Governo do Distrito Federal. (PIRES, 1978) A partir dessa data, deixou de pertencer à FEDF e passou a integrar a Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, que havia sido criada em 1964. (ArPDF, 2018) Em 14 de março de 1971, através do Decreto nº 1.627 (PIRES, 1978), voltou a pertencer à FEDF, até a extinção da FEDF, em 21 de janeiro de 1999. Desde então a escola está vinculada à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Passou a denominar-se Escola Classe Cerâmica São Paulo a partir da Resolução nº 95, de 21 de outubro de 1976. A partir da Resolução nº 1360 do Conselho Diretor da

FEDF, de 28 de fevereiro de 1985, se transformou em um Centro de Ensino de 1º Grau.

Em 1978, estava vinculada ao Complexo Escolar “C” do Gama; em 1979, ao Complexo de Educação Rural do DF (CREDER) e, em 1980, ao Complexo Escolar “A” do Núcleo Bandeirante. A escola foi reconhecida através da Portaria nº 17, de 07 de julho de 1980, da Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Distrito Federal. Desde o ano de 2000, a escola pertence à Coordenação Regional de Ensino de São Sebastião.

De acordo com a Proposta Pedagógica da Escola, a escola, inicialmente, contava com poucas salas de aula, uma pequena cantina, uma sala de professores, uma secretaria, alguns banheiros, uma quadra de esportes e nenhum muro. Em 1992, foi construído mais um prédio, com 10 salas de aula e dois banheiros para os alunos. O primeiro prédio foi demolido e em seu lugar foi construído um segundo bloco de salas de salas, com cantina, mais três salas de aula, uma biblioteca, uma sala de artes, uma sala de professores, banheiros, sala de Educação Física, caixa d’água e a quadra de esportes foi reformada.

#### ACESSO AOS DOCUMENTOS / INSTRUMENTOS DE PESQUISA

O acesso ao acervo deve ser solicitado diretamente à equipe gestora da escola.

O acervo histórico está distribuído em dois cômodos da escola. Localiza-se à direita de quem entra pelo portão principal da escola, após se atravessar um pequeno corredor.

Não há instrumento de pesquisa.

#### **ACERVO DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL CERÂMICA SÃO PAULO**

HISTÓRICO



Os documentos foram produzidos, predominantemente, pelos professores da escola, pela secretaria escolar e pela equipe gestora da escola. Há alguns poucos documentos produzidos pelos órgãos intermediários e centrais da administração da Secretaria de Educação do Distrito Federal e do Ministério da Educação, com a participação da equipe gestora da escola. Esses documentos foram ao longo do tempo sendo armazenados e acumulados intuitivamente em caixas-arquivos e pacotes, de acordo com o seu tipo e período.

#### PERFIL

A transferência da documentação escolar, que não é de uso corrente, para dois cômodos separados da secretaria escolar e da assistência escolar, se dá em função do seu uso eventual. Esses documentos têm um valor de prova de direito das pessoas e da instituição. Outros documentos gerais provavelmente permaneceram guardados em função da data em que foram produzidos, conferindo-lhes um valor histórico.

Do ponto de vista histórico cultural, os documentos guardados identificam pessoas que participaram do cotidiano escolar, práticas administrativas e pedagógicas, conteúdos que estavam sendo ensinados e metodologias que estavam sendo utilizadas. Uma diversidade documental que pode oferecer pistas valiosas para que os historiadores da educação ou de outras áreas do conhecimento que queiram utilizá-los como fonte para suas pesquisas.

A documentação é textual e compreende o período de 1971-2018. A maior parte dos documentos é de diários de classe, referente ao período de 1981 até o ano de 2004. Constata-se, assim, uma ausência de diários de classe de 1965 a 1980, o que compreende um período de 15 anos de funcionamento da escola.

Não foi mensurada a massa documental guardada em 87 caixas-arquivos, em um cômodo, e cerca de 50 caixas-arquivos em outro cômodo.

#### TIPOS DOCUMENTAIS MAIS FREQUENTES

Compreendendo o período de 1981 a 1996, o acervo guarda cerca de 36 caixas-arquivos contendo diários de classe dos professores. Estima-se que há cerca de 630 diários no período de 1981 a 1996, sendo que há apenas um diário de 1981, quatro, de

1982 e quatro, de 1983. Entretanto, foram localizados 31 diários referentes a 1984.

Há sete livros atas:

- “Controle de frequência dos professores 1971 a 1974”

- “Registro de termo de exercício de professores 1972 a 199- .” Nesse livro ata, informa-se os dados da professora, sua escolaridade, sua formação e sua experiência de magistério. Embora o título do livro ata refere-se ao registro de professores, há também a apresentação e registro de serventes, secretários, encarregada, auxiliar operacional para serviços diversos, agentes de conservação e limpeza, apoio, bibliotecário, vigias e técnico de assistência à educação (agente administrativo), além dos diretores e responsáveis pela escola.

- “Ocorrências de vigias – 1992 a 1994”

- “Ocorrências de alunos 1995”, este em branco

- “Almoxarifado”, suas folhas foram arrancadas, não tendo nada escrito nas que restaram.

- “Eleições”, registra-se, a partir de 29/11/1995 até 30/04/1999, a realização de cinco assembleias.

- “Conselho Escolar”, relata-se 20 reuniões realizadas entre os dias 19/12/1996 a 17/12/1998, para tratar de assuntos diversos.

Uma caixa-arquivo com fotos.

Um pacote com fichas de patrimônio.

Um pacote de fichas individuais, denominado de Patrimônio da escola, que tem, por exemplo, guias de recolhimento de bens móveis.

Um conjunto de fichas arquivadas, referente a 1990 e 1991, que registravam: movimentação e rendimentos dos alunos, carência de professores, demonstrativos de recursos humanos, relação de professores em gozo de licença, acompanhamento e controle de matrículas, acompanhamento e controle do rendimento escolar, rede física, previsão de matrículas e um quadro demonstrativo de educação física: frequência/condições físicas.

### CONDIÇÕES FÍSICAS GERAIS DO ACERVO

O acervo está distribuído em dois cômodos, um é utilizado como depósito e no outro funciona o Serviço de Orientação Educacional (SOE).

O “Depósito” mede 15 mt<sup>2</sup>, sem ventilação, há uma janela lateral que permanece fechada, tornando o ambiente quente. Evidencia-se a desorganização do espaço, onde materiais de diversa natureza se encontram, havendo inclusive dificuldade de locomoção e acesso aos documentos. No seu interior, há diversas prateleiras de madeira com caixas-arquivos de documentos que se misturam, nas prateleiras ou no chão, com aparelhos de informática e eletrônicos, caixas de toners e de resmas de papel, material elétrico, material de limpeza, material de papelaria, equipamentos de higiene, como toucas descartáveis e papéis higiênicos, toalhas de mesa, copos descartáveis, aparelho do jogo de bingo, brindes de festas juninas, vários binóculos em caixas e material esportivo. Há também um armário de aço grande com diversos materiais de papelaria.

No cômodo do Serviço de Orientação Educacional (SOE), encontram-se os diários de classe dos professores (FOTOGRAFIA 34). Essa sala é um pouco mais organizada, considerando que é o local de trabalho da orientadora da escola. Há uma janela na lateral da sala, não se sabe se aberta ocasionalmente. A sala, entretanto, é mais arejada do que o Depósito, tendo um ventilador fixado na parede. O acesso aos documentos é mais facilitado.

Os dois cômodos que guardam o acervo dividem o espaço com funções diversas, seja para o atendimento de alunos, pais e professores (Serviço de Orientação educacional), seja para se buscar material por professores, secretaria, direção, conservação e limpeza (Depósito). Esse acesso pode vir a prejudicar a guarda de documentos históricos, que devem ter um acesso mais reservado e controlado, evitando o risco de se extraviarem.

As condições de conservação dos diários são ruins, devendo haver uma atenção quanto à sua preservação.

#### INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Não há.

#### NOTAS

Não há.

## ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

Endereço: Setor de Garagens Oficiais Norte (SGO), Quadra 05, Lote 23, Asa Norte, Brasília / DF. CEP: 70.610-650

Telefones: (61) 3361.1454; (61)3361.7739; (61) 3361-7739

Endereço eletrônico:

E-mail institucional: [arquivopublico@arquivopublico.df.gov.br](mailto:arquivopublico@arquivopublico.df.gov.br)

E-mail da Gerência de Atendimento ao Público: [arpdfatendimento@gmail.com](mailto:arpdfatendimento@gmail.com)

Web site: <http://www.arpdf.df.gov.br/>

Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais

Governo do Distrito Federal

## HISTÓRICO

O Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico formulou uma primeira proposta para a criação do Arquivo Público do Distrito Federal à Secretaria de Cultural do Governo do Distrito Federal em 1971. A partir de então, a Secretaria de Administração tomou diversas iniciativas no sentido de resguardar a guarda de documentos históricos. (CARVALHÊDO, 2003)

Em 1983, o Governo do Distrito Federal se responsabilizou pela proteção do acervo documental histórico da NOVACAP, a título de preservação do patrimônio e criou o Grupo de Trabalho para “estudar, sugerir, propor e adotar medidas para a implantação do Arquivo Público do Distrito Federal”. (ArPDF, 2018, p. 11-12).

O Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) foi criado em 14 de março de 1985, vinculado à Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, com a finalidade de “recolher, preservar e garantir proteção especial a documentos arquivísticos de valor permanente, produzidos e acumulados pela Administração Direta, Indireta e Fundações do Distrito Federal.” (CARVALHÊDO, 2003, p. 73) O primeiro e mais importante recolhimento do acervo da NOVACAP, que estava sob a proteção especial do Governo do Distrito Federal,

se deu em 28 de abril de 1987. (ArPDF, 2018)

Em 1988, através da política arquivística no Distrito Federal, o Arquivo Público do Distrito Federal posicionava-se como um órgão técnico do então criado Sistema de Arquivos do Distrito Federal. Com a Lei nº 2.545, de 25 de abril de 2000, o Arquivo Público do Distrito Federal assumiu a função de órgão central do Sistema de Arquivos, responsabilizando-se pela orientação da gestão de documentos dos órgãos e entidades governamentais, através das Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos. (ArPDF, 2018)

O acervo do Arquivo Público do Distrito Federal é formado por 44 fundos provenientes de 21 órgãos públicos e 23 pessoas físicas ou entidades privadas. São documentos públicos, relativos à construção de Brasília e à administração do Distrito Federal, e privados, “cujos produtores estabeleceram uma íntima relação com a cidade, gerando registros importantes pra o conhecimento da história de Brasília e do Distrito Federal”. (ArPDF, 2018, p. 14) A sua documentação “retrata a história da Capital Federal, desde o período da interiorização, previsto na Constituição de 1892, passando pela construção, inauguração, chegando aos dias atuais. O acervo apresenta documentos textuais, audiovisuais, cartográficos, entre outros formatos”. (Web Site do ArPDF)

De acordo com o seu regimento (Decreto nº 38.725, de 20/12/2017), o Arquivo Público do Distrito Federal, vinculado à Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal, “tem por finalidade garantir pleno acesso aos documentos sob a sua guarda, apoiar o cidadão na defesa de direitos e incentivar a produção de conhecimento científico e cultural”. (ArPDF, 2018, p. 12)

#### ACESSO AOS DOCUMENTOS / INSTRUMENTOS DE PESQUISA

O acesso ao acervo é de responsabilidade da Gerência de Atendimento ao Público, da Diretoria de Pesquisa, Difusão e Acesso, subordinada à Coordenação de Arquivo Permanente.

O Arquivo Público do Distrito Federal atende presencialmente ou à distância, havendo um controle por meio de formulários para a agilização do atendimento e produção de relatórios estatísticos de estudo do usuário.

Foi publicado um manual denominado “Orientações para acesso ao acervo arquivístico”, o qual está disponível em: <[http://www.arquivopublico.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/ArPDF\\_\\_\\_ORIENTACOES\\_PARA\\_ACESSO\\_AO\\_ACERVO.pdf](http://www.arquivopublico.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/ArPDF___ORIENTACOES_PARA_ACESSO_AO_ACERVO.pdf)>

**FUNDO FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL****HISTÓRICO**

A Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF) foi instituída pelo governo federal em 17 de junho de 1960 (Decreto nº 48.297/60), “com a finalidade de prestar assistência educacional à população da capital da República, nos níveis elementar e médio”. (DISTRITO FEDERAL, 1981, p. XVI) Esse decreto extinguiu a Comissão de Administração do Sistema de Ensino de Brasília (CASEB) e autorizou o Ministério da Educação e Cultura a cooperar na organização, manutenção e administração da Fundação que viria a ser instituída pela Prefeitura do Distrito Federal. Ainda, esse decreto “previu a transferência de pessoal, patrimônio e recursos utilizados até aquele momento na prestação de serviços educacionais já instalados em Brasília pra a FEDF”. (ArPDF, 2018, p. 56) Cabia à FEDF criar, instalar e manter estabelecimentos de ensino elementar primário, de acordo com os seus estatutos publicados em 28 de junho de 1960. (ArPDF, 2018)

Em 28 de março de 1961 (Decreto nº 43), a FEDF passou a vincular-se à Superintendência Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal. Em 10 de dezembro de 1964 (Lei nº 4.545), passou a se subordinar à Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal (SEC) (ArPDF, 2018) , quando coube à SEC organizar o sistema de ensino do Distrito Federal. Com o Decreto nº 422, de 16 de junho de 1965, que definiu a estrutura e competência da SEC, não cabia mais à FEDF a prestação direta dos serviços públicos educacionais. O Decreto “N” nº 481, de 14/01/66, que aprovou o novo Regimento da Secretaria de Educação e Cultura, determinou que “todos os bens imóveis destinados à execução do ensino, assim como as estruturas administrativas e o pessoal envolvido com a prestação de serviços educacionais, fossem transferidos da FEDF para a Secretaria de Educação e Cultura”. (ArPDF, 2018, p. 58) Esse decreto ainda foi considerado como o de criação de diversas escolas que já

havia sido criadas sem nenhum ato.

Em 1971(Decreto nº 1.627), a administração das escolas foi transferida para a FEDF (PIRES, 1978) e em 1972 (Decreto nº 1.941), os servidores da SEC foram colocados à disposição da FEDF, que passou a administrar todos os bens móveis, imóveis e semoventes e todo material utilizado pelo Governo do Distrito Federal nos serviços educacionais. (ArPDF, 2018) Com a aprovação do estatuto da FEDF pelo Decreto nº 3.290, de 25 de junho de 1976, ela passa a ser órgão de prestação dos serviços públicos educacionais do Distrito Federal. A FEDF foi extinta em 21 de janeiro de 1999, pela Lei nº 2.294, sendo as suas competências e atribuições transferidas para a Secretaria de Educação do Distrito Federal.

O Fundo FEDF foi constituído a partir do recolhimento efetuado pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, registrado em Termo de Recolhimento assinado em 18 de dezembro de 2018, através do Processo SEI 00080-00142208/2018-44.

#### PERFIL

O recolhimento da massa documental respondeu a uma necessidade de sua preservação e conservação, não tendo havido um processo de classificação e avaliação arquivística anterior à constituição do fundo.

Esse recolhimento equivale a 144 caixas-arquivo e 1 volume isolado de documentação textual, correspondendo a 20,1 metros lineares, com datas-limite de 1960 – 2002.

Foi realizado um levantamento de 151 reuniões do Conselho Diretor da FEDF, no período de 1960 – 1966. Considerando que há apenas duas atas de reunião na documentação do Fundo FEDF (FEDF, 1960-1965) que fazem referência nominal a três escolas que provavelmente são rurais, procurou-se levantar e selecionar, nas atas das reuniões do Conselho Diretor da FEDF, de 1960 a 1965, o que havia sido debatido e aprovado pela FEDF em relação às escolas primárias das cidades satélites e da zona rural, em termos gerais. Nos anos de 1960 e 1961, em apenas em cinco atas das 51 reuniões do Conselho Diretor da FEDF, há referências às escolas primárias das cidades satélites e da zona rural. (FEDF, 1960-1965)

O pouco que foi identificado revela a existência de uma preocupação quanto à

melhoria da estrutura dessas escolas, ainda que de forma ocasional e pontual. Destaca-se também certa dependência da FEDF quanto à construção escolas, no que diz respeito à agilidade de outras instâncias, como a da NOVACAP e da Prefeitura do Distrito Federal, sendo que esta ainda necessitava da disponibilidade orçamentária do Ministério da Educação e Cultura. A urgência que se manifestava para as escolas do plano piloto e até das cidades satélites não foi manifestada para as escolas rurais.

#### TIPOS DOCUMENTAIS MAIS FREQUENTES

Trata-se de documentação textual composta por relatórios, instruções normativas, ordens de serviço, atas do Conselho Fiscal e do Conselho Diretor, pareceres da Procuradoria Jurídica, despachos, correspondências. Há também dois processos administrativos do Ministério da Educação e Cultura sobre a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (CASEB), criação da Fundação Educacional do Distrito Federal e Centro de Educação Média ou Colégio Elefante Branco. (ArPDF, 2018)

#### CONDIÇÕES FÍSICAS GERAIS DO ACERVO

Não se acessou o depósito de guarda dos documentos. A pesquisa foi realizada mediante solicitação prévia através de um formulário e a consulta aos documentos se deu nas dependências do atendimento ao público. Não há restrição de acesso aos documentos. A condição de conservação dos documentos pesquisados, atas de reuniões do Conselho Diretor da FEDF, é regular.

#### INSTRUMENTOS DE PESQUISA

O Fundo está identificado, não havendo instrumento de pesquisa.

Há uma listagem dos documentos, constando o tipo de documento e o seu período, conforme a caixa-arquivo em que se encontra.

#### NOTAS

Não há.



## CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Endereço: Setor Bancário Norte, Quadra 2, Bloco C – Edifício Phenícia – 10º andar.

Brasília / DF. CEP: 70.040-020

Telefones: (61) 3901.3232; (61) 3901-3151

Endereço eletrônico:

cedf.df@gmail.com

cedf@edu.se.df.gov.br

Web site: <http://cedf.se.df.gov.br/>

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

Governo do Distrito Federal

## HISTÓRICO

O Conselho de Educação do Distrito Federal foi criado pela Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961, sendo seu ato de criação o Decreto nº 171, de 07 de março de 1962. Foi instituído como órgão de deliberação coletiva, normativo e orientador das atividades educacionais do Sistema de Ensino do DF. (DISTRITO FEDERAL, 2001). Competia ao CEDF, dentre outras: fixar normas para a autorização de funcionamento e fiscalização no DF das escolas não mantidas pela União e estabelecer planos para a aplicação dos recursos a que se referia o artigo 169 da Constituição. (PIRES, 1978)

Até o Decreto “N” 481/66, os estabelecimentos oficiais de ensino foram criados por ato da FEDF, sem nenhum pronunciamento do CEDF. Somente a partir de 16/02/70, encontra-se pronunciamento do CEDF sobre a criação e funcionamento de escolas mantidas pelo GDF. (PIRES, 1978) Com a nova estrutura da SEC, estabelecida pelo Decreto nº 1.627, de 14 de março de 1971, a administração das escolas foram transferidas para a FEDF, passaram a ser criadas pela própria FEDF, ouvido o CEDF. (PIRES, 1978)

Com a Lei 5692/71, os conselhos estaduais e do DF perderam a atribuição de planejar, passando a somente aprovar os planos e projetos elaborados pelo órgão competente do Sistema de Ensino. (PIRES, 1978)

No ano de 1975, o Decreto nº 2.894, de 13 de maio de 1975, aprovou o Regimento do Conselho de Educação do Distrito Federal, tendo sido publicado no “Distrito Federal” de 16 de maio de 1975.

Com o Decreto 3574, de 03/01/77, a FEDF passou a solicitar a autorização de funcionamento de suas unidades escolares, que após parecer favorável do CEDF, são autorizadas a funcionar por Portaria do Secretário de Educação. (PIRES, 1978)

#### ACESSO AOS DOCUMENTOS / INSTRUMENTOS DE PESQUISA

O acervo/biblioteca situa-se em uma sala nas dependências do CEDF e está organizado em cinco estantes de aço.

Instrumento de Pesquisa: Não há.

#### **BOLETINS DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL**

##### HISTÓRICO

A partir da instituição da Secretaria de Educação e Cultura (Lei nº 4545/64), o Conselho de Educação do Distrito Federal passa a ter nova constituição e competência. Em decorrência dessa lei, o Decreto “N” nº 482, de 28 de julho de 1965, estabelece dentre as competências do CEDF “promover e divulgar estudos sobre a educação no DF e publicar um boletim próprio”. Os atos do CEDF eram publicados antes no Boletim de Serviço da Prefeitura do Distrito Federal. O Boletim nº 1 foi publicado em 1966, contendo as indicações e pareceres do período de 1962 - 1965. (PIRES, 1978) O Boletim nº 2 foi publicado em 1968, contendo a indicações, resoluções e pareceres referentes ao período de 1966 – 1967.

## PERFIL

Os boletins do Conselho de Educação do Distrito Federal publicam as normas por ele aprovadas, como indicações, pareceres, resoluções, portarias, ordens de serviço. Os boletins divulgam também a legislação do governo federal e do Distrito Federal referente à educação, os discursos e pronunciamentos de seus membros e relatórios de atividades.

Foi realizado um levantamento das normas aprovadas pelo Conselho de Educação do Distrito Federal no período de 1962 a 1980, totalizando 15 volumes consultados.

## TIPOS DOCUMENTAIS MAIS FREQUENTES

As escolas rurais Cachoeirinha e Jataí foram criadas mediante parecer do CEDF, em 1970. (DISTRITO FEDERAL, 1972) Em 1972, o CEDF (DISTRITO FEDERAL, 1973) opinou pela criação da Escola “Nova Betânia”. Todas as cinco primeiras escolas de São Sebastião foram reconhecidas pela Portaria nº 17/80 da SEC (DISTRITO FEDERAL, 1981), a partir de um parecer do CEDF, que considerou que os estabelecimentos de ensino da rede oficial de ensino deveriam ser considerados e reconhecidos.

Destaca-se no acervo do CEDF, a aprovação das normas preliminares para a organização do Sistema de Ensino do Distrito Federal – da educação de grau primário, através da Indicação nº 5/63 (DISTRITO FEDERAL, 1966) e a Resolução nº 01/74 (DISTRITO FEDERAL, s.d.), que trata dos valores, fins, normas e instituições do sistema de ensino do Distrito Federal, não havendo referências às escolas das cidades satélites e da zona rural.

Foram aprovados pareceres quanto aos Planos de Educação do Distrito Federal, referente a 1976-1979 e 1980-1983, nos anos de 1975, 1978 e 1980 (DISTRITO FEDERAL, 1975a, 1978, 1980).

Considerando as escolas rurais, há pareceres sobre a atribuição de gratificação a professores da zona rural (1963), o currículo das escolas rurais (1972), o Plano Integrado de Desenvolvimento Rural (PLIDER), abrangendo as cidades satélites de

Sobradinho e Planaltina (1978) e o exercício da função de diretor nas escolas rurais (1980). Há dois pareceres que diz respeito ao remanejamento de verbas para a construção de escolas, sendo que um deles sugere a construção de três escolas rurais.

Outros pareceres trataram dos critérios de avaliação do rendimento escolar (1962) e da estratégia de matrícula (1980). Em alguns dos pareceres do CEDF, se expõe dados estatísticos em relação ao setor educação, bem como se interpreta aspectos do sistema de ensino do Distrito Federal. Em outros pareceres, há orientações que incidem sobre a prática pedagógica dos professores ou dizem respeito ao registro da vida escolar dos alunos.

#### CONDIÇÕES FÍSICAS GERAIS DO ACERVO

Os boletins, distribuídos em duas prateleiras de um armário de aço, estão disponíveis para consulta no local.

Não há restrição de acesso aos documentos. A condição de conservação dos documentos pesquisados é boa.

#### INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Cada boletim contém um índice que lista os tipos de normas em ordem numérica, cronologicamente. Em alguns boletins, há também um índice das normas divididas por assunto (índice remissivo). Em outros, há uma listagem de discursos, comunicações, relatórios e legislação.

#### NOTAS

Os boletins do Conselho de Educação do Distrito Federal também estão disponíveis na Biblioteca Central dos Estudantes da Universidade de Brasília, localizando-se no setor de Referências.

---

## MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinar (CEAM), Prédio Multiuso I, Bloco B, sala BT 36/6. Universidade de Brasília, Asa Norte, Brasília / DF. CEP: 70.910-900  
Telefone: (61) 3107-5909

Endereço eletrônico: [museu.educacao.df@gmail.com](mailto:museu.educacao.df@gmail.com)

Web site: <http://www.museudaeducacao.com.br/>

Universidade de Brasília

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

### HISTÓRICO

O Museu da Educação do Distrito Federal surgiu a partir do projeto de pesquisa “Educação Pública no Distrito Federal – 1956/1964: origens de um projeto inovador”, desenvolvido desde 2001 na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a coordenação da Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Eva Waisros Pereira. (MUDE, 2014)

Todo o acervo dessa pesquisa foi doada ao Museu da Educação pela Universidade de Brasília, constituindo-se de registros de história oral, entrevistas gravadas com professores, gestores e estudantes da primeira fase da educação pública do Distrito Federal, e pesquisa documental realizada em acervos públicos e privados da capital federal. Foram recolhidos documentos textuais, iconográficos e objetos junto a esses acervos e se avançou no trabalho de pesquisa e reflexão sobre os depoimentos gravados. O acervo encontrava-se organizado e sob a guarda do grupo de pesquisa “Educação no Distrito Federal: História e Memória”, em uma sala da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. (MUDE, 2014)

Interessada pela história da implantação da educação pública do Distrito Federal e focando suas pesquisas nos registros de história oral dos protagonistas da educação brasiliense, a equipe desse projeto recuperou mais de 30% de depoimentos gravados

em 1989-1990 pelo Projeto Memória da Educação do Distrito Federal, da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal. (MUDE, 2014)

Na implantação do Museu, sob a coordenação da Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Eva Waisros Pereira, foram criados o Comitê Gestor Interinstitucional, o Grupo de Trabalho – constituído por professoras da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – e o Comitê de Assessoramento, formado por especialistas da Universidade de Brasília. (MUDE, 2014)

O grupo de trabalho foi instituído pela Portaria SEDF nº 230, de 28 de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, de 29/08/2013, Seção II, página 41. Elaborou-se, então, um Plano Museológico, que tem como objeto guiar as atividades do Museu da Educação do Distrito Federal. O objetivo geral do referido plano é: “preservar e salvaguardar a memória da educação pública do Distrito Federal, desenvolvendo e implementando instrumentos e práticas educativas para sua difusão junto à comunidade do Distrito Federal e outros públicos visitantes”. (MUDE, 2014, p. 11)

#### ACESSO AOS DOCUMENTOS / INSTRUMENTOS DE PESQUISA

O Sistema Arquivístico do Museu da Educação do Distrito Federal (SAMUDE) permite o acesso remoto a um banco de dados criado em 2015. Esse acervo digital é construído por 735 fotografias, 46 entrevistas, 1832 documentos textuais, 10 objetos museais e 586 mídias.

O endereço eletrônico é: <http://samudex.museudaeducacao.com.br/>

A busca do documento pode ser feita pelo tipo de documento, por escolas ou personalidades e por palavras textuais. Para cada um desses campos, há ainda, de acordo com o campo, subcampos de pesquisa, como assunto, palavra-chave, ano, ano (grid), lista completa, busca textual etc.

Outras informações podem ser obtidas mediante agendamento de visita junto ao Grupo de Trabalho pelos e-mails [portalmude@gmail.com](mailto:portalmude@gmail.com) ou [museu.educacao.df@gmail.com](mailto:museu.educacao.df@gmail.com).

Há os seguintes instrumentos de gestão e pesquisa:

Escolas de acampamento

Escolas pioneiras

Catálogo de eventos e publicações do Museu da Educação do Distrito Federal

Inventário de documentos textuais

Plano de classificação do acervo do Museu da Educação do Distrito Federal

Instrumento de pesquisa (IP), inventário sumário-MUDE

Instrumento de gestão (IG), Manual de procedimentos e rotinas do MUDE

## **ACERVO DO MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL**

### **HISTÓRICO**

O acervo foi constituído a partir de uma pesquisa documental, realizada em acervos públicos e privados da capital federal, e pela produção de um acervo de entrevistas orais.

### **PERFIL**

O Museu da Educação do Distrito Federal procura valorizar o seu acervo, buscando:

fortalecer a identidade dos professores e da escola e possibilitar aos brasilienses se reconhecerem no seu passado educativo. [...] A consciência do papel que desempenha no campo da educação pode despertar no professor uma relação renovada com a profissão, promover a sua auto estima e contribuir para o seu reconhecimento social.” (MUDE. Acervo)

O acervo museológico, bibliográfico e pedagógico (200 objetos) foi constituído por meio de doações dos professores, gestores, funcionários e ex-estudantes da rede pública de ensino, entrevistados ao longo de toda a pesquisa sobre a memória da educação pública do Distrito Federal.

Há documentos textuais (14 mt lineares em 100 caixas) relativas ao Plano de Construção Escolar de Brasília, ao histórico das escolas pioneiras, às metodologias adotadas no sistema educacional, documentos pessoais e profissionais de gestores,

professores e estudantes, dossiês de personagens importantes no cenário educacional da cidade.

Há fotografias (2.000 negativos) doadas por pessoas físicas e jurídicas, de pesquisas acadêmicas e de eventos sobre o sistema de Educação do Distrito Federal.

Há aproximadamente 300 depoimentos de professores, gestores e estudantes da educação pública, disponíveis em suportes de áudio e audiovisual. No portal do Museu está acessível uma amostra com resumos e biografias dos entrevistados, além de descritores visuais e temáticos das entrevistas.

Para a pesquisa sobre a história das primeiras escolas de São Sebastião, realizou-se uma seleção de fontes a partir de um levantamento de 660 documentos textuais, no período de 1957 a 1980. Foram identificadas 155 cópias de atas de reuniões da NOVACAP no período de 1957 a 1964. A NOVACAP foi a responsável pela construção e manutenção das primeiras escolas de Brasília até a constituição da Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (CASEB), em 1959, e a criação da Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF), em 1960.

Há no acervo do Museu da Educação do Distrito Federal, uma planilha original, produzida pela NOVACAP em 17/10/1959, e uma cópia de um relatório da NOVACAP sobre a educação primária em Brasília, de dezembro de 1959, que evidenciam a o início do funcionamento da Escola da Cerâmica Benção, e algumas de suas características. Nesse acervo há duas entrevistas, uma com a Professora Maria Lúcia Ismael Nunes Moriconi, que lecionou na Escola da Cerâmica Benção de 1960 a 1962, e outra com Osvaldo Marciano da Silva, aluno que estudou na escola em 1962. Essas entrevistas revelam aspectos do cotidiano escolar da Escola da Cerâmica Benção (MUDE, 1957-1980)

### TIPOS DOCUMENTAIS MAIS FREQUENTES

O acervo do Museu da Educação do Distrito Federal é constituído de documentos históricos, vídeos, fotografias, mobiliário das escolas, materiais didáticos, diplomas, lousas, canetas, cartilhas de alfabetização, livros didáticos, livros infantis, livros de leitura, cadernos, ábaco, jogos pedagógicos, pastas escolares, merendeiras, cartazes, mimeógrafos, projetores, boletins, cadernetas escolares e outros.

Dentre os objetos museais, há medalhas e placas comemorativas, uniformes



escolares, indumentária de professores, flâmulas comemorativas, cadernos de planejamento de professor, quadro, fotografias e instrumentos pessoais como óculos, caneta e objetos de cozinha.

Dentre os documentos textuais, há artigos publicados em periódicos, correspondências, atestados, certificados, contratos, decretos, diplomas, programas e estudos de disciplinas escolares, planejamentos de aula, diário de classe, reportagens, recortes de jornais, relatórios, portarias, pareceres, normas, resoluções, gravuras, recibos, atas, cartões postais, convites, cadernos de séries textuais, editais, publicações de atos oficiais, cadernos, livretos.

Dentre as mídias, há DVDs, mini DVDs, fitas VHS e fitas K-7.

### CONDIÇÕES FÍSICAS GERAIS DO ACERVO

A pesquisa foi realizada virtualmente, não havendo, portanto, uma avaliação do espaço físico e de seu acesso, da estrutura de armazenamento e guarda, além das suas condições de conservação.

### INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Há um instrumento de pesquisa das Escolas Pioneiras e um inventário de documentos textuais. O documento sobre as Escolas Pioneiras não apresenta a Escola Classe Cerâmica da Benção dentre elas. Não foi possível acessar o Inventário de documentos textuais através do portal do Museu da Educação do Distrito Federal.

### NOTAS

Não há.

---

## **BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A, Asa Norte, Brasília / DF.

CEP: 70.910-900

Telefone: (61) 3107-2680 (Atendimento ao Usuário / Empréstimos)

Endereço eletrônico:

informacoes@bce.unb.br

emprestimos@bce.unb.br

Web site: <https://bce.unb.br/>

Universidade de Brasília

### **HISTÓRICO**

A Biblioteca Central (BCE) é um órgão da Universidade de Brasília (UnB) responsável pelo provimento de informações às suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Atende às demandas dos discentes, docentes e comunidade. Procura manter seu acervo diversificado e modernizar seus serviços, buscando pela excelência no atendimento às necessidades de informações dos usuários.

A lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, que autorizou o poder executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, já previu a criação de uma Biblioteca Central. Com a aprovação do Estatuto da Universidade de Brasília (Decreto nº 1.872, de 12 de dezembro de 1962), a Biblioteca Central é definida como um órgão complementar da UnB. Nesse ano, ocorreu sua primeira instalação, com um acervo bibliográfico de emergência, localizada no 6º andar do edifício do Ministério da Educação e Cultura, no Bloco 1 da Esplanada dos Ministérios. A Universidade de Brasília ocupava dois andares desse edifício. Ainda nesse ano, a BCE foi transferida para a Sala dos Papiros, da Faculdade de Educação, primeiro bloco construído no Campus Universitário. A BCE já contava com uma seção de obras raras. A partir de 1963, houve a compra de diversas coleções particulares, adquirindo-se também

coleções de grande valor, algumas delas integrando as coleções de obras raras e de estudos clássicos. Em 12 de março de 1973, foi inaugurada as novas instalações da BCE em seu prédio definitivo.

O acervo geral da BCE é composto por livros, folhetos, teses e dissertações.

#### ACESSO AOS DOCUMENTOS / INSTRUMENTOS DE PESQUISA

A consulta ao acervo, no ambiente da BCE, é livre a qualquer usuário. O empréstimo de itens do acervo geral somente é permitido pra pessoas cadastradas: alunos e ex-alunos, docentes e técnicos administrativos (ativos e inativos) e professores e/ou pesquisadores sem vínculo de trabalho com a Fundação Universidade de Brasília (vinculado a algum docente efetivo com cadastro na BCE).

Há uma base de dados nacionais e internacionais, que abrangem as diversas áreas do conhecimento, cujo acesso é disponibilizado pela BCE.

Todo o acervo encontra-se ordenado por assunto de acordo com a Classificação Decimal Universal (CDU). Em 2000, a BCE disponibilizou seu catálogo para acesso na internet.

#### ATOS NORMATIVOS DA FEDF

#### HISTÓRICO

A Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF) foi instituída pelo governo federal em 17 de junho de 1960 (Decreto nº 48.297/60), “com a finalidade de prestar assistência educacional à população da capital da República, nos níveis elementar e médio”. (DISTRITO FEDERAL, 1981, p. XVI) Esse decreto extinguiu a Comissão de Administração do Sistema de Ensino de Brasília (CASEB) e autorizou o Ministério da Educação e Cultura a cooperar na organização, manutenção e administração da Fundação que viria a ser instituída pela Prefeitura do Distrito Federal. Ainda, esse decreto “previu a transferência de pessoal, patrimônio e recursos utilizados até aquele momento na prestação de serviços educacionais já instalados em Brasília pra a FEDF”.

(ArPDF, 2018, p. 56) Cabia à FEDF criar, instalar e manter estabelecimentos de ensino elementar primário, de acordo com os seus estatutos publicados em 28 de junho de 1960. (ArPDF, 2018)

Em 28 de março de 1961 (Decreto nº 43), a FEDF passou a vincular-se à Superintendência Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal. Em 10 de dezembro de 1964 (Lei nº 4.545), passou a se subordinar à Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal (SEC) (ArPDF, 2018) , quando coube à SEC organizar o sistema de ensino do Distrito Federal. Com o Decreto nº 422, de 16 de junho de 1965, que definiu a estrutura e competência da SEC, não cabia mais à FEDF a prestação direta dos serviços públicos educacionais. O Decreto “N” nº 481, de 14/01/66, que aprovou o novo Regimento da Secretaria de Educação e Cultura, determinou que “todos os bens imóveis destinados à execução do ensino, assim como as estruturas administrativas e o pessoal envolvido com a prestação de serviços educacionais, fossem transferidos da FEDF para a Secretaria de Educação e Cultura”. (ArPDF, 2018, p. 58) Esse decreto ainda foi considerado como o de criação de diversas escolas que já haviam sido criadas sem nenhum ato.

Em 1971(Decreto nº 1.627), a administração das escolas foi transferida para a FEDF (PIRES, 1978) e em 1972 (Decreto nº 1.941), os servidores da SEC foram colocados à disposição da FEDF, que passou a administrar todos os bens móveis, imóveis e semoventes e todo material utilizado pelo Governo do Distrito Federal nos serviços educacionais. (ArPDF, 2018) Com a aprovação do estatuto da FEDF pelo Decreto nº 3.290, de 25 de junho de 1976, ela passa a ser órgão de prestação dos serviços públicos educacionais do Distrito Federal. A FEDF foi extinta em 21 de janeiro de 1999, pela Lei nº 2.294, sendo as suas competências e atribuições transferidas para a Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Os Atos Normativos da FEDF (DISTRITO FEDERAL, 1981) são uma coletânea dos atos oficiais da FEDF (1960 – 1980), realizado pela Comissão Básica de Pesquisa de Atos Administrativos da FEDF (COBAPA), classificando-os, ementando-os e preparando seu referencial de vigência, sob a coordenação de Mauro Elói de Oliveira. Foi publicado pela Editora Gráfica da FEDF.

O primeiro volume refere-se a informações e atos considerados históricos. Ainda, há nesse volume as portarias da FEDF (1960-1964) e da SEC (1965 a 1980), bem como as resoluções do Conselho Diretor da FEDF de 1960 até 1973. No segundo volume, há as resoluções do Conselho Diretor de 1974 a 1979. No terceiro volume, há as resoluções do Conselho Diretor (1980), além das Instruções do Presidente (1965 a 1975) e do Diretor Executivo (1976 a 1980). Nessas publicações, os atos considerados de maior relevância foram transcritos em seu inteiro teor.

#### TIPOS DOCUMENTAIS MAIS FREQUENTES

Foi realizado um levantamento das portarias, resoluções e instruções que dizem respeito às escolas rurais, mais tarde, escolas classes, que existiam na região de São Sebastião no ano de 1980: Escola Rural Cerâmica da Benção, Escola Rural Cerâmica São Paulo, Escola Rural Cachoeirinha, Escola Rural Jataí e Escola Rural Nova Betânia. Foi localizada a instrução de criação da Escola Rural “Nova Betânia”, além das normas de alteração das escolas rurais em escolas classes e suas vinculações a diferentes complexos escolares. Por fim, as escolas de São Sebastião foram reconhecidas em julho de 1980, através da Portaria nº 17 da Secretaria de Educação e Cultura. (DISTRITO FEDERAL, 1981)

Foram selecionadas normas que dispuseram sobre a estrutura administrativa da FEDF, que, de forma indireta, implicaram no funcionamento das escolas rurais. Há também algumas normas que dizem respeito à gestão de pessoal, como os professores e responsáveis das escolas rurais e à configuração legal das escolas, que de forma direta ou indireta dizem respeito às escolas de São Sebastião. (DISTRITO FEDERAL, 1981)

#### CONDIÇÕES FÍSICAS GERAIS DO ACERVO / CONSERVAÇÃO

Os três volumes foram tomados de empréstimo na Biblioteca Central da Universidade de Brasília. As condições físicas de guarda e conservação são boas.

#### INSTRUMENTOS DE PESQUISA

No primeiro volume, há um sumário para as informações e atos considerados

históricos. Nesse mesmo volume, há um índice das portarias da FEDF, de 1960 a 1964, e da SEC, de 1965 a 1980, além das resoluções do Conselho Diretor da FEDF, de 1960 a 1973, informando seus números de acordo com o ano de publicação. No final desse volume, há ainda um índice remissivo relativo aos três volumes.

No segundo volume, há um índice das resoluções do Conselho Diretor da FEDF, de 1974 a 1979, informando seus números de acordo com o ano de publicação.

No terceiro volume, há um índice das resoluções do Conselho Diretor da FEDF, de 1980, além das Instruções do Presidente da FEDF, de 1965 a 1975, e do Diretor Executivo da FEDF, de 1976 a 1980, informando seus números de acordo como o ano de publicação.

#### NOTAS

No acervo bibliográfico da Biblioteca Central também se encontra os Boletins do Conselho de Educação do Distrito Federal, no setor de Referências.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresento, inicialmente, algumas considerações sobre os resultados da pesquisa, refletindo sobre a sua importância para a história da educação do Distrito Federal. Em seguida, apresento algumas possibilidades de pesquisa, destacando-se a relevância dos acervos escolares e de outros arquivos ainda não explorados pela historiografia.

Com o intuito de contribuir com a escrita de uma história da educação em Brasília, a pesquisa teve como objetivo a localização de fontes relacionadas às duas primeiras escolas de São Sebastião / DF, dispersas em diversos acervos e arquivos do Distrito Federal. Constatou-se, inicialmente, que o livro *Escolas da FEDF (DISTRITO FEDERAL, 1985)* omitia a existência da Escola da Cerâmica Benção no período anterior a 1968. A ida aos arquivos permitiu a localização de fontes relativas à história das duas primeiras escolas de São Sebastião. No acervo do Museu da Educação do Distrito Federal, foram localizados dois documentos que informam o início de funcionamento da Escola da Cerâmica Benção: um registra o mês de maio de 1959 e outro, o mês de agosto de 1959. Verificou-se, nos acervos das duas primeiras escolas de São Sebastião, uma lacuna de documentação referente aos seus primeiros 15 anos de existência. Nota-se a presença dispersa de fontes, a ausência de fontes no acervo escolar e contradições entre as informações extraídas das diversas fontes. Corroborando com Le Goff (2003, p. 109), “devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio, e fazer a história a partir dos documentos e da ausência dos documentos”.

Além desse silêncio das fontes nos acervos das duas primeiras escolas de São Sebastião, há uma escassez de documentação referente às duas primeiras escolas de São Sebastião nos acervos das instituições que se responsabilizaram, de certa forma, pela organização do sistema de ensino do Distrito Federal, como a NOVACAP, a FEDF e o CEDF. Constata-se a presença mais significativa de documentação relativa às escolas que integravam o Plano Educacional de Brasília, idealizado por Anísio Teixeira. Entretanto, cabe observar a presença de vestígios e rastros dessas escolas, que não estavam previstas no Plano Educacional de Brasília, mesmo que ofuscada por referências que destacam a inovação e a modernidade das escolas previstas no referido plano. Assim, a comissão da CASEB, que visitou Brasília, entre os dias 7 a 10 de janeiro de 1960, reporta-se às escolas do Plano Piloto: deveriam guardar “certas relações de harmonia e de proporcionalidade com o próprio desenvolvimento urbanístico do novo Distrito Federal”. Há uma consideração diferenciada em relação às escolas que foram construídas de forma provisória: “não ajustadas às normas de

construção e de localização que se tinham previsto”. (DISTRITO FEDERAL, 2001, p.48) O Plano Educacional de Brasília estava voltado para os moradores do Plano Piloto. Não havia nem mesmo uma expectativa quanto à permanência dos trabalhadores que construíram Brasília, não tendo sido planejado a oferta de moradia, educação, saúde e outros serviços para atendê-los.

Essa diferenciação entre as escolas públicas também foi percebida na regulamentação do sistema educacional, quando, por exemplo, se previu formas de funcionamento distintas entre uma escola classe do plano piloto e uma escola de uma cidade satélite ou da zona rural. No Diagnóstico do setor educação no Distrito Federal, a CODEPLAN (DISTRITO FEDERAL, 1971a, p. 29) afirma que: “nas cidades satélites, o sistema apresenta as mesmas características do outros estados do Brasil. Não estão previstas escolas-parque, já que as escolas-classes se desincumbem de desenvolver a atividade da educação integral”. Essa publicação afirma ainda que, na zona rural, havia as escolas agrupadas e as escolas de classe única. A localização dessa informação ajuda a esclarecer o tratamento diferenciado entre as escolas. No entanto, não foi possível localizar no acervo produzido pela FEDF qual o documento em particular que estabeleceu originalmente essa distinção. Esse é um aspecto que merece uma atenção especial por parte de quem se interesse pela história das escolas situadas nas cidades satélites e na zona rural.

Considerando a documentação localizada no Museu da Educação do Distrito Federal, dois depoimentos esclarecem em certa medida as condições materiais nas quais se dava a prática pedagógica na Escola da Cerâmica Benção, ainda nos primórdios da sua existência. Reforça-se, assim, a diferença entre uma escola da zona rural e as do Plano Piloto. A Professora Maria Lúcia Moriconi, que lecionou nessa escola de 1960 a 1962, afirma que no Plano Piloto não havia nenhuma professora na situação dela, de “multisseriação, sendo professora de classe única”. Para a professora, na escola não tinha nada, as professoras que forneciam caneta, lápis, papel. Ainda, segundo a professora, os meninos aproveitavam: “melhor ter aquela escolinha do que deixar os meninos totalmente desassistidos”. (MARIA LÚCIA ISMAEL NUNES MORICONI, 2017) Para o ex-aluno Osvaldo Marciano da Silva, que estudou lá em 1962, era uma escola improvisada, não tinha quadro negro, a parede era rebocada e pintada. Segundo ele: “até a água, a gente que buscava numa cacimba, pra baixo da escola, pra por nos filtros. [...] Ali era uma alegria... ficar ali ajudando... as salas a gente que ajudava a limpar, era muito bom.” (OSVALDO MARCIANO DA SILVA, 2015) Percebe-se que há nesses depoimentos a expressão de uma carência material imbricado com um sentimento de valorização da experiência de escolarização.



No acervo do Centro de Ensino Fundamental Cerâmica São Paulo, foi localizado dois documentos relevantes que se constituem como fontes históricas da história dessa escola: um livro ata de “controle de frequência (1971-1974)” e um livro ata de “registro de termo de exercício de professores 1972- 199- ”. O primeiro indica o quantitativo de professores existentes na escola, caracterizando-a como uma escola de classe única ou como uma escola agrupada. O segundo documento identifica não só os professores que por lá passaram de 1972 a 1991, como os seus diretores e os servidores. Há também um perfil de cada profissional, com a identificação pessoal e informações sobre sua formação.

A dificuldade em se localizar documentos que dizem respeito diretamente a essas duas primeiras escolas de São Sebastião, em outros acervos de instituições educacionais, fez com que a pesquisa se orientasse no sentido da identificação de documentos relativos ao tipo dessas duas primeiras escolas, ou seja, escolas primárias localizadas na zona rural. A documentação localizada nesses outros acervos indicou uma especificidade quanto ao funcionamento desse tipo de escola, o que auxilia indiretamente a compreender a história dessas duas primeiras escolas de São Sebastião. Como foi analisado acima, percebe-se a marginalização dessas escolas na estrutura do sistema educacional, intrinsecamente diferenciado, considerando as escolas previstas no Plano Educacional de Brasília. A criação de escolas nas cidades satélites e na zona rural se deu em função da urgência em se atender uma população que não parava de crescer, oriunda de diversas regiões do país, caracterizando-se por construções precárias e dificuldades de manutenção.

O “silêncio das fontes” em relação à história das duas primeiras escolas de São Sebastião, evidenciado pela pesquisa nos acervos escolares e não escolares, permite pensar sobre as pessoas e instituições que não merecem ser lembradas, tendo o “seu acesso negado a esses templos da memória” e estando “fadadas, assim, ao esquecimento de nossas histórias e de nossa consciência social.” (COOK, 1988, p. 143)

Problematizando essa perspectiva do esquecimento, a pesquisa buscou localizar, identificar e sistematizar uma documentação relativa à história das duas primeiras escolas de São Sebastião, a partir de “vestígios e fragmentos de outros passados que não eram a sua intenção dar a ver.” (ANJOS, 2018) A sistematização de um *corpus documental* relativo a essas escolas foi materializado na elaboração de um guia de fontes e acervos. Partiu-se de pressupostos da arquivologia, para melhor se compreender a natureza dos documentos de arquivo, especialmente os da terceira idade, que compõem um arquivo permanente ou histórico. A escolha de um guia se deu em função do grau de generalidade considerado para a descrição dos conjuntos documentais localizados nos acervos escolares e não escolares.

Tratando-se de um guia que visa orientar pesquisadores no campo da história da educação, alguns aspectos da técnica arquivística foram dispensados, sendo reforçada a importância desse instrumento de pesquisa para a historiografia. Segundo Ragazzini (2001, p. 26), “uma nova historiografia e uma nova cultura arquivística-documentária não poderão se desenvolver sem instrumentos de difusão e circulação das informações, tais como catálogos e coletâneas para a divulgação dos dados e dos resultados das pesquisas”.

A partir desses resultados, torna-se plausível indicar algumas possibilidades de pesquisas que podem dar continuidade a esse esforço de preservação do patrimônio histórico educativo dessas escolas e contribuir para uma escrita de uma história da educação do Distrito Federal.

A localização, identificação e seleção de fontes e acervos em outras escolas rurais, criadas nos primeiros anos de Brasília, localizadas na região de São Sebastião ou em outras regiões administrativas, permitiria ampliar o campo para a análise da constituição desses acervos, da situação de preservação de seus documentos e da presença de outros tipos documentais.

Para a continuidade da reconstituição de uma história das primeiras escolas de São Sebastião, necessário se faz a localização de outros acervos, como os das Coordenações Regionais de Ensino, especialmente do Gama, Núcleo Bandeirante e Paranoá, podendo-se vislumbrar outras fontes relacionadas à história dessas escolas. Há ainda outros acervos que potencialmente podem contribuir nesse sentido, como o arquivo central da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e o acervo do Ministério da Educação ou do próprio Arquivo Nacional. Em relação a um olhar externo de controle da ação dos professores (LUGLI e GIGLIO, 2019), um acervo que merece ser investigado e que pode vir a colaborar com a história da educação no Distrito Federal é o do antigo Departamento de Inspeção de Ensino da extinta Fundação Educacional do Distrito Federal.

Há dois projetos, relativos à memória nas áreas rurais, no período da construção de Brasília, que podem ser explorados quanto ao processo de escolarização nessas regiões, que são o Projeto Memórias Oleiras e o Catálogo de Depoimentos Orais - Brasília Rural.

O projeto Memórias Oleiras, iniciativa de moradores de São Sebastião, busca o resgate, valorização e registro da história cultural da cidade. Foram identificados 350 pioneiros, tendo sido entrevistados 30, em 2017. No canal Youtube, há a disponibilização de 17 dessas entrevistas. Há ainda um website do projeto que reúne o resultado da pesquisa do projeto, incluindo o recolhimento de documentos e fotografias pertencentes aos pioneiros da cidade.

O Catálogo de depoimentos orais na linha de pesquisa Brasília Rural é um produto do Projeto de História Oral – Memória de Pioneiros do Arquivo Público do Distrito Federal. O objetivo da pesquisa foi complementar os documentos produzidos pelo antigo Departamento de Terras e Agricultura da NOVACAP. Foram entrevistados moradores da área rural do Distrito Federal, que estiveram ligados ao abastecimento e produção agrícola, seja no período da construção de Brasília, seja no período da consolidação na nova capital. Há no catálogo uma indexação temática que apresenta os temas abordados pelo entrevistado de forma cronológica.

Do ponto de vista epistemológico, na perspectiva da nova história cultural, os estudos relacionados a questões educacionais são privilegiados, analisando-se as particularidades das práticas e dos produtos culturais investigados.

Dessa forma, o uso de diários de classe como fontes de pesquisa é promissor, indicando as pessoas que participavam do cotidiano escolar, práticas pedagógicas, conteúdos ensinados, livros didáticos e metodologias utilizadas. Há ainda nos acervos escolares uma diversidade de documentos a serem problematizados, como as fotografias, os termos de exercício de professores e servidores, os históricos escolares, as fichas de patrimônio etc. Uma reflexão sobre as mudanças e permanências na educação, a partir dessas materialidades, considerando sua temporalidade, é mais um caminho possível a ser trilhado.

Há um tema que sinaliza uma possibilidade de pesquisa a partir desses arquivos escolares, que foi apenas mencionado ligeiramente quando se reconstituiu uma história da Escola da Cerâmica Benção, que é o das classes multisseriadas. Como é um fenômeno que não se restringia à educação do Distrito Federal, constituindo-se ainda hoje em uma prática comum no interior do país, torna-se uma dimensão da organização escolar que merece ser pesquisada.

Essa escrituração da vida escolar, segundo Vicent, Lahire e Thin (2001, p. 29) se faz presente nos diversos âmbitos da “forma escola”, quando se nota que “tudo foi escrito, prescrito, controlado, codificado por uma série fastidiosa de descrições- prescrições”. Os arquivos escolares e os acervos de setores da Secretaria de Educação constituem-se, portanto, em tesouros a serem explorados pela pesquisa histórica da educação no Distrito Federal. A pesquisa sobre a história das primeiras escolas de São Sebastião remete para problemas de pesquisa da história da educação em âmbito regional e nacional, bem como podem vir contribuir para uma reflexão epistemológica da história da educação.

## REFERÊNCIAS

ABBUD, Maria Luiza Macedo.; IVASHITA, Simone Burioli. Fontes para pesquisa da História das Instituições Educativas escolares de Londrina (1936-2000). **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia (MG), v. 16, n. 12, p. 487-501, mai./ago. 2017. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/39601/20786>>. Acesso em: 16/02/2019.

ALVES, Eva Maria Siqueira. A edificação do centro de educação e memória do Atheneu Sergipense. **Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, Campinas (SP), v. 2, n. 2, p. 37-50, jan./jun. 2016. Disponível em <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/9243/4667>>. Acesso em: 10/02/2019.

ALVES, Renato; MENEZES, Leilane. Vestígios da pré-história em caverna da Toca da Onça, em Formosa (GO). **Correio Braziliense**. Brasília, 24 out. 2010. Cidades-DF. Disponível em: <[http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/10/24/interna\\_cidadesdf,219656/index.shtml](http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/10/24/interna_cidadesdf,219656/index.shtml)>. Acesso em: 09/05/2016

AMARAL, Giana Lange do. O acervo documental do museu do Colégio Municipal Pelotense e sua importância para a história da educação. **Revista História da Educação** [Online], Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação – Asphe, Santa Maria (RS), v. 19, n. 47, p. 327-330, set./dez. 2015. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2236-34592015000300327&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-34592015000300327&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 16/02/2019.

ANJOS, Juarez José Tuchsni dos. O testemunho dos arquivos e o trabalho do historiador da educação. **Revista História da Educação** [Online], Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação – Asphe, Santa Maria (RS), v. 22, n. 55, p. 279-292, maio/ago. 2018.

ARAÚJO, Mara de Fátima dos Santos. **São Sebastião-DF: do sonho à cidade real**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009. Programa de Pós Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Dissertação de mestrado. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/4362>>. Acesso em: 09/05/2016.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário Brasileiro de Terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL (ArPDF). **Guia de fundos**. Brasília, 2018.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (APM). **Guia de Fundos e Coleções**. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/wfchannel/index.php?pagenum=9>> Acesso em: 22/04/2020.

ARRIADA, Eduardo; TAMBARA, Elomar Antônio Callegato; TEIXEIRA, Vanessa Barroso. CEDOC e CEIHE: espaços de preservação da memória escolar. **Revista História da Educação** [Online], Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação – Asphe, Santa Maria (RS), v. 19, n. 47, p. 313-317, set./dez. 2015. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-34592015000300313&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-34592015000300313&script=sci_arttext)>. Acesso em: 16/02/2019.

BARBO, Lenora de Castro. **Preexistências de Brasília**: reconstruir o território para construir a memória. Universidade de Brasília, 2010. Programa de Pós Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Dissertação de mestrado. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/browse?type=author&order=ASC&rpp=20&value=Barbo%2C+Lenora+de+Castro>>. Acesso em: 09/05/2016.

BARBO, Lenora de Castro. **Cartografia histórica**: território, caminhos e povoados em Goiás: 1722-1889. Universidade de Brasília, 2015. Programa de Pós Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Tese de doutorado. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/browse?type=author&order=ASC&rpp=20&value=Barbo%2C+Lenora+de+Castro>>. Acesso em: 09/05/2016.

BARBO, Lenora de Castro. Estradas coloniais do Planalto Central. *In*: SILVA, Elias Manoel da; VIEIRA JÚNIOR, Wilson. **Goyaz: guia de cartografia histórica**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2018. p. 82-115.

BARLETTA, Jacy Machado. Arquivos ou museus: qual o lugar dos acervos escolares? **Revista Brasileira de História da Educação**. Universidade Estadual de Maringá (PR), n. 10, p. 101-122, 2005. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38648>>. Acesso em: 16/02/2019.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BERTRAN, Paulo. **História da Terra e do Homem do Planalto Central**: eco-história do Distrito Federal. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte pra a história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**. Universidade Estadual de Maringá (PR), n. 10, p. 193-220, jul./dez., 2005. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38652>>. Acesso em: 16/02/2019.

BRASIL. Decreto – Lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. **Diário Oficial da União**. 04 jan. 1946. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/533568/publicacao/15813703>>. Acesso em: 12/11/2019.

BUFFA, Ester. A questão das fontes de investigação em História da Educação. **Periódico do Mestrado em Educação da UCDB**. Campo Grande – MS, n. 12, p. 79-86, jul./dez. 2001. Série Estudos.

CABRAL, Talitha Estevam Moreira *et al.* A criação do grupo escolar Silveira Brum e as relações entre matrícula, frequência e fluxo de promoção no ensino primário do educandário (1912-1930). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas (SP), n. 52, p. 138-154, set. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640234/7793>>. Acesso em: 16/02/2019.

CARDOSO, Tatyana Marques de Macedo; OLIVEIRA, Cláudia Maria Costa Alves de. Potencialidades de um arquivo escolar: o caso do Núcleo de Documentação e memória do Colégio Pedro II. **Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, Campinas (SP), v. 3, n. 2, p. 289-302, jul./dez. 2017. Disponível em <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/9293>>. Acesso em: 16/12/2018.

CARVALHÊDO, Shirley do Prado. **O Arquivo Público do Distrito Federal**: contextos, concepções e práticas informacionais na trajetória de uma instituição arquivística. 189 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA (CEDUC). Brasília, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília. Disponível em: <[http://www.fe.unb.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=434&catid=113&Itemid=1609](http://www.fe.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=434&catid=113&Itemid=1609)> Acesso em: 22/04/2020.

CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL CERÂMICA SÃO PAULO. **Proposta Pedagógica**. Brasília, 2017.

CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL NOVA BETÂNIA. **Proposta Pedagógica**. Brasília, 2019.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos históricos**, n. 2, 1988. p. 129-149.

DÍAZ, Rodrigo Sandoval; LYON, María José Vial. Archivos escolares que construyem identidade: el liceo publico, história y patrimônio de los chilentos. **Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, Campinas (SP), v. 2, n. 2, p. 22-36, jan./jun. 2016. Disponível em < <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/9242>>. Acesso em: 16/12/2018.

DISTRITO FEDERAL. Conselho de Educação do Distrito Federal. **Boletim do Conselho de Educação do Distrito Federal**, n. 01: Indicações, Pareceres: 1962-1965, Brasília, DF, 1966.

DISTRITO FEDERAL. Conselho de Educação do Distrito Federal. **Boletim do Conselho de Educação do Distrito Federal**, n. 02: Indicações, Resoluções, Pareceres: 1966-1967, Brasília, DF, 1968.

DISTRITO FEDERAL. Conselho de Educação do Distrito Federal. **Boletim do Conselho de Educação do Distrito Federal**, n. 04: Pareceres: 1969, Brasília, DF, 1971.

DISTRITO FEDERAL. Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central. **Diagnóstico do setor educação no Distrito Federal**: Brasília, 1970. Brasília: CODEPLAN, 1971a.

DISTRITO FEDERAL. Conselho de Educação do Distrito Federal. **Boletim do Conselho de Educação do Distrito Federal**, n. 05: Pareceres: 1970, Brasília, DF, 1972.

DISTRITO FEDERAL. Conselho de Educação do Distrito Federal. **Boletim do Conselho de Educação do Distrito Federal**, n. 07: Pareceres: 1972, Brasília, DF, 1973.

DISTRITO FEDERAL. Conselho de Educação do Distrito Federal. **Boletim do Conselho de Educação do Distrito Federal**, n. 08: Pareceres: 1973, Brasília, DF, 1975.

DISTRITO FEDERAL. Conselho de Educação do Distrito Federal. **Boletim do Conselho de Educação do Distrito Federal**, n. 10: Pareceres: 1975, Brasília, DF, 1975a.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Planejamento Educacional. **Séries Históricas**: Estudo Preliminar. Brasília, [1975?].

DISTRITO FEDERAL. Conselho de Educação do Distrito Federal. **Boletim do Conselho de Educação do Distrito Federal**, n. 11: Pareceres: 1976, Brasília, DF, 1976.

DISTRITO FEDERAL. Conselho de Educação do Distrito Federal. **Boletim do Conselho de Educação do Distrito Federal**, n. 13: Pareceres: 1978, Brasília, DF, 1978.

DISTRITO FEDERAL. Conselho de Educação do Distrito Federal. **Boletim do Conselho de Educação do Distrito Federal**, n. 14: Pareceres: 1979, Brasília, DF, 1979.

DISTRITO FEDERAL. Conselho de Educação do Distrito Federal. **Boletim do Conselho de Educação do Distrito Federal**, n. 15: Pareceres: 1980, Brasília, DF, 1980.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Planejamento Educacional. **Educação no Distrito Federal, 1980**. Brasília, 1980a.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Planejamento Educacional. **Séries Históricas 1960-1980**: redes oficial e particular. Brasília, 1980b.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação e Cultura. Fundação Educacional do Distrito Federal. **Atos normativos da FEDF: 1960 – 1980**. 3 v. Brasília: FEDF, 1981.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação e Cultura. **A origem do Sistema Educacional de Brasília**: criação da CASEB, 22/12/1959. Elaboração de Celso Bubeneck, Gildo Villadino (Coord.); Regina Márcia de Jesus Lima. Brasília: Departamento de Planejamento Educacional, 1984. Projeto de Arquivo da Memória da Educação em Brasília.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação e Cultura. Fundação Educacional do Distrito Federal. **Escolas da FEDF**. Vol. II. Brasília: Cobapa, 1985.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **40 Anos de Educação em Brasília**. Brasília: Subsecretaria de Planejamento e de Inspeção de Ensino. 2001.

DISTRITO FEDERAL. Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central. **Pesquisa distrital por amostra de domicílios**. PDAD: 2013. São Sebastião. Brasília, 2013. Disponível em:

<<http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioeconômicas/PDAD/2013/SãoSebastião.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2016.

DISTRITO FEDERAL. Conselho de Educação do Distrito Federal. **Boletim do Conselho de Educação do Distrito Federal**, n. 09: Pareceres: 1974, Brasília, DF, s.d.

FARGE, Arlette. **O sabor do Arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL (FEDF). **Livro de atas da Fundação Educacional do Distrito Federal**. Brasília, 1960-1965. Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Fundação Educacional do Distrito Federal. Caixa nº 01.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL (FEDF). **Livro de atas da Fundação Educacional do Distrito Federal**. Brasília, 1965-1973. Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Fundação Educacional do Distrito Federal. Caixa nº 01.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. Herança educativa e museus: reflexões em torno das práticas de investigação, preservação e divulgação história. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas-SP, v. 11, n. 1 (25), p. 67-92, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38507>>. Acesso em: 16/02/2019.

FRAGO, Antônio Viñao. Por una historia de la cultura escolar: enfoques, cuestiones, fuentes. In: Congreso de la Asociación de Historia Contemporânea, III, 1998, Universidad de Valladolid. **Anais**. Salamanca: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico, 1998. p. 167-183.

FUNDAÇÃO IBGE. Instituto Brasileiro de Estatística. **BRASÍLIA**, Rio de Janeiro, 1969. Edição especial.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GALVÃO, Ana Maria *et al.* Difusão, apropriação e produção do saber histórico: a Revista Brasileira de História da Educação (2001-2007). **Revista Brasileira de História da Educação**, Universidade Estadual de Maringá (PR), n. 16, p. 171-234, jan./abr., 2008. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38592>>. Acesso em: 16/02/2019.

GOMES, Ana Lúcia de Abreu. **Brasília**: de espaço a lugar, de sertão a capital. (1956-1960). 351 f. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; ALMEIDA, Doris Bittencourt. Memórias de escola, patrimônio da educação: o museu e o arquivo histórico da La Salle – Mahls (2002-2014). **Revista História da Educação [Online]**, Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação – Asphe, Santa Maria (RS), v. 19, n. 47, p. 331-336, set./dez. 2015. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2236-34592015000300331&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-34592015000300331&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 16/02/2019.

HARTOG, François. Archivos e historia (1979-2001). **Historia y Graffia**, Distrito Federal, México, n. 28, p. 127-142, 2007. Departamento de Historia.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades@**. Distrito Federal. Brasília. Histórico do município. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=530010&search=distrito-federal|brasilia|infograficos:-historico>> . Acesso em: 09/05/2016.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**. v. 25, n. 2, p. 1-13, 1995.

KEATING, Vallandro; MARANHÃO, Ricardo. **Caminhos da conquista**: a formação do espaço brasileiro. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2008.

KLEIN, Roseli Bilobran; STENTZLER, Márcia Marlene. Arquivos escolares: uma caixa de surpresas com as especificidades e características de uma instituição educativa. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas (SP), vol. 18, n. 2 [76], p. 420-444, abr./jun. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8651906/18193>>. Acesso em: 16/02/2019.

KUBITSCHKE, Juscelino. **50 anos em 5**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1978. (Meu caminho para Brasília, vol. III).

LANE, Kris. Memórias roubadas: reflexiones sobre archivos, historia y poder. In: **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas** 46. Böhlau Verlag Köln/Weimar/Wien, 2009. p. 167-176.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivos**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Projeto como fazer, 6)

LUGLI, Rosario S. Genta; GIGLIO, Celia Maria Benedicto. Quando o mapa produz o território: o conhecimento estatal sobre o ensino. In: CATANI, Denice Barbara; GATTI Jr., Décio (Orgs.). **O que a escola faz?** Elementos para a compreensão da vida escolar. Uberlândia: EDUFU, 2019. p. 291-316.

MARIA LÚCIA ISMAEL NUNES MORICONI. **Museu da Educação do Distrito Federal**, Brasília, 28 set. 2017. Entrevista. Memória da educação pública do Distrito Federal. Pioneiros da Educação Pública do Distrito Federal. Dossiê de Professores. (120.2.M5).

McCULLOCC, Gary. Novos rumos na história da educação. **Revista EccoS**. São Paulo, n. 32, p. 121-138, set/dez. 2013.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Ed.UNESP: FAPESP, 1999. p. 11-29.

MENEZES, Maria Cristina. Descrever os documentos – construir o inventário – preservar a cultura material escolar. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas-SP, v. 11, n. 1 (25), p. 93-116, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38508>>. Acesso em: 16/02/2019.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. **Revista Brasileira de História da Educação**. Universidade Estadual de Maringá (PR), n. 10, p. 75-99, jul./dez. 2005a. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38647>>. Acesso em: 16/02/2019.

MOGARRO, Maria João. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. **Pro-Posições**, UNICAMP (SP), v. 16, n. 1 (46), p. 103-116, jan./abr. 2005b. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2294/46-dossie-mogarromj.pdf>>. Acesso em: 25/05/2020.

MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (MUDE). **Plano Museológico**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.museueducacao.com.br/cte-14/acervo/>>. Acesso em: 15/11/2019.

MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (MUDE). **Acervo**. Disponível em: <<http://www.museueducacao.com.br/cte-14/acervo/>>. Acesso em: 15/11/2019.

MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (MUDE). **Documentos textuais**. Disponível em: <<http://www.museueducacao.com.br/cte-32/documentos-textuais/>>. Acesso em: 15/11/2019.

MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (MUDE). **Documentos textuais**. Documentos por ano de produção. 1957-1980. Disponível em: <<http://samudex.museueducacao.com.br/docdates/grid>>. Acesso em: 15/11/2019.

MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (MUDE). **Entrevistas**. Disponível em:  
< <http://www.museudaeducacao.com.br/cte-16/entrevistas/> >. Acesso em: 15/11/2019.

MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (MUDE). **Entrevista Santa Alves Soyer**. Disponível em: <<http://samudex.museudaeducacao.com.br/interviews/16>>. Acesso em: 15/11/2019.

MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (MUDE). **Entrevista Stella dos Querubins Guimarães Trois**. Disponível em:  
<<http://samudex.museudaeducacao.com.br/interviews/46> >. Acesso em: 15/11/2019.

MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (MUDE). **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.museudaeducacao.com.br/ctx-11/quem-somos/>>. Acesso em: 15/11/2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo (10), dez. 1993.

NOVACAP (Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil). **Revista Brasília**, Rio de Janeiro, Ano 1, n. 1, jan. 1957.

NOVACAP (Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil). **Revista Brasília**, Rio de Janeiro, Ano 1, n. 10, out. 1957. Disponível em:  
<<http://www.arquivopublico.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/NOV-D-4-2-Z-0001-10d.pdf>>. Acesso em: 16/04/2020.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. **Cadernos ANPED**, Porto Alegre, n.5, p. 7-64, set. 1993.

OLIVEIRA, Luiz Antônio de; SILVA, Cibele Mayara da; BUENO, Suelen Pereira. Fontes para história da educação no município de Curiúva – PR: contribuições para a historiografia das escolas rurais no norte pioneiro do Paraná. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas (SP), vol. 18, n. 2 [76], p. 495-522, abr./jun. 2018. Disponível em:  
<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652192/18217>>. Acesso em: 16/02/2019.

OSVALDO MARCIANO DA SILVA. **Museu da Educação do Distrito Federal**, Brasília, 06 mar. 2015. Entrevista. Memória da educação pública do Distrito Federal. Pioneiros da Educação Pública do Distrito Federal.

PEREIRA, Eva Waisros *et al.* (Orgs.). **Nas asas de Brasília**: memórias de uma utopia educativa (1956-1964). Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

PEREIRA, Jardel Costa; PEREIRA, Rozângela do Nascimento. O memorial do Colégio Dom Bosco de Petrolina – PE (1996-2015). **Revista de História e Historiografia da Educação**. Curitiba (PR), v. 1, n. 3, p. 320-334, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rhhe/article/view/50784/33315>>. Acesso em: 16/02/2019.

PIMENTEL, Antonio Martins de Azevedo. **A nova capital federal e o planalto central do Brasil**. Brasília: Thesaurus, 1985.

PIRES, Lêda Gurgel. **O Conselho de Educação do Distrito Federal**: competência, organização, funcionamento. Dissertação de mestrado. UnB: Faculdade de Educação, 1978.

PORTELA, Cristiane de Assis. **Centro de Memória(s) do CEM Elefante Branco**. Projeto de Extensão. Proposição. Brasília, 2019.

RAGAZZINI, Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? **Educar**, Curitiba, n. 18, p. 13-28. 2001. Editora da UFPR.

RANZI, Serlei Maria Fischer; GONÇALVES, Nádia Gaiofatto. As fontes da escola e a pesquisa em história da educação: contribuições do acervo do Colégio Estadual do Paraná para o campo das disciplinas escolares. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas (SP), n. 37, p. 29-44, mar. 2010. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/37/art03\\_37.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/37/art03_37.pdf)>. Acesso em: 16/02/2019.

ROSÁRIO, Maria José Aviz do.; MELO, Clarice Nascimento de. Grupo Padre Luiz Gonzaga – Bragança – PA: arquivos, método e fontes da história da educação da Amazônia, no século XX. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas (SP), n. 62, p. 18-31, mai. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640491/8050>>. Acesso em: 16/02/2019.

SANTOS, Rodrigo Martins dos. **O Gê dos Gerais** - elementos de cartografia para a etno-história do Planalto Central: contribuição à antropogeografia do cerrado. Universidade de Brasília, 2013. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Centro de Desenvolvimento Sustentável. Dissertação de Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (Modalidade Povos e Terras Indígenas). Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/13288>>. Acesso em: 09/05/2016.

SANTOS, Vânia Muniz dos; MIGUEL, Antonieta. Missões de pesquisa: inventariando a documentação escolar do sertão baiano. **Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-**

**Educativo**, Campinas (SP), v. 1, n. 1, p. 158-171, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/9235>>. Acesso em: 16/12/2018.

SEABRA Jr., Maurício do Monte. **Memórias do Barro**. Brasília, 2012.

SILVA, Elias Manoel da. **Walter Mello: entre a oralidade e a escrita – apontamentos biográficos**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2018.

SILVA, Elias Manoel da; VIEIRA JÚNIOR, Wilson. **Goyaz: guia de cartografia histórica**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2018.

SILVA, João Carlos da. A escola primária na região oeste do Paraná: levantamento de fontes e produção acadêmica, de João Carlos da Silva. **EccoS Revista Científica**, Universidade Nove de Julho (SP), n. 26, pp. 123-140, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uninove.br/index.php?journal=eccos&page=article&op=view&path%5B%5D=2562>>. Acesso em: 10/02/2019.

SILVA, Stella Sanches de Oliveira. A conservação de acervos e [ou] arquivos em instituições escolares de Mato Grosso do Sul: busca por uma herança educativa. **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia (MG), v. 16, n. 3, p. 832-845, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/40942/21678>>. Acesso em: 16/02/2019.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. Reconstituindo arquivos escolares: a experiência do GEM/MT. **Revista Brasileira de História da Educação**. Universidade Estadual de Maringá (PR), n. 10, p. 123-152, jul./dez., 2005. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38649>>. Acesso em: 16/02/2019.

SOUZA, Maryana Gonçalves; Miguel, Antonieta. Colégio Estadual Governador Luiz Viana Filho (1956-1994): história, arquivo escolar e produção de catálogo de fontes. **Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, Campinas (SP), v. 2, n. 3, p. 192-210, jul./dez. 2016. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/9266>>. Acesso em: 02/11/2018.

SOUZA, Rosa Fátima de. **A escola primária e a formação do cidadão brasileiro (1890-1960)**. In: \_\_\_\_\_. História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008. Cap. 1. p. 19-86.

VICENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n.33, p.7-47, jun. 2001.

ZAIA, Iomar Barbosa. O lugar do arquivo permanente dentro de um centro de memória escolar. **Revista Brasileira de História da Educação**. Universidade Estadual de Maringá (PR), n. 10, p. 153-174, jul./dez., 2005. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38650>>. Acesso em: 16/02/2019.

## CADERNO ICONOGRÁFICO



FIGURA 1 – COMPLEXO DA LAPA DA PEDRA (TOCA DA ONÇA) – FORMOSA/GO.  
Fotografia: Guilherme França - 08/05/2012 – Curso Brasília 10 mil anos de História.

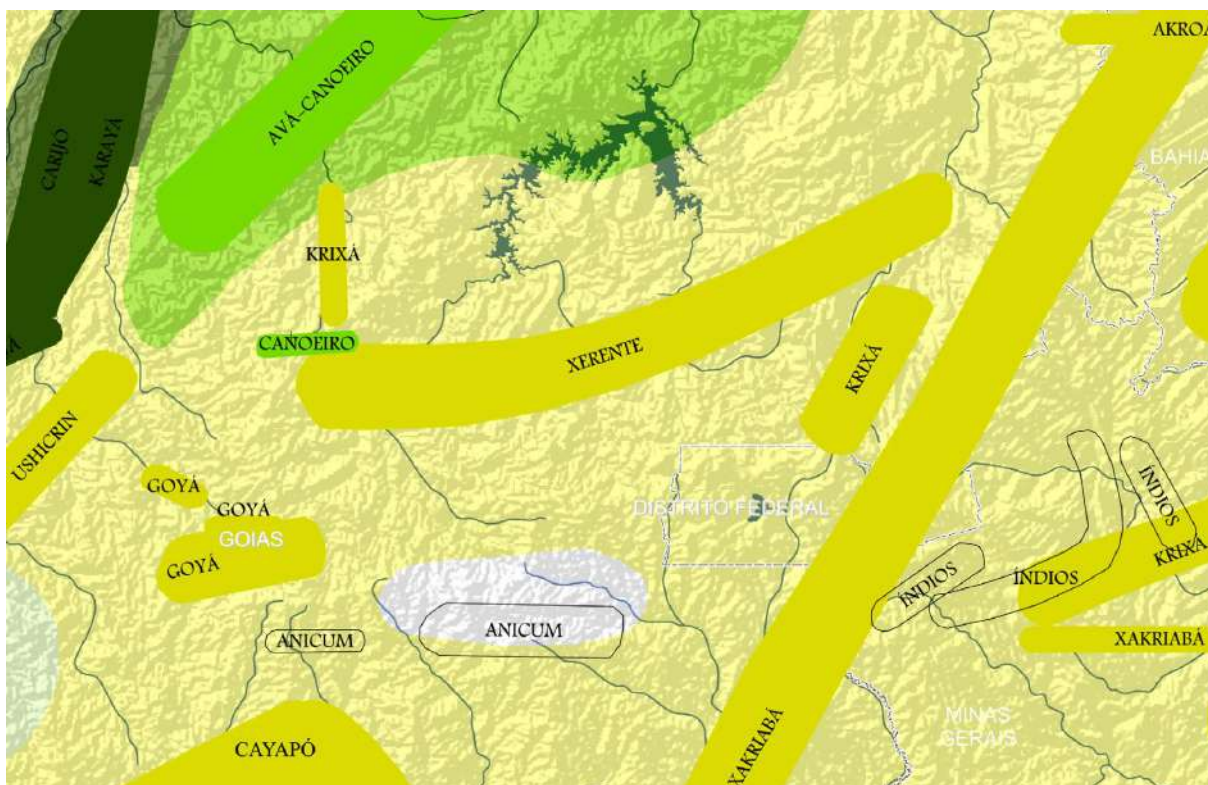


FIGURA 2- Povos indígenas que habitavam a região do Distrito Federal e entorno por volta do ano de 1700.  
Fonte: “Mapa Etno-linguístico do Planalto Central e adjacências” (SANTOS, 2018, p. 181. Figura 43.).



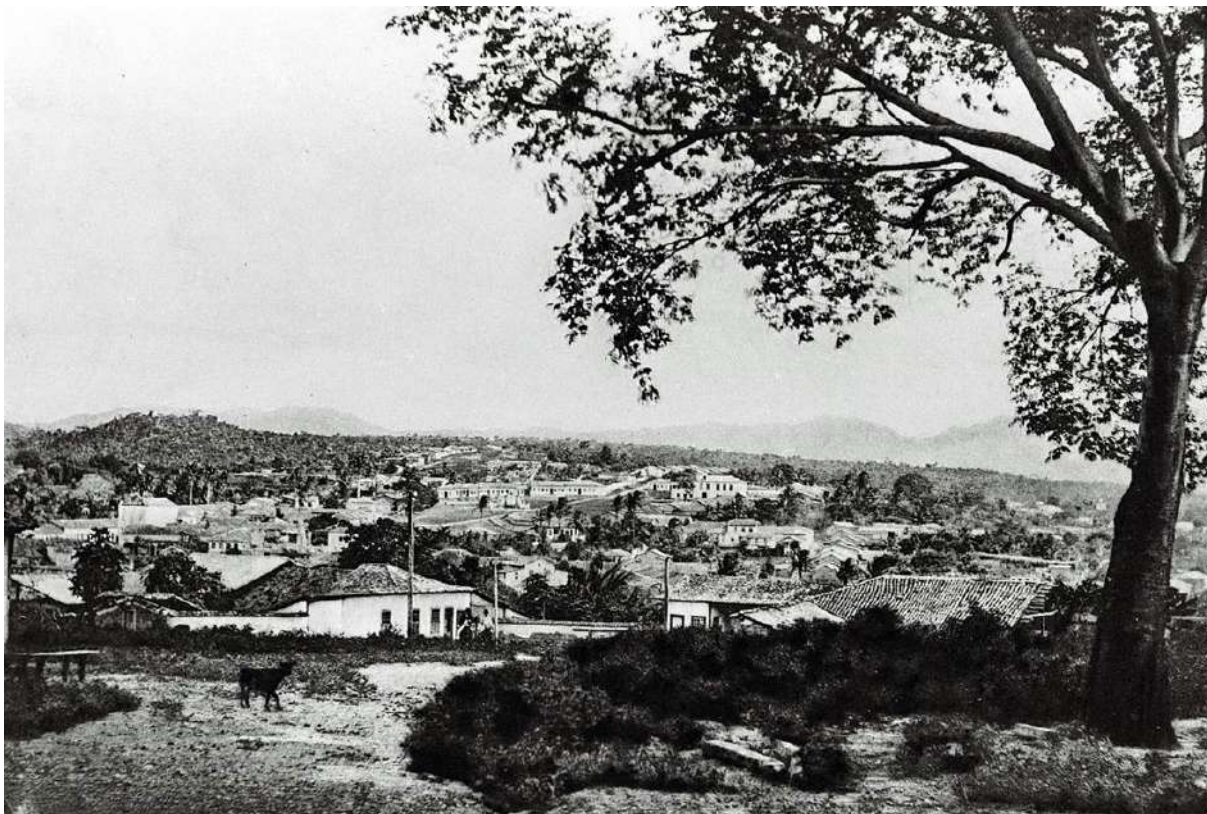


FIGURA 3 - Vista de Goiás. Autor – Henrique Morize – 1892.  
Acervo – Arquivo Público do Distrito Federal

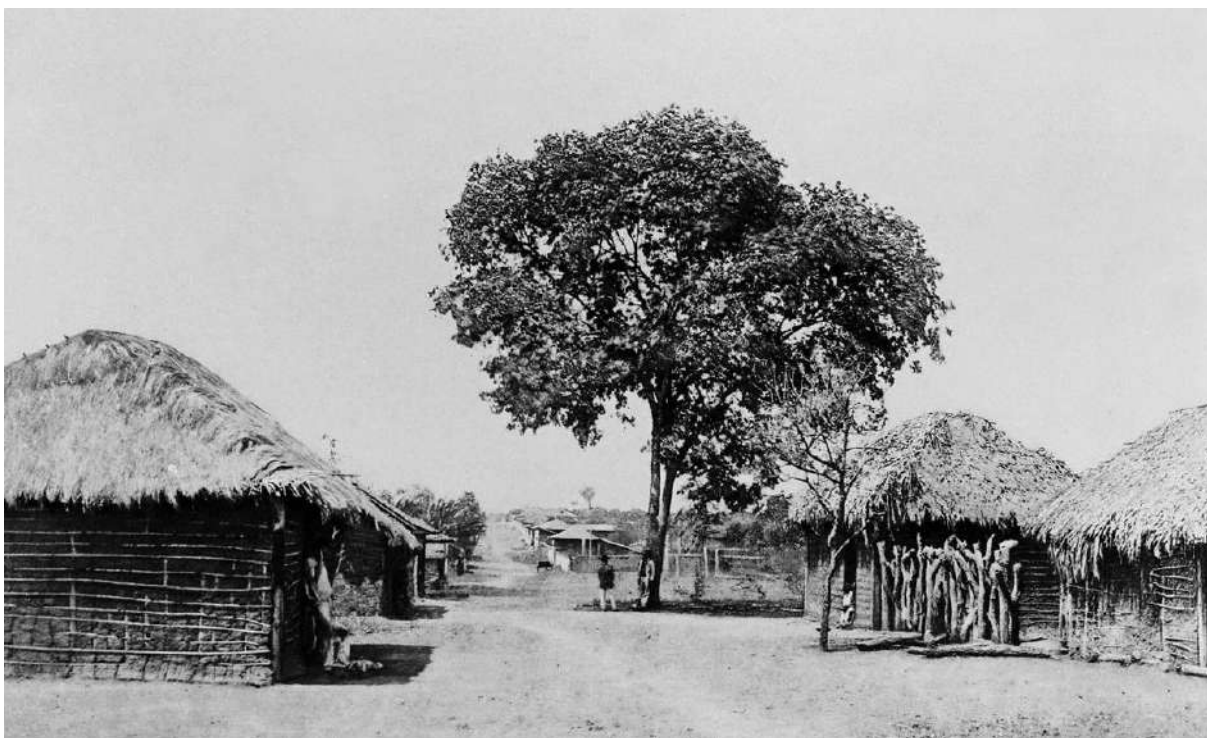


FIGURA 4 - Entrada da cidade de Formosa. Autor – Henrique Morize – 1892.  
Acervo – Arquivo Público do Distrito Federal.

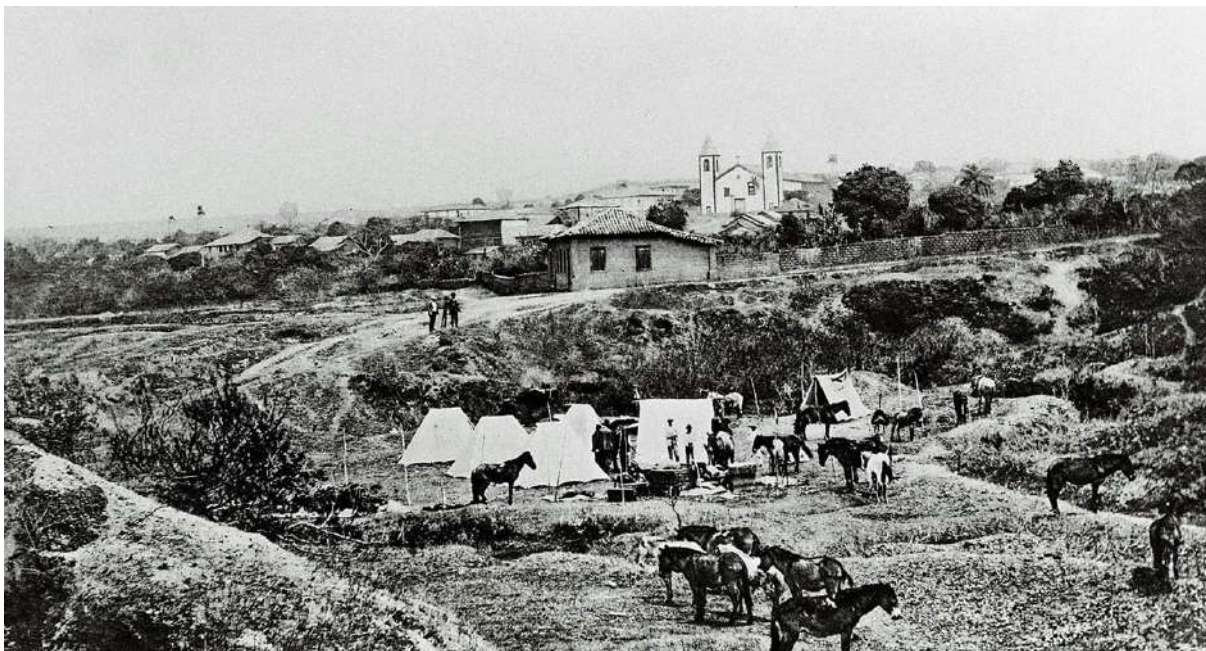




FIGURA 5 - Acampamento junto a Santa Luzia. Autor – Henrique Morize – 1892  
Acervo – Arquivo Público do Distrito Federal.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

  
**Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato 1º de Notas**  
**Luziânia - Estado de Goiás**

Bel.º Isís Campos Amaral, Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Luziânia, Estado de Goiás, na forma da lei, etc...

  
**CERTIDÃO**

**CERTIFICA**, que no livro 3-J de seu Cartório, às fls. 176, encontra-se a seguinte transcrição: Nº DE ORDEM: 10.327. Nº DA TRANSCRIÇÃO ANTERIOR: 9.503 do Lº 3-I. DATA: 7 de Agosto de 1957. CIRCUNSCRIÇÃO: Luziânia. DENOMINAÇÃO OU RUA E NÚMERO: Fazenda "Papuda". CARACTERÍSTICAS E CONFIRMAÇÕES: Uma (1) parte de terra, havida por força da escritura pública, lavrada às fls. 82v/86, do livro n. 38 do Cartório do 2º Ofício desta cidade de Luziânia; devidamente transcrita no Registro de Imóveis, desta Comarca, às fls. 162 do livro n. 3-I, sob o n. 9.438, de ordem, em 26 de outubro de 1956. NOME, DOMICÍLIO, PROFISSÃO, ESTADO E RESIDÊNCIA DO ADQUIRENTE: A UNIÃO FEDERAL com simultânea incorporação do imóvel a Companhia Urbanizadora da Nova Capital da Nova Capital do Brasil Sociedade Anônima com escritório no Rio de Janeiro a Avenida Almirante Barroso nº 54, 18º andar, aquela entidade representada pelo Consultor Geral da República Dr. Antônio Gonçalves de Oliveira, brasileiro, casado, domiciliado e residente na Capital Federal e esta pelo seu Presidente Dr. Israel Pinheiro, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Capital Federal. NOME, DOMICÍLIO, ESTADO E PROFISSÃO DO TRANSMITENTE: O Estado de Goiás representado pelo respectivo governador Dr. José Ludovico de Almeida, brasileiro, casado, farmacêutico, domiciliado e residente na Capital deste Estado, Dr. Altamiro de Moura Pacheco Presidente da Comissão de Cooperação para a mudança da Capital Federal, brasileiro, solteiro, médico, domiciliado e residente na Capital deste Estado e Dr. Segismundo de Araújo Melo, Consultor Jurídico, casado, advogado, brasileiro, domiciliado e residente na Capital Federal e a União Federal representada pelo Consultor Geral da República Dr. Antônio Gonçalves de Oliveira, brasileiro, casado, domiciliado e residente na Capital Federal. TÍTULO DE TRANSMISSÃO: Escritura pública de transferência de bens imóveis à União Federal e incorporação à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. FORMA DO TÍTULO, DATA E SERVENTUÁRIO: Escritura pública lavrada nas Notas do 16º Ofício da Capital Federal pelo Escrevente Juramentado, autorizado Renato de Sales Abreu em 18 de Fevereiro de 1957. VALOR DO CONTRATO: Dezoito milhões duzentos e cinquenta e cinco mil setecentos e oitenta e nove cruzeiros e cinquenta centavos – Cr\$ 18.255.789,50 inclusive o valor de outros imóveis objeto de outras transcrições e inscrições feitas aquelas neste livro e estas no livro 4-A nesta data, neste Cartório e dos imóveis situados nos municípios de Planaltina e Formosa cujas transcrições constam na mesma escritura. CONDIÇÕES DO CONTRATO: Não há. AVERBAÇÕES: Em branco.




FIGURA 6 – Certidão de transferência da Fazenda Papuda do Estado de Goiás para a União, incorporada à NOVACAP.  
Acervo pessoal de Sebastião Azevedo Rodrigues - Tião Areia

PROC. 15077/65 - FL. 15  
 NOVACAP/NOVACAP/DDO  
 SER. CONT. E CONT. - 1043  
 P.N. 15

## CERÂMICA ARTE S/A - "CASA"

FAZENDA DA PAPUDA - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL.

Inscrição N° \_\_\_\_\_  
 Pat. Registro N° \_\_\_\_\_

NOTA FISCAL N° 0266

Remete a Cia. Urbanizadora da Nova Capital do Brasil  
 Estabelecido em Serviço de Água e Esgotos de Brasília - Administração de Resíduos  
 na cidade de Sobradinho de Goiás Estado de Brasília - DF  
 das mercadorias seguintes: Brasília, 15 de MAIO de 1965

QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO DAS MERCADORIAS	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
5.000	un	Tijolos fundidos de 20x20x10 1/8 furos	40,00	200,000
O.S. 682		DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA PARA D. DIRETORIA DE ELETRÔNICA DA MARINHA NA BARRAGEM		
		Serviço de Água e Esgotos de Brasília - Administração do Escritório Casamento de Brasília - DF - os materiais constantes em anexo. 17 de maio de 1965		
			E.M. 230.029	
			P.M. 230.029	
			P.P. 230.028	
			O.B.A. 230	
			O.S. 682	
			E.M. 230.029	
		Condição: N° APRESENTAÇÃO		

AS MERCADORIAS SEGUEM NOS SEGUINTE VOLUMES:

Marca	Número	Quant.	ESPECIES	PESO	
				Bruto	Líquido
		5.000	Tijolos fundidos de 20x20x10 -		

VALOR DAS MERCADORIAS Cr\$ 200.000  
 IMP. DE CONSUMO Cr\$ 37  
 ENGRADADOS Cr\$ 37  
 TRANSPORTE Cr\$ 37  
 TOTAL da NOTA Cr\$ 200.000  
 NÃO VALE COMO RECIBO

R.A. 39.290

FIGURA 7 - Nota fiscal de venda de tijolos pela Cerâmica Arte, localizada na Fazenda Papuda, para a NOVACAP.

Acervo: Arquivo Público do Distrito Federal (NOV-C-1-4-0433(6)d)



FIGURA 8 - Chaminé da Cerâmica Arte, ainda existente em São Sebastião. A Cerâmica foi recentemente desativada. Foto: Guilherme França. 18/05/2012.



FIGURA 9 – Forno pertencente à Cerâmica Arte, ainda existente em São Sebastião. A Cerâmica foi recentemente desativada. Foto: Guilherme França. 18/05/2012.



FIGURA 10 - Sebastião Azevedo Rodrigues, Tião Areia, com o autor da dissertação. Em 07/11/2012.



FIGURA 11 – Escola Classe Cerâmica da Benção – Agosto de 1982.  
Acervo pessoal de Osvaldo Marciano da Silva.



FIGURA 12 – Escola Classe Cerâmica da Benção – Agosto de 1982.  
Acervo pessoal de Osvaldo Marciano da Silva.



FIGURA 13 – Escola Classe Cerâmica da Benção – Agosto de 1982.  
Acervo pessoal de Osvaldo Marciano da Silva.



FIGURA 14 – Escola Classe Cerâmica da Benção – Agosto de 1982.  
Diretora e alunos da 4ª série. Acervo pessoal de Osvaldo Marciano da Silva.



FIGURA 15 - Escola Classe Cerâmica da Benção – Agosto de 1982.  
Acervo pessoal de Osvaldo Marciano da Silva.



FOTOGRAFIA 16 - Evento na Escola Classe Cerâmica da Benção, com a presença de Osvaldo Marciano da Silva, último à direita. s./d.  
Acervo pessoal de Osvaldo Marciano da Silva.



FIGURA 17 - Escola Classe Cerâmica da Benção – 1995/1996.  
Acervo pessoal de Osvaldo Marciano da Silva.





FIGURA 18 - Escola Classe Cerâmica da Benção – s./d.  
Acervo pessoal de Osvaldo Marciano da Silva.



FIGURA 19 - Escola Classe Cerâmica da Benção – Agosto de 1982.  
Acervo pessoal de Osvaldo Marciano da Silva.